

ARQUEOLOGIA & História

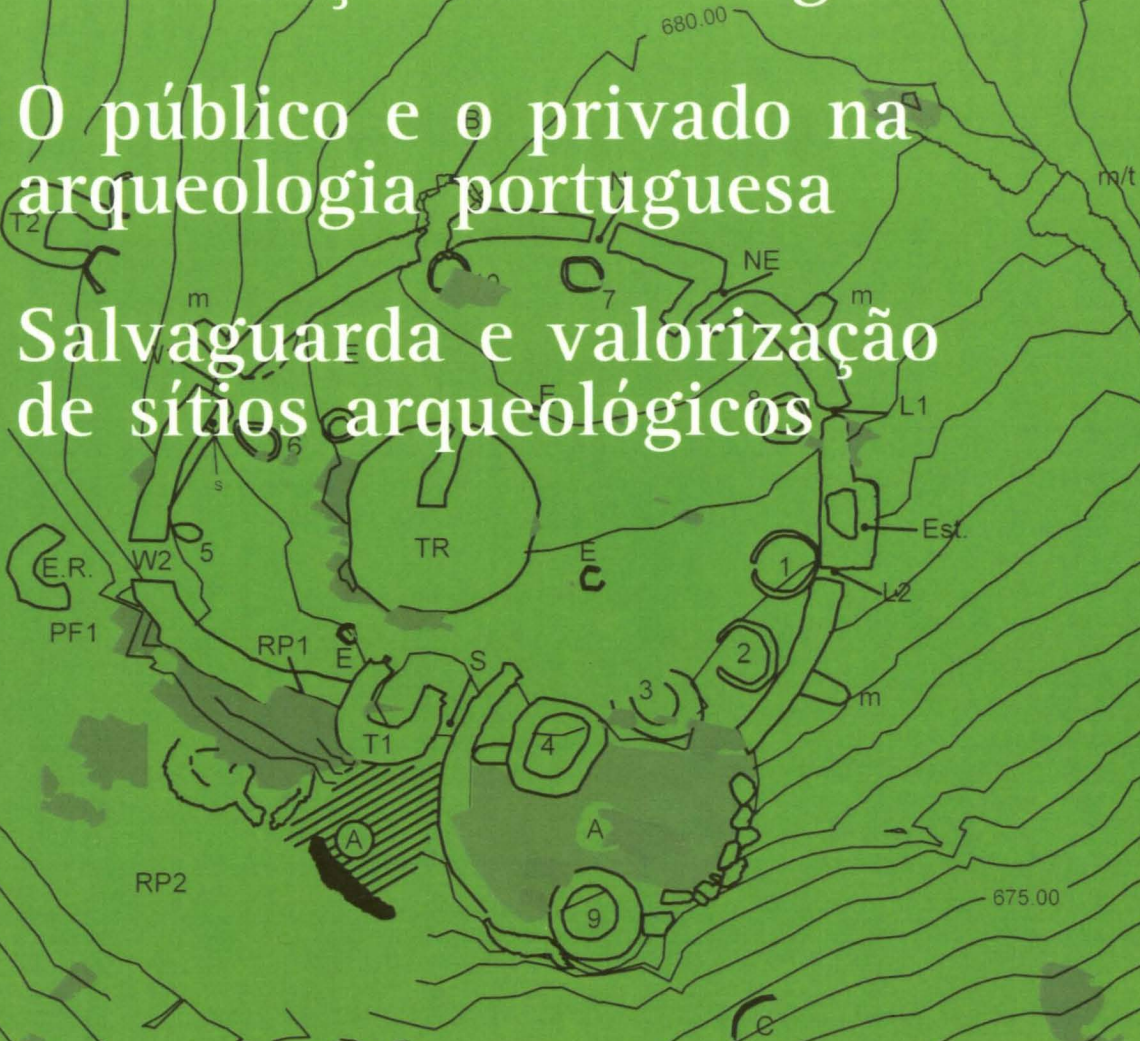


Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

Neolitização em Portugal

O público e o privado na
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização
de sítios arqueológicos





Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

ARQUEOLOGIA & História

Revista
da Associação
dos Arqueólogos
Portugueses

Volume 55

2003 Lisboa

Índice

- 7 **Editorial**
José Morais Arnaud
- 11 **SECÇÃO DE PRÉ-HISTÓRIA**
- 12 **Notícia preliminar das ocupações humanas do sítio de Vale Boi, Vila do Bispo**
Nuno Ferreira Bicho, Mary Stiner, John Lindly
- Mesa Redonda sobre a Neolitização em Portugal**
- 25 **Contingências históricas e processo global na emergência do Neolítico no território português**
António Faustino Carvalho
- 35 **O Neolítico em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas. Um contributo.**
Mariana Diniz
- 43 **A neolitização na bacia interior do Mondego: um ponto da situação**
António Carlos Valera
- 54 **SECÇÃO DE HISTÓRIA**
- 55 **Morrer em Vipasca. Reflexões em torno da necrópole romana de Valdoca**
José Luis Neto
- 63 **O sarcófago romano das Musas (Valado, Alfezeirão). Nova leitura iconográfica e análise do mármore**
M. Justino Maciel, J. M. Peixoto Cabral e Dina Nunes
- 71 **O al-Andalus e o povoamento da serra algarvia**
Teresa Júdice Gamito
- 81 **Salvador de Correia de Sá e Benevides - contributos**
Rui Miguel da Costa Pinto
- 89 **Elementos para o estudo da igreja de Nossa Senhora do Livramento, em Alcântara, Lisboa**
Laura Trindade e A. M. Dias Diogo
- 97 **Restauro e Medievalidade na obra de Manuel Ribeiro: Caso da Sé de Lisboa**
José Alberto Ribeiro
- 105 **O Museu do Carmo e o coleccionador Visconde de São Januário: orientalismo e americanismo nas colecções oitocentistas**
Manuela Cantinho

- 115 "O Lugar da História" na Associação dos Arqueólogos Portugueses: uma primeira abordagem
Ana Cristina Martins
- 122 VII JORNADAS ARQUEOLÓGICAS
- Mesa Redonda sobre "O Público e o Privado na Arqueologia Portuguesa"
- 123 Conflito, mediação e regulação de interesses na "Arqueologia Preventiva"
António Carlos Silva
- 129 Entre o Público e o Privado: Conflito e Ruptura na Arqueologia Portuguesa
Sérgio Carneiro
- 131 Por Uma Arqueologia de Serviço Público
Jorge Raposo
- 137 A Arqueologia: que perspectivas profissionais?
Teresa Júdice Gamito
- 141 Público, Privado e Futuro na Arqueologia Portuguesa
Miguel Lago da Silva
- Mesa Redonda sobre Salvaguarda e Valorização de Sítios Arqueológicos
- 151 Sítios arqueológicos: Valorização, Interpretação, Arquitectura.
A experiência do Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve
Manuel Lacerda
- 159 Benefícios e custos da musealização arqueológica *in situ*
Luís Raposo
- 167 Da cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)
Susana Oliveira Jorge
- 177 O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2002)
João Luís Cardoso
- 186 ASSEMBLEIAS GERAIS
- Assembleia Geral Extraordinária de 6 de Fevereiro de 2003
- 187 Homenagem aos membros desta Associação que mais se distinguiram na remodelação da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Museu Arqueológico do Carmo
Teresa Júdice Gamito
- 189 As relações entre Investigadores da Arqueologia Pré-Histórica, Portugueses e Alemães, desde 1954, ano da reabertura do IAA em Madrid, até ao ano de 1971, quando foi fundado o IAA em Lisboa
Hermanfrid Schubart
- 197 O Instituto Arqueológico Alemão, sua actividade e relacionamento com o meio arqueológico português
Theodor Hauschild
- Assembleia Geral Extraordinária de 26 de Novembro de 2003
- 201 D. Fernando de Almeida na encruzilhada da Arqueologia Portuguesa
José Luís de Matos
- 205 O contributo de D. Fernando de Almeida para o estudo da Alta Idade Média em Portugal
Paulo Almeida Fernandes
- LEITURAS
- 215 Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval
Paulo Almeida Fernandes
- 219 El tímpano románico. Imágenes, estructuras y audiencias
Paulo Almeida Fernandes
- 224 BOLETIM 2002
- 225 Relatório e Contas da Direcção
- 229 Relatório da Secção de Pré-História
- 230 Relatório da Secção de História
- 231 Relatório da Secção de Estudos Olisiponenses
- 232 Relatório da Comissão de Heráldica
- BOLETIM 2003
- 234 Relatório e Contas da Direcção
- 235 Relatório da Secção de Pré-História
- 239 Relatório da Secção de História
- 241 Relatório da Secção de Estudos Olisiponenses

Editorial

José Morais Arnaud

Presidente da Direcção
da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Este volume da revista *Arqueologia Et História* corresponde ao ano civil de 2003, e procura reflectir a intensa actividade desenvolvida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses nesse ano, pondo assim em prática a política editorial definida pela Direcção. O relativo atraso na sua publicação deve-se, em grande parte, à extrema dificuldade em obter os textos referentes às conferências e comunicações e outras intervenções apresentadas nas várias secções, comissões, assembleias gerais, mesas redondas e jornadas que tiveram lugar nesse ano. Apela-se, assim, aos autores das comunicações no sentido de entregarem os textos logo após as respectivas apresentações.

No âmbito da secção de Pré-História, para além das várias comunicações apresentadas ao longo do ano, entre as quais se destaca a de Nuno Bicho e colaboradores sobre uma importante jazida paleolítica do Algarve, teve lugar, logo no início do ano, a Mesa Redonda sobre a Neolitização em Portugal, na qual foram apresentados balanços de investigações em curso de norte a sul do país sobre esta fase crucial da história da humanidade, por parte de uma nova geração de investigadores e docentes universitários. Estes vieram demonstrar que os modelos até há pouco aceites de um processo de neolitização a partir das comunidades mesolíticas do litoral atlântico têm que se questionados, não só porque o povoamento mesolítico era muito mais disseminado por todo o território português do que se pensava até à descoberta recente de jazidas epipaleolíticas ou mesolíticas, quer nas mais remotas zonas do interior, de Foz Côa ao vale do Guadiana, quer no Algarve, mas também por se terem encontrado nessas regiões vestígios de ocupação atribuíveis ao Neolítico antigo.

Em relação às actividades da secção de História, verifica-se uma saudável diversificação cronológica e metodológica, bem expressa nos seis trabalhos incluídos neste volume, que abordam temas que vão da época romana à época moderna, e perspectivas de abordagem do âmbito da antropologia, arqueologia, história documental, história de arte e história da arqueologia.

Publica-se ainda um trabalho de Justino Maciel, Peixoto Cabral e Dina Nunes sobre o Sarcófago das Musas, apesar de não ter chegado a ser apresentado à Secção

de História, por se tratar de mais uma contribuição para o conhecimento de uma das mais importantes peças do acervo do Museu Arqueológico do Carmo.

As VII Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses ocorreram num período de grande crise para a actividade arqueológica, a qual resulta de uma conjugação de deficiências estruturais, agravadas por um conjunto de circunstancialismos adversos.

Entre os factores estruturais, destaca-se a continuada indefinição em relação ao enquadramento institucional da actividade arqueológica. Com efeito, quase dois anos decorridos sobre a anunciada fusão entre os dois institutos que actualmente repartem a tutela do sector, permanece uma indesejável e nefasta indefinição governamental sobre esta matéria.

Desta situação resulta um enfraquecimento e uma desautorização das instituições envolvidas e dos seus dirigentes, que não deixa de ser aproveitado por todos os agentes económicos que ainda não incorporaram no seu comportamento a necessidade de se conciliarem as actividades económicas com a salvaguarda e valorização de um património que não só é um recurso colectivo, não renovável, que urge preservar a todo o custo, como tem também um elevado potencial económico.

A actual crise do sector reflecte-se nas mais variadas vertentes da actividade arqueológica. Com efeito:

- As universidades, públicas, ou privadas, apesar da proliferação de licenciaturas, variantes, e mestrados em arqueologia a que se assiste por todo o país, salvo uma ou outra excepção, estão praticamente falidas, não dispondo dos meios necessários e indispensáveis para a investigação científica dos seus docentes, e para a formação teórica e prática dos seus discentes;

- Os institutos públicos com responsabilidades na gestão do património arqueológico, nas suas mais variadas vertentes, são dirigidos por pessoas que, ou não têm apoios políticos suficientes para obterem os meios humanos e materiais indispensáveis a um desempenho cabal das múltiplas funções que a legislação em vigor lhes atribui, ou não estão suficientemente sensibilizadas para dar resposta rápida e eficaz às gravíssimas

situações de degradação e destruição total ou parcial do património arqueológico, classificado, ou não, com que nos deparamos diariamente;

- Os arqueólogos do quadro dos institutos públicos ou desempenham funções de chefia intermédia, e estão demasiado sobrecarregados de trabalho, ou não gozam da confiança pessoal e política das respectivas chefias, e estão desenquadrados, desmotivados e subaproveitados;

- Os arqueólogos que, ultrapassados todos os prazos legais para a sua integração no quadro, ainda o não foram, ou já desistiram, ou mantêm-se em funções em condições de grande precariedade e instabilidade financeira, as quais são incompatíveis com o pleno desempenho das suas funções;

- As várias fornadas de arqueólogos que todos os anos são lançadas para o mercado de trabalho pelas universidades, nem sempre com a devida preparação, pelo menos a nível prático, constituem uma mão-de-obra barata, disposta a aceitar qualquer trabalho, a qualquer preço, o que em nada dignifica a profissão, sem que a Associação dos Arqueólogos Portugueses ou a Associação Profissional de Arqueólogos os possa defender, por serem associações de direito privado;

- As autarquias locais, apesar dos recentes progressos verificados neste domínio, tardam a assumir em pleno as suas responsabilidades em relação à salvaguarda e valorização do património arqueológico, conforme está amplamente comprovado pelo estudo recente elaborado pela Associação Profissional de Arqueólogos;

- Os arqueólogos que trabalham na maior parte das autarquias, além de serem obrigados a desenvolver actividades que nada têm a ver com a sua preparação académica, são sujeitos, no desempenho das suas funções, às mais variadas pressões por parte dos seus superiores, que têm grande dificuldade em gerir os inevitáveis conflitos de interesses resultantes do exercício da actividade arqueológica, sobretudo em meio urbano;

- As empresas de arqueologia, que proliferaram nos últimos anos, se a princípio assumiram um carácter de pequenas cooperativas de arqueólogos recém-formados, que assim procuravam assegurar a sua subsistência, concorrendo às grandes operações de arqueologia

de salvamento que surgiram no final dos anos 90, ou foram engolidas pelo próprio mercado, ou assumiram um carácter empresarial, altamente profissionalizado, o que é positivo, mas que tem como reverso a dificuldade de conjugar qualidade com rentabilidade, sobretudo nos tempos de crise que atravessamos.

Perante esta situação, urgia mobilizar toda a comunidade arqueológica, no sentido de estabelecer um amplo debate, para se procurarem encontrar respostas tão viáveis e consensuais quanto possível, a serem apresentadas às entidades responsáveis e a serem incorporadas na prática arqueológica por cada um de nós, na respectiva área de intervenção.

Tendo em consideração a gradual importância que o sector privado tem vindo a assumir nos últimos anos, sobretudo na área do ensino superior e da arqueologia preventiva e de salvamento, numa área tradicionalmente do âmbito do sector público, entendeu-se que seria pertinente dedicar uma das mesas redondas destas jornadas ao tema "O Público e o Privado na Arqueologia Portuguesa", tendo para o efeito convidado personalidades ligadas à mais diversas vertentes da actividade arqueológica.

Apesar de não nos ter sido possível publicar todas as intervenções apresentadas nesta mesa redonda, devido à não entrega dos respectivos textos, julgo que os textos publicados reflectem uma salutar diversidade de perspectivas. Assim, António Carlos Silva defende a manutenção e reforço da intervenção directa do Estado na área do património arqueológico, seja na formação e educação, seja na investigação ou na gestão e salvaguarda, conforme estabelece a legislação em vigor. Por outro lado Jorge Raposo chama a atenção para o facto de a arqueologia ter uma importante função social a desempenhar e para a necessidade urgente de se criar um "sistema integrado de documentação e gestão de espólios", apoiado numa "rede de arquivos e reservas públicas", essenciais para uma "Arqueologia de serviço público".

Em contraste com estas perspectivas mais estatizantes, apresenta-se a perspectiva neo-liberal de Miguel Lago da Silva, que defende a atribuição ao sector privado de toda actividade arqueológica, dos estudos de

impacto ambiental à valorização e gestão dos sítios classificados, remetendo o Estado e as autarquias para uma actividade meramente normativa, fiscalizadora e, claro está, financiadora. Sérgio Carneiro, por outro lado, chama a atenção para o conflito insanável que, em seu entender, existe entre o interesse público e os interesses privados no domínio da arqueologia, e para a perversidade desta situação para os arqueólogos, apresentando como única solução a autoregulação da profissão, através da criação de uma Ordem dos Arqueólogos.

O outro tema especial escolhido para estas Jornadas foi a investigação e valorização do património arqueológico. Com efeito, nos últimos sete anos, em grande parte devido à acção do IPPAR, organismo com especiais responsabilidades nesta matéria, mas também de outras entidades, como as autarquias e o próprio IPA, a quem compete legalmente a gestão do maior e mais importante complexo arqueológico do país, o Parque Arqueológico do Côa, assistiu-se ao desenvolvimento de um conjunto coerente de projectos de valorização dos principais sítios arqueológicos do país, cujos resultados importa apresentar e discutir publicamente.

Para esse efeito, convidaram-se os responsáveis pelo lançamento e acompanhamento do programa "Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve", o arquitecto Manuel Lacerda, Director do Gabinete de Estudos e Projectos do IPPAR, e a arqueóloga Filomena Barata, Directora Regional de Évora do IPPAR. O texto de Manuel Lacerda, o único entregue, reveste-se de grande interesse, pois traz-nos a perspectiva do arquitecto responsável pela coordenação do mais ambicioso projecto de valorização do património arqueológico até hoje realizado em Portugal.

Os responsáveis científicos por dois projectos de investigação e valorização de sítios arqueológicos desenvolvidos no âmbito de autarquias e associações locais, embora com o apoio do IPPAR, Susana Oliveira Jorge, responsável pelo projecto do Castelo Velho de Freixo de Numão (Foz Côa), e João Luís Cardoso, responsável pelo projecto de Leceia (Oeiras), abordaram a problemática da conciliação entre a investigação e a apresentação ao público de sítios arqueológicos pré-históricos.

Mais polémica foi sem dúvida a intervenção de Luís Raposo, que aqui se publica, na qual se analisam "os custos e benefícios da musealização *in situ*", e se defende a necessidade de se optar pela transferência para os museus, nacionais, regionais, municipais ou até locais, não só dos bens arqueológicos móveis, mas também, no limite, dos próprios bens imóveis, sempre que não houver condições para a sua conservação e apresentação ao público no próprio local em que foram achados, como alternativa ao seu reenterramento.

Quanto ao arquitecto Maia Pinto, optou por apresentar um documentário, de elevado valor estético, sobre o Parque Arqueológico do Côa, de cuja gestão foi responsável desde a sua transferência para o IPA, em 1997, até meados de 2004.

Em complemento da "mesa redonda" sobre investigação e valorização do património arqueológico, e aproveitando a passagem por Portugal de um grupo de investigadores dessa instituição, foi ainda apresentado um excelente documentário sobre o Parque Arqueológico da Serra de Capivara (Brasil), em que existe um notável conjunto de pinturas rupestres, e cuja sobrevivência se encontra actualmente em risco, devido ao seu isolamento e à falta de financiamentos estatais.

A sessão de encerramento destas Jornadas foi preenchida por um debate sobre a situação da Arqueologia em Portugal, moderado pelo Prof. Oliveira Jorge e pelo signatário, no qual participaram muitos dos presentes. Embora tenham sido expressas opiniões muito diferentes em relação às soluções para se ultrapassar a actual crise, a maior parte dos intervenientes mostrou-se bastante pessimista em relação ao futuro próximo da actividade arqueológica, dada a conjuntura política e económica muito desfavorável que o país atravessa.

Publicam-se ainda neste volume várias comunicações, apresentadas em Assembleias Gerais realizadas em 2003, e ainda uma comunicação apresentada em Novembro de 2002, da autoria da nossa consócia Manuela Cantinho, sobre o Conde de S. Januário, ilustre militar e diplomata que sucedeu a Possidónio da Silva como Presidente desta Associação, e ofereceu ao Museu Arqueológico do Carmo uma importante colec-

ção de antiguidades pré-colombianas, por ocasião do centenário da sua morte.

A Assembleia Geral Extraordinária de 6 de Fevereiro de 2003 foi dedicada a uma homenagem aos membros da Direcção e da Associação que se destacaram no processo de remodelação do Museu Arqueológico do Carmo, tendo para essa ocasião sido convidados como conferencistas os arqueólogos Hermanfrid Schubart e Theodor Hauschild. Estes ilustres sócios correspondentes da nossa Associação e antigos directores do Instituto Arqueológico Alemão, em Madrid e em Lisboa, respectivamente, historiaram as excelentes relações existentes entre os arqueólogos alemães pertencentes aquele prestigiado Instituto e os arqueólogos portugueses, ao longo de mais de meio século, e as importantes contribuições que deram para o conhecimento e a projecção além fronteiras da arqueologia portuguesa e para a formação das novas gerações de arqueólogos portugueses. Tendo eu próprio tido o privilégio de receber, no longínquo ano de 1968, os benefícios dessa formação, nessa grande escola internacional de arqueologia que foi o Castro do Zambujal, sob a direcção de Hermanfrid Schubart, a quem fiquei unido por laços de profunda amizade, e tendo a maior estima profissional e pessoal por Theodor Hauschild, é com o maior prazer que publico neste volume os textos desses dois grandes arqueólogos e amigos de Portugal.

Encerrando um ano de grande actividade associativa, a 26 de Novembro de 2003, teve lugar uma outra Assembleia Geral Extraordinária, especialmente dedicada a comemorar em simultâneo o 140º aniversário da fundação da própria Associação e o 100º aniversário de um dos seus mais ilustres Presidentes, o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida. Para esse efeito, por sugestão da Direcção, depois de uma intervenção da Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Teresa Júdice Gamito, que destacou o papel do homenageado como professor de Arqueologia, foi convidado a usar da palavra o nosso consócio José Luís de Matos, seu antigo assistente e colaborador directo na Faculdade de Letras, que destacou o importante papel desempenhado por D. Fernando de Almeida na formação em Lisboa de uma verdadeira escola de arqueologia romana, e na abertura às novas

gerações de arqueólogos do Museu Nacional de Arqueologia e da própria Associação. Finalmente, Paulo Almeida Fernandes analisou, numa perspectiva crítica, o contributo de D. Fernando de Almeida para o estudo da Alta Idade Média em Portugal.

Além dos habituais relatórios dos corpos gerentes e das secções e comissões, e de informações de interesse para os nossos associados, inicia-se neste volume uma secção dedicada à apreciação crítica de algumas

das obras que se publicam em cada ano ou que chegam à nossa biblioteca.

A publicação regular da *Arqueologia e História*, que representa um considerável esforço por parte desta Associação, pretende ser um importante meio de comunicação com os nossos associados e com outras instituições, nacionais e estrangeiras, e de enriquecimento da nossa biblioteca, através do sistema de permutas, pelo que se espera que seja do agrado de todos.

Secção de Pré-História

Notícia preliminar das ocupações humanas do sítio de Vale Boi, Vila do Bispo

Nuno Ferreira Bicho¹
Mary Stiner²
John Lindly³

Introdução

O sítio arqueológico de Vale Boi foi descoberto em 1998 como resultado dum trabalho de prospecção integrado no Projecto de Investigação *A Ocupação Humana Paleolítica do Algarve*. Este projecto, que decorreu entre 1996 e 2000, tinha como objectivo principal o estudo da ocupação humana do Algarve durante o Paleolítico e Epipaleolítico. Nesta perspectiva foram desenvolvidos esforços no sentido de estabelecer:

- a) a cronologia, então completamente inexistente, para o Paleolítico do Algarve;
- b) caracterização e definição dos Paleolíticos Inferior e Médio regionais;
- c) identificação e caracterização do Paleolítico Superior e Epipaleolítico, nomeadamente no que se refere à problemática do Mirense.

Neste âmbito, a equipa, de carácter interdisciplinar, constituída por vários especialistas cobrindo as áreas do Paleolítico Médio, Paleolítico Superior, Geomorfologia e Zooarqueologia, orientou os recursos, quer humanos quer económicos, do projecto segundo três dimensões principais:

- a) prospecção da região, onde se incluiu a localização de sítios já anteriormente conhecidos;
- b) sondagens de sítios inéditos com potencial estratigráfico e material *in situ*;
- c) datações desses mesmos sítios arqueológicos.

O trabalho de prospecção teve como objectivo zonas muito específicas do Algarve, tendo seguido uma amostragem de tipo estratificado (Bicho, 2003), orientada com base na topografia do terreno, acesso a recursos económicos naturais (água, diferentes nichos ecológicos, sílex) e a determinadas unidades geológicas, as quais determinavam a possibilidade da existência de ocupação humana. Estas unidades geológicas eram identificadas pelas letras "a" (aluviões), "d" (dunas e areias de dunas), "A" (areias de praia), "Q" (Quaternário) e "P" (Plio-Plistocénico indiferenciado) nas cartas geológicas 1:50000 da área de estudo. Estas formações podem ser identificadas como zonas de dunas e terraços marinhos e fluviais. A estes ambientes geomorfológicos, juntaram-se ainda os contextos calcários onde se referenciaram

grutas e abrigos sob rocha (Bicho, 2003). Deste modo, privilegiou-se uma prospecção que não assentava apenas na diversidade ambiental, tida por certos autores como problemática, mas sim no grau de probabilidade de obtenção de resultados através do uso quer de unidades geológicas quer de variáveis determinantes para a ocupação humana na área.

Com esta metodologia encontraram-se cerca de 65 sítios com cronologias pré-históricas, desde o Paleolítico Médio ao Calcolítico, mas com especial incidência em sítios do Paleolítico Médio e em concheiros mesolíticos e neolíticos.

O sítio de Vale Boi foi assim localizado durante as prospecções do Concelho de Vila do Bispo, quando os trabalhos decorriam nos vales fluviais que cortam o maciço calcário da actual Costa Vicentina. O sítio encontra-se situado a Leste do vale da Ribeira de Vale Boi, em frente da pequena localidade, também com esse nome (Figura 1).

Os vestígios arqueológicos estendem-se agora por cerca de 9000 m², área definida pelas várias sondagens levadas a cabo até ao momento, prevendo-se, contudo, que a área de ocupação seja ainda maior.

O sítio encontra-se na vertente, entre um dos afloramentos de calcário mais imponentes da zona, com cerca de 10 metros de face vertical, e a aluvião da ribeira, localizada a cerca de 40 metros mais abaixo. Os sedimentos plistocénicos que embalam as ocupações humanas assentam nos calcários. Estes formam vários terraços marcados por concavidades e grandes blocos.

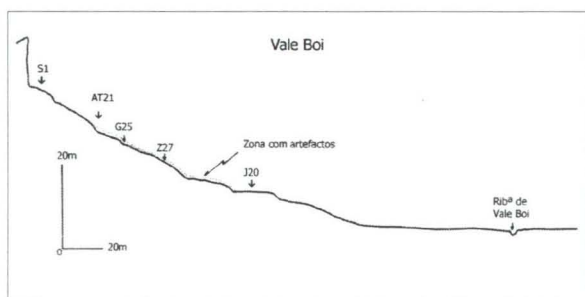
No momento da descoberta do sítio, a sua superfície estava essencialmente limpa de vegetação e por isso com grande visibilidade. O solo encontrava-se coberto por artefactos líticos, fragmentos de ossos e algumas conchas, apontando a tipologia dos materiais líticos,

1. Vista geral do sítio arqueológico de Vale Boi. A seta indica a zona central da concentração de artefactos à superfície, perto da sondagem G25.



bem como a ausência de cerâmicas, para uma ocupação paleolítica, supostamente Magdalenense.

Após a localização dos proprietários do terreno, Senhores Máximo Bravo e João Rosado (que têm dado todo o seu apoio ao projecto, e aos quais desde já agradecemos), iniciaram-se em 2000 duas sondagens de 1 metro cada, denominadas G25 e Z27 (Figura 2). Estas localizam-se em zonas onde havia maior concentração de artefactos à superfície e também onde a topografia aparentava ser mais plana e, portanto, mais propícia quer à ocupação humana, quer à preservação in situ, dos possíveis níveis arqueológicos. Este trabalho revelou ocupações humanas com uma amplitude cronológica muito grande, desde o Gravettense até ao Magdalenense, havendo alguns materiais que indiciam também a possibilidade da presença de Moustierense.



2. Corte simplificado do vale da Ribeira de Vale Boi, com a localização das sondagens.

Essas primeiras sondagens foram terminadas apenas em 2001. No ano seguinte iniciou-se a abertura de uma pequena área de 7 m² junto a G25, tendo-se continuado o trabalho de sondagens no sentido de se determinar a extensão do sítio arqueológico. Este trabalho foi continuado em 2003 e continuará durante os próximos dois anos de trabalhos de campo para que se possa ter uma perspectiva geral da complexidade estratigráfica e extensão das várias ocupações humanas pré-históricas existentes em Vale Boi.

A Metodologia

Todo o trabalho no sítio de Vale Boi está ligado a um datum que se encontra, pelo que sabemos, imediatamente fora da área de ocupação humana pré-histórica.

Contudo, e por precaução, deu-se a esse ponto de coordenação a localização 100.00 m Norte e 100.00 m Este. A sua altitude absoluta em relação ao nível do mar é 34,50 m, cota obtida através da referência directa com o marco topográfico de Vale Boi.

Todo o trabalho topográfico e de localização espacial foi feito com o recurso a uma estação Total da marca TopCon, modelo GTS 226. A implantação da quadrícula foi feita recorrendo ao sistema DEM da estação total. As sondagens foram feitas utilizando a decapagem por níveis artificiais de 5 cm, enquanto que a escavação seguiu um sistema de registo mais complexo.

A escavação faz-se por camadas naturais que, por sua vez, são divididas em níveis artificiais de 5 cm, controlados pela estação total. A estes dá-se uma designação numérica, crescente de cima para baixo, a partir do número 1, correspondendo este aos 5 cm superficiais. Dentro de cada nível artificial, todos os artefactos arqueológicos com dimensões superiores a 2,5 cm são coordenados tridimensionalmente. A excepção são as lamelas, as conchas inteiras e os objectos de adorno que são sempre coordenados, independentemente da sua dimensão. Todas essas peças têm um número identificativo, sequencial, independentemente do seu quadrado. Este número é dado automaticamente pela estação total. Estes números correspondem a etiquetas feitas antes da escavação em papel vegetal com uma gramagem de 90 g (este tipo de papel foi escolhido pela sua resistência à humidade e mesmo à água durante a lavagem dos artefactos, bem como devido à sua durabilidade). Nestas etiquetas estão inscritos a designação do sítio arqueológico (VB), o ano dos trabalhos, o número da peça correspondendo à leitura da sua localização e o espaço para a data de recolha da peça. Durante a escavação é registado nas etiquetas a data bem como o quadrado e a camada de proveniência da peça. Este registo faz-se para simplificar o trabalho de análise em laboratório que decorre posteriormente.

Note-se que a coordenação tridimensional não se faz independentemente dentro de cada quadrado, mas sim em relação ao datum nas suas três variáveis (X,Y e Z). No caso de Vale Boi em que existem muitos milhares de peças a coordenar e uma equipa relativamente

numerosa, este sistema de coordenação e utilização de etiquetas ajuda a diminuir o potencial de erro no que concerne a duplicação de etiquetas e de incorrecções na inscrição da localização das mesmas. Naqueles casos em que, mesmo assim, se cometem erros, rapidamente se identificam e se podem corrigir, uma vez que o número do registo na estação total não corresponde ao número da etiqueta.

Outro aspecto que deve ser mencionado é que o material de crivo tem também uma etiqueta pré-inscrita. De facto, no caso de Vale Boi, e ao contrário do que é habitual na maior parte dos trabalhos de escavação em que toda a área do quadrado é a unidade analítica mínima de escavação, decidiu-se por uma novidade metodológica. A unidade de trabalho, dentro de cada quadrado e de cada nível artificial de escavação, é a capacidade dum balde. Isto é, a escavação faz-se num máximo de 5 cm de espessura sempre em zonas contíguas até o escavador encher o seu balde de plástico. Nesse momento, tira-se a localização tridimensional média desse volume e área de escavação, sendo esse sedimento crivado. Ao material proveniente desse balde e encontrado no crivo corresponde uma das etiquetas pré-numeradas acima referidas.

Devido a este levantamento, a base de dados da estação total tem um código que corresponde ao tipo de levantamento feito. Assim, existem códigos diferentes – A, O, T, B e C – correspondendo respectivamente a artefactos líticos, a fauna (que inclui conchas e ossos), a topografia, a balde e ao carvão. Esta base de dados serve depois como suporte para a análise de laboratório dos artefactos e fauna. O sedimento é crivado na sua totalidade, através do recurso a um crivo com malha de 2 mm.

Os resultados dos trabalhos das sondagens e das escavações

Os resultados das duas primeiras sondagens (G25 e Z27) superaram as expectativas iniciais sobre o sítio de Vale Boi. Em G25 a sondagem chegou aos cerca de 2,20 m de profundidade sem se atingir a rocha de base. Verificou-se que a estratigrafia desta zona é constituída por 4 camadas:

Camada 1 – camada de superfície marcada por siltes e areias castanhos escuros com alguma argila (7.5YR3/3). As inclusões são pequenas raízes, pequenos fragmentos de calcário e pequenos artefactos líticos. Esta camada encontra-se muito compactada e tem apenas cerca de 5 cm de espessura, correspondendo à ocupação mais recente desta zona, o Magdalenense;

Camada 2 – esta camada é semelhante à camada A, mas a cor é um pouco mais clara (7.5YR4/4), sendo os artefactos de maiores dimensões incluindo materiais líticos, conchas e ossos. É também muito compactada, aumentando a sua compactação conforme aumenta a sua profundidade; O seu início está datado por radiocarbono, sendo a data de cerca de 17,000 bp (Tabela 1). A quantidade de *éboulis* é claramente superior, e parece aumentar com a profundidade da camada. Esta camada é ainda marcada por um desenvolvimento pedogénico, que se espelha através da formação de pequenos nódulos e concreções ferruginosas. A Camada 2 encontra-se dividida em 2A e 2B, sendo o interface entre as duas marcado pela presença de grande número de blocos e seixos de calcário. Este interface corresponde ao início Último Máximo Glaciar, contendo materiais do Proto-solutrense. Por baixo encontra-se a sequência Gravettense com uma datação de cerca de 24,500 anos BP (Tabela 1);

Camada 3 – camada de siltes castanhos avermelhados (5YR5/4), marcados por grande quantidade de *éboulis* de pequenas dimensões, artefactos e ossos. O sedimento é pouco compactado. Os raros materiais arqueológicos sugerem uma cronologia pré-Gravettense, possivelmente Moustierense;

Camada 4 – camada de siltes muito argilosa de cor vermelha amarelada (5YR4/6), marcada pela presença de *éboulis* de dimensões pequenas e médias e grandes blocos de calcáreo. Não existem artefactos líticos, mas foram encontrados vários fragmentos de ossos, alguns calcinados, bem como grande quantidade de carvão de pequenas dimensões.

A estratigrafia da sondagem Z27 é diferente. Do ponto de vista cultural encontra-se marcada apenas pela presença de depósitos Gravettense. A sua base encon-

tra-se a cerca de 1.20 m abaixo da superfície, onde se descobriram os calcários locais. A camada superior, com cerca de 20 cm de espessura, parece corresponder a um nível alterado, com algum remeximento e triagem dos materiais pela acção de águas pluviais, aspecto que parece ser confirmado pela quase ausência completa de fauna. A camada 2 é semelhante à camada com a mesma designação de G25.

Em ambas as sondagens, os materiais arqueológicos preenchem quase na totalidade a estratigrafia e com pouco sedimento fino, sem dar lugar a camadas estéreis. Contudo, o material parecia estar *in situ*. Esta ideia confirmava-se pela presença de fauna em posição anatómica; pela grande quantidade de conchas de lapa em perfeito estado de conservação e colocadas umas por cima das outras; pelo facto da maioria dos artefactos e fauna se encontrarem dispostas horizontalmente e com direcções diversificadas apesar da inclinação do terreno; pelo facto de não haver qualquer triagem dimensional de artefactos líticos; e, finalmente por terem sido feitas remontagens de fragmentos de fauna e de conchas entre quadrados adjacentes. Para se compreender a razão deste conjunto de factos e se verificar e investigar o tipo de preservação do registo arqueológico foram abertas duas pequenas áreas de escavação contíguas a essas sondagens.

No caso de G25, os trabalhos mostraram a existência da subdivisão da camada 2, separada pela presença de blocos de calcário de dimensão muito variada, mas que chegam a ter um metro de comprimento. Durante os trabalhos de escavação, mais precisamente aquando do processo de decapagem, chegou a pensar-se que esta concentração de blocos tivesse origem antrópica. Contudo, conforme os trabalhos de escavação foram progredindo, verificou-se que a concentração desses blocos teria uma origem natural, seguindo essencialmente o declive do terreno

Apesar de não ter ainda havido uma análise completa dos materiais arqueológicos, o trabalho de campo parece sugerir que a deposição dessa concentração de blocos de calcário teve lugar entre a ocupação gravettense e o Proto-solutrense, ou seja, no início do LGM, tal como foi acima referido.

O mapeamento dos blocos de calcário e a coordenação tridimensional dos artefactos parecem mostrar que no momento da deposição desses blocos, a superfície estava marcada por um declive bastante mais suave do que o actual, aspecto que, aliás, ajuda a perceber a razão da escolha do local. Contudo, o tipo de materiais e a sua disposição e a falta de zonas estéreis parecem apontar para que a zona da escavação seja a área de despejo dos restos de várias actividades humanas, incluindo as de produção e manutenção dos artefactos líticos, as de alimentação e mesmo de esquartejamento da caça, e não à da zona da habitação diária das várias comunidades que habitaram em Vale Boi.

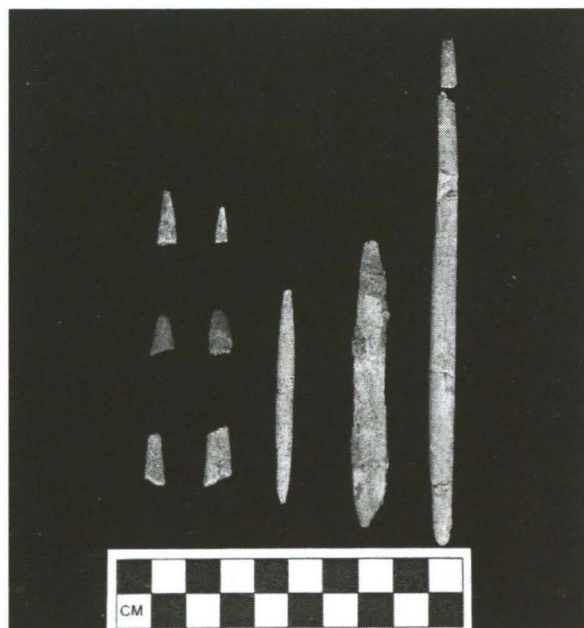
Devido a esta hipótese, o esforço dos trabalhos orientou-se para a localização de áreas arqueológicas que representassem as zonas de vivência diária das comunidades paleolíticas de Vale Boi. Assim, foram abertas várias sondagens dispersas pela perimetro onde eram encontrados artefactos e fauna à superfície, bem como em áreas desprovidas desses materiais. Até ao momento foram abertas uma sondagem de 1m² (J20), duas sondagens de 1.5 m² (AZ20 e AT21) e duas de 2m² (S1 e S2). As duas últimas, localizadas perto do abrigo, têm já profundidade próximas dos 90 cm, sem ainda terem sido recuperados quaisquer artefactos.

AZ e AT localizaram-se a meia encosta entre a sondagem G25 e o abrigo. O resultado dos trabalhos detectou, respectivamente em cada sondagem, a presença de um nível solutrense e um outro Gravettense. Contudo, os materiais recolhidos parecem indicar que essas áreas são provavelmente o limite de cada um desses níveis de ocupação, ambos com cerca de 5 cm de espessura.

A sondagem J20, levada a cabo fora do limite da presença artefactual na superfície num primeiro patamar junto à planície aluvial da Ribeira, deu resultados bastante mais interessantes. A camada superficial com cerca de 25 cm de espessura apresenta-se claramente remexida com a presença de materiais modernos (fragmentos de cerâmicas e vidros recentes) juntamente com artefactos líticos pré-históricos, sem, no entanto, existir fauna. A cerca de 45 cm de profundidade, encontra-se um nível arqueológico marcado pela presença de faunas diversas, artefactos líticos e alguma cerâmica, cujas

características tipológicas apontam para uma ocupação do Neolítico Antigo. Neste nível foi encontrado o limite Este de um pavimento formado por blocos de calcário, provavelmente com a função de regularizar a superfície Holocénica de então. Por baixo do nível neolítico a estratigrafia encontra-se marcada pela presença mais ou menos frequente de material lítico e alguma fauna que resulta dos processos de formação da colúvia local. Este facto é evidenciado pela falta de fauna e pela triagem dimensional dos materiais líticos. Contudo, em dois níveis separados por cerca de 40 cm, e correspondentes a uma estabilização da superfície, encontram-se duas ocupações paleolíticas, a superior de cronologia Solutrense e a inferior possivelmente Gravettense. Em ambos os casos se denota uma diferença marcada entre as zonas directamente acima e abaixo onde se encontram os materiais redepositados devido à movimentação gravitacional na vertente.

Os materiais encontrados durante os trabalhos de sondagem e escavação são muito diversos. Um dos aspectos mais fascinantes dos materiais arqueológicos é a grande quantidade de instrumentos em osso provenientes de todas as cronologias, dos quais se destaca três peças quase completas (Figura 3) dos níveis gravettenses. No que respeita aos materiais líticos, os utensí-



3. Pontas em osso de Vale Boi.

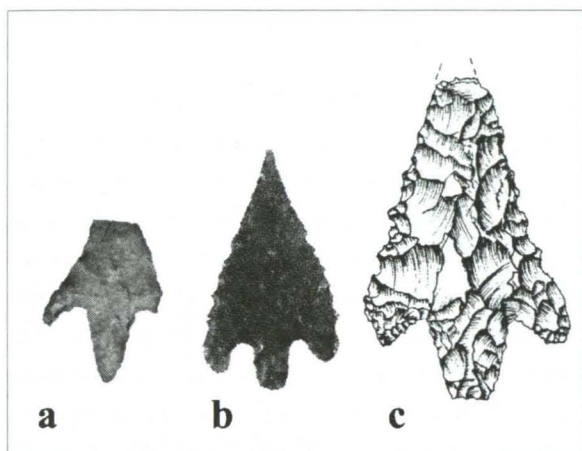
lios retocados mais comuns são as peças esquiroladas, seguidas dos buris e das raspadeiras. De um ponto de vista geral, parece haver uma tendência para a diminuição do tamanho de todos esses utensílios desde o Gravettense até ao Magdalense. As matérias-primas são semelhantes em todos os períodos, sendo principalmente locais – sílex, quartzo e grauvaque são as mais importantes, sendo utilizado também o quartzito e os arenitos. Apesar de não ter havido ainda qualquer análise química ou mesmo geológica, com base em características macroscópicas, parece haver algumas peças, todas elas lascas parcialmente corticais ou não corticais, que parecem pertencer ao grupo do chamado sílex de Rio Maior.

As armaduras solutrenses (Figura 4) são muito variadas, sendo marcadas pela sua pequena dimensão e por semelhanças vincadas, do ponto de vista morfológico (Figura 5) e de tamanho, com as pontas encontradas no Levante espanhol (Villaverde, 1994; Fullola, 1985), como é o caso da Gruta de Parpalló.

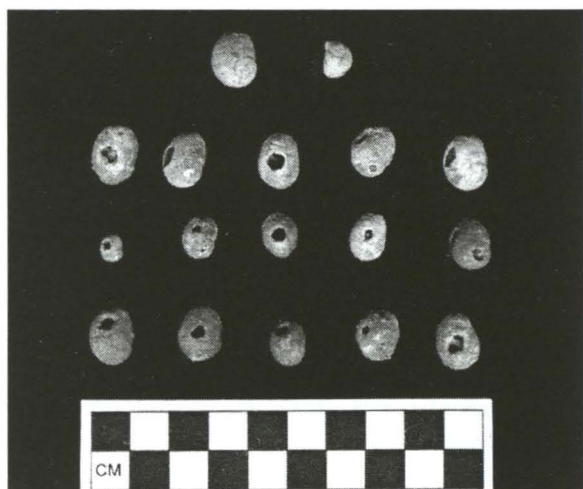
A questão da decoração parece ter tido uma grande importância no Paleolítico Superior de Vale Boi. Para além da grande quantidade de conchas perfuradas encontradas nos níveis gravettenses e proto-solutrenses (Figura 6), foi ainda encontrado no nível magdalense um pendente feito em dente (Figura 7), idêntico os pendentes feitos em dentes caninos do veado europeu, que se encontram quer em Portugal, quer em Espanha (Callapez, 2003; Vanhaeren e D'Errico, 2003; Aubry et



4. Pontas solutrenses de Vale Boi (as duas pontas da direita são pontas de face plana).



5. Pontas de Parpalló de a) Vale Boi, b) Parpalló e c) Caldeirão. O exemplo de Parpalló tem 3.75 cm de comprimento (segundo Villaverde, 1994 e Zilhão, 1995).



6. Exemplos de conchas perfuradas de *Littorina obtusata* dos níveis Gravettenses e and Proto-solutrenses de Vale Boi.

al., 2001; Soler Mayor, 2001). Foram também encontrados 3 dentes de veado que foram modificados na zona da raiz perto da coroa, de forma a fazer uma pequena ranhura ou sulco em todo o diâmetro da raiz, certamente devido à sua função como pendentes. Finalmente, existe todo um conjunto muito diverso de minerais, que terão sido utilizados como corantes e que se encontram em vários estádios de tratamento, desde nódulos de dimensões várias de hematite de várias cores a mangânês preto, até pequenos aglomerados de grão muito fino desses mesmos materiais.

Finalmente note-se que vários aspectos morfológicos e de tradição estilísticas, quer no que diz respeito



7. Pendente feito em osso.

às indústrias líticas quer no que diz respeito ao uso de utensilagem em osso (veja-se por exemplo, o trabalho de Cacho e Ripoll, 1988, sobre a *Cueva de Ambrosia*) e de objectos de decoração pessoal, parecem ter uma forte ligação ao Levante espanhol (Bicho *et al.*, 2003a). De facto, essa ligação parece ser mais forte a essa região do que à Estremadura portuguesa (Zilhão, 1995), com excepção do Proto-solutrense, que em Vale Boi apresenta as mesmas características de evolução tecnológica e tipológica descobertas na Estremadura por Zilhão (1995). Se, contudo, se vier a confirmar a presença de sílex de Rio Maior em Vale Boi, então parece que o Algarve Ocidental desde, pelo menos, do Gravettense, ilustra a presença de um corredor de ligação entre os grupos humanos paleolíticos da zona de Valência e a costa atlântica portuguesa, com uma área de influência superior a 1000 quilómetros de distância.

A fauna mamalógica encontrada em Vale Boi é semelhante em todos os períodos, havendo variação apenas no que concerne à sua frequência relativa (Stiner, 2003). De facto, parece haver uma diminuição da utilização do coelho durante o Solutrense, aspecto que se conhece noutros sítios do país, como na Lapa do Picareiro (Bicho, *et al.*, 2003b). Outro aspecto importante é o aparecimento de auroque e do javali no Magdalenense.

Quanto à fauna malacológica, parece ter havido uma utilização frequente da lapa e mais rara de outras espé-

cies como a vieira, o mexilhão e a amêijoia durante o Gravettense. No início do Solutrense esse tipo de recurso alimentar deixou de ser utilizado em Vale Boi, provavelmente como consequência de um afastamento da linha de costa devido à regressão marinha durante o Último Máximo Glaciar.

Segundo o estudo preliminar de Mary Stiner (2003) dos materiais das sondagens de 2000 e 2001, parece evidente o recurso desde o Gravettense a uma técnica que obtinha de forma muito eficaz todo o conteúdo energético da fauna de médias e grandes dimensões. Esta técnica dependia de um processo em várias fases, sendo a primeira a abertura de uma vala que era depois coberta por uma pele de animal. Seguidamente, essa depressão era cheia com água, onde eram colocadas pedras previamente aquecidas numa lareira. Simultaneamente, os ossos de animais eram partidos e esmagados com o auxílio de um percutor e de uma bigorna, ambos em pedra, sendo depois os ossos colocados na vala com o líquido a aquecer devido à presença das pedras quentes. A temperatura alta fazia com que a gordura dos ossos, incluindo aquela que se encontra na parte esponjosa dos mesmos, se dissolvesse na água. Com o arrefecimento deste líquido, a gordura reunia-se na superfície, coalhando e formando uma espécie de gelatina que podia ser cortada aos bocados e transportada ou arrumada mais facilmente, sendo depois utilizada em vários momentos no decorrer de um período que depende parcialmente da temperatura ambiente. Como é evidente, enquanto o líquido estava ainda quente, esta mistura teria sido utilizada como um caldo de carne, bastante rico do ponto de vista energético.

Esta técnica está evidenciada em Vale Boi através da presença de grande quantidade de ossos caracterizados por fracturas enquanto estavam ainda frescos, alguns com clara evidência de alterações térmicas sem contacto directo com fogo, grande quantidade de material lítico não talhado mas muito fragmentado, e grande quantidade de bigornas de grandes dimensões, bem como pela presença frequente de peças esquiroladas, tradicionalmente relacionadas com o trabalho sobre osso.

Nota final

A maior parte dos dados apresentados aqui são ainda claramente preliminares. A complexidade e a extensão, quer espacial quer temporal do sítio de Vale Boi, implica que o trabalho que aí se venha a desenrolar deva ser preparado com grande cuidado, devendo a estratégia metodológica ser o elemento mais importante deste trabalho. Por esta razão, o empenho da equipa de investigação é neste momento conhecer a extensão das ocupações humanas pré-históricas de Vale Boi e, simultaneamente, tentar perceber o tipo de formação do registo arqueológico local, nomeadamente no que se refere às várias áreas de ocupação em cada momento, bem como as respectivas funções e actividades que aí tiveram lugar.

Note-se que presentemente se estima o número de artefactos líticos e fragmentos faunísticos em mais de 100000, tendo sido abertos menos de 20 m² de área, com um total de cerca de 15 semanas de escavação. Devido ao tipo de actividades detectadas até ao momento, prevê-se que seja necessário abrir áreas de escavação alargadas. O número de artefactos aumentará rapidamente com este tipo de trabalho de campo, sendo o estudo desses materiais depois muito complicado e inevitavelmente demorado.

Pelas várias razões acima apontadas, é necessário primeiro compreender e conhecer, tanto quanto possível, o sítio arqueológico antes de se iniciar um projecto de grande intervenção em Vale Boi. Para se poder realizar esse tipo de projecto será obrigatoriamente necessário reunir um conjunto de condições, das quais se destaca uma equipa alargada de especialistas e alunos de pós-graduação, bem como um financiamento a longo prazo...

Agradecimentos

Este projecto deve-se ao financiamento da FCT (projecto POCT/HAR/37543/2001) e ao IPA (PNTA-2002-IRAPA). Queremos agradecer a ajuda da Escola EB 2+3 de Vila do Bispo, bem como a autorização dos proprietários do terreno, Senhores João Rosado e Máximo Bravo, onde se situa o sítio arqueológico de Vale Boi.

Notas

¹ FCHS-Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8000 Faro, nbicho@ualg.pt

² Dept. of Anthropology, Building 30, University of Arizona, Tucson, AZ 85721, USA

³ SWCA, Environmental Consultants, 2120 N. Central Avenue, Suite 130, Phoenix, AZ 85004, USA

Referências Bibliográficas

- AUBRY, T., J.-Ph. BRUGAL, F.-X. CHAUVIÈRE, I. FIGUEIRAL, M. MOURA e H. PLISSON, 2001, "Modalités d'occupations au Paléolithique supérieur dans la grotte de Buraca Escura (Redinha, Pombal, Portugal)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4(2), pp.19-46.
- BICHO, N., 2003, "A importância dos recursos aquáticos na economia dos caçadores-recolectores do Paleolítico e Epipaleolítico do Algarve", *Xelb*, 4, pp.11-26.
- BICHO, N., M. STINER, J. LINDLY, C.R. FERRING e J. CORREIA, 2003a, "Preliminary results from the Upper Paleolithic site of Vale Boi, southwestern Portugal", *Journal of Iberian Archaeology*, 5, pp.51-66.
- BICHO, N., J. HAWS, B. HOCKETT, A. MARKOVA e W. BELCHER, 2003b, "Paleoecologia e Ocupação Humana da Lapa do Picareiro: resultados preliminares", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6(2), pp.49-81.
- CALLAPEZ, P., 2003, "Moluscos marinhos e fluviais do Paleolítico Superior da Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal): evidências de ordem sistemática, paleobiológica e paleobiogeográfica", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6(1), pp.5-15.
- CACHO, C. e S. RIPOLL, 1988, "Industria óssea", *La Cueva de Ambrosia (Almeria, Spain) y su posicion cronoestratigráfica en el Mediterraneo Occidental*, S. Ripoll (ed.). Vol. II, pp. 400-415. BAR.
- FULLOLA, J., 1985, "Les pieces à ailerons et pédoncule comme élément différentiel du Solutrén ibérique", *La signification culturelle des industries lithiques*, M. Otte (ed.), pp. 339-352. Oxford: BAR.
- SOLER MAYOR, B. "Adorna, imagen y comunicación", *De Neandertales a Cromañones. El inicio del poblamiento humano en las tierras valencianas*, V. Villaverde (ed.), pp.367-376. Valencia: Universitat de València.
- STINER, M., 2003, "Zooarchaeological evidence for resource intensification in Algarve, southern Portugal". *Promontoria*, 1, pp.27-61.
- VANHAEREN, M. e F. D'ERRICO, 2002, "The body ornaments associated with the burial", *Portrait of the Artist as a Child. The Gravettian Human Skeleton from the Abrigo do Lagar Velho and its Archaeological Context*, J. Zilhão e E. Trinkaus (eds.), pp.154-186. Lisboa: IPA.
- VILLAVERDE, V., 1994, "Le Solutrén de faciès ibérique: caractéristiques industrielles et artistiques", *Le Solutrén en Péninsule ibérique*, pp.11-29. Mâcon: Musée Départemental de Solutré.
- ZILHÃO, J., 1995, *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade Clássica de Lisboa.

Tabela 1

Datações AMS de Vale Boi

Level	Period	Lab Code	Material	dC13	Result
4	Solutrense Superior	Wk-12131	ossos	-20.0± -2	17,634±108
10	Proto-solutrense	Wk-12130	ossos	-20.0±2	18,406±164*
18	Gravettense Antigo	Wk-12132	charcoal	-23.6± -2	24,300±205

* uma vez que a % de N (.18) desta amostra era insuficiente este resultado deve ser considerado como idade mínima.

Tabela 2

Lista de espécies provenientes das sondagens de G25 e Z27 de Vale Boi

Nome comum	Designação latina	Observações
lapa	<i>Patella vulgata</i>	distribuição actual do Medit. W ao Norte Atlântico
lapa	<i>Patella ulyssiponensis</i>	
mexilhão	<i>Mytilus edulus/galloprovincialis</i>	
vieira	<i>Pecten maximus</i>	
amêijoia	<i>Ruditapes decussatus</i>	
coelho	<i>Oryctolagus cuniculus</i>	
raposa	<i>Vulpes sp.</i>	provavelmente <i>V. vulpes</i>
lince	<i>Felis pardina?</i>	com corpo grande, provavelmente lince ibérico
pássaros	<i>indet. Aves</i>	espécie indeterminada de tamanho médio
veado	<i>Cervus elaphus</i>	
auroque	<i>Bos primigenius</i>	
cabra	<i>Capra sp.</i>	Probably <i>C. pyrenaica</i> , large-bodied
javali	<i>Sus scrofa</i>	
cavalo	<i>Equus caballus</i>	com corpo pequeno
asno	<i>Equus sp.</i>	subgénero <i>Asinus</i> , possivelmente <i>E. hydruntinus</i>

Tabela 3

Frequências dos vertebrados (NISP) das sondagens G25 e Z27

Nível/ sondagem	Período	coelho	equideos	veado	Bos	javali	cabra	UM	GU	passáros	carn.
1-15/Z27	Gravettense	171	75	111	5	1	4	80	-	1	-
0-3 /G25	Mag. Antigo	4	21	41	-	-	-	38	-	-	-
4-7/G25	Solutrense	43	24	93	-	-	-	125	-	1	1
8-9/G25	Protosolutrense	80	14	120	-	-	-	174	-	-	-
10-14/G25	Gravettense Final	139	29	184	-	-	3	206	1	-	2
15-22/G25	Gravettense Antigo	209	14	92	1	-	3	-	7	-	1
23-36/G25	?	27	1	-	-	-	-	-	-	-	-

UM (ungulado médio); GU (grandes ungulados).

Tabela 4

Conchas perfuradas da sondagem G25

Nível	Período	Taxon	MNI	NISP	perforadas
7	Proto-Solutrense	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	4	4	4
8	Proto-Solutrense	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	1	1	1
9	Proto-Solutrense	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	1	1	1
10	Gravettense Final	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	1	1	1
13	Gravettense Final	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	1	1	1
14	Gravettense Final	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	1	1	0
16	Gravettense Antigo	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	1	1	1
17	Gravettense Antigo	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	1	1	1
19	Gravettense Antigo	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	1	1	1?
20	Gravettense Antigo	<i>Littorina obtusata (L.)</i>	2	2	2

Nota: As perfurações são todas localizadas no mesmo local da concha (ver Figura 6).

Contingências históricas e processo global na emergência do Neolítico no território português

António Faustino Carvalho¹

Resumo

No seguimento de projectos de investigação realizados no Baixo Côa, no Maciço Calcário Estremenho e no Barlavento Algarvio, são apresentados de forma breve os principais resultados obtidos até ao momento no estudo do processo de neolitização dessas regiões. As suas diferentes condições ecológico-geográficas e, consequentemente, o seu diferente registo arqueológico, permitem levantar algumas questões teóricas. Entre estas, faz-se particular referência ao "Modelo da Disponibilidade", enquanto elaboração teórica para o entendimento do processo de neolitização, assim como à própria definição de "Neolítico". O objectivo principal deste trabalho é, num primeiro passo, o de salientar o particularismo das trajetórias regionais no contexto mais amplo de processos históricos de escala global, para deixar implícita a ideia de que o discurso arqueológico da neolitização não pode perder de vista as diversas escalas possíveis de observação do referido processo.

0. Nota prévia

Na mesa-redonda ocorrida a 10 de Janeiro de 2003 na Associação dos Arqueólogos Portugueses, subordinada ao tema "O Neolítico em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas", a comunicação que apresentei teve um duplo objectivo: por um lado, sistematizar sumariamente os principais resultados por mim obtidos no estudo da neolitização de três regiões onde tenho tido a oportunidade de trabalhar (Baixo Côa, Maciço Calcário Estremenho e Barlavento Algarvio); por outro lado, dado o conhecimento directo que possuo destas regiões, tão distintas nas suas condições ecológico-geográficas como na sua arqueologia, procurar recorrer a essa experiência na apresentação de uma ou duas reflexões de índole mais teórica.

O título escolhido para a comunicação àquela mesa-redonda – e que repito no presente texto – reflecte, portanto, o cunho teórico que quis conferir à mesma. Por uma questão de esclarecimento, e talvez também de salvaguarda, devo sublinhar que aquelas reflexões são, antes de mais, um primeiro ensaio teórico, embora este conjunto de primícias tenha estado subjacente a toda a minha investigação anterior. A sua revisão e exploração terá lugar noutros trabalhos e noutros compromissos, que neste momento enceto.

Para a presente publicação, decidi manter o texto original, tal como lido na própria ocasião, salvo algumas modificações pontuais. O texto que se encontra nas páginas seguintes deve, portanto, ser entendido nas limitações e nos objectivos naturalmente subjacentes a uma apresentação oral de reflexões preliminares. Nesta opção de reproduzir o texto original, mantive também o discurso na primeira pessoa (algo que, aliás, excluindo um par de excepções, não é por norma opção minha) e, inevitavelmente, o tom coloquial que procurei introduzir no texto que li em voz alta. Revi as referências bibliográficas constantes daquela versão – em que na altura dei particular destaque a J. Thomas, autor que tem tido muita audiência entre nós, mas de uma forma talvez demasiado acritica – e adicionei outras, para fundamentação de algumas das ideias expressas e para indicar a origem das citações. Nestas, sempre que o original era

em língua estrangeira (invariavelmente inglesa), procedi à sua tradução para português.

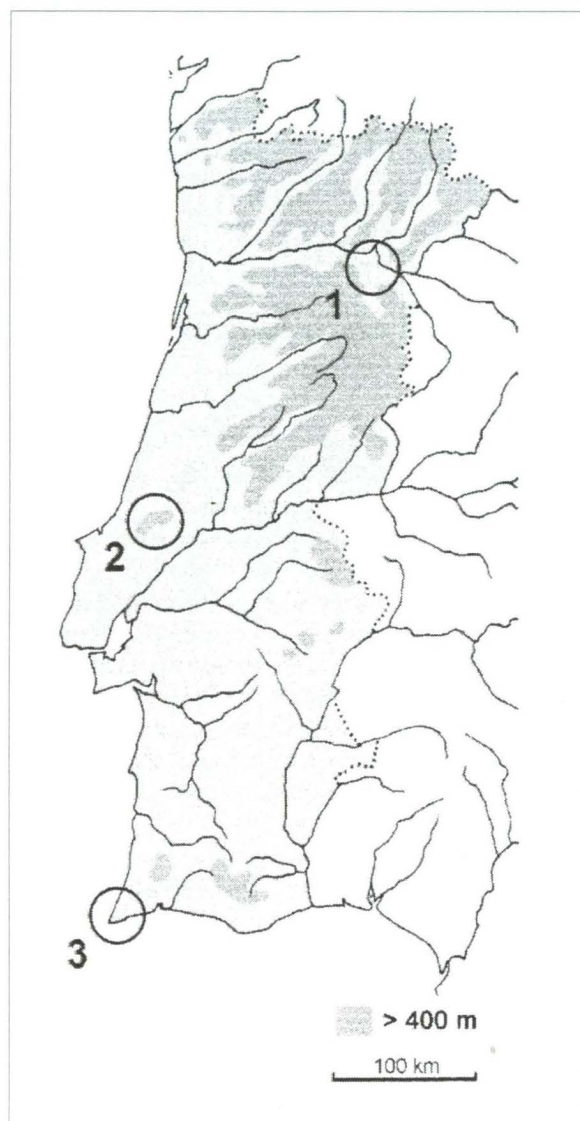
Relembro que a minha comunicação começou com a apresentação de imagens de alguns dos sítios arqueológicos mesolíticos e neolíticos antigos que escavei naquelas regiões. Assim, para o Vale do Côa, referi a Quinta da Torrinha², e o núcleo de gravuras de Vale de Cabrões, onde há arte rupestre possivelmente de tipo "levantino", correlacionável portanto com o processo de neolitização desta região³, a confirmar-se no futuro esta atribuição. Para ilustrar o registo arqueológico do Arrife da Serra d'Aire recorri à Gruta do Almonda, Laranjal de Cabeço das Pias, Forno do Terreirinho e, claro, ao Abrigo da Pena d'Água, sítios que foram entretanto objecto de publicação conjunta no contexto da análise do sistema de povoamento do Neolítico antigo regional⁴. Finalmente, o Barlavento Algarvio foi abordado sobretudo a partir dos dados da Costa Vicentina, designadamente do sítio de Vale Santo. Nesta última região, os dados tratados por mim multiplicaram-se bastante após aquela mesa-redonda, tendo sido feito um balanço da questão muito recentemente⁵.

S. Brás de Alportel, Novembro de 2003

1. A neolitização do Baixo Côa, Maciço Calcário Estremenho e Barlavento Algarvio: síntese

Após a apresentação destes três casos particulares de neolitização – o Baixo Côa, o Maciço Calcário Estremenho, o Barlavento Algarvio (Fig. 1) – surge naturalmente a pergunta: que há de comum entre eles? Aparentemente, nada!

No Baixo Côa, o Neolítico partilha uma série de atributos culturais que permitem enquadrá-lo no normalmente chamado "Neolítico Interior", o qual revelou na última década contextos arqueológicos com claras evidências de uma economia de produção⁶. Foi, aliás, partindo desta evidência que integrei culturalmente e caracterizei economicamente os restos líticos e cerâmicos dos sítios de Quebradas e Quinta da Torrinha. No entanto, um dos eventos mais significativos da inves-



1. Localização do Baixo Côa (n.º 1), do Maciço Calcário Estremenho (n.º 2) e da Costa Sudoeste do Algarve (n.º 3), no actual território português.

tigação recente do Baixo Côa é o estudo do sítio do Prazo⁷, trazido a esta Mesa-Redonda pelo S. Monteiro-Rodrigues, pois trata-se de um contexto que demonstra a existência nesta região de vestígios pré-neolíticos raros, mas importantes, pois testemunham uma ocupação ou, talvez melhor, uma frequentação do Alto Douro português em momentos que antecederam o surgimento das comunidades neolíticas.

Já o Maciço Calcário Estremenho parece totalmente desocupado por alturas do aparecimento dos mais antigos contextos neolíticos locais. Por razões tafonómi-

cas, ou porque de facto nunca existiu, a agricultura está ausente do registo arqueológico desta região. No entanto, há evidência para o pastoreio de ovinocaprinos, a par da caça de cervídeos. O mais intrigante, mas revelador, quanto a mim, é a ausência de interacção, visível arqueologicamente, entre estas comunidades e as suas contemporâneas mesolíticas de Muge, sediadas apenas algumas dezenas de quilómetros a Sudeste, na margem oposta do Tejo.

No extremo Sudoeste português, temos ainda uma outra situação: a perduração de práticas de marisqueio, sem aparente ruptura. O Neolítico antigo parece aqui representar mais uma adição do que a introdução de novas estratégias de exploração dos recursos. Relembre-se, a este título, o sítio de Vale Santo e a importância que os restos malacológicos detêm nesta ocupação neolítica, podendo identificar-se ainda a mesma situação noutros sítios da região, como no Castelejo⁸ ou na Rocha das Gaivotas⁹. Contudo, não se podem ignorar os achados de Padrão e da Cabranosa, onde não existem níveis conquíferos, mas parecem estar presentes recursos domésticos (bovinos e ovinocaprinos)¹⁰.

Como ficou patente no caso do Barlavento Algarvio, parece-me necessário que a análise da neolitização tenha de passar, não tão-somente na determinação da natureza doméstica ou selvagem dos recursos encontrados em sítios singulares, mas no entendimento de toda a estrutura e organização da ocupação do território. Isto é, não à escala do sítio arqueológico, mas à escala de uma unidade espacial mais ampla: a região.

2. Questões de teoria e metodologia

Em suma, estes três casos particulares de neolitização, situados em regiões distintas em termos ecológico-geográficos, proporcionam no seu conjunto, quanto mim, um bom exercício para a abordagem deste tema porque evocam várias questões teóricas e metodológicas.

Assim, do ponto de vista metodológico, creio que, para se entender o fenómeno da neolitização – e este é o posicionamento metodológico que tenho aplicado na minha própria investigação – é fundamental a leitura do registo arqueológico com duas perspectivas em

mente: (1) a crítica tafonómica desse mesmo registo, a qual equivale exactamente à “crítica das fontes” tal como a conhecemos na História, e (2) o entendimento das relações entre o Homem e o Meio e das transformações dessas relações no tempo.

O primeiro aspecto é óbvio e creio que está ou, pelo menos, deveria estar presente entre nós já há muito, não só nos trabalhos de campo, como também na análise subsequente dos contextos. Por esta razão não me alongarei neste aspecto, bastando referir, para ilustrar o que quero significar com isso, alguns casos de estudo publicados nos últimos anos¹¹ sobre, por exemplo:

- os procedimentos e cautelas a ter na datação desses contextos e o real significado das datas obtidas;
- a questão da maior “opacidade” arqueológica – recorrendo a uma expressão conhecida – dos restos vegetais e, designadamente, das limitações que esse facto acarreta para a identificação das práticas agrícolas primitivas; ou
- o estabelecimento de critérios arqueozoológicos sólidos para o reconhecimento de transformações nos modos de exploração dos recursos animais.

Já o significado que quero dar à segunda perspectiva, a das relações entre o Homem e o Meio, merece ser desenvolvido um pouco mais aprofundadamente.

Na última década, com efeito, a Ecologia, enquanto disciplina, descobriu que a relação entre os organismos vivos e entre estes e o meio físico não se deve conceber como simples relações lineares de fluxos de matéria e energia, mas antes que as configurações dos ecossistemas são dinâmicas, dependendo também do factor tempo. Mais – e este é o aspecto que mais nos importa – que os seres humanos têm sido membros activos e significativos nos ecossistemas terrestres desde há milénios. Este reconhecimento da dinâmica temporal e espacial na ecologia e o papel importante do Homem enquanto agente participativo nos ecossistemas tem recebido várias designações, dependendo da disciplina académica, tais como “Nova Ecologia”, “Ecologia Histórica”, “História Ambiental”, ou “Ecologia Política”. Ou seja, não se trata de entender as culturas humanas numa perspectiva estritamente determinista, como *adaptações*, para utilizar um conceito caro da arqueologia processual, mas como interactivas com o Meio.

Isto significará, na linha das reflexões de T. Ingold¹², que o objecto do nosso estudo deverão ser as "paisagens sócio-ecológicas" ou os "sócio-ecossistemas"¹³, designações utilizadas por vários autores numa tentativa de aglutinar sob o mesmo conceito, esbatendo as suas fronteiras, o natural e o cultural, assim como a interacção entretecida por ambos e as trajectórias históricas dessas entidades.

E, aqui, a arqueologia pré-histórica, com a sua focagem em fenómenos culturais de longa duração e na interacção Homem-Ambiente, é essencial para o conhecimento das dinâmicas temporais desses sócio-ecossistemas. Do mesmo modo que a organização social varia tanto no tempo como no espaço, assim variam também os modos através dos quais os seres humanos interagem com os aspectos não humanos do ambiente. Portanto, o estado de um dado sócio-ecossistema é, em simultâneo, o produto de factores dependentes do seu espaço e tempo próprios.

Assim, embora as sociedades humanas operem e transformem-se no quadro de processos evolutivos gerais, não podemos esperar que um sistema cultural particular siga uma trajectória de desenvolvimento linear. Pelo contrário, qualquer sistema cultural particular é o resultado de contingências da sua própria "história sócio-ecológica".

Assim sendo, julgo estar ainda correcto um balanço que escrevi há tempos sobre a neolitização do território português, em que concluía o seguinte: "as modalidades através das quais se operou a transição [do Mesolítico para o Neolítico] na fachada atlântica peninsular não foram uniformes e podem ser explicadas no quadro de um mosaico regional de situações únicas. Estas modalidades terão sido determinadas por quatro factores principais: (1) o papel do substracto populacional mesolítico; (2) o modo de emergência e filiação cultural do Neolítico; (3) o estabelecimento de interacções entre diferentes "neolíticos"; e (4) as potencialidades ambientais das diversas regiões"¹⁴.

Daqui ressaltam, então, três conclusões: uma teórica e duas metodológicas:

1. em primeiro lugar, que os sítios arqueológicos, tomados isoladamente, providenciam dados crono-

estratigráficos importantes para leituras diacrónicas, mas representam apenas uma pequeníssima porção das estratégias de exploração do território;

2. em segundo lugar, que a escala de abordagem mais adequada a estes fenómenos é, portanto, a região, pois esta oferece uma perspectiva alargada a partir da qual se pode investigar a dinâmica dos sócio-ecossistemas na sua expressão espacial;

3. finalmente, a conclusão teórica: a verificação da *não linearidade do processo de neolitização*, podendo antes falar-se em "processos de neolitização", cada qual revestindo-se de contornos próprios e irrepetíveis na sua especificidade; em suma, com as suas próprias contingências e particularismos históricos.

3. Particularismo histórico versus processo global

Chegado a este ponto, creio parecer evidente que partilho das reflexões, entre outros, de J. Thomas sobre a neolitização da Europa... Mas não!... É verdade que partilho da maior parte das suas observações¹⁵:

· que "a introdução de plantas e mamíferos domésticos, o uso de cerâmica e pedra polida, a emergência de aldeias sedentárias, a primeira construção de monumentos em terra e pedra e o desenvolvimento de novas práticas funerárias, podem ter tido uma temporalidade separada";

· que "a Europa mesolítica e neolítica é, consequentemente, melhor entendida como um complexo mosaico de condições ecológicas, sociais e culturais, dando azo a uma série de contextos radicalmente diferentes nos quais as domesticações puderam ser introduzidas de modos muito diferentes";

· que "as comunidades mesolíticas da Europa já eram sociedades dinâmicas e em transformação, com um leque de diferentes conjuntos de relações sociais e práticas económicas, quando pela primeira vez se depararam com agricultores";

· que "(...) a variação na adopção das domesticações e outros elementos culturais por grupos mesolíticos (...) estava pré-condicionada pelas variações nas relações sociais e trajectórias históricas já existentes".

Até aqui, tudo bem. Porém, quando o autor pulveriza o conceito de Neolítico, afirmando que "o que emergiu (...) foi uma série de formas sociais e económicas que não podem ser classificadas como "caçadoras-recolectoras" ou "agrícolas" (...) "¹⁶, encontro objecções de fundo!

Principalmente, porque julgo haver impedimentos lógicos e empíricos na abolição da diferenciação entre sociedades de caçadores-recolectores e sociedades produtoras. O meu argumento nesse sentido é que esses dois tipos de sociedade têm, inerentemente, modos de vida incompatíveis em vários domínios, como sejam: na calendarização e organização das actividades de subsistência; nos modos de exploração dos recursos; e na utilização da paisagem – e digo "utilização" no mais amplo sentido, ou seja, não restrito ao domínio do económico.

Esta incompatibilização está plenamente demonstrada por toda a evidência etnográfica de sociedades não ocidentais que encontramos plasmada na moderna teoria antropológica geral¹⁷, facto que o próprio J. Thomas reconhece, ainda que não o aceite, preferindo optar por considerar que terão existido no passado sociedades histórica e culturalmente únicas às quais não se poderão aplicar aquelas designações¹⁸. No entanto, quanto a mim, o autor não consegue fazer prova desta afirmação porque se trata de uma afirmação de princípio e não de uma afirmação efectivamente demonstrável.

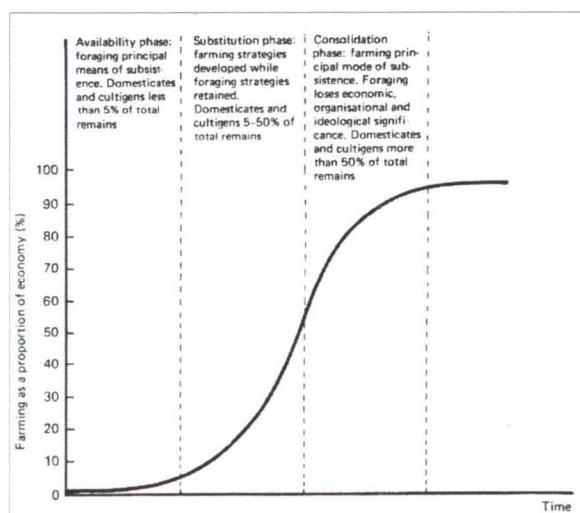
4. Que é o "Neolítico"?

Assim sendo, afinal o que é o "Neolítico"? Há talvez diversas definições de "Neolítico". Eu entendo "Neolítico" como o estabelecimento, no decurso do processo evolutivo geral das sociedades humanas, das primeiras modalidades de interacção entre o Homem e o Meio que incluem, por parte do primeiro, a manipulação de espécies vegetais e animais; manipulação que se concretiza através do controle da reprodução e comportamento ou desenvolvimento daquelas espécies.

Esta afirmação pode parecer consensual ou até óbvia. Vários autores, no entanto, defendem que, se a evidência arqueológica de uma economia de produção é

escassa ou ocasional, tratam-se nesses casos, em essência, de sociedades caçadoras-recolectoras que incorporaram, por vezes selectivamente, alguma agricultura e pastorícia. Ou seja, numa perspectiva estritamente económica, vai-se sublinhar o carácter pontual e reduzido dos restos de espécies domésticas. Um bom exemplo desta forma de interpretar o registo arqueológico da neolitização é a definição de "proto-produtores", empregue por S. O. Jorge para se referir às comunidades do Neolítico antigo do território português¹⁹.

Esta interpretação tem implícito o "Availability Model" criado há 15 anos e subsequentemente "refinado" por M. Zvelebil e P. Rowley-Conwy²⁰, e que se pode resumir ao essencial neste conhecido gráfico (Fig. 2). De acordo com este modelo, o processo de neolitização estrutura-se em três fases sucessivas (disponibilidade, substituição e consolidação), sendo que só no segundo momento estaremos perante sociedades verdadeiramente produtoras, ou neolíticas. Assim, aquela designação de "proto-produtores" equivale ao momento definido na "fase de substituição". Portanto, e em rigor, só poderemos dizer que estamos perante sociedades neolíticas quando os seus recursos domésticos perfizerem 5 a 50% do total dos restos das actividades de subsistência. Ou, empregando outros termos, uma comunidade só poderá "aderir" ao Neolítico quando cumprir determinados "critérios de convergência"...



2. O processo de emergência do Neolítico, segundo o «Availability Model» (segundo Zvelebil, 1986, Fig. 3).

Sem trocadilhos, acho no entanto que o "Availability Model" é um instrumento analítico fundamental para tornar inteligível o processo de neolitização. Porém, é um modelo *descritivo*, que assenta exclusivamente numa caracterização quantificada das práticas económicas das comunidades pré-históricas. Ou seja, não visa explicar o processo de neolitização nem caracterizar qualitativamente – leia-se, *antropologicamente* – as sociedades envolvidas ou o próprio processo.

E, aqui, posso citar novamente J. Thomas, quando afirma que "nós nunca entenderemos o significado da aquisição de alimentos na Pré-História se as nossas considerações começam e terminam na determinação de quantos bovinos se possuíam, ou quantas toneladas de cereais eram produzidas por hectare. O aprovisionamento de alimentos – acrescenta o autor – (...) é sempre um processo que tem lugar no contexto de um conjunto de relações sociais"²¹.

Quanto a mim, com efeito, devemos pôr a tónica na transformação social que a "simples" presença de espécies domésticas introduz num modo de vida caçador-recolector. Isto é, mesmo que esses elementos sejam quantitativamente reduzidos, a sua existência é necessariamente um factor de profundas mudanças a diversos níveis do todo social:

- ao nível do comportamento económico, pois tem de haver uma conciliação com as exigências inerentes à utilização de espécies animais e/ou vegetais domésticas, como sejam: os ciclos agrícolas; a manutenção regular das parcelas agricultadas, por pequenas que sejam; o pastoreio dos animais, por poucos que sejam; etc.

- ao nível da estruturação e funcionamento da sociedade, designadamente com a introdução de novos critérios de divisão do trabalho e a reformulação das formas de hierarquização interna...

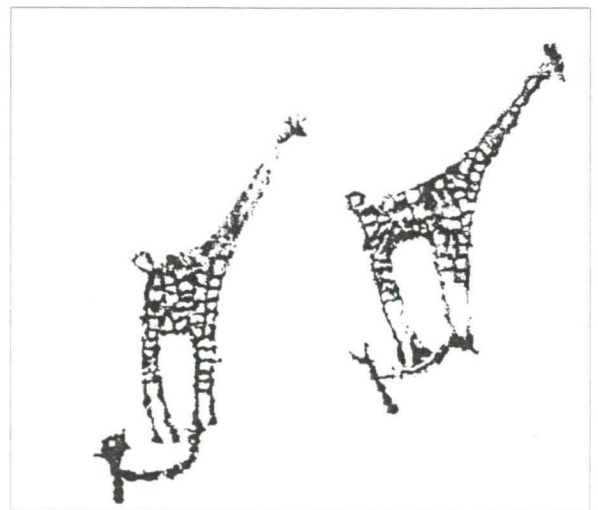
- ou ainda, em última instância, ao nível da ideologia e do domínio do simbólico, com a incorporação de diferentes mitos e diferentes visões da natureza.

Estas transformações não são impeditivas, de modo algum, da perduração, e até do maior pendor em termos quantitativos, das práticas de caça e recolecção. Mas marcam necessariamente uma maior complexidade social ou, pelo menos, a reformulação das formações

sociais que até então detinham uma economia exclusivamente caçadora e recolectora.

Estas transformações não impedem também, como propõe o próprio J. Thomas, que essa incorporação de espécies domésticas se faça apenas no contexto de práticas rituais ou como elementos de prestígio²², sem consequências imediatas no domínio da subsistência (como poderá ser, aliás, o caso da incorporação de artefactos ditos "neolíticos" em meio mesolítico). Mas esta eventualidade só é válida, na minha opinião, desde que sejam estas mesmas sociedades a assegurar no seu seio a produção desses bens domésticos, e não a importá-los de comunidades neolíticas vizinhas. Neste caso, tratar-se-iam de "sociedades complexas de caçadores-recolectores", e não propriamente de sociedades neolíticas.

Mais uma vez inspirado nas reflexões de T. Ingold²³, considero que o oposto também é verdadeiro. Ou seja, que deve ser considerada neolítica qualquer sociedade que manipule de forma sistemática seres vivos descontextualizados do seu ambiente natural, mesmo que esses não sejam diferentes morfológicamente dos seus congêneres não manipulados. Ou ainda cuja tentativa de domesticação não tenha obtido sucesso subsequente, como, por exemplo, magnificamente ilustrado pelas gravuras rupestres de girafas em cativeiro do sítio de Jebel Uweinat, no Sahara líbio (Fig. 3).



3. Representações de girafas em cativeiro, no sítio de arte rupestre de Jebel Uweinat (Libia) (segundo Phillipson, 1993, Fig. 6.3).

Quero com isto dizer que não julgo necessário haver distinção ao nível taxonómico entre "selvagem" e "doméstico", desde que se demonstre que estamos perante animais ou vegetais em condição de pré-domesticação. Os exemplos mais conhecidos de situações deste tipo, e com implicações para o caso europeu, não são obviamente aquelas gravuras, mas sim os contextos natufenses²⁴ e neolíticos antigos do Levante e as questões relacionadas com a determinação do estatuto específico dos géneros animais e vegetais encontrados nesses sítios.

Assim, para terminar, regresso à minha questão inicial, que era: "o que há de comum entre as três regiões apresentadas?", a que respondi logo no momento: "aparentemente, nada!". De facto, as suas contingências históricas e o particularismo dos respectivos sócio-ecosistemas não permitem, numa primeira análise, encontrar importantes elementos comuns. Porém, as três regiões partilham o mesmo processo global, à escala continental e afectando o todo social, que é o da emergência de modos de vida plenamente neolíticos – no sentido que atribuí ao termo – e não o mero aparecimento de formações sociais híbridas ou cuja interpretação seja o fruto de um qualquer paradigma teórico da moda.

Notas

¹ Universidade do Algarve, F.C.H.S., Campus de Gambelas, 8000-117 Faro. E-mail: afcarva@ualg.pt

² Carvalho (1999).

³ Carvalho e Baptista (2002).

⁴ Carvalho (2003).

⁵ Carvalho et al. (s.d.).

⁶ De que é exemplo, no caso português, o importante Abrigo do Buraco da Pala, em Mirandela (Sanches, 1997).

⁷ Monteiro-Rodrigues (2000, 2002).

⁸ Silva (1990).

⁹ Stiner et al. (2003).

¹⁰ Gomes (1997); Cardoso et al. (2001[1998]).

¹¹ Ver, por exemplo, Zilhão (1993, 2001) e Bernabeu et al. (1999, 2001).

¹² Ingold (1996).

¹³ *Sensu* Barton et al. (2001).

¹⁴ Carvalho (2002, p. 245).

¹⁵ Thomas (1996, p. 311-313).

¹⁶ Thomas (1996, p. 313).

¹⁷ Johnson e Earle (2000), por exemplo, enquadrados teoricamente pelo neo-evolucionismo norte-americano, procuram salientar os traços comuns entre o que designam por "family-level foragers" e "families with domestication"; sintomaticamente, porém, estes autores tratam estas tipologias sociais do seu "Family-Level Group" em capítulos distintos, denunciando com isto as diferenças que obviamente existem entre uma e outra.

¹⁸ Thomas (1996, p. 312).

¹⁹ Jorge (1999).

²⁰ Zvelebil (1986); Zvelebil e Rowley-Cowny (1986).

²¹ Thomas (1999, p. 11).

²² No seguimento, aliás, das propostas inicialmente elaboradas por Bender (1978) e Hayden (1990).

²³ Ingold (1996).

²⁴ Ver, a propósito da "questão natufense", o recente balanço de Bar-Yosef (1998).

Referências Bibliográficas

- BARTON, C.M.; BERNABEU, J.; AURA, J.E.; MOLINA, L.; SCHMICH, S. (2001) – Historical contingency, nonlinearity, and the neolithization of the Western Mediterranean. *66th Annual Meeting of the Society for American Archaeology. New Orleans* (policopiado).
- BAR-YOSEF, O. (1998) – The Natufian Culture in the Levant, threshold to the origins of agriculture. *Evolutionary Anthropology*. 6:5, p. 159-177.
- BENDER, B. (1978) – Gatherer-hunter to farmer: a social perspective. *World Archaeology*. 10:2, p. 204-222.
- BERNABEU, J.; PÉREZ RIPOLL, M.; MARTÍNEZ, R. (1999) – Huesos, neolitización y contextos arqueológicos aparentes. *II Congrès del Neolític a la Península Ibérica*. València: Universitat de València (Saguntum Extra; 2), p. 589-596.
- BERNABEU, J.; BARTON, C.M.; PEREZ RIPOLL, M. (2001) – A taphonomic perspective on Neolithic beginnings: theory, interpretation, and empirical data in the Western Mediterranean. *Journal of Archaeological Science*. 28, p. 597-612.
- CARDOSO, J.L.; CARVALHO, A.F.; NORTON, J. (2001[1998]) – A estação do Neolítico antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológico-cultural. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 16, p. 55-96.
- CARVALHO, A.F. (1999) – Os sítios de Quebradas e de Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico antigo do Baixo Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 2:1, p. 39-70.
- CARVALHO, A.F. (2002) – Current perspectives on the transition from the Mesolithic to the Neolithic in Portugal. In BADAL, E.; BERNABEU, J.; MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. València: Universitat de València (Saguntum Extra; 5), p. 135-250.
- CARVALHO, A.F.; BAPTISTA, A.M. (2002) – Late Prehistory and rock-art in the Côa valley (Northeast Portugal). *67th Annual Meeting of the Society for American Archaeology*. Denver.
- CARVALHO, A.F.; BICHO, N.F.; STINER, M.C.; GIBAJA, J.F.; VALENTE, M.J.; MASUCCI, M.A. (s.d.) – O projecto "o processo de neolitização no Algarve" (Portugal): âmbito e primeiros resultados. *III Congreso del Neolítico a la Península Ibérica*. Santander: Universidad de Cantabria; no prelo.
- GOMES, M.V. (1997) – Megalitismo do Barlavento Algarvio. Breve síntese. *Setúbal Arqueológica*. 11-12. p. 147-190.
- HAYDEN, B. (1990) – Nimrods, piscators, pluckers, and planters: the emergence of food production. *Journal of Anthropological Archaeology*. 9, p. 31-69.

- INGOLD, T. (1996) – Growing plants and raising animals: an anthropological perspective on domestication. In HARRIS, D.R., ed. – *The origins and spread of agriculture and pastoralism in Eurasia*. London: University College of London Press, p. 12-24.
- JOHNSON, A.W.; EARLE, T. (2000) – *The evolution of human societies. From foraging group to agrarian state*. 2nd edition. Stanford: Stanford University Press.
- JORGE, S.O. (1999) – *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva (Trajectos Portugueses; 45).
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2000) – A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão, Norte de Portugal) no contexto do Neolítico antigo do Noroeste peninsular. Algumas considerações preliminares. 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, III. Porto: ADECAP, p. 149-168.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2002) – Estação pré-histórica do Prazo, Freixo de Numão. Estado actual dos conhecimentos. *Côaviso*. 4, p. 113-126.
- PHILLIPSON, D.W. (1993) – *African Archaeology*. 2nd edition. Cambridge, Cambridge University Press.
- SANCHES, M.J. (1997) – *O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto da Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: SPAE (Textos; 1).
- SILVA, C.T. (1990) – Do Mesolítico ao Neolítico antigo do Sul de Portugal: para o estudo das estratégias de subsistência. *Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, p. 215-217.
- STINER, M.C.; BICHO, N.F.; LINDLY, J.; FERRING, R. (2003) – Mesolithic to Neolithic transitions: new results from shell-middens in the western Algarve, Portugal. *Antiquity*. 77:295, p. 75-86.
- THOMAS, J. (1996) – The cultural context of the first use of domesticates in continental Central and Northwest Europe. In HARRIS, D.R., ed. – *The origins and spread of agriculture and pastoralism in Eurasia*. London: University College of London Press, p. 310-322.
- THOMAS, J. (1999) – *Understanding the Neolithic*. London and New York: Routledge.
- ZILHÃO, J. (1993) – The spread of agro-pastoral economies across mediterranean Europe: a view from the Far West. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 6:1, p. 5-63.
- ZILHÃO, J. (2001) – Radiocarbon evidence for maritime pioneer colonization at the origins of farming in west Mediterranean Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 98, p. 14180-14185.
- ZVELEBIL, M. (1986) – Mesolithic prelude and Neolithic Revolution. In ZVELEBIL, M., ed. – *Hunters in transition. Mesolithic societies of temperate Europe and their transition to farming*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 5-16.
- ZVELEBIL, M.; ROWLEY-CONWY, P. (1986) – Foragers and farmers in Atlantic Europe. In ZVELEBIL, M., ed. – *Hunters in transition. Mesolithic societies of temperate Europe and their transition to farming*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 67-94.

O Neolítico em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas. Um contributo.

Mariana Diniz¹

Preâmbulo

Em Janeiro de 2003, promoveu a Associação dos Arqueólogos Portugueses uma Mesa Redonda subordinada ao tema "O Neolítico em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas". Ainda que o tema e o título da reunião se referissem, de forma genérica, ao "Neolítico", enquanto etapa crono-cultural, as diferentes intervenções centraram-se sobre a fase antiga desta etapa e sobre os distintos quadros explicativos que procuram explicar as origens deste período da diacronia Pré-histórica.

A orientação do debate em torno destas problemáticas concretas decorre da especificidade dos projectos de investigação em que estão envolvidos os oradores convidados, entre os quais me incluo, mas traduz também a existência de um considerável vazio de informação acerca dos contextos não funerários do "Neolítico médio" e o peso de uma tradição de pesquisa que, por regra, discute o "Neolítico final" enquanto momento preparatório dos fenómenos de calcolitização do Ocidente peninsular.

Em Portugal, um debate acerca do "Neolítico" é, por isso, quase sinónimo de debate sobre o Neolítico antigo e sobre os processos de neolitização. No entanto, apesar do dinamismo que em alguns contextos pode atingir a discussão, pese a antiguidade do conceito e o interesse que provocam os fenómenos das origens, deve ser referida a exígua base de dados disponível para o actual território português e as grandes fragilidades internas da evidência empírica, que não constitui um corpo de documentação criticamente formado e consensualmente aceite por aqueles que tratam o tema.

Na última década do século XX, e nestes primeiros anos do 3º milénio, o desenvolvimento simultâneo de múltiplas frentes de trabalho em diferentes áreas do território nacional tem ampliado de forma muito significativa a cartografia do povoamento do Neolítico antigo, e consequentemente multiplicado as questões que permanecem, em parte substantiva, por esclarecer.

Se era primeira intenção deste texto passar à escrita os problemas e as perspectivas que se colocam à investigação que, desde 1995, conduzo no povoado do Neolí-

tico antigo da Valada do Mato, localizado nos arredores de Évora, optei por conferir a este discurso um outro sentido, dado que recentemente, e de forma detalhada, foram expostos num outro *forum* os resultados obtidos e as problemáticas suscitadas por este sítio.

Este espaço destina-se, portanto, a sucintamente reflectir sobre algumas questões com as quais se tem debatido a investigação acerca do Neolítico antigo, em Portugal, e o texto assume contornos de alguma forma ensaísticos pelo que no final são apresentadas, substituindo a Bibliografia, algumas Sugestões de Leitura.

1. O síndrome das origens

A partir de meados da década de 70 do passado século, a sistemática procura de longínquas origens, geográficas e cronológicas, para os fenómenos de mudança cultural parecia um tema de menor relevância ou mesmo proscrito da agenda científica que, então, se renovava.

A adopção das perspectivas processuais da Nova Arqueologia, que em Portugal temporalmente coincide com a implantação do estado democrático e a condenação de um muito recente passado colonial, em parte justifica a expressiva adesão aos modelos explicativos de pendor indigenista, que, na época, conheciam grande sucesso no espaço europeu.

No discurso arqueológico, as posturas indigenistas, conectadas com uma atitude política no presente e sobre o passado, adequavam-se a uma concepção "antropológica" de análise assente na observação das dinâmicas internas das sociedades humanas, em função de cenários ambientais específicos, e refutavam as esgotadas leituras histórico-culturais excessivamente conectadas com a produção de mapas ocupados por setas, destinadas a ilustrar a dispersão espacial e temporal de sucessivos colonos que transportavam dos "centros de invenção", para as periferias, alguns fósseis-directores da mudança histórica.

A reabilitação do indígena foi, portanto, o resultado quer do sucesso conhecido por uma corrente de pensamento que considerava a "origem" um detalhe, e que como outras questões da História possuía uma importância secundária, quer da conjuntura ideológica vivida

na Europa e, com particular empenho, nos países ibéricos ao longo dos anos 70.

Em função deste quadro, as origens do Neolítico não mais foram conectadas com um foco único e privilegiado de transformação, mas multiplicaram-se os lugares onde, autonomamente ou a partir de estímulos externos, se teriam desenvolvido novas estratégias de manipulação de matérias-primas e de recursos animais e vegetais.

A partir de finais dos anos 80, e sobretudo ao longo da década de 90, a hegemonia e o aparente consenso gerado em torno das perspectivas indigenistas foram definitivamente postos em causa, e o "neo-difusionismo" implanta-se em alguns círculos científicos, com inegável projecção internacional.

Ao contrário dos indigenistas particularmente vocacionados para a observação de realidades locais, os difusionistas produzem modelos explicativo de carácter supra-regional, integrando diferentes territórios na esfera de um mesmo processo cultural. A sua maior fraqueza parece a excessiva rigidez das leituras propostas, onde com frequência se classificam enquanto anomalias tafonómicas as realidades arqueográficas que perturbam a coerência interna do modelo.

Estes investigadores re-introduziram na cartografia da História as setas de difusão, invocando agora os dados da genética, re-interpretando os processos intra e pós-deposicionais de sítios-chave da argumentação indigenista, e dispondo de datações absolutas de crescente precisão.

Perante a *onda de avanço* do lobby neo-difusionista, os partidários do indigenismo colocam a tónica nas redes de troca e intercâmbio em que se integraram as comunidades de caçadores-recolectores, consideradas veículo suficiente de transmissão da informação. Admitem a existência, nas origens do processo de neolitização, de mecanismos de difusão cultural, mas recusam a difusão démica enquanto motor da História.

A bipolarização do debate e a defesa, por qualquer uma das facções, de processos de neolitização, na essência, unimodais gerou uma caleidoscópica discussão, quase exclusivamente centrada sobre as origens do fenómeno, e onde os mesmos dados são alternadamente utilizados para criar diferentes imagens.

Instalada a polémica, tacitamente, espera-se que aqueles que estudam o processo de neolitização tomem partido, se dirijam para um dos lados da barricada e postulem uma história de agente único.

Neste momento, e enquanto os que participam no debate estiverem dispostos a confrontar argumentos, a discussão pode eternizar-se. Em diferentes áreas do continente europeu, o desenrolar da investigação tem demonstrado que os fenómenos de neolitização decorrem quer da efectiva deslocação territorial de grupos humanos equipados com o pacote neolítico, quer de mecanismos de transmissão e interacção cultural entre "colonos" e "indígenas".

A complexidade deste cenário, que combina elementos exógenos, de peso e intensidade diferenciada e elementos indígenas, que em maior ou menor grau integram componentes forâneos, torna as explanações de carácter monolítico pouco eficazes na gestão da realidade empírica.

A transregionalidade do processo assente na difusão não só de tecnologias, artefactos ou ecofactos, mas também de indivíduos é, neste momento, um dado adquirido, no entanto as sucessivas reformulações, no tempo e no espaço, do pacote original demonstram a intervenção de diferentes agentes capazes de, como diriam os pós-modernos, renegociar o real.

2. A sincronia da diversidade

De acordo com as datações absolutas, o Neolítico antigo está balizado no extremo ocidente da península entre os meados do 6º e os meados do 5º milénios cal AC. Ao longo deste período assiste-se ao aparecimento e disseminação por vastas áreas do actual território português de grupos portadores de componentes do pacote neolítico, que partilham o Tempo e o Espaço com comunidades mesolíticas estabelecidas, desde os inícios do Atlântico, no litoral Sul de Portugal.

O registo arqueológico é constituído por testemunhos de grupos "neolíticos", de grupos "mesolíticos" e de grupos em "vias de neolitização". O Neolítico antigo corresponde, portanto, a uma etapa "multi-cultural" e a aplicação de um rótulo monofásico oculta, em parte,

a efectiva complexidade social deste período de transição.

As causas de esta diversidade parecem fundamentalmente conectadas com questões:

- de âmbito "diacrónico"; relacionadas com a explícita contemporaneidade entre grupos que conservam padrões de funcionamento mesolíticos, ao nível dos critérios de implantação espacial, das modalidades de exploração de territórios e recursos, e grupos que apresentam, com intensidades diferenciadas, os elementos da ruptura cultural que caracterizam o Neolítico, nomeadamente novos artefactos, novos ecofactos, ocupação de novos territórios. A sincronia da diversidade funciona, neste caso, como um entrave a uma imediata classificação da evidência empírica e exige a definição dos critérios utilizados para integrar um conjunto de vestígios num ambiente cultural específico. O critério cronológico não é, por isso, suficiente para definir a matriz cultural de uma comunidade que deve, ao contrário, ser estabelecida em função do peso que se atribui aos diferentes factores de continuidade/ inovação. O aspecto "anacrónico" de alguns contextos reflecte a multiplicidade de respostas dadas ao processo de neolitização em curso. A convivência entre "grupos de tradição mesolítica" e "grupos de tradição neolítica" demonstra que a História se processou, aliás como sempre, a diferentes velocidades e que os ritmos, e as estratégias, de mudança cultural não são uniformes.

- de âmbito "cultural"; relativas aos grupos neolíticos e à integração destas comunidades em diferentes círculos culturais. Se a uma macro-escala de análise as comunidades neolíticas da Península Ibérica podem ser integradas na grande corrente de neolitização do Mediterrâneo ocidental caracterizada pela presença de cerâmicas impressas a informação disponível para o actual território português entre os finais do 6º e a primeira metade do 5º milénios cal AC sugere a existência de diferentes ambientes culturais cujas fronteiras geográficas são, neste momento, impossíveis de precisar. Apesar das reduzidas dimensões de parte substantiva dos conjuntos artefactuais recuperados em contextos do Neolítico antigo e da considerável escassez de outros elementos de diagnose, a análise de alguns elementos

da cultura material, em particular das gramáticas decorativas dos recipientes cerâmicos permite isolar algumas tendências de carácter regional (?), que o desenrolar da investigação pode, ou não, confirmar. Se a existência, ao longo desta fase, de formas/técnicas/padrões decorativos de ampla difusão espacial cria uma imagem de aparente homogeneidade entre diferentes conjuntos cerâmicos, caracterizados por uma considerável diversidade interna, a observação de amostras que apresentam alguma expressividade numérica aponta para a existência de diferentes realidades como as detectadas:

- nos níveis do Neolítico antigo do Buraco da Moura de S. Romão e Penedo da Penha 1, onde se detectam evidentes influências do espaço andaluz, ao nível das formas (fundos cônicos), dos acabamentos de superfície (almagre) e dos elementos de preensão e suspensão (asas com dupla perfuração) (Valera, 1998).

- na Estremadura, nomeadamente no Abrigo I de Bocas e em S. Pedro de Canaferrim. Nestes contextos, a decoração em espiga, as faixas incisadas preenchidas por incisões oblíquas e as asas bífidas constituem os traços distintivos destes conjuntos cerâmicos.

- no Sul de Portugal, em particular no povoado da Valada do Mato, cuja série cerâmica permitiu, dada a sua dimensão, um tratamento quantitativo destes materiais. Neste sítio, a decoração é maioritariamente constituída por bandas de impressões paralelas ao bordo, por linhas incisadas, ou caneluras, que rodeiam a abertura do recipiente e por asas circulares.

Ao longo do Neolítico antigo, se as causas da diversidade estão, num primeiro momento, conectadas com o prolongado convívio entre grupos cuja matriz cultural se integra em diferentes patamares da História, numa segunda fase a cultura material parece ter funcionado como mecanismo de afirmação de identidades culturais, traduzindo origens geográficas, trajectórias espaciais e modalidades de interacção cultural diferenciadas.

No entanto, a efectiva verificação desta última proposta exige, contrariando o carácter pós-moderno que aparenta, conjuntos artefactuais quantitativamente significativos que permitam a caracterização estatística dos padrões dominantes nos elementos da cultura material.

3. A propósito de dados e de modelos

Se a problemática das origens do Neolítico antigo e a, por vezes implícita, discussão sobre as causas da diversidade cultural observada ao longo desta etapa são questões decisivas neste debate outras temáticas em aberto devem ser aqui abordadas.

Contrariando as expectativas, os alvares da economia de produção parecem ter gerado um ritmo de mobilidade residencial superior ao permitido pelos esquemas de caça-pesca-recolheção, que constituíram a base de sustentação dos grandes concheiros do período Atlântico.

No actual território português, parte significativa dos contextos domésticos do Neolítico antigo já escavados têm sido classificados, atendendo ao tipo de estruturas identificadas e às características do pacote artefactual recuperado, como estabelecimentos de curta duração que se admitem integrados em redes de povoamento ainda não definidas, mas que deviam estar organizadas a partir de sítios de ocupação permanente.

De acordo com este modelo de implantação espacial, estas de redes de povoamento devem integrar povoados e necrópoles, sítios de carácter residencial e sítios de natureza logística, e admite-se que a ausência de algumas das peças deste *puzzle* traduz apenas lacunas provisórias no registo arqueográfico.

No entanto, contrastando a evidência empírica atribuída à primeira fase do Neolítico antigo no actual território português torna-se evidente que (ainda) não existem os dados necessários para confirmar esta estratégia de povoamento, e não são óbvios os fenómenos de natureza pós-deposicional que podem justificar a quase sistemática identificação de habitats temporários e tornam menos frequente, ou em algumas regiões quase inviável, a identificação desses "lugares centrais".

Analisando os dados de terreno provenientes de algumas das áreas mais intensamente prospectadas, como o Maciço Calcário Estremenho ou o Barlavento Algarvio, detecta-se a presença dos sítios de curta duração associados à prática da pastorícia, actividade directamente documentada na Estremadura pelo menos desde o ter-

ceiro quartel do 6º milénio cal AC, mas não se possui informação sobre outros pontos do sistema, nomeadamente acerca dos lugares de residência permanente, em gruta ou ao ar livre, a partir dos quais fosse possível o desenvolvimento de uma actividade agrícola, mesmo que de pequena escala.

O resultado dos antigos trabalhos realizados nos povoados da Figueira da Foz, e mesmo no habitat da Cabranosa não são absolutamente conclusivos sobre esta matéria, e a polémica que envolve o sítio de Vale Pincel dificulta a atribuição de um estatuto a esta ocupação para a qual, acrescente-se, nunca foi proposta a existência de uma plena economia de produção.

Outros povoados classificados como lugares de ocupação permanente de grupos produtores, como o da Salema e o da Valada do Mato, são no âmbito desta problemática específica tardios, a avaliar pelos dados da cultura material do primeiro, e a datação absoluta disponível para o segundo.

Perante este panorama devem inventariar-se os diferentes problemas que podem justificar a escassez de dados relativos a sítios de base durante a primeira etapa do processo de neolitização:

- de natureza estritamente arqueográfica, relacionados com etapas ainda preliminares da investigação e/ou com fenómenos decorrentes de episódios de sedimentação/erosão que teriam afectado com particular incidência as áreas seleccionadas para implantação de habitats permanentes;

- de natureza ambiental, conectados com a existência de critérios específicos de implantação de habitats, que tornariam os diferentes territórios mais ou menos aptos para a localização de sítios de base;

- de natureza crono-cultural, segundo os quais os lugares de continuada permanência, e cuja economia incluísse uma componente cerealífera, seriam um fenómeno tardio no interior da diacronia do Neolítico antigo.

Pese a omnipresença das problemáticas arqueográficas e as condicionantes que o meio coloca a grupos tecnologicamente pouco sofisticados deve colocar-se a questão em torno da efectiva antiguidade dos povoados de longa duração no extremo ocidente peninsular,

ou em outros termos perguntar a quando remonta, no actual território português, a "vida aldeã"?

Nas áreas para as quais se dispõe de datações absolutas de maior antiguidade, como a Estremadura e o Algarve, e onde o processo de neolitização se caracteriza pelo aparecimento súbito e conjunto de importantes inovações tecnológicas, económicas e mentais não se detectam traços de uma continuada sedentarização necessária à implantação de uma economia agrícola.

Se esta imagem corresponde a uma conjuntura histórica, e não apenas a um registo excessivamente lacunar, deve considerar-se a possibilidade de que parte do povoamento da primeira etapa do Neolítico antigo tenha sido um povoamento "pulverizado", assente em sítios de curta duração, a partir dos quais seria possível a exploração de animais domésticos, mas menos viável a produção cerealífera.

A aparente ausência de povoados permanentes implica uma desagregação do pacote neolítico levada a cabo por pequenos grupos de "colonos" que numa primeira fase prospectam as potencialidades e limites, físicos e sociais, destes territórios e que numa segunda etapa seleccionam algumas áreas para continuado assentamento.

Deste modo, os habitats de ocupação temporária, que não podem ser confundidos com sítios funcionalmente especializados, se em múltiplas circunstâncias integram redes de povoamento que incluem lugares centrais, podem igualmente corresponder a uma distinta estratégia de implantação espacial adoptada por alguns grupos culturais em determinados patamares cronológicos e/ou a soluções definidas em função das características ambientais de territórios específicos.

A confirmar-se esta proposta, as questões arqueográficas não seriam as principais responsáveis pela escassez de dados relativos a povoados permanentes que afectam algumas regiões e alguns períodos, mas esta escassez pode resultar de outros factores de ordem ambiental, cultural e cronológica que justificariam a existência de múltiplos esquemas de apropriação e gestão territorial ao longo do processo de neolitização.

4. O Neolítico antigo em Portugal: problemas e perspectivas

Neste momento, define-se no actual território português um amplo conjunto de problemas e, portanto, de perspectivas de investigação acerca do Neolítico antigo que não se esgotam nas temáticas atrás enunciadas.

A natureza e o alcance das problemáticas em aberto supera a informação criada a partir de uma base de dados ainda diminuta e a recente entrada no debate de alguns territórios, como o interior alentejano, as Beiras ou o Norte, que se presumiam afastados de um processo de neolitização *antigo* tem contribuído para uma significativa ampliação dos planos de inquérito sobre os mecanismos sociais que estão na origem dos grupos neolíticos.

Decorridos 35 anos sobre o texto inaugural de Jean Guilaine e Veiga Ferreira sobre *Le Neolithique Ancien au Portugal*, ao qual remonta a autonomia do Neolítico antigo enquanto etapa crono-cultural, o panorama alterou-se de forma substantiva ao nível da cartografia do povoamento, da cronologia absoluta da etapa e do debate em torno dos modelos de neolitização.

No entanto, e apesar do acréscimo de informação produzido pelos diferentes projectos de investigação em curso, são ainda inúmeras as questões que permanecem em aberto relacionadas com:

- o impacto e o peso efectivo das práticas produtivas na economia destes grupos;
- o significado cronológico e/ou funcional e/ou ambiental e/ou cultural da presença/ausência de tipos específicos de utensilagens;
- os esquemas de organização dos espaços habitacionais e a geometria das redes de povoamento em que se inscrevem;
- os mecanismos de definição dos "territórios económicos" e dos "territórios culturais".

No presente, são em maior número as dúvidas do que os dados e, apesar do positivismo contra-corrente da afirmação, não se vislumbra um outro caminho de aproximação ao Passado que não inclua um alargar da base empírica a partir da qual se processe a discussão.

E não é objectivo desta declaração realizar a apologia de uma etapa da Arqueologia onde a recolha não-orientada de evidências materiais constituía a *praxis* assumida por alguns, que reservavam a reflexão para um mirífico momento em que da continuada justaposição das peças ganharia forma o quadro final, mas apenas expressar a adesão a uma via do discurso que se não orienta para a produção de meta-narrativas, cujo contributo para o debate é muitas vezes, mais que histórico, estético.

Notas

¹ Centro de Arqueologia (UNIARQ). Faculdade de Letras de Lisboa. 1600 – 214 Lisboa Portugal
m.diniz@fl.ul.pt

Sugestões de Leitura

- Actas da 1ª Mesa Redonda "O Neolítico e o Calcolítico em Portugal". (1979). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 3).
- AMMERMAN, A. J. (2002) – Returning to the Neolithic Transition in Europe. In BADAL E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidad de Valencia. p. 13-21. (Saguntum – Extra; 5).
- ARAÚJO, A. C. (2003) – Long Term Change in Portuguese Early Holocene Settlement and Subsistence. In LARSSON, L.; KINDGREN, H.; KNUTSSON, K.; LOETTLER, D.; AKERLUND, A., eds. – *Mesolithic on the Move. Proceedings of the 6th International Symposium on the Mesolithic in Europe*. Oxford: Oxbow Books, p. 569-580.
- ARIAS CABAL, P. (1999) – The Origins of the Neolithic along the Atlantic Coast of Continental Europe: a survey. *Journal of World Prehistory*. Washington. 13: 4, p. 403-464.
- ARNAUD, J. M. (1982) – Néolithique ancien et le processus de néolithisation au Portugal. In *Actes du Colloque Néolithique Ancien*. Montpellier, p. 29-48. (Archéologie en Languedoc; n.º spécial).
- BERNABEU AUBÁN, J. (2002) – The Social and Symbolic Context of Neolithization. In BADAL E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidad de Valencia, p. 209-233 (Saguntum – Extra; 5).
- BICHO, N.; STINER, M.; LINDLY, J.; FERRING, C. R. (2003) – O Mesolítico e o Neolítico antigo da costa algarvia. In GONÇALVES, V., ed. – "Muita gente, poucas antas?" *Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 15 – 22 (Trabalhos de Arqueologia; 25).
- BINDER, D. (2000) – Mesolithic and Neolithic Interaction in Southern France and northern Italy: new data and current hypotheses. In PRICE, T. D., ed. – *Europe First's Farmers*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 117-143.
- BINFORD, L. R. (1970) – Post-Pleistocene Adaptations. In BINFORD, S.; BINFORD, L., eds. – *New Perspectives in Archaeology*. Chicago: Aldine, p. 313-342.
- BOGUCKI, P. (2000) – How agriculture came to North-Central Europe. In PRICE, T. D., ed. – *Europe First's Farmers*. Cambridge: Cambridge University Press, p.197-218.
- BOSCH, A.; CHINCHILLA, J.; TARRÚS, J. (2000) – *El poblado lacustre neolítico de La Draga: excavaciones de 1990 a 1998*. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya (Monografies del Casc, 2).
- CALADO, M.; SARANTOPOULOS, P. (1996) – Cromelech de Vale Maria do Meio (Évora, Portugal): contexto geográfico e arqueológico. In *Actes del I Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*. Gavá: Museu de Gavá. 2, p.493-503 (Rubricatum; 1).
- CARDOSO, J. L.; CARVALHO, A. F.; NORTON, J. (1998) – A estação do Neolítico antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológica-cultural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 16, p. 55-96.
- CARVALHO, A. F. (2002) – Current Perspectives on the Transition from the Mesolithic to the Neolithic in Portugal. In BADAL E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidad de Valencia, p.235-250 (Saguntum – Extra; 5).
- DINIZ, M. (2000) – As comunidades neolíticas no Interior Alentejano: uma leitura cultural e cronológica. In *Neolitização e megalitismo da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, 3, p.23-33.
- DINIZ, M. (2001) – O sítio neolítico da Valada do Mato, Évora: problemas e perspectivas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:1, p. 45-59.
- FORTEA PEREZ, J.; MARTÍ OLIVER, B. (1984-85) – Consideraciones sobre los inicios del Neolítico en el Mediterráneo español. *Zephyrus*. Salamanca. 37-38, p.167-199.
- GALLAY, A. (1994) – À propos de travaux récents sur la néolithisation de l'Europe de l'Ouest. *L'Anthropologie*. Paris. 98:4, p. 576-588.
- GUILAINE, J. (2003) – *De la vague à la tombe: la conquête néolithique de la méditerranée*. Paris: Seuil.
- GUILAINE, J.; FERREIRA, O., V. (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 67:1, p. 304-322.
- HARRIS, D., ed. (1996) – *The Origins and Spread of Agriculture and Pastoralism in Eurasia*. Londres: University College of London.
- HODDER, I. (1990) – *The Domestication of Europe*. Oxford: Blackwell.
- JORGE, S. O. (1979) – Contributo para o estudo de materiais provenientes de estações neolíticas dos arredores da Figueira da Foz. In *O Neolítico e o Calcolítico em Portugal*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, p. 53-81 (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 3).
- JUAN-CABANILLES, J.; MARTÍ OLIVER, B. (2002) – Poblamiento y procesos culturales en la Península Ibérica del VII al V milenio AC. (8000-5500 BP): una cartografía de la neolitización. In BADAL E., BERNABEU, J., MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. Valencia: Universidad de Valencia, p. 45-87 (Saguntum – Extra; 5).
- MONTEIRO – RODRIGUES, S. (2000) – A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão – Norte de Portugal) no contexto do Neolítico antigo do Noroeste Peninsular: algumas considerações preliminares. In *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, 1, p. 149-180.
- OLARIA, C.; GUSI, F. (1996) – Cova Fosca: Neolítico antigo ou Neolítico medio? O paradigma cardial. In *Actes del*

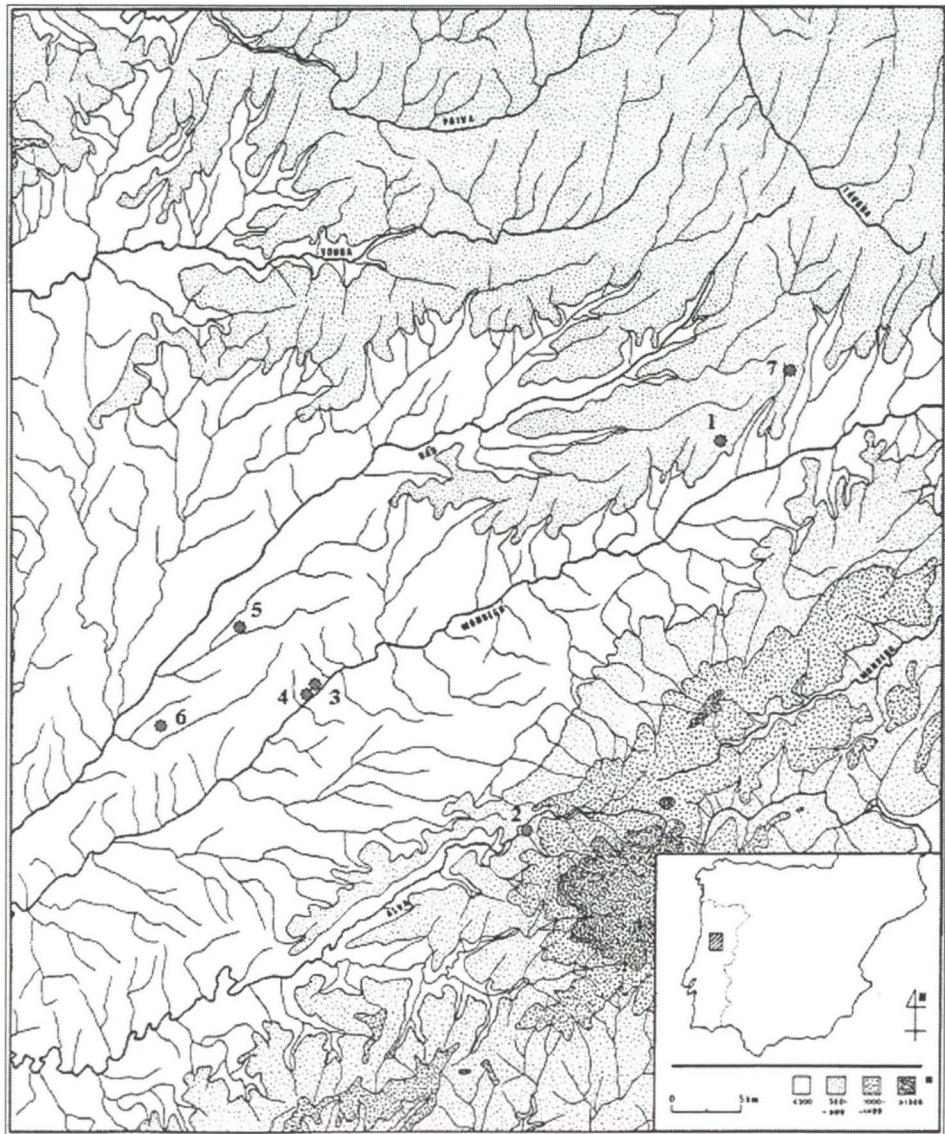
- I Congrès del Neolític a la Península Ibérica*. Gavá: Museu de Gavá, 2, p. 843-851 (Rubricatum, 1).
- SANCHES, M.ª J. (1997) – *Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 2 vols.
- SILVA, C. T. (1989) – Novos dados sobre o Neolítico antigo do Sul de Portugal. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 24-32.
- SIMÕES, T. (1999) – *O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 12).
- SOARES, J. (1997) – A transição para as formações sociais neolíticas na Costa Sudoeste portuguesa. In RODRÍGUEZ CASAL, A., ed. – *O Neolítico atlântico e as orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostella: Universidad de Santiago de Compostella, p.587-608.
- VALERA, A. (1998) – A Neolitização da bacia interior do Mondego. In *Actas do Colóquio "A Pré-história na Beira Interior"*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, p. 131-148 (Estudos Pré-históricos, 6).
- ZILHÃO, J. (2000) – From the Mesolithic to the Neolithic in the Iberian Peninsula. In PRICE, T. D., ed. – *Europe First's Farmers*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 144-182.
- ZILHÃO, J.; CARVALHO, A. F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: crono-estratigrafia e povoamento. In *Actes del I Congrès del Neolític a la Península Ibérica*. Gavá: Museu de Gavá, 2, p. 659-671 (Rubricatum, 1).

A neolitização na bacia interior do Mondego: um ponto da situação

António Carlos Valera

1. Dados Arqueológicos Disponíveis

Os contextos conhecidos atribuíveis ao Neolítico Inicial na região são ainda em número reduzido. Correspondem a um núcleo situado na plataforma média do Mondego, composto por quatro sítios (Penedo da Penha, Carriceiras, Quinta do Soito e Outeiro dos Castelos), um sítio isolado localizado nos contrafortes da Serra da Estrela (Buraco da Moura de S. Romão) e os sítios da Quinta da Assentada e Quinta das Rosas, a Nordeste, já na zona de transição para o curso do alto Mondego (Fig. 1).



1. Sítios do Neolítico Antigo na bacia interior do Mondego. 1. Quinta da Assentada; 2. Buraco da Moura de S. Romão; 3. Quinta do Soito; 4. Penedo da Penha; 5. Beijós; 6. Carriceiras; 7. Quinta das Rosas.

O Penedo da Penha (PP) e o Buraco da Moura de S. Romão (BMSR) apresentam grandes afinidades entre si (Valera, 1998). Estes dois contextos correspondem a ocupações de abrigos entre penedos graníticos, apresentando alguns dos espaços ocupados ambientes de gruta. Caracterizam-se pela abundância de cerâmica, dominada por recipientes de morfologias fechadas, de estilística de inequívoca influência meridional, meseterna e eventualmente estremenha. As formas mais vulgares são os esféricos, as tigelas, os vasos parabolóides de fundo cónico espessado com ou sem colo, globulares e vasos tipo garrafa. As asas são vulgares, dominando as de cinta de secção elíptica ou plano-convexa (algumas decoradas), as de cinta em bobine e asas verticais de dupla perfuração horizontal. Ocorrem também as pegas aplicadas perpendicularmente ou obliquamente à parede dos vasos ou a partir do bordo e colheres em cerâmica.

A decoração está presente sempre em percentagens superiores a 60% dos recipientes. As técnicas mais vulgares são a impressão (destacando-se a ocorrência frequente da técnica de boquique) e a incisão. O almagre surge em vários recipientes e com carácter excepcional ocorre a técnica da excisão e o preenchimento a pasta vermelha. As organizações decorativas são muito variadas, apresentando uma clara tendência para a elaboração de bandas horizontais paralelas ao bordo, sendo este frequentemente denteado. Com alguma representatividade, é de destacar a presença de organizações incisivas penteadas. Estas estão associadas a recipientes esféricos e parabolóides de fundo cónico e colo, frequentemente com o bordo denteado, ou com asas de dupla perfuração horizontal.

O recente início do estudo arqueométrico das cerâmicas destes dois contextos (Jorge, 2002), trouxe novos contributos para a sua abordagem, nomeadamente no que se refere à questão da filiação estilística meridional e das implícitas relações inter regionais. No estudo já realizado, não se registaram diferenças tecnológicas significativas entre os dois sítios, facto que reforça a homogeneidade já observada na análise estilística, embora se evidenciem ambientes tecnológicos próprios (do ponto de vista químico e mineralógico). Uma pro-

vável produção local é, em ambos os casos, claramente dominante, sendo pontuais os casos que apontam para possíveis "importações".

A indústria lítica talhada é dominada pelo sílex, sendo o quartzo pouco expressivo. Em PP1 o talhe local está atestado, quer através da presença de núcleos, quer por alguns materiais de reavivamento (tabletes e flancos de núcleo), esquirolas, lascas corticais e vestígios de acidentes de talhe (lamelas ultrapassadas). Esta indústria lítica talhada seria orientada sobretudo para a produção de lamelas, obtidas através da técnica de pressão, seguindo-se as lascas com alguma representatividade. Os utensílios são, assim, predominantemente sobre suporte lamelar, sendo as lâminas simplesmente vestigiais. Dominam as lamelas com vestígios de uso em bruto ou com retoque simples, marginal e alternante, seguidas dos geométricos crescentes obtidos pela técnica de microburil (atestada numa lamela). Raspadeiras, lamelas de bordo abatido e lascas retocadas, estando presentes, têm pouca representatividade. Em BMSR os vestígios de talhe local são reduzidos, mas estão presentes, facto que, contudo, não descarta a forte probabilidade de "importação" de produtos debitados, nomeadamente das lamelas. A indústria documentada evidencia uma orientação para a produção de lascas e lamelas e, com excepção dos geométricos (ausentes em BMSR), assemelha-se bastante à registada em PP1.

A pedra polida é escassa em ambos os sítios, sendo de destacar a presença de quatro mini enxós de fibrolite com polimento integral em BMSR. De um modo geral, as secções são de tendência circular ou oval, variando o polimento entre integral e restrito ao gume. Relativamente aos elementos de moagem, a situação de escassez é idêntica, estando registados alguns moventes e escassos dormentes.

Situado na metade inferior da vertente norte do Vale do Mondego, o sítio da Quinta do Soito corresponde a um pequeno abrigo entre penedos, em cujo exterior se recolheram materiais à superfície e numa pequena sondagem (Valera, 2000a e 2000b), na qual foi detectada uma área de talhe de quartzo. Os materiais evidenciam uma indústria macrolítica de lascas sobre seixo rolado e utensilagem de características languedocenses,

assim como uma indústria de tendência microlítica, orientada para a produção de lascas e lamelas dominantemente em quartzo (o sílex é vestigial), estando presentes geométricos crescentes sobre lamela. A cerâmica é bastante escassa, destacando-se a presença de um bordo denteado com fiadas de puncionamentos laterais paralelos ao bordo, um bojo com impressões a topo e um bojo mamilado. A pedra polida está representada por escassos fragmentos de anfíbolito e um polidor, enquanto que os elementos de moagem estão totalmente ausentes.

O sítio das Carriceiras situa-se numa área aberta e aplanada do interflúvio Dão/Mondego. Apesar de ter sido parcialmente destruído pela plantação de um eucaliptal, as sondagens realizadas permitiram a identificação de algumas estruturas negativas e a recolha de um conjunto artefactual, relativamente homogéneo, composto por escassa cerâmica (onde cabe destacar um bordo

Foram detectadas ocupações do calcolítico final e do neolítico inicial. Estas últimas correspondem a um *habitat* aberto, tendo-se identificado depósitos de ocupação e estruturas de combustão (lareira e possível forno). Os materiais são compostos por cerâmicas dominantemente lisas, com formas esféricas ou tipo saco e formas abertas, sendo algumas decoradas com motivos impressos, incisos e, em dois fragmentos, pintados. A indústria lítica é dominada pelo talhe do quartzo embora o sílex também esteja presente. É uma indústria dominantemente orientada para a produção de lascas e lamelas como suportes de utensílios (utilizações em bruto, raspadeiras, denticulados, geométricos crescentes). Existem alguns segmentos de lâmina retocados, quase sempre em sílex). A pedra polida e os elementos de moagem são escassos (*Valera, no prelo*). Este sítio forneceu a única datação absoluta até ao momento disponível para o Neolítico Inicial regional:

Ref. Laboratório	Data BP	Cal AC 1σ	Cal AC 2σ
Sac - 1774	5870 ± 110	4898 - 4593	4964 - 4466

finamente denteado, um bojo com decoração incisa e um cordão plástico digitado) e uma indústria lítica talhada micro laminar, dominada por utensilagem sobre lamela: lamelas retocadas, geométricos crescentes, furadores distais sobre lamela e micro-buris (Senna-Martinez e Estevinha, 1994).

Quanto ao Outeiro dos Castelos de Beijos (onde se conhece uma importante ocupação do Bronze Final), os dados disponibilizados são ainda escassos, correspondendo a um conjunto de materiais cerâmicos de superfície cuja atribuição cronológica se baseia nos padrões e técnicas decorativas evidenciados por alguns fragmentos paralelizáveis com materiais do BMSR e PP (Senna-Martinez, 2000).

Quinta das Rosas corresponde a um possível *habitat* de abrigos entre penedos, ainda mal caracterizado, que forneceu alguns materiais cerâmicos decorados enquadráveis no período em questão.

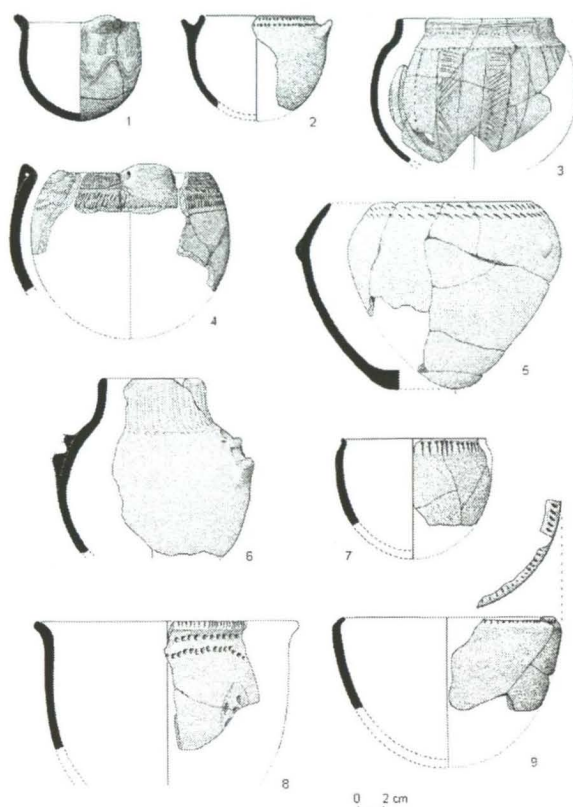
Quinta da Assentada, localiza-se numa rechã, a meio de uma vertente de acentuado declive, num local de alargado campo visual sobre a plataforma do Mondego.

2. Problemas da Investigação da Neolitização da Bacia Interior do Mondego.

Um primeiro problema resulta de nada sabermos sobre os antecedentes. A ausência de dados relativos a um povoamento da região em períodos anteriores ao 5º milénio AC tem levado a que se colocasse a hipótese de um território despovoado. Todavia, dados recentes que chegam de regiões periféricas, como a do Alto Douro português, vêm fortalecendo as suspeitas de que essas "ausências" se ficarão a dever sobretudo a insuficiências do registo e da pesquisa. No sítio do Prazo (Vª. Nª. de Foz Côa) foi identificada uma estratigrafia onde, precedendo níveis datados do Neolítico Inicial, se registaram dois depósitos sem cerâmicas e utensilagem polida: a camada 4 com uma indústria lítica talhada sobre quartzo de tendência microlítica, sem geométricos, e a camada 5 com uma indústria lítica talhada sobre quartzo e, predominantemente, sobre seixos de quartzito. A camada 4 foi datada pelo radiocarbono da 2ª metade do 7º milénio AC (7353±50 BP - 6351-6020 cal AC), refor-

çando a hipótese de estarmos perante contextos que documentam a ocupação daquele território durante o Mesolítico (Monteiro-Rodrigues, 2000). Mais no interior peninsular, são igualmente conhecidos contextos datáveis do epipaleolítico e mesolítico, como os níveis IV e V da Cueva del Nispero (Corchón Rodríguez, 1988-89), na Meseta Norte, os sítios de Abrigo de los Enerbales, Riberas del Sobre, El Sevillano, nas províncias de Madrid e Guadalajara (Jiménez Guijarro, 1998), ou os níveis IV e VI de Verdelpino (Moure Romanillo e López García 1979; Rasilla Vives *et al.*, 1996), na Meseta Sul. Este último contexto (nível IV) encontra-se datado dos finais do 8º / primeira metade do 7º milénio (7950±150 BP – 7291 – 6455 cal AC).

Deste modo, saber se a neolitização da bacia interior do Mondego se processa sobre um espaço povoado ou despovoado é, hoje, central a qualquer projecto que procure abordar a questão na região, na medida em que se manipulam cenários que implicam modelos muito distintos para explicar o processo. Aceitar o despovoamento desta região no Holocénico Inicial (hipótese progressivamente mais fragilizada), assumindo a actual ausência de informação como traduzindo uma ausência de efectiva ocupação humana, implica aceitar que a sua neolitização inicial se relaciona exclusivamente com uma expansão do sistema produtivo associada a movimentos migratórios colonizadores portadores de "utensílios neolíticos" e de práticas produtivas que, com um ou mais focos de origem, procederiam à ocupação destes espaços interiores ainda desocupados. Se, pelo contrário, considerarmos a possibilidade de um prévio povoamento da região (o que se vai configurando como o mais provável), a situação altera-se e outros modelos alternativos serão mais adequados para lidar com essa realidade. Não é que a presença de comunidades recolectoras no interior inviabilize o modelo démico de expansão territorial de comunidades já integradas em sistemas de subsistência produtores, mas torna o processo bem mais complexo. A expansão para territórios já ocupados, ainda que esparsamente ou mesmo residualmente, introduz novos elementos, os residentes, e estes não podem ser perspectivados como elementos passivos no processo. A variabilidade e a diversidade

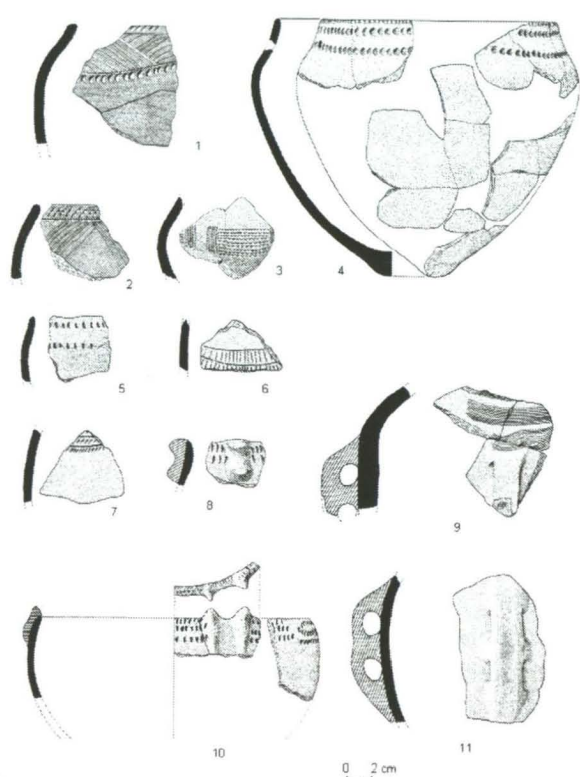


2. Buraco da Moura de S. Romão: recipientes cerâmicos. O n.º3 é almagrado.

que este pode assumir, as suas assimetrias, arritmias e tendências aleatórias, não se reportam apenas às condições dos contextos de origem, mas também às dos contextos de chegada.

Para lidar com tais situações tornam-se necessários modelos que não escamoteiem a variabilidade interna e as contingências que este processo de larga escala comporta. Modelos que considerem a filtragem e a aceitação selectiva nas relações inter comunitárias (Lewthwaite, 1986), onde as transformações e adaptações operadas sobre o que (e quem) vem de fora originam assimilações e retransmissões com alterações, por vezes muito significativas, relativamente ao foco de origem, ou ainda que ponderem as possibilidades de rejeição, de contorno e de percolação (Rodríguez Alcalde, *et al.*, 1996; Vincent, 1997; Soares, 1997; Jorge, 1999).

A aplicação de modelos de cariz "percolativo" à neolitização de determinadas áreas do interior peninsular tem sido contestada (Diniz, 2000). Partido dos mode-



3. Buraco da Moura de S. Romão: recipientes cerâmicos.

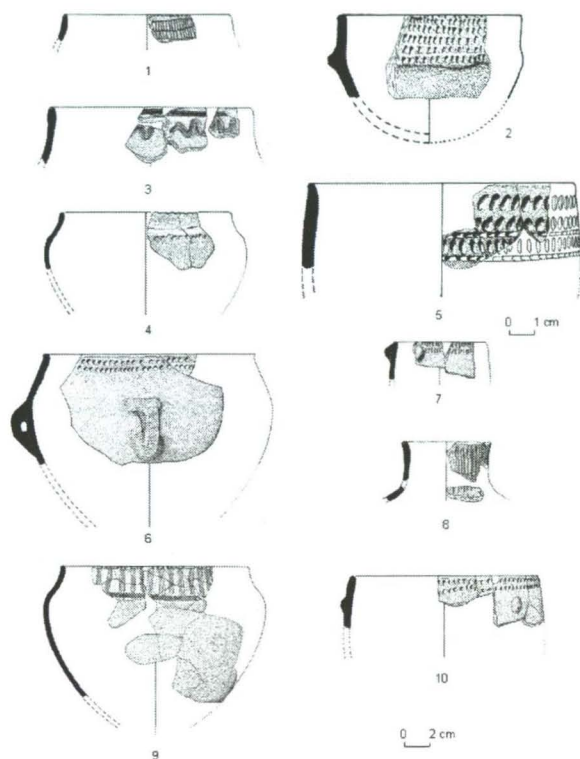
los que concebem as comunidades mesolíticas como constituídas por um número reduzido de indivíduos que exploram sazonalmente vastos territórios através de uma grande mobilidade, originando sistemas de povoamento de "malha frouxa", considera-se que não existe, no registo arqueológico, uma densidade de sítios mesolíticos que proporcione uma cobertura suficientemente ampla da paisagem necessária ao funcionamento do modelo percolativo de circulação da informação. Torna-se, assim, obrigatório considerar a efectiva entrada de colonos neolíticos equipados com novas tecnologias e novas estratégias de subsistência, configurando uma expansão do sistema produtor através de um modelo démico.

Outros autores apresentam a ocupação de espaços aparentemente desabitados e a presença simultânea dos elementos constituintes do tradicional "pacote neolítico" como argumentos para uma clara colonização do interior com significativa movimentação de populações portadoras de inovações tecnológicas e de uma economia produtora, processo que, com base nos dados

proporcionados pelo radiocarbono, é visto como particularmente rápido e precoce (Rojo Guerra e Estrema Portela, 2000; Kunst e Rojo Guerra, 1996). Na globalidade, embora considerando a possibilidade de várias vias para esta expansão, estas teses retomam a estabelecida por Fernández Posse (1980), o qual, com base nas semelhanças estilísticas das cerâmicas *post cardiais* andaluzas e levantinas propôs a constituição de um Neolítico Interior como resultado de um fenómeno de migrações com origem naqueles focos meridionais.

A defesa de uma predominância démica é normalmente pouco explícita quanto à origem dessas mesmas populações, nomeadamente se se tratam de colonos de origem extrapeninsular ou seus descendentes (segundo o modelo dual aplicado ao litoral – Zilhão, 1992; Marti Oliver, 1998) e/ou de grupos epipaleolíticos/mesolíticos já neolitizados. A Neolitização Indirecta, enquanto variante de modelos démicos, apresenta uma resposta a esta questão para as mesetas interiores (Bernabeu, Aura e Badal, 1993; Jiménez Guijarro, 1998 e 1999): considerada como um processo poligenético, a neolitização dos territórios do centro da península seria levada a cabo através do contacto estabelecido entre os grupos epipaleolíticos/mesolíticos que constituiriam o substrato local (referenciado em sítios como Verdelpino ou Cueva del Nispero) e grupos exógenos, também eles previamente neolitizados, mas portadores de tradições linguísticas/culturais comuns. O peso de um substrato cultural homogéneo é particularmente realçado e responsabilizado por uma continuidade que se considera caracterizar o Neolítico Inicial meseteno, a qual só seria possível através de uma forte interferência dos grupos mesolíticos em todo o processo. Realçando-se a simultaneidade com contextos cardiais do litoral, este processo é igualmente considerado rápido e precoce. Nesta variante, o processo de neolitização do interior ganha maior complexidade e às populações mesolíticas é garantido um papel mais activo: a formação cultural do Neolítico Interior é vista como a combinação de substratos locais com realidades já inicialmente mescladas por aculturação.

Como foi anteriormente sublinhado, considerar a existência de um substrato epipaleolítico/mesolítico



4. Penedo da Penha: recipientes cerâmicos. O n.º8 é almadrado.

presente e activo no interior não implica rejeitar a existência de mecanismos de difusão com deslocamentos de população, mas poderá reduzir a importância motora destas no processo, tornando-o certamente bem mais complexo. Sublinha-se, antes, a necessidade perceber os substratos aculturados e a forma com interferem no processo, tanto como receptores como retransmissores.

A expansão do sistema produtor, com base nos modelos démicos, resulta da implantação de sistemas demográficos abertos alimentados por uma economia produtora. Mas, face à rapidez que o processo parece assumir (demonstrada por um conjunto crescente de datações de radiocarbono que colocam a neolitização de áreas do interior peninsular na segunda metade do 6º milénio AC), cabe perguntar se houve tempo para que um crescimento demográfico das comunidades neolíticas litorais se tornasse numa pressão efectiva que explique um processo de colonização do interior tão rápido e generalizado. Note-se que as datações da Lavra, Prazo e Fraga d'Aia, assim como de vários contextos da sub-

meseta Norte, são contemporâneos dos contextos cardiais datados na Estremadura portuguesa, numa altura em que os vales do baixo Tejo e Sado eram ainda ocupados por caçadores-recolectores. A insipiência, genericamente assumida, das tecnologias agrícolas seria suficiente para permitir um tal crescimento demográfico rápido e denso? Um movimento demográfico territorialmente expansionista ligado ao desenvolvimento de uma economia produtiva não será antes, tal como aquela, um processo que se expressa sobretudo na longa duração? A mobilidade dentro de vastos territórios que caracteriza os modelos de territorialidade propostos para as populações de caçadores-recolectores não seria um mecanismo que favoreceria a rápida disseminação de inovações, a partir de uma rede de interacções que, mesmo que pouco apertada, certamente já cobria à muito grande parte do território peninsular?

Perante um substrato pré-existente, a neolitização terá que ser sempre vista como um processo multifacetado, onde fenómenos de colonização, selecção, substituição, adição, recriação e recusa terão que ser equacionados em cada região e caso concreto. Na Beira Alta, a especificidade dos contextos de BMSR e PP1 pode sugerir a entrada de população exógena, mas o seu significado para a neolitização da região só poderá ser avaliado à escala de todo o povoamento regional, nas suas particularidades e diversidades. Inserida na escala Mediterrânica, a neolitização da Península Ibérica poderá evidenciar uma certa homogeneidade, mas à escala peninsular e regional terá tido múltiplas facetas de que essa generalização não dá conta.

Uma outra questão diz respeito às formas de territorialidade destas primeiras comunidades neolíticas. A concentração que vai sendo evidenciada na plataforma do Médio Mondego poderá sugerir uma densidade anteriormente insuspeita. Os modelos económicos propostos, associados à ausência de evidências de clara sedentarização, sugerem sistemas ainda de grande mobilidade, caracterizados por estratégias de exploração territorial extensivas, onde o movimento regular é condição estruturante do sistema: o povoamento, a territorialidade, a percepção do espaço e as leituras da paisagem fundar-se-iam nessa mobilidade residencial.

Os sítios já identificados revelam uma grande diversidade, quer ao nível dos seus locais de implantação, quer no que respeita à intensidade/duração das suas ocupações, sugerindo que não existirá um único padrão específico para a implantação dos habitats destas comunidades, variedade que se associa à diversidade evidenciada pelos respectivos reportórios artefactuais. A diversidade, uma das características definidoras da humanidade, será sempre espectacular. Nas estratégias de implantação dos sítios está bem documentada, para o período em questão, em regiões periféricas como a Estremadura portuguesa ou a bacia do Alto Tejo (Madrid/Guadalajara). Uma territorialidade conformada por esquemas de exploração (sazonal ou não) de diferentes nichos ecológicos e a especialização funcional (contemplando habitats de base e acampamentos temporários, de duração e densidade de ocupação variáveis), constituem-se como cenários credíveis na explicação desta diversidade.

Outro problema em aberto é o da própria subsistência. Consideradas produtoras, na maioria das vezes exclusivamente por causa do seu equipamento artefactual, qual a real estrutura da economia destas comunidades? A informação é, na bacia do Mondego, praticamente nula. O discurso (Valera, 1997a e 1998), aqui como noutras áreas peninsulares, tem residido em inferências feitas a partir de leituras da implantação e características dos sítios, da funcionalidade espectacular dos conjuntos artefactuais ou de dados sobre a paleovegetação e da sua comparação com períodos posteriores. O quadro mais divulgado é o de uma economia ainda fortemente dependente da recolha (vegetal e animal), com as actividades produtivas a terem um papel mais acessório, integrando modelos de exploração dos ecossistemas ainda relativamente próximos das comunidades recolectoras (Soares, 1995; Silva, 1997), onde a agricultura e a pastorícia teriam uma fase de "experimentação prévia", explorando leitões de cheia (Jiménez Guijarro, 1998 e 1999) ou, quando muito, configurando-se como uma "agricultura de tipo primitivo", onde a pastorícia é associada à exploração de solos leves em regime de queimada, com utilização de energia exclusivamente humana (Diniz, 2000; Sanches, 2000). No

Norte de Portugal, no abrigo do Buraco da Pala (Sanches, 1997), são conhecidas evidências directas de produção cerealífera, nomeadamente do trigo. Ainda no Norte, o sítio das Quebradas (Carvalho, 1999) forneceu poucas evidências da exploração de ovicaprinos. No leste da Meseta Norte, nos níveis inferiores da Cueva de La Vaquera, estudos polínicos revelaram o aproveitamento de leguminosas, eventualmente relacionável com os primeiros cultivos de regadio aproveitando solos de aluvião em áreas inundações fluvial (Jiménez Guijarro, 1998 e 1999), enquanto em La Vellilla se registaram evidências da exploração de animais domésticos.

Tomada na globalidade, a informação directa sobre um modo de subsistência produtor no interior peninsular (e mesmo em algumas áreas do litoral, como salientou Susana O. Jorge - 1999) não permite ainda considerar uma situação semelhante à que se verifica nos inícios do 5º milénio na Andaluzia, onde a economia produtora apresenta já consideráveis níveis de desenvolvimento, documentada através de uma agricultura generalizada e de contextos onde a fauna doméstica impera (Rubio, 1988). Em consequência, o estabelecimento de uma economia predominantemente produtora tem sido visto como um processo de longa duração, com a sua plena efectivação relegada para momentos finais do Neolítico e associado à Revolução dos Produtos Secundários. Contudo, convém insistir no facto de que, para o interior em geral e para a bacia do Mondego em particular, a informação actualmente disponível não parece ser ainda suficiente para possibilitar a caracterização e a avaliação, de forma concreta, aprofundada e consistente, dos processos de transmissão e adopção da economia produtora. Deste modo, não pode deixar de ser salientado que a tendência para o modelo de uma economia mista de pendur recolector acaba por derivar mais de uma ausência de dados do que de dados que documentem e comprovem ausências, pelo que também a sua validação se impõem à investigação futura.

Porém, o problema dos modelos de explicação da neolitização do interior peninsular, ou da neolitização em geral, entronca num outro, precisamente no que respeita às concepções de neolitização e aos enquadramentos teóricos que utilizamos para a abordagem do assunto.

De um modo geral, penso que a investigação da neolitização deve recuperar a noção de processo revolucionário, assumindo *revolução* como uma mudança estrutural (Pomian, 1978). O conceito não tem vocação ideológica imediata, mas operacionalidade na análise das tendências de longa duração e dos trajectos arritmados e velocidades descompassadas dos vários subsistemas. Neste enquadramento, seja apelando a perspectivas estruturalistas, seja recorrendo à utilização da teoria dos sistemas e a concepções orgânicas do funcionamento das sociedades, a neolitização não se resume à aquisição de uma economia produtora, a crescimentos demográficos e a um conjunto de inovações tecnológicas, mas a transformações que se operam nas várias vertentes do todo social, configurando um novo espaço de inteligibilidade histórica.

A análise do processo de neolitização, à escala da sociedade e da longa duração, deverá, assim, focalizar-se também nas relações sociais (uma maior emancipação relativamente aos constrangimentos do mundo natural, tem como contrapartida um reforço dos constrangimentos e solidariedades sociais), nas percepções e representações simbólicas do espaço e da paisagem (a noção de transformabilidade do espaço é mais descentrada relativamente a um espaço dado e inalterável, e a interacção identitária com a paisagem estabelece-se sobre novos fundamentos de maior emancipação), nas relações com o território (diferentes níveis de sedentarização, mobilidade, valorização e demarcação de territórios), na demografia, na gestão da morte, na expressão artística e religiosa (representações artísticas e simbólicas), etc. A esta escala de análise, a expansão da economia produtora deve ser vista como um processo diversificado e arritmado, em que o subsistema económico se encontra em constante interacção com outros subsistemas do todo social que, em situações e espaços diferentes, poderão desempenhar um papel tão ou mais importante na dinamização dessa transformação cultural global e na própria expansão ou adopção da economia produtora.

A título de exemplo, citem-se as ideias que sublinham que a presença de componentes do sistema produtor não comprova necessariamente a implantação de uma eco-

nomia produtora e que muitos dos seus indicadores ao nível da cultura material poderão ter inicialmente, entre comunidades de organização essencialmente caçadora-recolectora, um carácter mais simbólico que propriamente funcional (Zvelebil, 1996; Vincent Garcia, 1997). O subsistema ideológico teria, neste contexto, um papel particularmente activo na conformação dos processos de adopção, prática e expansão da economia produtiva e da panóplia artefactual e tecnológica que lhe está normalmente associada, sem que sejam descartáveis, razões de foro ecológico, demográfico ou outras.

Uma adopção precoce das cerâmicas por parte de caçadores-recolectores dos vales do Tejo e Sado foi explicada através das vantagens funcionais que este equipamento teria na armazenagem de alimentos não produzidos, actividade que aquelas comunidades já praticariam no final do Mesolítico (Soares, 1997). Todavia, e no que respeita concretamente à cerâmica, a sua adopção por grupos de caçadores-recolectores representa também a aceitação um elemento de expressão privilegiado, pois permite combinar a estilística morfológica com a decorativa, num objecto de fácil circulação. Reunindo estas potencialidades, a cerâmica pode constituir-se num meio activo de expressão/gestação de identidades de grupos ou comunidades (Sackett, 1990). Note-se que a decoração das cerâmicas é vulgar (e por vezes maioritária) nos contextos do Neolítico Inicial. O seu potencial em termos de linguagem simbólica, conjugado ou não com funções específicas, poderá, em certas circunstâncias, ter tido o papel mais preponderante na sua adopção e disseminação do que a sua eventual ligação a modelos de subsistência produtora.

Outro bom exemplo é a tese de Hodder (1990) relativamente ao papel central desempenhado pela sedentarização e pela organização residencial no processo de "domesticação económica" da Europa Oriental. Considerada como local de produção e reprodução de relações sociais estruturais, como uma verdadeira unidade produtiva de construção da unidade e organização do todo social, a residência é vista como uma metáfora da cultura e mecanismo de controlo do selvagem por essa mesma cultura, ajudando a criar uma nova dualidade,

central no processo de neolitização: o espaço doméstico (a *domus*, na expressão do autor) por oposição ao espaço selvagem (*agrius*). A "domesticação económica" é, assim, estruturalmente acompanhada, se não mesmo em certas situações precedida, por uma "domesticação social e simbólica" estimulante da mudança económica e da inovação tecnológica, numa espécie de materialismo invertido. Suficientemente afastado da expressão que o processo assume na Europa Oriental, interessa sobretudo ao caso peninsular a ideia de que o simbolismo estruturante da neolitização, ou seja, o controlo do selvagem e as representações e conceptualizações cognitivas que isso implica, estarão presentes desde o início do processo, eventualmente com desenvolvimentos anteriores e com expressão material. Aliás, um certo uso intensivo dos recursos selvagens e determinados níveis de sedentarização e de armazenamento têm sido atribuídos a comunidades de caçadores recolectores.

Outro exemplo poderá ser encontrado nas abordagens estruturalistas da paisagem. Como salientei recentemente (Valera, 2000d), a neolitização compreenderá a passagem de uma percepção do espaço dado e inalterável a um espaço progressivamente percebido como construído, transformável e manipulável. Seguindo o esquema proposto por Criado Boado (1993), podemos fazer corresponder a estes primeiros momentos uma "Paisagem Naturalizada", caracterizada já por uma atitude "participativa" que envolve os primeiros "trabalhos de transformação efectiva do meio envolvente", antes da autêntica domesticação, que se verificará mais tarde, com a RP2. Ora esta mudança na relação com o espaço não pode ser vista apenas como uma consequência do processo, mas, de forma recursiva, também como um meio que o possibilita. "Esta transformação, em que progressivamente se vai observando o desenvolvimento da capacidade de intervir e modificar do Homem Social sobre o meio, resulta da interacção do progresso tecnológico, organização económica e social, movimentos demográficos, organização política e ideológica, mas também de transformações ao nível da estrutura mental, nomeadamente ao nível das categorias de processamento da percepção de espaço"

(Valera, 2000d). A neolitização possibilita a capacidade de progressivamente conceber a natureza como acessível à intenção humana de nela intervir, de a controlar e alterar, de a revalorizar. A simples presença de evidências produtivas, por mais ténues e parcas que sejam, tem implicações ao nível de vários subsistemas que jogam papéis estruturantes no processo. A ideia é resistir à centração, mais ou menos dogmática, nas alterações económicas e nas inovações tecnológicas, procurando, em cada comunidade, quais as vertentes do todo que são mais susceptíveis à inovação e ao desenvolvimento de tendências catalizadoras da mudança global, evitando um desmedido apego ao económico e tecnológico, ao funcionalismo e ao behaviorismo adaptativo.

Sendo uma transformação estrutural, a neolitização é um processo que se manifesta à escala da sociedade e cuja elaboração teórica de modelos apela à generalização e é essencialmente explicativa. Todavia, o seu carácter dialéctico, preenchido por contradições entre ordem estabelecida, inovação e difusão, expressa-se na agência, que a contemporânea sociologia da acção perspectiva como um permanente processo de relação recursiva entre agente (individual ou em grupo) e a totalidade social (Valera, *no prelo*). A neolitização foi também um processo que se manifestou à escala dos indivíduos e dos grupos, onde existiram agentes de mudança e agentes de resistência. É todo um novo questionário que se encontra por explorar, virado para a escala de análise do agente (difícil de conseguir) ou do grupo de agentes (mais acessível), e para a construção de discursos de carácter mais interpretativo. As contingências que originam as diversidades e pontuam qualquer processo de longa duração têm, aqui, a uma escala de análise privilegiada.

Deste modo, a abordagem do fenómeno da neolitização do interior peninsular necessita hoje, a par de um trabalho sistemático orientado para um alargamento consistente dos dados empíricos (entendidos como estádio de *reportage* – Runciman, 1983), de um alargamento das perspectivas teóricas de abordagem, igualmente de forma consistente, à imagem do que tem sido feito para outros períodos da Pré-História Recente.

Referências Bibliográficas

- BERNABEU, J., AURA, J.E. e BADAL, E. (1993), *Al Oeste del Eden. Las primeras sociedades agrícolas en la Europa Mediterránea*, Madrid, Síntesis.
- CARVALHO, António Faustino (1999), "Os sítios de Quebradas e de Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico antigo do Baixo Côa", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 2, número 1, p.39-70.
- CRIADO BOADO, F., (1993), "Límites y posibilidades de la Arqueología del Paisaje", *SPAL*, 2, Sevilla, Universidade de Sevilla, p.9-55
- CORCHÓN RODRÍGUEZ, M^a Soledad (1988-89), "Datos sobre el Epipaleolítico en la Meseta Norte: La Cueva del Níspero (Burgos: España)", *Zephyrus*, XLI-XLII, Salamanca, p.83-100.
- DELIBES DE CASTRO, G. e ZAPATERO MAGDALENO, P., (1996), "De lugar de habitación a sepulcro monumental: una reflexión sobre la trayectoria del yacimiento neolítico de La Velilla, en Osorno (Palencia)", *Actas del I Congreso del Neolítico a la Península Ibérica*, Gavá, p.337-345.
- DINIZ, M. (2000), "As comunidades neolíticas no interior alentejano: uma leitura cultural e cronológica", *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular - Neolitização e megalitismo na Península Ibérica*, Porto, ADECAP, p.23-33.
- IDEM (2001), "Uma datação absoluta para o sítio do Neolítico Antigo da Valada do Mato, Évora", *Revista de Arqueologia*, Vol. 4, nº 2, Lisboa, IPA, p.111-113.
- ESTREMER PORTELA, M^a Soledad (1999), "Sobre la trayectoria del Neolítico Interior: precisiones a la secuencia de la Cueva de La Vaquera (Torreiglesias, Segovia)", *II Congreso del Neolítico a la Península Ibérica - Sagvntvm-PLAV*, Extra 2, Valência, p.245-250.
- FERNÁNDEZ POSSE e DE ARNAÍZ, M. D. (1980), "Los materiales de la cueva del Aire de Pantones (Madrid)", *Noticiario Arqueológico Hispano*, 10, Madrid, p.39-64.
- FERREIRA, A.B. (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*. Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 4, Lisboa.
- GODELIER, M. (1973), *Horizons, trajets marxistes en anthropologie*. Librairie François Maspero, Paris (Trad. Portuguesa, Edições 70, Lisboa, sd.).
- GONÇALVES, V.S. (2002), "Lugares de povoamento das antigas sociedades camponesas entre o Guadiana e a Ribeira do Álamo (Reguengos de Monsaraz): um ponto da situação em inícios de 2002", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, nº2, Lisboa, IPA, p.153-189.
- HODDER, Ian (1990), *The domestication of Europe*, Cambridge, Basil Blackwell.
- IGLESIAS MARTÍNEZ, J.C., ROJO GUERRA, M. e ALVAREZ PERIAÑEZ, V. (1996), "Estado de la cuestión sobre el Neolítico en la Submeseta Norte", *Actes del I Congreso del Neolítico a la Península Ibérica*, Rubricatum, 1, Vol.2, p. 721-734.

- JIMÉNEZ GUIJARRO, Jesús (1998), "La neolitización de la cuenca Alta del Tajo. Nuevas propuestas interpretativas para el Neolítico de la Meseta", *Complutum*, 9, Madrid, p.27-47.
- IDEM (1999), "El proceso de neolitización del interior peninsular", *II Congrès del Neolític a la Península Ibérica, Sagvntvm-PLAV*, Extra 2, p.493-501.
- JORGE, Ana (2002), *Early neolithic pottery technology and social boundaries in the upper Mondego Basin (Central/Northern Portugal): the Penedo da Penha 1 and Buraco da Moura de S. Romão sites*, Final dissertation of the Masters Course in Archaeomaterials, University of Sheffield, policopiado.
- JORGE, Susana Oliveira, (1999), *Domesticar a terra*, Lisboa, Gradiva.
- KUNST, M. e ROJO GUERRA, M. (1999), "El Valle de Ambrona: un ejemplo de la primera colonización Neolítica de las tierras del Interior Peninsular", *II Congrès del Neolític a la Península Ibérica - Sagvntvm-PLAV*, Extra 2, Valência, p.259-270.
- LEMONS, P. Luís Ferreira de, (s/d), *Infias. Miniatura de um esboço monográfico*, Fornos de Algodres, Brochura dactilografada policopiada.
- LEWTHWAITE, J.G. (1986), "The transition to food production: a Mediterranean perspective", (M. Zvelebil, ed.) *Hunters in Transition*, CUP.
- MARTÍ OLIVER, Bernardo (1998), "El Neolítico", (Ignacio Barandiarán et al) *Prehistoria da la Península Ibérica*, Barcelona, Ariel, p.121-195.
- MARTÍNEZ PUENTE, M.E. (1989), *El yacimiento neolítico y de la Edad del Bronce de Los Cascajos-El Blanquillo (Quintanadueñas, Burgos)*, Universidade de Valladolid, Memória de Licenciatura.
- MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio, (2000), "A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão - Norte de Portugal) no contexto do Neolítico Antigo do Noroeste Peninsular. Algumas considerações preliminares", *Neolitização e megalitismo da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, ADECAP, p.149-180.
- MOURE ROMANILLO, A. e LÓPEZ GARCÍA, P. (1979), "Los niveles pre-neolíticos del abrigo de Verdelpino (Cuenca)", *XV Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, p.111-124.
- POMIAN, Krzysztof (1978), "L'Histoire des Structures", *La Nouvelle Histoire*, (Le Goff, J. dir.), CELP, Paris, p.530-552.
- RASILLA VIVES, M., HOYOS GÓMES, M. e CAÑAVÉRAS JIMÉNEZ, J.C. (1996), "El abrigo de Verdelpino (Cuenca). Revisión de su evolución sedimentaria y arqueológica", *Complutum*, Extra 6, Madrid, p.75-82.
- RODRÍGUEZ ALCALDE, A.L., ALONSO JIMÉNEZ, C. e VELÁZQUEZ CANO, O. J. (1996), "La difusión occidental de las especies domésticas: una alternativa a la "ola de avance", *Actas del Congrès del Neolític a la Península Ibérica*, Gavá, p.835-842.
- ROJO GUERRA, M. e ESTREMERÁ PORTELA, S. (2000), "El Valle de Ambrona y la Cuenca de La Vaquera: testimonios de la primera ocupación neolítica en la Cuenca del Duero", *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular - Neolitização e megalitismo na Península Ibérica*, Porto, ADECAP, p.81-95.
- ROJO GUERRA, M. e KUNST, M., (1996), "Proyecto de colaboración hispano-alemán en torno a la introducción de la neolitización en las tierras del interior peninsular: planteamiento y primeros resultados", *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia da Universidad Autonoma de Madrid*, 23, p.87-113.
- RUBIO, I. (1988), "La economía de subsistencia en el Neolítico hispano", (Coord. Pilar López) *El Neolítico en España*, p.337-418.
- RUNCIMAN, W.G. (1983), *A treatise on social theory*, The methodology of social theory, Vol. I, CUP.
- SACKETT, J.R. (1990), "Style and ethnicity in archaeology: the case for isochretism", *The uses of style in Archaeology*, New Directions in Archaeology.
- SANCHES, M. de Jesus (1988), "O povoado da Lavra (Marco de Canaveses)", *Arqueologia*, 17, Porto, GEAP, p.125-137.
- IDEM (1997), *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional*, Porto, SPAE.
- IDEM (2000), "Reflexões sobre o povoamento do Neolítico Inicial do Norte de Portugal (VI - IV Milénio AC)", *Neolitização e megalitismo da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, ADECAP, p.181-200.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (2000), "O Castro do Outeiro dos Castelos de Beijós (Carregal do Sal)", *Por Terras de Viriato. Catálogo da Exposição 'Arqueologia da Região de Viseu'*, p.144-145.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. e ESTEVINHA, I.A. (1994), "O sítio de habitat das Carriceiras (Carregal do Sal). Notícia preliminar", *Actas do seminário O Megalitismo no Centro de Portugal*, Estudos Pré-Históricos, 2, Viseu, p.55-61.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. e VENTURA, J.M. (1999), "Espaço funerário e espaço cénico: a Orca do Folhadal", *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 5, Lisboa, Colibri, p.21-34.
- SILVA, Carlos Tavares (1997), "O Neolítico Antigo e a origem do megalitismo no Sul de Portugal", *O Neolítico Atlântico e as orixes do megalitismo*, (Rodrigues Casal ed.), Santiago de Compostela, USC, p.575-585.
- SILVA, C.T. e SOARES, J., (1981), *Pré-História da Área de Sines*, Lisboa, GAS.
- SOARES, J. (1995), "Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências", *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, SPAE, p.27-45.
- IDEM (1997), "A transição para formações sociais neolíticas na costa sudoeste portuguesa", *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*, Universidade de Santiago de Compostela, p.587-608.

Secção de História

Morrer em Vipasca Reflexões em torno da necrópole romana de Valdoca

José Luís Neto

O primeiro ponto a ter em consideração neste pequeno ensaio é que este é, na sua essência, um trabalho teórico, e é precisamente deste ponto de vista que deve ser encarado – como construção de hipóteses. Trata-se de uma análise cujos objectivos foram, precisamente, testar alguns limites da interpretação arqueológica. Procurar esses limites implica desvelar as fragilidades de uma qualquer disciplina de conhecimento, mas, por outro lado, entendê-los é, também, e de igual modo, compreender o contributo social dessa mesma disciplina.¹

Numa fase em que assistimos ao endurecimento da linguagem e interpretação de cariz positivista de alguma da nossa Arqueologia, em que se tenta normalizar (com ou sem consensos) publicações, formas, condicionando, consequentemente, os conteúdos, é necessário repensar se tal nos é conveniente.

Ao nível teórico, alguns autores portugueses têm levantado algumas questões extremamente pertinentes, contudo, os reflexos desses escritos não passam ainda de miragens no panorama arqueológico prático português. De facto, e concretamente, a "Arqueologia real", em Portugal, é sinónimo de escavação, e dessas acções, pouco conhecimento concreto resulta, para além de alguns estudos de cariz mais monográfico – estratigráfico e, menos ainda, publicações sobre espólio dentro de uma perspectiva tipológico – normativa, que não esconde uma leitura tecnológica evolucionista.

Porém, a Arqueologia é dispendiosa. Custa escavar, custa tratar do material, custa armazená-lo nos Museus, custa conservar e recuperar ... principalmente quando esses custos resultam, na maioria dos casos, em nada. Um fenómeno curioso de *ex nihilo nihil*. De facto, o espólio resultante das intervenções pouco melhor é tratado do que qualquer outro que se guarda nos nossos sótãos; arrumado, mas inútil, até porque a grande maioria do material arqueológico português está ainda inédito.

Temos, assim, para ultrapassar este mar de paradoxos, de dar uma nova vida a esse material que não se deseja congelado, e para tal terá de haver uma renovação da própria linguagem e discurso desta disciplina, sob pena de caducarmos, por incapacidade de inovação, as frágeis ligações em relação à sociedade, que confiou aos actuais profissionais, a gestão, orientação e criação da sua história e identidade.

Luísa Ferreira Dias (Dias 1987) afirmou, com base nas peças que foram exumadas da Necrópole do Carvalho em 1985, que estávamos perante uma evidência arqueológica da existência de crenças de um mundo para além da morte. De facto, são-nos bem familiares algumas visões do mundo clássico sobre este assunto. Os registos de poetas e filósofos abrem-nos a fresta desse imenso mundo do que era a morte para as populações de cultura latina. Os mitos que nos falam do Hades, onde Orpheu foi tentar resgatar a sua amada, que, por um instante trágico, lá ficou, quando já não existiam razões que nos pudessem fazer antever senão um final feliz entre os amantes; ou a mitica barca de Caronte, barqueiro soturno a quem se pagava a última viagem, são disso exemplo. Mitos, mas também claras mensagens de um modo vivencial de morrer são-nos transmitidas por vários autores clássicos, que nos narram o que esta representa aos seus olhos.

Todavia, num Império Romano que tolerava e incorporava, por norma, no seu seio, as várias religiões dos povos conquistados, não podemos, nem devemos pensar que conceitos acerca da morte tenham sido iguais em todo o Império, em todas as suas épocas. Se, correctamente, são assinaladas evoluções nos ritos fúnebres, ao longo dos séculos do Império Romano, por vários autores, não podemos deixar de admitir que haveria heterogeneidade na visão sobre a morte nas distintas regiões que o Império englobava. Assim, se a própria Península Itálica apresentava grandes diversidades culturais e linguísticas à época, que foram sendo mais ou menos atenuadas ao longo da permanência de hegemonia Romana, não podemos pensar que uma Península Ibérica, tão rica em diversidades internas, pudesse ter adquirido uma homogeneidade de conceitos metafísicos em si, e com Roma. Tendo, a Península Ibérica, estruturas religiosas bem definidas, quando foi levada a cabo a conquista, e tendo divindades, de tal maneira enraizadas culturalmente, que continuaram a ser veneradas durante o domínio romano, até pelos próprios romanos, não será muito plausível pensar que os princípios metafísicos autóctones tenham desaparecido rápida e radicalmente. Estes princípios englobariam também a visão sobre a morte.

No entanto, não dispondo de fontes escritas que nos possam auxiliar nesta procura, teremos de procurar outras, tendo consciência do terreno movediço em que entramos. É que de todo o ritual, de todos os sentimentos envolvidos e experimentados pelos que enterraram os seus mortos, a arqueologia apenas observa uma ínfima parte do que realmente se passou. Por outro lado, temos plena consciência que houve uma transformação cultural muito grande, e uma rápida adesão às formas e maneiras romanas, numa região (o Alentejo), ao que parece, extraordinariamente permeável a novas propostas culturais. Todavia, não é por isso que pensamos que as crenças autóctones sobre a morte teriam sido facilmente irradicadas das mentalidades locais. Pensamos que, facilmente adaptáveis na sua aparência, não o seriam no seu sentir e sentido profundos. Trata-se de um primeiro ensaio, que terá de ser aferido com todas as outras necrópoles já escavadas, numa procura de características comuns, e linhas de tendência a constatar, se estas existirem.

A Necrópole

A Necrópole de Valdoca foi escavada nos anos 50 por Abel Viana, Rui Freire d'Andrade e Octávio da Veiga Ferreira. Desta necrópole chegaram a apresentar uma comunicação no XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, em 1956, e, dez anos mais tarde, um artigo na revista *Conimbriga*. Nesse mesmo número, Jorge Alarcão e Adília Alarcão publicam o espólio desta necrópole. A necrópole ficava localizada na "encosta suave da colina dos Algares a escassos 70 metros do afloramento do minério tão intensamente explorado pelos romanos, é a Necrópole da área onde se supõe ter estado situada a povoação romana Mina de Vipasca". Tinha 496 sepulturas, que vão desde o início do século I aos finais do século III d. C. .

Dado que não temos referência de quais eram as sepulturas de incineração e de inumação, optámos por analisar apenas um conjunto de 60 sepulturas que estão identificadas como dos séculos I e II d.C. . Este critério teve como base o facto de não conhecermos enterramentos desta época senão com o ritual de incineração,

em Portugal, o que não quer dizer que tal não venha a acontecer, dado que, em Roma, se praticavam os dois rituais à época². Das sete inumações referenciadas nenhuma engloba o conjunto de sepulturas por nós analisadas. Em relação ao espólio, optámos por manter inalteradas as classificações de Jorge Alarcão e Adília Alarcão, pegando apenas nas sepulturas por eles datadas da época que escolhemos analisar. Neste trabalho procedemos essencialmente ao levantamento do tipo de materiais presentes por sepultura. Quando constatámos a existência de, por exemplo, três taças numa sepultura, contámos apenas como uma unidade, portanto, uma taça, porquanto uma unidade é representativa da ideia de um objecto funcional.

Pudemos constatar que as taças estão presentes em 45% das sepulturas, os potes em 32,5%, os unguentários em 27%, as lucernas em 25%, os pratos em 20%, os jarros e as malgas em 15,5%, os copos em 11%, os cântaros em 6,5%, os boiões em 5%, as painéis, as garrafas e as tampas representam 3%, e as bilhas, espelhos, pinças, objectos de metal, cálices, gargalos e terrinas 1,5%.

Seguidamente operámos a transformação dos tipos das peças para as suas funcionalidades. Detectámos contentores de sólidos, contentores de líquidos, contentores mistos (sólidos e/ou líquidos), contentores de combustão, objectos de embelezamento ou para suportar produtos de embelezamento e outros objectos que não conseguimos definir a função que teriam.

Entendemos como contentores de sólidos Taças, Pratos, Malgas, Painéis e Terrinas; entendemos como contentores de líquidos Jarras, Copos, Cântaros, Garrafas, Bilhas e Cálices; como Contentores mistos os Potes; como Contentores de líquidos de combustão, as Lucernas; como Contentores de produtos de embelezamento, ou produtos de embelezamento, Unguentários, Boiões, Espelhos e Pinças. Por último, não foram classificados por ausência de elementos, as Tampas, Objectos de Metal e os Gargalos.

Com este tipo de transformação pudemos verificar que 50 sepulturas têm objectos destinados a suprir necessidades alimentares, 21 têm objectos para iluminação e 23 têm objectos de e para embelezamento, num universo compreendido em 60 sepulturas.

Outro aspecto a ter em consideração é que estamos a analisar espólio proveniente, muito provavelmente, de unicamente sepulturas de incineração. Esta prática tem como consequência a destruição rápida do corpo. Trata-se de uma prática higiénica e que reduz ou torna desnecessária a área de espaço sepulcral. Contudo, estes dois últimos aspectos são as consequências desta prática, que não sabemos se foram alguma vez pensados pelos seus praticantes. A incineração era praticada por alguma razão. Tal como hoje inumamos os nossos mortos em decúbito dorsal para que se possam levantar mais facilmente no dia da ressurreição, alguma razão existiria para os cremarem, tal como hoje existe esta solução, embora seja pouco adoptada entre nós, não obstante o número estar a aumentar consideravelmente.

Assim, no aspecto teórico podemos supor várias situações:

- Pretende-se a destruição total do ser;
- Pretende-se a libertação rápida do espírito em relação à comunidade;
- Pretende-se a libertação rápida do indivíduo em relação à comunidade;
- Pretende-se desligar o espírito de um local específico que poderia ser representado pela sua inumação;
- Pretende-se desligar o indivíduo representado pelo seu corpo de um local específico que poderia ser representado pela sua inumação.

Estas situações poderiam ser mutuamente exclusivas ou complementares, em graus variáveis. Aqui temos que ter em linha de conta o tipo de incineração com que estamos a trabalhar. De facto, uma situação em que as cinzas são dispersas, noutras em que, por exemplo, a tumulação é domiciliária, ou a presente situação, enterradas em cemitério não parece admissível, à priori, que a visão subjacente à morte, seja idêntica nos três casos. Depois temos de reflectir sobre em que parte do ritual entram as oferendas, porque podem ser dadas antes, durante ou depois da cremação; mas só isso não basta, porque o próprio estado em que estão faz-nos ter uma leitura diferente, dado que, oferendas deliberadamente partidas não significam o mesmo, à priori, que oferendas potencialmente utilizáveis. No caso de Valdoca, tratam-

se de incinerações feitas no túmulo, ou noutra local e ali depositadas. As peças não foram partidas, nem queimadas. Presumivelmente estariam lá para serem usadas pelo morto. Das 323 ou 324 sepulturas deste tipo presentes na Valdoca, 37% não tinham materiais. Destes 37% temos de admitir que uma parte fosse da época que estudamos. De facto, em Santo André e no Carvalhal, verificou-se que há, aparentemente, sepulturas desta época sem espólio associado.

O espólio não parece ser absolutamente necessário, dado que, nem todos os enterramentos tinham materiais, e por outro, os analisados não apresentam sempre o mesmo conjunto de peças, com funções idênticas, se bem que há uma grande percentagem (50 dos sessenta casos) que têm peças cuja função primária é de conterem alimentos. Contudo as oferendas até podem ser satisfeitas, o que não têm é que ser ritualmente ofertadas em contentores resistentes ao tempo. A comida, por exemplo, pode ser envolvida numa folha, num trapo, ou numa tigela de madeira. Porém, se podemos conseguir imaginar, com alguma dificuldade, perfumes e essências depositadas sobre cinzas, ou sobre o conjunto do espólio, ser-nos-á mais difícil imaginar essa mesma situação relativamente ao fogo para a iluminação. Parece-nos, conseqüentemente, que existe, pelo menos, uma necessidade premente de alimentar ritualmente os mortos.

No entanto, estes contentores, para além de serem indicativos das necessidades do morto, são-no também do poder económico dos indivíduos e/ou família. Sendo Vipsca uma povoação vocacionada para a actividade mineira, temos de admitir como provável, que uma parte relativamente significativa dos mortos desta necrópole tenham estado associados a esta actividade, ou sejam familiares de. O que podemos observar é que o panorama da maioria das sepulturas é relativamente pobre. Só a sepultura 369 tem contentores para preencher todas as necessidades, e as sepulturas 100 e 141 têm contentores para satisfazer quatro das necessidades. Contudo, esta leitura não está isenta de erros dado que, por exemplo, a sepultura 128 é extremamente interessante, mas preenche poucos grupos funcionais. Porém, estas excepções vêm enriquecer esta problemá-

tica, mas tal não invalida que a maioria das sepulturas seja pobre, dando-nos uma visão da sociedade, através das sepulturas, compatível com o que se espera encontrar numa localidade que assente as suas actividades na exploração mineira.

Não hesitemos, contudo, em ir mais longe; é que nos parece evidente que a utilidade das peças revela a mentalidade do colectivo em relação às necessidades do defunto, e, como tal, temos peças que podem ser consideradas como:

- Relacionadas com a permanência do defunto no túmulo;
- Indicativas que o defunto as usará de qualquer forma no túmulo;
- Indicativas que o indivíduo vai abandonar definitivamente o túmulo;
- Indicativas que durante algum tempo o indivíduo pode permanecer no túmulo e que depois parte.

No caso presente, parece tratar-se desta última hipótese, tanto mais que a própria variedade do espólio é muito limitada, quer em materiais, quer nas necessidades que se propõe cobrir, para além de, aparentemente, não existir uma fórmula rígida, deixando estas questões ao critério dos familiares. Ora, se o indivíduo ficava algum tempo no túmulo e depois partia, partia para algum lugar. Podemos então voltar às primeiras situações teóricas e ver que não se pretende a destruição total do ser, dado que até se lhe suprimiam algumas necessidades no túmulo. Também não parece que se coloque a hipótese de libertação rápida, dado que, aparentemente, o defunto ainda permaneceria algum tempo no túmulo porque, de outro modo, não se colocariam este tipo de objectos na sepultura. Os vestígios arqueológicos levam-nos a pensar que este padrão assemelhar-se-á mais ao desligar contínuo e gradual do indivíduo. Do mundo dos vivos, para um mundo de transição, o cemitério, e daí para outro lugar. Contudo, a primeira preocupação é afastar o morto dos vivos. Talvez aqui se possa ver o receio das *Larvas* e dos *Lemures* romanos, pois não parece tratar-se de um padrão muito distinto.

O indivíduo cremado e tumulado, pelo que nos foi dado a constatar, ainda assim mantinha algumas neces-

sidades de conforto, como alimentar-se, ter luz e produtos para se poder arranjar. Esta imagem que nos é sugerida pelos materiais leva-nos a supor que a imagem que os vivos tinham dos seus mortos é que estes, apesar de defuntos, continuavam muito humanos, até certo sentido, mundanos. Isto coloca-nos novas questões. Será que o morto era visto como espírito, tal como hoje o entendemos, ou tratar-se-ia de um indivíduo (e daí a distinção por nós feita) de tal maneira ainda humano (veja-se o tipo de necessidades) que teria uma categoria mais física, distinta da nossa concepção de alma? Atendendo a que esta necrópole contou, em princípio, com uma grande percentagem de elementos exógenos, por causa da exploração das minas, resta-nos deixar ainda outra pergunta. Será que este perfil se verifica em comunidades menos abertas à entrada de novos elementos, ou reflecte uma sociedade mais miscigenada étnica e culturalmente, mercê de uma comunidade e realidade mineira?

Notas

¹ Comunicação apresentada em 02/05/2003 na Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

² Note-se, todavia, que o principal, nesta época, é a incineração, não só na Lusitânia como em toda a Hispânia, e, pelo menos, na parte Ocidental do Império.

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge; ALARCÃO, Adília de, "O espólio da necrópole luso - romana de Valdoca (Aljustrel)", *Conimbriga*, vol. 5, 1966, pp.7-104.
- ANDRADE, Ruy Freire de; FERREIRA, Octávio da Veiga; VIANA, Abel, "Necrópole céltico - romana de Aljustrel", *Actas do XXIII congresso luso - espanhol*, Ed. Associação portuguesa para o progresso das ciências, Tomo VIII, Coimbra, 1957, edição separata.
- DIAS, Luísa Ferrer - "Necrópole Romana do Carvalhal", *Informação Arqueológica*, n.º7, IPPC, Lisboa, 1986, pp. 70-71.
- DIAS, Luísa Ferrer - "A necrópole do Carvalhal", *Arqueologia do Vale do Tejo*, IPPC, 1987, pp. 62-63.
- FERREIRA, Octávio da Veiga; ANDRADE, Ruy Freire de, "A necrópole de Valdoca" *Conimbriga*, vol. 5, 1966, pp. 1 - 6.
- NETO, José Luís, Materiais arqueológicos da necrópole romana do Carvalhal (no prelo).
- NOLEN, Jeannette U. Smit & DIAS, Luísa Ferrer, "Os materiais (da necrópole de Santo André)", *Conimbriga*, vol. 20, 1981, pp. 33-123.
- NOLEN, Jeannette U. Smit, "Cronologia (da necrópole da Santo André)", *Conimbriga*, vol. 20, 1981, p.127-134.
- NOLEN, Jeannette U. Smit & DIAS, Luísa Ferrer, "Catálogo (dos materiais da necrópole de Santo André)", *Conimbriga*, vol. 20, 1981, pp. 135-172.

Peças por sepultura
Quadro de distribuição

Sepultura	Cântaro	Prato	Taça	Copo	Jarra	Ungu.	Panela	Lucernas	Tampa
1	X	X							
8			X						
26		X		X					
27			X		X	X			
28		X	X				X		
59			X					X	
64	X		X						
68			X		X				
100		X		X		X		X	
103			X						
111					X				
112		X							
113				X					
115			X						
117			X						
118								X	
123			X						
124			X	X					
126								X	
128				X	X				X
130		X	X						
132		X							
137			X						
141			X	X		X			
145			X						
153			X						
155			X						
158			X		X				
161					X	X		X	
164		X	X						
166			X						
172								X	
198				X	X	X		X	
206					X	X			
218		X							
240		X							
247			X					X	X
251		X			X				
257									
282						X			
307						X			
313						X			
317						X			
318			X			X			
321		X							
325						X			
329						X			
337		X							
340								X	
343			X						
349								X	
353								X	
369			X		X	X	X	X	
406								X	
422						X			
427	X								
434								X	
441			X						
471			X						
477	X		X					X	

(Continuação)

Sepult.	Malga	Pote	Bilha	Pinça	Objecto de Metal	Boião	Cálice	Garrafa	Cabo de Espelho	Gargalo	Terrina
1											
8		X									
26											
27											
28											
59		X									
64											
68											
100	X										
103											
111		X									
112											
113	X										
115		X									
117											
118		X									
123											
124											
126											
128		X	X	X	X						
130											
132											
137											
141		X									
145											
153	X	X									
155											
158						X	X				
161								X			
164											
166	X										
172		X									
198								X			
206	X										
218		X									
240											
247	X	X									
251	X	X									
257						X					
282									X		
307										X	X
313											
317											
318		X				X					
321											
325											
329	X	X									
337											
340		X									
343											
349											
353											
369		X									
406											
422											
427	X	X									
434		X									
441		X									
471		X									
477											

Funcionalidades por sepultura
Quadro de distribuição

Sepultura	Sólidos	Líquidos	Luz	Embelezamento	Mistos
1	X	x			
8	X				x
26	X	x			
27	X	x			
28	X			x	
59	X		x		x
64	X	x			
68	X	x			
100	X	x	x	x	
103	X				
111		x			x
112	X				
113	X	x			
115	X				x
117	X				
118			x		x
123	X				
124	X	x			
126			x		
128		x		x	
130	X				
132	X				
137	X				
141	X	x		x	x
145	X				
153	X				x
155	X				
158	X	x		x	
161		x	x	x	
164	X				
166	X				
172			x		x
198		X	x	x	
206	X	x		x	
218	X				x
240	X				
247	X		x		x
251	X	x			
257				x	
282				x	
307	X			x	
313				x	
317				x	
318	X			x	x
321	X				
325				x	
329	X			x	x
337	X				
340			x		x
343	X				
349			x		
353			x		
369	X	x	x	x	x
406			x		
422				x	
427	X	x			x
434			x		x
441	X				x
471	X				x
477	X	x	x		

O sarcófago romano das Musas (Valado, Alfezeirão). Nova Leitura iconográfica e análise do mármore¹

M. Justino Maciel²
J. M. Peixoto Cabral³
Dina Nunes⁴

Resumo

Apresenta-se uma nova leitura iconográfica do Sarcófago Romano do Valado, conservado no Museu Arqueológico do Carmo. Apresentam-se além disso os resultados da análise isotópica do carbono e do oxigénio constitutivos do mármore usado na sua produção. Estes resultados, juntamente com a referida leitura, sugerem que o sarcófago terá sido feito muito provavelmente com mármore do Alto Alentejo e lavrado na Lusitânia Ocidental.

Palavras-chave: Arqueometria. Análise isotópica. Mármore antigos. Sarcófago romano.

Introdução

O Sarcófago das Musas, que hoje podemos observar no Museu do Carmo⁵ (Inv. XCI), apresenta-se-nos numa forma paralelipédica (202X80X54cm³) com o interior escavado em *lênós* ou tina de lagar dionisiaca (Fig. 1). É o sarcófago romano conhecido e descrito há mais tempo em Portugal, já desde o séc. XVIII (Maciel, 1996, pp. 134-139).

Se existiam dúvidas quanto ao seu local de achamento (Garcia y Bellido, 1949, p. 233), no Valado (Alfezeirão, Alcobça) ou na Azinheira (São Sebastião do Freixo, Leiria), elas ficaram resolvidas com a publicação de uma gravura (Fig. 2) e respectivo texto manuscrito inéditos (Maciel, 1996, p. 136, fig. 14) datados de 1780 (Códice Alcobacense 395), da autoria de Frei José de São Lourenço, Monge de Alcobça, que cita um campo do Valado onde foi encontrado por *um agricultor ao lavrar a terra no ano de 1780, e que me foi oferecido, um sarcófago ou urna em jaspe branco de Itália, com nove palmos de comprimento, três de largura e dois e meio de altura, coberto com finas pedras e contendo*



1. Sarcófago Romano do Valado. Interior.
Foto de Paulo Almeida Fernandes

2. Sarcófago do Valado.
Desenho de Frei José de São Lourenço.

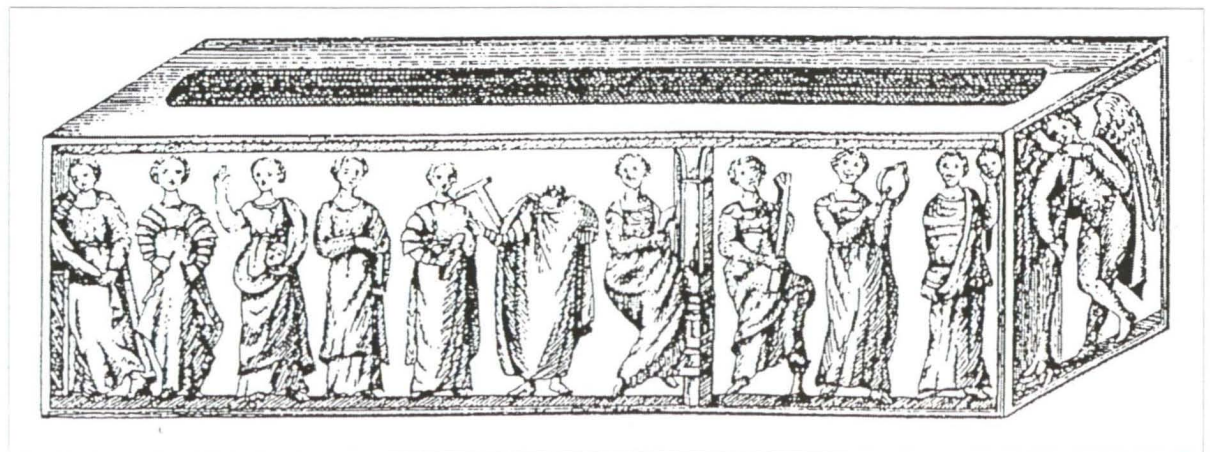


dentro seis ou sete crânios e alguns pequenos ganchos de cabelo em prata do tamanho de um dedo indicador. Em cada um dos extremos, génios semelhantes extinguem o facho contra o solo, o que significa o término da vida. No frontal pode-se observar um baixo-relevo representando as Musas com Apolo (São Lourenço, 1780, fl. 4, trad. nossa do texto latino). O autor deste manuscrito faz uma leitura iconográfica do painel das Musas esculpidas no sarcófago, o que tem grande importância em termos de História da Arte, por ser a primeira vez que em Portugal, embora num contexto característico do séc. XVIII, se procede à análise artística de um baixo-relevo romano, que tem o grande interesse de ter sido feita por alguém que pôde observar, descrever e desenhar este monumento tal qual se encontrava a quando da sua descoberta. Com efeito, este sarcófago, muito possivelmente depois da extinção das ordens religiosas, ficou na posse de particulares que o adaptaram a funções de tanque de destilação de aguardente (Garcia y Bellido, 1949, p. 233), de que resultaram destruições significativas, designadamente nas cabeças das Musas. Pouco depois de Frei José de São Lourenço, publica-se o célebre *Elucidário*, onde aparece um novo desenho deste sarcófago (Fig. 3), mas quer o texto, quer a descrição parecem inspirar-se no manuscrito que acima transcrevemos (Viterbo, 1798, p. 79, lám. 5, 11).

Este monumento em mármore branco revela-se como o mais tardio de todos os que conhecemos com o tema das Musas, se tivermos em conta, designadamente, o tratamento de cada uma destas personagens,

3. Sarcófago do Valado.

Desenho de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo.



a originalidade da figura masculina central e o surgimento, nos topos, de génios alados conotados com a morte. Faremos um comentário a cada um destes três tipos de representações.

Iconografia e simbologia

a) As nove musas

A partir do estudo já citado, depois de comparadas e ponderadas as considerações feitas designadamente por Fr. José de São Lourenço, A. Garcia y Bellido, já citados, e Vasco de Souza (1990, p. 48), apresentamos a seguinte proposta de sequência das Musas, que nos surge em disposição paratáctica, da esquerda para a direita (fig. 4):



4. Sarcófago do Valado. Frontal.

Foto de José Pessoa DDF/IPM

1. Clio, a Musa da História, recostada a um pilar ou a *pluteum* cénico, dispendo em laço, com a mão esquerda, as pontas da *stola* e apoiando a cabeça na mão direita, numa atitude pensativa. Identificação que nos parece verosímil, embora lhe falte o característico *uolumen*. Pensam assim também Frei José de São Lourenço e A. Garcia y Bellido.

2. Euterpe. Pelo facto de empunhar dois aulos ou flautas, ela nos surge claramente como presidindo à Música.

3. Talia. Também não há dúvida na interpretação desta personagem como Musa da Comédia. A máscara hilariante que segura com a mão esquerda identifica-a claramente, por oposição a Melpómene, representada no extremo direito do frontal. Apresenta a particularidade de fazer o gesto da *benedictio* com a mão direita.

4. Calíope, com *stola* enrolada no corpo. O *uolumen* que sustenta com a mão esquerda, tocando-o com a direita, permite a sua identificação genérica com a Musa da Poesia Épica. É essa, aliás, a opinião dos três autores que citámos atrás.

5. Terpsícore, Musa da Dança. Leitura possível, atribuída já por A. Garcia y Bellido, dado apresentar o *plectrum* e a *lyra*, esta pendurada ao ombro esquerdo. Sob o ombro direito aperta uma almofadinha ou *pulvillus* para apoio do braço ou da lira, pequeno pulvino esse de que se vê apenas o topo, decorado com um botão central e dez pregas.

Segue-se uma personagem masculina, de que falaremos à frente.

6. Polímnia, a seguir à personagem masculina. Com o plectro repercute as cordas de uma grande lira, instrumento que, segundo a tradição, teria inventado. Também, com A. Garcia y Bellido nos inclinamos para ver aqui a Musa da Retórica, apesar de não ostentar o usual *sceptrum*.

7. Érato, a Musa da Poesia Lírica, com o pé esquerdo apoiado num *scamnum*, toca alaúde ou lira menor. Convergimos aqui também com a leitura de A. Garcia y Bellido.

8. Urânia, com *radium* e *sphaera*. A identificação desta figura corresponde indubitavelmente à presença dos atributos próprios da Musa da Astronomia.

9. Melpómene, com a *stola* cruzada sobre o peito. A associação desta figura à máscara de tipo trágico que nos surge ainda no desenho de 1780 (Fig.^a 2), entretanto destruída mas restando ainda traços dela, permite-nos a identificação clara com a Musa da Trágédia.

Pelo desenho que nos deixou Frei José de São Lourenço deduzimos que todas as Musas se apresentavam esculturalmente completas. Desde essa altura até à sua transladação para o Museu do Carmo, houve destruições significativas de que resultou o facto de hoje se apresentarem sem cabeça as figuras de Euterpe, Talia, Calíope, Terpsícore e Melpómene. Na observação das restantes vemos que o cabelo, com bastante volume, nos surge penteado para trás, como tradicionalmente o era o das divindades femininas, deduzindo-se que era apanhado na parte posterior da cabeça, embora tal não se possa observar devido à posição frontal dos rostos, cuja erosão não permite uma leitura segura de feições. Poderemos, no entanto, afirmar que todas as Musas foram dispostas em expectativa de retrato.

Todas elas se nos apresentam com o cénico coturno, com possível excepção por parte de Érato, que parece descalça, e de Melpómene, em que a destruição dos pés não permite uma visão clara. Todas elas trajam *stola* disposta sobre a túnica, em cada uma de forma singular. Iguamente todas elas trazem o peito cingido por uma *zona* ou estreita faixa, não visível em Calíope e Melpómene, certamente pelo facto de estas se apresentarem com o peito totalmente envolvido pelas *stolae*⁶. O relevo extremamente saliente sobre o panejamento do frontal, o tipo de drapeado e o grande distanciamento dos formulários tradicionais, visíveis sobretudo nas desproporções corporais e no modelado algo bárbaro dos rostos e dos penteados ainda observáveis, de imediato nos fazem suspeitar, por um lado, encontrarmo-nos perante uma produção muito tardia e, por outro, da sua feitura numa oficina afastada dos grandes centros artísticos do Baixo Império. O seu modelado único, sem paralelos conhecidos nos *corpora* de sarcófagos com a mesma temática, sublinham este carácter regional e tardio.

Estas observações respeitam, porém, apenas a aspectos formais. O que é representado, as Musas, tem uma profunda raiz na cultura greco-romana, embora encontre o seu incremento na representação artística sobretudo a partir do séc. II d.C. e no dinamismo da interacção entre as atitudes filosóficas e as crenças na vida *post mortem* (Cumont, 1942, pp. 252 ss). É nos sarcófagos que esta interacção se revela mais clara, pois neles con-

fluem aqueles comportamentos. Com efeito, a decoração dos registos das Musas em sequência ou fazendo pares com filósofos num monumento funerário o comprova, sem todavia excluir a mesma intencionalidade desta decoração em ambientes não funerários, como é o caso das representações em mosaico, mais próximo da produção pictórica, de onde provavelmente se origina o esquema paratático característico da seriação das Musas (Balil, 1980, p. 9).

b) A personagem masculina entre as musas

Sensivelmente ao centro do frontal destaca-se uma figura, a única que já apresentava a cabeça destruída quando foi descoberto o sarcófago, que se nos revela, pelo tipo de vestuário, como masculina. Ocupa o lugar do deus Apolo ou do filósofo/pedagogo presidindo ou pontuando o coro das nove musas. Todavia, apesar do gesto largo com que simboliza a *benedictio latina/christiana*, mais do que um simples *magister*, como quer A. Garcia y Bellido, o que vemos ali é um militar de alta patente, porque revestido com o característico *paludamentum*, que quis ficar para a posteridade com a imagem do filósofo ou amigo das musas, usando aliás o mesmo tipo de calçado que estas: o coturno. A *corona laurea*, que ainda parece ostentar com a mão esquerda, permite fazer a ponte entre os méritos da sua carreira militar e os seus desejos profundos de se apresentar como "homem músico", amigo das Musas, *mousikós anêr* (Marrou, 1938, pp. 188-194).

Em trabalho anterior (Maciel, 1996, p. 139), propusemos para este sarcófago uma data bastante tardia, avançada já no século IV, dadas as características formais atrás referidas quando falámos das representações das Musas. De facto, apesar da evidente interacção com as propostas cristãs, outras se encontram presentes para além do tronco cultural, religioso e artístico greco-romano: o *claro fundo dionisiaco* e também, possivelmente, uma relação com uma sua ligação às religiões orientais no culto a *Dionysos-Sabazios*, como propõe A. Garcia y Bellido (1949, p. 234). Este sincretismo, aliado às marcas formais muito tardias, leva-nos a pensar já nos finais do séc. IV, ou mesmo até inícios do séc.V, e na produção deste sarcófago em ambientes

ainda tradicionalmente ligados ao paganismo e suas elites culturais. Nos anos sessenta do séc. IV, o Imperador Juliano reconhecia *ao grande sacerdote Teodoro* que por obras piedosas era possível alcançar o Olimpo em lugar do Tártaro e, para tal, também a filosofia podia ajudar (Carta 89b, in Garcia Blanco e Jiménez Gazapo, 1982, pp. 150-151). E no retrato que deste Imperador fez Amiano Marcelino; é-nos dito que as pessoas do seu tempo admiravam o seu modo de vida e a frugalidade da sua mesa, *como se tratasse de um que fosse vestir o manto dos filósofos* (idem, p. 338). Juliano foi responsável, passada já a metade do séc. IV, por um incremento da cultura tipicamente de tradição pagã, por exemplo, ao actualizar a versão de Píndaro de que *as Musas eram de prata, como se comparasse a claridade e resplendor da sua arte à substância mais brilhante* (Carta 194, idem, p. 225). Numa das suas Cartas ao filósofo Jâmblico, o mesmo Imperador refere a sua crença nas Musas e em Apolo, aliando isso a uma profunda preocupação cultural que era a mesma das elites romanas da segunda metade do séc. IV (Carta 186, idem, p. 214).

A personagem masculina figurada no frontal deste sarcófago será, no nosso entender, um representante destas elites na Lusitânia ocidental dos meados ou finais do séc. IV. Desta personagem sabemos hoje apenas que teve altas funções militares e quis ser retratada para a posteridade como um filósofo ou amigo das Musas, expressando claramente que, através do culto das letras e das artes, desejava manifestar a sua crença na imortalidade.

c) Os génios da morte

Os *Genii* que aqui nos surgem são um exemplo singular, seja nas tipologias decorativas de topos de sarcófago, seja na forma como são esculpidos. Daí que não se encontrem estudos desenvolvidos sobre esta tema, o que nos leva a desenvolver um pouco mais a nossa reflexão sobre esta iconografia específica, que nos parece revelar já marcas regionais profundas, até porque se podem levantar questões interessantes.

Com o mesmo tipo de modelação das restantes representações, as figuras dos topos, não sendo iguais entre si, mostram-se-nos em posição e com caracterís-

ticas semelhantes: rosto frontal com cabeleira volumosa penteada para trás, corpos nus com clâmide pendente dos ombros e cobrindo as costas praticamente até aos tornozelos, ventre desproporcionado em relação aos membros inferiores, *contrapposto* reforçado pelo cruzamento da perna que se encontra mais próxima do facho em que cada génio se apoia com ambas as mãos. A tocha, porque disposta em posição invertida, simboliza a morte ou a extinção da vida. As grandes asas, em posição de descanso mas soerguidas, conotam-se com novas concepções sobre a vida e a morte, já não no contexto da tradicional crença na mudança de dimensão entre a Terra e os espaços inferiores (*Inferna, Tartarum, Barahtrum*), mas idêntica mudança entre a Terra e o Céu (*Superna, Paradisum, Elysium*). Será este, pensamos, um dos caminhos de interpretação da validade destes signos, os quais nos aparecem como parte de um todo em que à religião romana tradicional se aliam as novas propostas trazidas pelas religiões orientais, com destaque, entre elas, para o mitraísmo e para o cristianismo.

O Génio da esquerda (Fig. 5) apresenta um ventre com ligeira proeminência dentro de uma linha ovalada, marcação do umbigo e sugestão de sexo masculino. Curvatura muito alargada da anca, sublinhando a linha de cintura. Rótulas dos joelhos bem demarcadas. Pés nus com dedos sumariamente delineados. Pregas da clâmide sobressaindo como contorno, dispendo-se assim como orla de enquadramento do corpo e com idêntica altura de relevo. A clâmide, sem registo de qualquer fíbula, passa por cima do ombro direito, ondula em V na base do pescoço, deixando depois de se ver, sinal de que cai para trás do ombro esquerdo. Rosto largo e mal delineado, com olhos semiabertos e sorrindo. Pequenas orelhas salientes. Tratamento do cabelo menos volumoso do que o das Musas, mas com tratamento semelhante e riscas para trás. Também se manifesta idêntica expectativa de retrato. Asa esquerda com cinco rémiges e outras tantas penas menores interiores. Asa direita apenas com indicação de três rémiges e de quatro penas menores interiores. Mão direita colocada entre o ombro esquerdo e o maxilar, deixando ver o dorso e dedo indicador apontado, permanecendo



5. Sarcófago do Valado. Topo esquerdo.
Foto de José Pessoa DDF/IPM

o antebraço e o braço direitos dispostos em V sobre o peito. Antebraço e mão esquerdos em grande parte destruídos por uma abertura feita no sarcófago após a sua descoberta. Nota-se, todavia, ainda parte da mão agarrada ao facho, encaixando a ponta superior deste no sovaco esquerdo do Génio. Na ponta inferior vêem-se cinco filamentos em torcida presos à haste do facho por um laço. Esta clareza e simplicidade mostram-nos que o facho nos é representado apagado.

O Génio da direita (Fig. 6) apresenta-se-nos numa disposição idêntica, mas com as seguintes particularidades: asas ligeiramente mais curtas, com três rémiges e quatro penas menores interiores. Orlas da clâmide em relevo menos pronunciado. Braço esquerdo disposto em V sobre o peito. Mão esquerda com os dedos, bem pronunciados, apoiados sobre o ombro direito e palma da mão sobre a ponta superior da haste da tocha. O braço direito dispõe-se arqueado ao longo desta, agarrando-a sensivelmente a meio com a mão. Algo que é bem digno de nota é o facto de a ponta da tocha ser muito mais



6. Sarcófago do Valado. Topo direito.
Foto de Paulo Almeida Fernandes

larga e ondedada do que a do Génio do outro topo. O seu relevo mais pronunciado e maiores dimensões mostram-nos que se trata aqui de uma tocha ainda acesa e flamejante, o que abre caminhos e perspectivas dentro da simbologia, sem dúvida a continuação da referência à vida apesar da evidência da morte. A clâmide passa por cima do ombro direito e corre para trás do esquerdo. Cintura disforme e ancas largas. Ventre delineado em círculo, com marcação de umbigo. Zona genital destruída por abertura efectuada posteriormente à descoberta do sarcófago. Outra abertura foi perfurada junto aos pés. O intenso uso deste topo para recolha de líquidos no alambique de aguardente levou à destruição do relevo das extremidades dos pés e grande erosão na zona dos joelhos.

De início símbolos e égides dos indivíduos, dos grupos e dos lugares, cedo os romanos começaram a identificar os Génios com os Deuses Manes e a ver no Génio de cada homem a sua parte imortal (Grimal, 1992, p. 183). Parece ser nos ambientes funerários ou reportados à ideia da vida *post mortem* que se desenvolve na arte e na cultura romanas a representação de seres alados, a que não é alheia a alegoria da Vitória, desenvolvida a partir da alada deusa grega Nice, desde cedo figurada em cenas de *apotheosis*, que têm a ver com a consagração de heróis, imperadores ou imperatrizes e com a sua assunção, da terra ao céu, pelos deuses. A visão antropomórfica e naturalista da religião romana recor-

ria a seres alados para exprimir esta ideia de assunção e de passagem, através dos ares, da Terra aos espaços superiores. As Vitórias e os Génios alados surgem-nos assim como seres psicopompos que, como do antecedente Mercúrio e Eros, têm como atributo as asas. É o que vemos, por exemplo, nos sarcófagos com o tema dos *Tempora Anni* ou Estações, onde estas representam as quatro idades da vida (Maciel, 1996, pp. 151-154, fig. 19⁷), ou naqueles em que nos aparecem cenas de lagar com *Erotes* vindimadores (idem, pp. 140-143, fig. 16⁸) ou mesmo em tampas sepulcrais com *puti* igualmente alados que, como Eros dormindo, se fazem acompanhar de corolas de flores de papoila dormideira e com fochos também em posição invertida (Garcia y Bellido, 1949, p. 113, Lám. 88⁹ e Souza, 1992, pp. 51-52, fig. 143¹⁰). Ao mesmo tempo que isto vai acontecendo na decoração dos sarcófagos ou outros monumentos funerários¹¹, os cristãos representam mentalmente os seus anjos com asas¹² que, como os antigos deuses secundários, tutelam diferentes actividades (Turcan, 1988, p. 80¹³). No chamado *Missorium* de Teodósio, encontrado em Almendralejo, Badajoz, e hoje no Museo de la Real Academia de la Historia, em Madrid, datado de 19 de Janeiro de 388, vêmo-los a esvoaçar levando frutos. Como os classifica A. Garcia y Bellido, neste caso tanto podem já ser apelidados de anjinhos como de geniozinhos (1949, p. 473, Láms. 346-352).

É assim que, conhecida progressivamente a proposta mitraica de uma trindade composta por Mitra, Cautes e Cautópates, representando os dois últimos a vida e a morte com os fochos respectivamente erguido e invertido, os Génios que observamos neste sarcófago nos aparecem no contexto de um dinâmico sincretismo romano-mitraico-cristão. Todavia, mais que génios romanos, dadóforos mitraicos ou anjos cristãos, talvez estas duas figuras aladas do Sarcófago do Valado nos surjam mais como *daemones*, deuses menores já testemunhados na tradição da arte funerária etrusca e bem vivos ainda nas mentalidades da segunda metade do séc. IV, como o testemunha o já citado Imperador Juliano: *O daemon por natureza não é perfeitamente bom, como o é a raça dos deuses, senão que também de alguma maneira participe do contrário* (Carta 82, in Garcia Blanco e Jiménez Gazapo, 1982, p. 124).

Não queremos, de modo algum, com esta leitura explicar em definitivo o significado destes génios alados da morte, mas tão só sublinhar a importância destas figuras em baixo-relevo no Sarcófago do Valado para uma reflexão sobre a sua simbologia que, sem dúvida, só poderá ser entendida dentro do dinamismo de uma totalidade que é característica dos comportamentos artísticos da Antiguidade Tardia.

Proveniência do mármore

As características técnico-formais deste sarcófago têm já sido consideradas como apontando para a sua produção numa oficina regional. O seu talhe neste contexto poderá apontar, por sua vez, para um recurso aos mármore lusitânicos. Pareceu-nos, por isso, do maior interesse proceder à análise isotópica do carbono e do oxigénio no calcário cristalino aqui utilizado, e comparar seguidamente os resultados com os dados já conhecidos para os mármore das pedreiras do Anticlinal de Estremoz, bem como para os de outras pedreiras da bacia do Mediterrâneo.

A análise foi efectuada a partir de uma pequena amostra colhida da parte posterior do sarcófago, usando uma broca de carboneto de tungsténio com o cuidado de limpar previamente a superfície da área escolhida para o efeito e de manter uma baixa velocidade de brocagem a fim de evitar que a broca atingisse uma temperatura demasiado alta. O método utilizado foi o mesmo que o empregado num estudo anterior (Cabral et al., 1992, pp. 191-198).

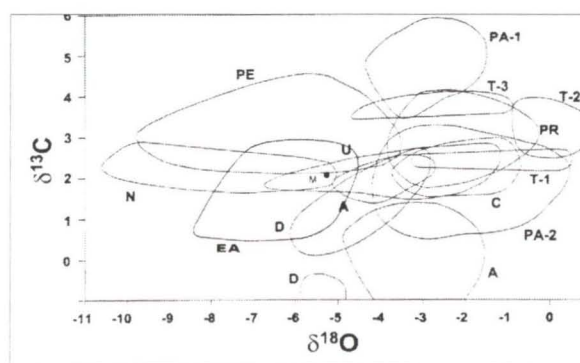
Os resultados obtidos foram os seguintes: $\delta^{13}\text{C} = 2,11$ ‰ e $\delta^{18}\text{O} = -5,25$ ‰. No diagrama de $\delta^{13}\text{C}$ vs $\delta^{18}\text{O}$, da fig. 7, onde estão delineados os campos característicos das composições isotópicas dos mármore do Anticlinal de Estremoz (Cabral et al., 2001, pp. 121-128) e de diversos mármore brancos de várias pedreiras na Itália, Grécia e Turquia, exploradas durante a Antiguidade Clássica (Moens et al., 1992, pp. 247-252), mostra-se o ponto M correspondente a esses resultados.

Como se pode ver na fig. 7, o ponto M representativo do mármore do Sarcófago das Musas situa-se dentro do campo EA característico daqueles mármore do Alto

Alentejo, o que leva a crer que o sarcófago tenha sido feito com mármore proveniente desta região. Contudo, em virtude de esse campo se sobrepor parcialmente a outros, ele também se situa dentro dos campos característicos dos mármore de Naxos (Mar Egeu) e de Usak (Turquia), o que não exclui a possibilidade de o sarcófago ter sido lavrado com estes mármore. Atendendo, porém, a que as pedreiras de Naxos e de Usak se encontram muito afastadas de Portugal, parece razoável inferir com base nos presentes resultados que o mármore do Sarcófago das Musas teria sido extraído muito provavelmente duma pedreira do Alto Alentejo.

Conclusão

Conclui-se, portanto, que a análise isotópica realizada foi bastante útil para o avanço da investigação sobre o Sarcófago romano das Musas, do Valado, dada a convergência dos resultados com a leitura que se tem efectuado em termos iconográficos: encontramos-nos perante um monumento em mármore cuja produção se terá realizado, desde o bloco extraído em pedreira até ao seu talhe na oficina do escultor, no âmbito do espaço geográfico da Lusitânia Ocidental.



7. Campos característicos das composições isotópicas dos mármore do Anticlinal de Estremoz, EA, e de diversos mármore brancos das pedreiras mais importantes exploradas na Antiguidade Clássica: A – Afrodisiade; C – Carrara; D – Dokimeion; N – Naxos; PA-1 – Paros (Stefani); PA-2 – Paros (Chorodoki); PE – Monte Pentélico; PR – Proconeso (Mármara); T-1, T-2, T-3 – Tasos; U – Usak.

Notas

¹ Este trabalho foi subsidiado pela FCT (Projecto PRAXIS/2/2.1/CSH/819/95).

² Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Av. Berna, 26 C, 1050 Lisboa.

³ Instituto Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10, 2685 Sacavém.

⁴ Instituto Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10, 2685 Sacavém.

⁵ Agradecemos ao Director do Museu Arqueológico do Carmo, Sr. Dr. José Morais Arnaut, todo o apoio concedido para a elaboração deste estudo.

⁶ Poderíamos dizer que as Musas se encontram aqui *praecinctae ad mamillas zona*, ou seja, *cingidas pelo peito ou à altura do peito por uma faixa*, pois é assim que S.Jerónimo, nos finais do séc. IV, princípios do séc. V, época a que atribuímos a feitura deste sarcófago, traduz do grego para latim o texto do Apocalipse de São João em que se refere uma personagem *cingida pelo peito com uma faixa dourada: praecinctum ad mamillas zona aurea* (Ap.1,13).

⁷ Sarcófago do Monte da Azinheira, Reguengos de Monsaraz.

⁸ Sarcófago de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira.

⁹ Eros de Elche, com tocha invertida.

¹⁰ Eros de Elvas, com papoilas e com tocha invertida.

¹¹ Como na estela funerária de *G. Caecilius Ferox*, onde podemos observar um *Genius* iconograficamente idêntico ao do Sarcófago do Valado, com a diferença de que se nos apresenta com rosto de criança (Cumont, 1942, p. 441).

¹² Segundo Tertuliano, escritor cristão dos princípios do séc. III, todos os seres espirituais, fossem eles anjos ou demónios, eram alados (*Apologeticum*, 22, in *Patrologia Latina*, 1, 466).

¹³ Citando Tertuliano, *De Anima*, 37, 1: "Nós acreditamos que os anjos asseguram as funções dos pequenos deuses" que velavam cada um pelas etapas da vida e do trabalho.

Bibliografia

- BALIL, A. (1980), Mosaico con representación de las nueve Musas hallado en Moncada (Valência). *Studia Archaeologica*. Valladolid, 59, p. 5-16.
- CABRAL, J.M.P. et al. (1992) – Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles from Alto Alentejo (Portugal). In M. WAELKENS, N. HERZ and L. MOENS (eds.) – *Ancient Stones: Quarrying, Trade and Provenance*. Leuven: University Press, p. 191-198 (Acta Archaeologica Lovaniensia, Monographiae 4).
- CABRAL, J.M.P. et al. (2001) – Petrographic and isotopic characterization of marble from Estremoz Anticline : its application in identifying the sources of Roman works of art. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 3, p.121-128.
- CUMONT, F. (1942), *Recherches sur le symbolisme funéraire des romains*, Paris.
- FERRARI, G. (1966), *Il commercio dei sarcofagi asiatici*, *Studia Archaeologica*, 7, Roma.
- GARCIA BLANCO Y JIMÉNEZ GAZAPO, P. (1982), *Juliano, Contra los Galileos, Cartas y Fragmentos, Testimonios, Leyes*, Intr., Trad. e Notas, Madrid, Ed. Gredos.
- GARCIA Y BELLIDO, A. (1949), *Esculturas Romanas de Espana y Portugal*, Madrid.
- GIULIANO, A. (1962), *Il commercio dei sarcofagi attici*, *Studia Archaeologica*, 4, Roma.
- GRIMAL, P. (1992), *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, Lisboa, Difel.
- MACIEL, M.J. (1996), *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa.
- MARROU, A.-I (1938), *Mousikós Anêr, Études sur les scènes de la vie intellectuelle figurant sur les monuments funéraires romains* (Bibliothèque de l'Institut Français de Naples, 1e. Série, IV), Grenoble.
- MIGNE, P. (1844 ss), *Patrologiae cursus completus, Series Latina*, Paris.
- MOENS, L.; DE PAEPE, P.; WAELKENS, M. (1992) – Multidisciplinary research and cooperation: keys to a successful provenance determination of white marbles. In M. WAELKENS, N. HERZ and L. MOENS (eds.) – *Ancient Stones: Quarrying, Trade and Provenance*. Leuven: University Press, p. 247-252 (Acta Archaeologica Lovaniensia, Monographiae 4).
- SÃO LOURENÇO, Fr. J. de (1780), *Monumenta Selecta*, Alcobaca (Cód. Alc. 395).
- SOUZA, V. de (1990), *Corpus Signorum Imperii Romani, Portugal*, Coimbra.
- TURCAN, R. (1988), *Rome et ses dieux*, Paris.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de (1798), *Elucidário das palavras que em Portugal antigamente se usaram*, Lisboa, I.

O al-Andalus e o povoamento da serra algarvia.

Teresa Júdice Gamito

Resumo

O al-Andalus ficou conhecido na História da Península Ibérica como um período em que o brilho da civilização e da cultura aqui desenvolvidas, essencialmente de cariz Árabe e Berbere, brilharam numa Europa rude e desarticulada, que a civilização Romana tinha marcado tão decisivamente. Este trabalho é uma reflexão sobre os principais acontecimentos que antecederam o al-Andalus, o seu período áureo e o contributo que teve nas épocas imediatamente posteriores. Foi, como sabemos, um longo período de cerca de 400 anos, ímpar em termos peninsulares, em que a Península Ibérica brilhou e influenciou toda a Europa do seu tempo. Também não foi por acaso que aqui surgiu o al-Andalus, nesta ponta da Europa, não se tornando a repetir na História. Constituiu um momento em que Cristãos, Muçulmanos e Judeus se aceitaram com predominante tolerância e amizade.

Faremos referência a três períodos essenciais:

1. O que se passou na Península Ibérica entre os séculos V e VIII;
2. O período Islâmico e o al-Andalus e características do povoamento da Serra algarvia;
3. Os traços e influências deixados na cultura e civilização da Península depois dos séculos XIII/XIV

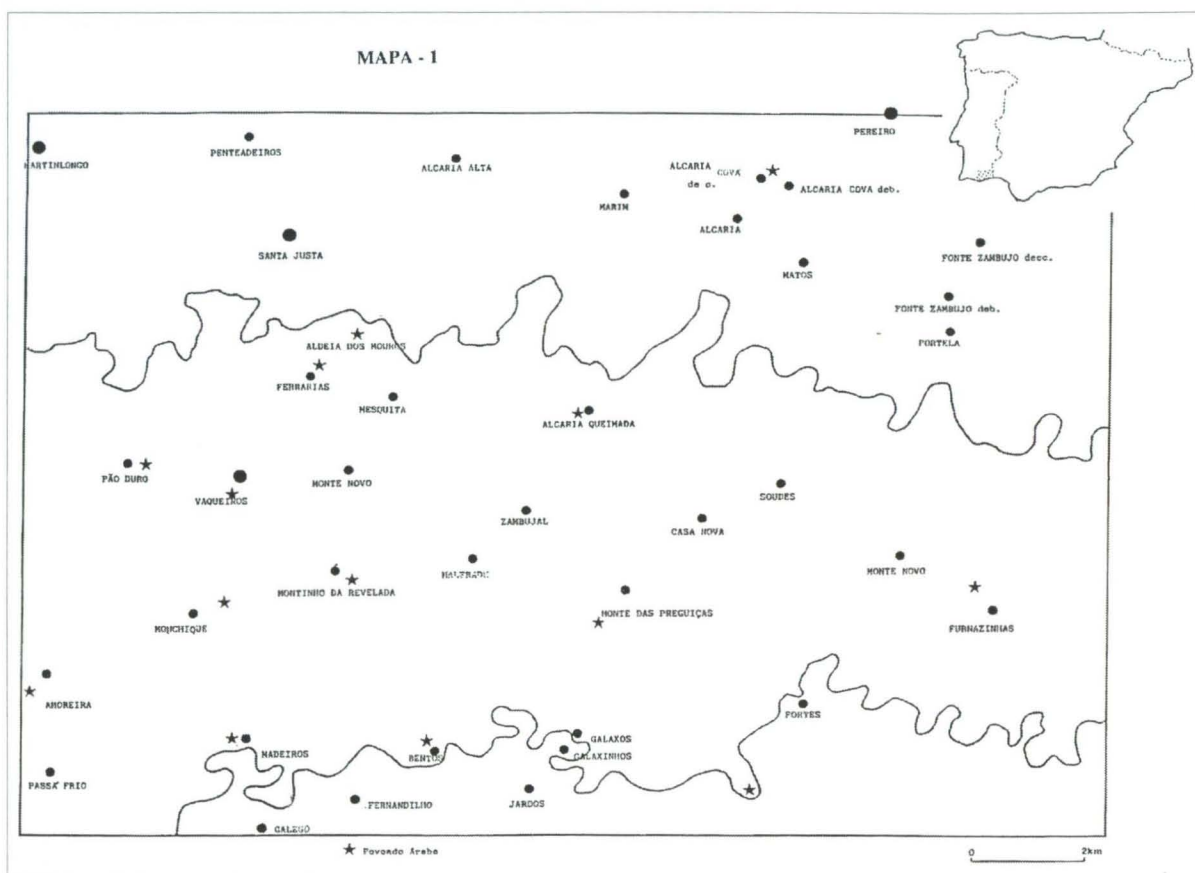
Não se poderá falar do território Português, ao tempo do *al-Andalus*, sem o integrar no grande espaço sócio-cultural de todo o sul de Espanha e dos acontecimentos que o antecederam e se seguiram. O próprio nome de Algarve, *Al-Gharb*, nos fala dessa relação profunda: o *Gharb*, *al-Gharb*, não era senão a região mais ocidental do al-Andalus e os reis de Portugal sempre foram designados por "Reis de Portugal e dos Algarves".¹

Entre os séculos VIII e XV a dinâmica que se desenvolveu no processo social, civilizacional e cultural desta vasta região varia de acordo com os diferentes momentos que vamos tomando em consideração. Há assim um constante devir, uma constante transformação. A momentos de grande instabilidade e mudança outros se seguem de grande estabilidade, nos quais a relação estabelecida entre as diversas religiões e grupos étnicos da população, se desenvolve em grande equilíbrio e harmonia. No entanto, este equilíbrio e harmonia não se conseguiram sem custos, e os tempos da Alta Idade Média foram sempre violentos e difíceis. Embora em todo este processo a grande maioria da população se mantivesse basicamente a mesma, como resultado dos diferentes aditamentos étnicos que se processaram ao longo dos séculos e em que apenas as minorias dominantes foram mudando, os ajustamentos gerais da população não se fizeram sem dificuldades, quer fossem maiores ou menores.

Podemos considerar neste processo três grandes momentos no que diz respeito ao território português:

1. O primeiro, entre o século V e o século VIII, que em certo sentido preparou e precedeu a chegada dos Muçulmanos e que já apresentava um elevado grau de cultura e civilização, único na Europa de então;

2. O segundo, a expansão Islâmica e o domínio da Península – *al-Andalus* – que apresenta igualmente quatro momentos importantes: a) a invasão e a conquista; b) o domínio Islâmico, mais ou menos pacífico, com o colapso do emirato de Córdova que mais tarde se transformou em califado e a sua fragmentação em pequenos reinos, as *taifas*; c) o lento processo da *Reconquista*; d) a evidência da permanência Islâmica e na Serra do Caldeirão (estudo de caso efectuado na Freguesia de Vaqueiros)



Mapa 1. Distribuição espacial das alcarias, Freguesia de Vaqueiros (Algarve, Portugal): círculo = povoado Cristão ainda existente; estrela = antigo povoado Islâmico abandonado.

3. O terceiro, a persistência de traços culturais e sociais, de formas de mentalidade, de comportamentos e formas de arte, que perduraram nos séculos seguintes e que, em muitos aspectos, chegaram aos nossos dias.

Entre os séculos V e VIII

Por todo o lado, as últimas décadas da existência e domínio do Império Romano do Ocidente foram marcados por uma intensa desordem social e alarmante abuso administrativo. Foram apenas acentuados com a real desintegração do Império Romano, com os ataques constantes e as invasões dos povos germânicos ao longo das suas fronteiras orientais. No entanto, os Visigodos conseguiram tornar-se aliados dos Romanos e quando ocorreram as invasões da Península Ibérica pelos povos Germanos, estas forneceram uma boa desculpa para

que os Visigodos, já bem estabelecidos na *Narbonense*, entrassem na Península Ibérica atravessando os Pirinéus em seu auxílio. Vieram portanto auxiliar as populações romanas das áreas adjacentes, designadamente da *Terraconense*, a combater as invasões Bárbaras. O mesmo se poderá dizer dos Bizantinos, que vieram, para recuperar para a Cristandade, as costas do Mediterrâneo², na esperança de conseguirem recuperar o antigo território e domínio Romano e que, por essa ocasião, se encontravam já bem estabelecidos no norte de África. Os Bizantinos estabeleceram-se no sul da Península Ibérica depois de aqui terem penetrado para apoiarem Atanagildo, contra Atila, na sua luta pelo poder. Acordaram um tratado de paz com os Visigodos, segundo o qual poderiam estabelecer-se em Córdova e conquistar o território peninsular para ocidente. Na Península Ibérica fundaram um reino em Córdova ou Cartagena e deveriam assim ter ocupado todo o sul da Península Ibérica por volta de 554. Évora ou Évora teria sido o seu ponto mais a norte. Em todo o caso, teria sido no

Algarve que se estabeleceram mais tempo até ao ano de 624 (Goubert 1950; Júdice Gamito 1996).

O prestígio e a influência do Império Romano do Oriente eram enormes, e Constantinopla uma cidade monumental, magnificente e luxuosa. Ao longo de toda a Alta Idade Média, a *Dark Ages* como lhe chamaram os Ingleses, Constantinopla brilhava com a sua cultura, requinte, civilização e riqueza, permanecendo o guardião da Civilização Romana Ocidental, e de tudo o que culturalmente a Humanidade adquirira até então. Interessante sublinhar que o impacto imediato das invasões dos Bárbaros sobre o Império Romano do Ocidente não foi sentido como estando na origem de uma total transformação na vida das pessoas, ou na perda total do modo de estar na vida segundo o modelo previamente estabelecido, apesar das formas violentas que assumiu. Os diferentes povos que viviam dentro daquele vasto território continuaram a viver como antes e a considerar-se como Romanos³. Só a pouco e pouco foram sentindo as alterações que se foram introduzindo com o tempo, as dificuldades de abastecimentos, as alterações do grande mercado que fora o Império Romano do Ocidente. Assim, quando Atanagildo pediu ajuda a Justiniano, contra o seu rival Agila, o Imperador Bizantino enviou-lhe Liberius, um chefe militar muito experimentado, para o ajudar na Península Ibérica contra os exércitos de Agila. As fontes históricas são escassas no que diz respeito ao domínio Bizantino na Península. Sabemos, no entanto, que Liberius estabeleceu o seu quartel general em Córdova ou Cartagena entre 551 e 554.

Entre os chefes Bizantinos na Península Ibérica apenas se conhecem alguns nomes. Um foi *Comentiolus*, que veio ajudar Leovigildo, rei dos Visigodos, contra o filho Hermegildo. Hermegildo tinha-se tornado cristão e governava em Sevilha, tendo-se rebelado contra o pai, mas foi vencido e morto em Tarragona. Outro famoso chefe bizantino na Península Ibérica foi *Cesaricus*⁴. Derrotado pelo rei Sisebuto, o seu território reduziu-se ao Algarve onde Ossónoba (Faro) se tornou a sua praça forte na Península Ibérica e onde terão permanecido até 624.

Em relação a este aspecto, o trabalho de investigação desenvolvido por Goubert (1950) parece ser o

melhor até aqui realizado. Um aspecto importante é aquele, referido por Goubert, que refere a ausência dos bispos de Ossónoba nos concílios da Igreja Católica, e que poderá ser um bom indicador da presença e domínio bizantinos na região. Entre a presença de *Petrus Ossonubensis* no 3º Concílio de Toledo, portanto entre 589 e 653, nenhum bispo de Ossónoba esteve presente ou assinou o 4º, 5º, 6º e 7º *Concilia*. Apenas no 8º Concílio, no ano de 653, um representante do bispo de Ossónoba assinou o seu nome nos livros: "*Sagarellos, diaconus Saturnini episcopi ecclesia ossonobensis.*" Portanto, a ausência da presença dos bispos de Ossónoba ou seus representantes naqueles concílios seria, de acordo com Goubert, devido ao facto de que toda a região estar sob o domínio da Igreja Ortodoxa.⁵ Foi no reino de Suintila que os Bizantinos foram forçados a abandonar a Península Ibérica e que esta se tornou num único reino Visigótico com excepção do reino dos Suevos e algumas zonas isoladas da Cantábria.

Os documentos sobre o domínio Bizantino na península são escassos podendo encontrar-se documentação interessante nas *Fontes Hispaniae Antiquae*, IX. Para os tempos dos Visigodos e Bizantinos as melhores fontes antigas são as *Chronicle CaesarAugustana*, *Lex Romana Visigothorum*, *Historia Gothorum Wandalorum Sueborum* de Santo Isidoro de Sevilha, ou a obra de S. Martinho de Braga, *Martini Episcopi Bracarensis Opera Omnia* editada por C.W.Barlow. Sobre a ocupação e povoamento Árabe é importante a obra de Menendez Pidal, *Orígenes del Español, Estado linguístico de la Peninsula hasta el siglo XI*, Madrid 1976, bem como a de J. Vives, *Concilios visigóticos e hispano-romanos*. Ainda entre os historiadores portugueses destacam-se A. Herculano, *História de Portugal*, J. Mattoso, *Identificação de um País*, A. Oliveira Marques, *História de Portugal*, e ainda as fontes Árabes publicadas em *Ajbar Machmua* e sem dúvida a *Geografia* de Idrisi. De mencionar ainda o *Corpus Scriptorum Muzabitorum*, editada por Juan Gil, bem como o estudo de A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*.⁶

As elites dominantes eram naturalmente godas. Teriam uma percentagem de cerca de dois por cento da população de acordo com Orlandis (1975). A maioria da população era naturalmente Hispano-Romana,

designados por *Romani*, mais numerosos e sofisticados, especialmente nas zonas onde a Romanização fora mais forte como nas províncias da Bética e da Lusitânia. Mantinham os seus costumes e modo de vida como se nada tivesse mudado. Mas os traços étnicos e culturais pre-Romanos tornaram-se cada vez mais fortes. Havia ainda outros grupos heterogénios mais pequenos, como alguns Francos, Bretões, Africanos, muitos deles católicos fugidos do Norte de África onde a instabilidade e o perigo da guerra eram maiores. Ainda de referir os mercadores Gregos e Sírios, os chamados *transmarini negotiators*, que comerciavam artigos orientais e se encontravam bem estabelecidos nas cidades mais importantes. Aqui também existiam Judeus, fortemente implantados nas cidades, que, por vezes, como no caso de Tarragona ficaram conhecidas entre os Árabes como *Medina al Yahud*, cidade dos Judeus.

Porém, a fraqueza do domínio Visigótico era um facto: primeiro devido a diferenças e rivalidades religiosas entre Católicos e Arianos até que Recaredo aceitou o Catolicismo e sempre constantes as lutas entre as diversas facções da nobreza e sua clientela, seguida dos inevitáveis castigos e amnistias (Orlandis 1975). Os diferentes governos visigóticos eram ou excessivamente despóticos ou excessivamente fracos ocasionando longas e sérias crises económicas e sociais, e em muito contribuindo para a o colapso dos sucessivos governos e para a instabilidade e precaridade das populações da Península Ibérica.

No entanto, e necessário se torna dizer-lo, além de todos estes aspectos de instabilidade, a sofisticação, cultura, civismo e hábitos requintados dos habitantes da península eram notáveis e tornaram-se no pano de fundo indispensável para o surgimento do al-Andalus.

A expansão Islâmica e o domínio da Península Ibérica – al-Andalus

Os pormenores históricos da expansão e domínio Islâmico da Península Ibérica apresentam grandes falhas de informação e certamente que um papel importante terá sido desempenhado pelos pequenos grupos étnicos da população, muitos deles mudando de campo de

acordo com as circunstâncias e interesses de momento, outros fugindo para regiões mais seguras.

Inicialmente os Árabes receberam apoio imediato das comunidades judias radicadas essencialmente nas cidades, de tal modo, que quando existia um grande número de judeus a viver nas cidades sentiam não ter grande necessidade de deixar uma guarnição forte a defender a sua posição, pois os judeus constituíam, na verdade, a melhor guarnição que poderiam desejar. Tal os casos de Córdova, Sevilha ou Elvira. Este facto salienta ainda a habitual má relação entre Judeus e Cristãos. Quando tempos de derrota e fraqueza apareciam entre os Cristãos/Visigodos, os Judeus tomavam sempre o partido do conquistador. Isto poderia também ter acontecido porque os Cristãos tinham começado a perseguir os Judeus com base em antagonismos religiosos.

Embora as lutas daqueles tempos pudessem ter sido cruéis e brutais, e foram-no certamente de ambos os lados, não se notam grandes diferenças consoante estivessem a lutar contra os seus próprios rivais ou os seus inimigos. Quando combatiam, tanto os Cristãos como os Muçulmanos partilhavam a mesma crueldade, e esta era uma característica dos tempos. Mas para além deste aspecto, ambos os povos, em determinados momentos constituíram uma minoria em terras ocupadas. Temos o caso dos muçulmanos quando invadiram e dominaram a Península Ibérica e quando os Cristãos "re-conquistaram" as terras que séculos antes tinham sido cristãs, derrotando os Muçulmanos. Em ambos os momentos encontramos a mesma atitude: primeiro foram os Muçulmanos que aceitaram facilmente outros grupos de etnias e religiões diferentes; séculos depois foram os Cristãos que fizeram o mesmo em relação aos Muçulmanos. Para o equilíbrio social e económico daquelas regiões, a paz e a compreensão entre os povos eram necessárias. As diferentes categorias sociais e sectores da população deviam ter capacidade de continuar com as suas tarefas e os produtos deviam ser distribuídos pelos mercados e populações. Neste sentido um papel muito especial deveria ter sido desenvolvido pelos Moçárabes ou *Musta'rab*, numa primeira etapa já salientada por Herculano e também por Mattoso (1987, 19-34). No entanto o seu papel deveria

ter sido rapidamente atenuado, uma vez que a maior parte da população adoptou o Islão.

A Conquista da Península desenrolou-se em escassos cinco anos após o desembarque de Tarik ben Ziyâde e da derrota de Rodrigo, o rei dos Visigodos, em Janta Barbate, perto de Algeciras. A conquista processou-se rapidamente em três frentes: Tarik, com um exército de 8.000 homens, essencialmente Berberes, dirigiu-se para Toledo e Zaragossa, o próprio Musa ben Nusayr, o *wali* omeiade de Kairouan, na Tunísia, com um poderoso exército de 18.000 homens, essencialmente Árabes e também Berberes avançou pelo centro, conquistando todo o território até Lugo e seu filho 'Abd al-'Aziz pelo Ocidente, pelo território agora português. Estas três frentes vão dar origem, na época califal, às chamadas Marcha Superior, Marcha Média e Marcha Inferior, estabelecendo-se então a fronteira pelo curso do Douro e do Ebro. O Emirato de Córdoba vai ficar dependente directamente do Califa omeiade de Damasco até se tornar num califado autónomo, independente do Califa de Bagdade, desenvolvendo-se num centro civilizacional e cultural ímpar na Europa de então.

Durante o al-Andalus, um ambiente de tolerância e respeito dominou a maioria das regiões e dos membros da sociedade, numa situação provavelmente única na História. Os recém-chegados: Muçulmanos, Berberes, escravos e homens livres e os anteriores habitantes: Ibero-Romanos, Godos, Germanos e Judeus estavam todos empenhados na reconstrução da sua terra e das suas vidas. O Emirato de Córdoba, que já mostrava uma forte autonomia pela segunda metade do século VIII, transformou-se em Califado, independente tanto de Damasco como de Bagdade (Levy-Provençal 1932, 44-61; Sidarus 1986) e ao longo de toda a sua existência foi um tempo de desenvolvimento cultural e de tolerância. Cada grupo podia manter a sua fé, os seus costumes e contactos mesmo fora do seu reino e a língua Árabe tornou-se na língua utilizada por todos. Esta foi a atmosfera predominante até ao século XI.

A sociedade Ibero-Romana anteriormente estabelecida na Península, mas especialmente a do Sul,

apreciava sumamente a sua vida requintada, as suas manifestações culturais, os objectos e tecidos luxuosos que sempre tinham recebido do Oriente. Num certo sentido, eles sempre tinham conseguido manter o seu modo de vida sob o domínio Bizantino e Visigótico e mais tarde sob o domínio Muçulmano. Particularmente atraentes para esta sociedade eram sem dúvida os tecidos delicados, as sedas, as jóias, os instrumentos musicais. Era frequente a presença de músicos e visitantes entre as cortes de então. A circulação de pessoas e bens fazia-se com frequência no Mediterrâneo, era uma característica daqueles tempos e sobre a qual temos muitas referências.⁷ Poderemos acrescentar que a 17ª Exposição, de 1994 em Lisboa, nos patenteou vários exemplos desses objectos exóticos e de luxo que ainda chegaram até nós.. De facto, os visitantes daquela Exposição tiveram ocasião de admirar os objectos sofisticados que nos chegaram daqueles tempos. Neste contexto, também é de referir a Exposição mais recente organizada pelo Instituto do Mundo Árabe em Paris, que nos patenteou uma exposição notável sobre *Les Andalusies de Damas à Cordoba* (2000/01) e sobre o requinte e a civilização de al-Andalus, no Ocidente. Iguamente as numerosas escavações efectuadas nos últimos 20 anos⁸ vêm também corroborar esta ideia sobre a importância do contributo Islâmico na cultura Portuguesa e Europeia. De salientar a evidência dos contactos frequentes entre o Oriente e o Ocidente e vice-versa que se mantiveram sempre através dos tempos. O desenvolvimento das ciências, nomeadamente a Medicina, a Geometria, a Matemática, a Astronomia, os sistemas de navegação e orientação, a Arquitectura, a Literatura, a Música, a Agricultura, a Irrigação, entre tantas outras, tiveram um desenvolvimento ímpar naquele tempo e estão ainda na base do nosso conhecimento. Os Autores Clássicos, alguns deles completamente esquecidos e afastados da cultura Ocidental por serem obras pagãs, foram-nos trazidos de novo pelos tradutores Árabes.

O papel dos *Moçárabes* ou *Musta'rabs*, os Cristãos que permaneceram como tal sob o domínio Árabe, aparecem profundamente islamizados, falando arábico ou



1. Aldeia dos Mouros.



3. Alcaria Queimada.



2. Aldeia dos Mouros.



4. Alcaria Queimada.

tanto arábico como latim (Menendez Pilar 1976) e o seu número foi ficando cada vez mais reduzido com o passar do tempo. O fascínio das cortes árabes, das suas maneiras cultivadas, do seu conhecimento científico e literário, exercido sobre todos e em todos os aspectos, era enorme. Um bom exemplo é o caso de Sesnando, senhor e conde de Montemor e mais tarde governador de Coimbra. Foi educado pelo rei da *taifa* de Sevilha, na qual se tornou o vizir de Abu-Amr Abbad al Mutabid ibn Muhammad em cerca de 1040-1050. A sua amizade e relacionamento com os Muçulmanos teria sido sempre pacífico se as circunstâncias não o tivessem forçado de outro modo, mas tentou durante toda a sua vida fazer com que os Cristãos e designadamente o rei Alfonso VI de Leão, respeitassem tanto os Moçárabes como os próprios Árabes, nas suas diferenças, crenças e rituais religiosos.

Evidência da permanência Islâmica, exemplo na Serra do Caldeirão (case-study efectuado na Freguesia de Vaqueiros)

Tendo-se estabelecido no Algarve por mais de quinhentos anos e sendo os últimos invasores da Península, os traços deixados pelos Muçulmanos, sua cultura e hábitos quotidianos deveriam ser muito maiores e mais evidentes. Certamente que a acção da Igreja Católica não será de todo inocente neste processo. Embora nos falte os grandes monumentos da Andaluzia, como os Alhambras de Granada e Sevilha ou a mesquita de Córdova, a sua influência regista-se em alguns monumentos, como alguns castelos e a mesquita de Mértola, na toponímia, na música, na agricultura, nos processos de navegação e orientação pelos astros, na Arqueologia⁹ e muito principalmente nos hábitos e costumes da população por-

tuguesa. Até na arquitectura do Manuelino, no século XVI, encontramos traços fortes da influência Árabe, que surge novamente nas correntes românticas dos finais do século XIX e inícios do XX.

A pesquisa arqueológica e antropológica oferece-nos resultados interessantes sobre a permanência de hábitos ancestrais que nos ficaram desses tempos, transportando-nos para práticas e saberes que nos chegaram de então: é o caso da agricultura, da maneira de construir habitações, do processamento da metalurgia, da riqueza dos vocábulos de origem árabe que ainda hoje utilizamos todos os dias. No estudo de caso que efectuamos na Serra do Caldeirão, mais precisamente na Freguesia de Vaqueiros, foi-nos possível detectar alguns destes arcaísmos, que continuam a funcionar e a responder às necessidades da sociedade ali instalada.

O Nordeste Algarvio é uma região rural isolada pelos acidentes geográficos que a rodeiam, onde as mudanças só muito lentamente se instalam. Ali encontramos um povoamento desde a época Islâmica, mais precisamente desde



5. Cobertor tecido nos teares da Aldeia Queimada com desenhos geométricos que encontramos em Mértola e no Mahgreb.

os séculos IX/XI e XII/XIV, assaz importante, disperso por toda a região, em que, a cada povoado ou aldeia actual corresponde uma ruína de um outro povoado, uma Alcaria. Este topónimo persiste, em muitos casos, no povoado actual. A distribuição espacial dos sítios apresenta sempre o mesmo padrão: para cada povoado moderno aparece junto, na maioria dos casos, um povoado Islâmico abandonado datando do século XIV (Mapa 1). Houve como que o comportamento intencional de, com a pressão dos Cristãos nos séculos XIV e principalmente no XV/XVI, mostrar que todos tinham mudado, que eram cristãos. Isto corresponde aos acontecimentos históricos que se desenrolaram então com o crescer da intolerância e o início da perseguição a todos os não-cristãos. A ideia da existência de vastas áreas desertas no interior do território português, o ermamento do território, deverá também ser revista. Na verdade, tanto no Alentejo como no Algarve a evidência arqueológica fala-nos de uma povoamento extraordinariamente contínuo, tanto na distribuição dos povoados como nas suas características e no aproveitamento sustentado de toda a região.

A estrutura social das pequenas comunidades deverá ter permanecido mais ou menos na mesma apenas os nomes mudaram. Este aspecto está particularmente patente na planificação das casas e nas diferentes funções e áreas de cada divisão, na localização da lareira (Fig.s 1 e 2). A escavação de uma das alcarias abandonadas, Aldeia dos Mouros (Fig.s 3 e 4) apresenta idêntica distribuição de fogos e funções que outra estudada sob o ponto de vista antropológico, Alcaria Queimada (Júdice Gamito 1990; 1994), também ela com uma alcaria islâmica junto e abandonada. O próprio nome sugere esse movimento de abandono: a alcaria islâmica ardera e eles tinham-se instalado na zona onde se encontrava a nova, portanto a memória guardou no topónimo a ocorrência: "alcaria queimada". A estrutura familiar mantém-se inalterável tal como a maneira de viver, o seu conhecimento da vida e da morte e do ambiente que os rodeia. Este conhecimento conduziu-os a uma exploração do ambiente equilibrada sem levar à exaustão os recursos escassos de que dispunham. Desenvolveram uma economia de subsistência eficiente e escoando os excedentes nas feiras da região.

Traços de práticas agrícolas, conservação dos alimentos e exploração da terra desde a época islâmica são frequentes. Nestas pequenas comunidades auto-suficientes e bastante isoladas – só agora têm uma rede viária que as põe em contacto – houve sempre uma transmissão de conhecimentos e de antigos comportamentos. O estudo etnográfico da região trouxe-nos a literatura oral, a transmissão de contos de encantar, com mours de rara beleza esperando a vinda de um herói para as libertar do cativo do seu encantamento, o conhecimento de práticas e de uma medicina natural eficaz em todos os tempos.

Esta persistência de hábitos e costumes encontra-se também nos padrões de tecelagem, especialmente dos tapetes e cobertores de lã, tecidos em casa (Fig.5), segundo desenhos geométricos que encontramos também no Mahgreb (Júdice Gamito 1988-91)¹⁰.

No que diz respeito à forma de construção das casas estas são construídas em pedra de xisto, a pedra característica da Serra. No entanto, no Litoral, encontramos sobretudo a construção em terra a mais vulgarizada, por ser o material mais comum e por o clima o favorecer. Aqui a taipa e o adobe predominam, tal como em todo o Mahgreb.

A influência Muçulmana na arte Mudéjar

Se nos faltam monumentos como as *alhambras* de Granada, de Sevilha e de outras cidades da Andaluzia, são evidentes as influências da arte Islâmica no Manuelino, nas janelas em *ajimez* e sua decoração, que surgem com frequência nos palácios dos séculos XVI/XVII, como por exemplo o palácio da *Sempre Noiva* (Arraiolos), o *Paço de D. Manuel* (Évora), o *Palácio Cordovil* (Évora), a *Igreja de S. Brás* (Évora) (Haupt 1985). De referir o aparecimento do *azulejo*, como elemento decorativo na arquitectura portuguesa e que surge também a partir dos azulejos hispano-árabes (Júdice Gamito 2004) que D.Manuel importou directamente de Sevilha quando visitou a cidade pela primeira vez.

A arte *Mudéjar*, que apenas sumariamente evocamos aqui, surge portanto já tardiamente com forte influência Árabe, em tempos cristãos e o que vemos hoje tanto no

alhambra de Granada como no de Sevilha, são elementos construídos na sua maioria, já em período mudéjar. Consiste na associação de diferentes elementos arquitecturais como o uso de arco abatido ou em ferradura, constituindo a moldura de portas e janelas, o *ajimez*, que por vezes apresenta um pequeno colunelo ao centro, tornando-se portanto uma janela com duplo arco, e de outros elementos como o trabalho em gesso, os pátios forrados de arcarias e "panos" decorados em gesso, coando a luz, os azulejos hispano-árabes. No caso de Sevilha foram artistas de Granada, da época Nasrid, contratados expressamente por Pedro, o Cruel, para reconstituírem o palácio. Em Granada foram artífices contratados, de Marrocos no final do século XIX, para restaurar o Alhambra. Encontramo-los com frequência na arquitectura do século XVI em Portugal, como referimos atrás, sendo exemplar no *Palácio da Vila*, em Sintra. O uso de *alfarges*, os tectos em madeira formando complexos elementos geométricos em caixotão, é também uma característica da arte islâmica transportada para a arquitectura portuguesa da época, como vemos claramente nas igrejas da Madeira, nomeadamente na sé do Funchal, por terem sofrido menos danos que as do continente.

No final do século XIX princípio do XX surge novamente uma arte islâmica associada ao Romantismo e ao revivalismo de ambientes orientalizantes, tão ao gosto da época, e são abundantes as suas manifestações em edifícios públicos e privados, como o Hotel do Bussaco ou o Palácio da Pena.

O al-Andalus foi uma época e uma região única na Europa de então, e diríamos do mundo, pois não se manifestou em qualquer outro lugar, e que, mercê do contexto onde surgiu e das influências que captou, adquiriu as características que lhe conhecemos. Aqui se desenvolveu uma sociedade culta e requintada, tolerante na medida das circunstâncias e da época, onde Cristãos, Árabes e Judeus conviveram e se entenderam.

Notas

¹ Este trabalho é o resultado da comunicação apresentada na AAP sobre o projecto que desenvolvemos no âmbito da JNICT sobre *O Nordeste Algarvio*, aspectos de uma economia de subsistência e em parte inspirado na reflexão que o Al-Andalus nos tem conduzido.

² Esta designação englobava não só o Algarve actual, mas se estendia também até à região de Huelva bem como mais tarde o Algarve marroquino, a região a norte de Rabat, daí, certamente, o uso do plural que aparece sempre associado aos reis de Portugal..

³ Fernando de Almeida, 1962, *Arte Visigótica em Portugal, O Arqueólogo Português*, III Série, pag. 33.

⁴ Oliveira Marques, 1964, *A Sociedade Medieval Portuguesa* e, também, do mesmo autor, 1982, *História de Portugal*.

⁵ Interessante referir que o apelido de *Cesário* ainda existe como apelido de família no Algarve, especialmente em Tavira.

⁶ Goubert, 1950, *Le Portugal Byzantin*, *Bull. Études Portugaises de I.F.P.*, XIV, Coimbra, 281.

⁷ Tal como referimos aqui, e também em outros investigadores, como por exemplo em R. Arié, 1986, também em, 1973 e 1982; Garcia Domingues, 1986, ou Lopez, 1986.

⁸ A maior parte da responsabilidade de Claudio Torres, o grande precursor, de Teresa Júdice Gamito, que também se começou a dedicar à época Islâmica pouco depois, e tantos outros em seguida.

⁹ Todos estes aspectos foram focados em trabalhos de diversos investigadores, entre os quais citamos: na Linguística, Lindley Cintra, 1983; na Antropologia, Leite de Vasconcellos e Viegas guerreiro, 1958; na Agricultura, Orlando Ribeiro; na Música Giacometti, Gustavo Marques e Lopes Graça; na História, A. Herculano ainda no século XIX, Oliveira Marques 1980 e 1990, Mattoso 1983 e 1990, Borges Coelho 1970-74; na Arqueologia, Torres, em Mértola, 1984, Macias, 1996; Júdice Gamito, no Algarve, 1987, 1990, 1994; na Arquitectura Alegria 1984 e 2002. De referir entre os investigadores estrangeiros Christoph. Picard, 2000, e Pierre Guichard também em 2000.

¹⁰ Neste caso, o projecto de investigação etno-arqueológico da autora na Serra do Caldeirão, no âmbito do Programa Praxis e no Ministério da Ciência.

¹¹ Este aspecto é interessante sublinhar, pois a semelhança de padrões é de facto enorme em regiões do Médio Atlas, em Marrocos.

Bibliografia

1. Fontes Clássicas

1. Fontes Clássicas:

Chronicle CaesarAugustana

Lex Romana Visigothorum

Fontes Hispaniae Antiquae, IX (ed. Grosse, 1947)

Martini Episcopi Bracaraensis Opera Omnia (ed. C.W.Barlow, 1950, New Haven)

Historia Gothorum Wandalorum Sueborum, Isidoro of Sevilla

2. Islamic and Mozarabe Sources

Idrisi, *La première Géographie de l'Occident*, translated into

French by Chevalier Jaubert, Paris, Flammarion

Ajbar Machmua (ed. Lafuente Alcantara, Madrid, 1867)

Corpus Scriptorum Muzabicorum (ed. Juan Gil, 1973)

3. Geral

ALEGRIA, J., 1984, *Arquitectura em terra*, Silves

IDEM, 2002, *A Geoarquitectura na Revivificação do Património Cultural de Marrocos e Portugal – casos recentes de sucesso, Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: contributos para o futuro*, Faro, CCRAlg., 10-24

ALMEIDA, F., 1962, "Arte Visigótica em Portugal", *O Arqueólogo Português*, IV, Lisboa

IDEM, 1972-74, "Torre de Palma (Portugal), a basílica paleocristiana e visigótica", *Arq.Esp. Arq.*, 45-47, Madrid, pp.103-112

ARIÉ, R., 1973, *L'Espagne musulmane au temps des Nasrides*, Paris

IDEM, 1982, *España musulmana (siglos VIII-XV)*, Barcelona

IDEM, 1986, "Notes sur les échanges culturels entre Al-Andalus et l'Orient musulman au Bas Moyen Age", *Cong.Estudos Islâmicos*, ed. A. Sidarus, Évora, pp.133-146

BORGES COELHO, A., 1972-1974, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 4 vols.

GARCIA DOMINGUES, J.D., 1986, "Presença Árabe no Algarve", *Cong.Estudos Islâmicos*, ed. A. Sidarus, Évora, pp.113-130

GIL, J., 1973, *Corpus Scriptorum Muzabicorum*, Ph.D. Dissertation, Univ. of Sevilla

GOUBERT, P., 1950, "Le Portugal Byzantin", *Bull. des Etudes Portugaises de l'Institut Français au Portugal*, XIV, Coimbra

GUICHARD, P., 1976, *Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occident*, Barcelona, Barral

Guichard, P., 2000, *Al-Andalus, 711-1492*, Paris, Pluriel

HAUPT, A., 1985, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Presença (1st edition:1890 and 1895, *Die*

- Baukunst der Renaissance in Portugal*, Frankfurt, M. Heinrich Keller)
- HERCULANO, A., ed. 1980-1982, *História de Portugal*, c. notas críticas de J. Mattoso, Lisboa, Beltran, 4 vols.
- JÚDICE GAMITO, T., (1988-1991), *O Nordeste Algarvio - persistência de formas de povoamento e de economia de subsistência*, (Estudo etnoarqueológico e Projecto de Investigação subsidiado pela JNICT), (in press)
- IDEM, 1990, "Aldeia dos Mouros versus Alcaria Queimada", *Arqueologia Hoje-1*, ed. T.Júdice Gamito, Universidade do Algarve, pp.266-281
- IDEM, 1994, "O povoamento Islâmico da Serra do Caldeirão - o caso da Aldeia dos Mouros (Vaqueiros, Alcoutim)", *Arqueologia em torno del Bajo Guadiana*, ed. J. Campos, J. Aurelio Pérez e F. Gomes, Huelva, pp.545-563
- IDEM, 1996, "As muralhas de Faro e os vestígios Bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo", *Homenagem ao Prof. Bairrão Oleiro*, Univ. Nova de Lisboa, Colibri, pp.259-268
- IDEM, 2003, *Les réservoirs de l'eau a l' époque islamique en Algave*, Portugal, École Française à Rome, (in press)
- IDEM, 2004, "The most western part of Al-Andalus (ancient kingdoms of Portugal and the Algarve)", *The Cultural Symbiosis of Al-Andalus*, ed. Saana Osseiran, UNESCO, Beirut (in press)
- LEITE DE VASCONCELLOS, J. and M. Viegas GUERREIRO, 1958, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, v.IV
- LINDLEY CINTRA, L.F., 1983, *Estudos de dialectologia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa
- LOPEZ, J.E., 1986, La cultura del mundo arabe en textos latinos hispanos del siglo VIII, *Cong.Est. Islâmicos*, ed. A.Sidarus, Évora, 253-271
- MACHADO, J.P., 1991, *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa, Ed.Notícias
- MACIAS, S., 1996, *Mértola Islâmica*, Campo Arqueológico de Mértola
- MATTOSO, J., 1983, *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento* (Catálogo do Núcleo da Madre de Deus da XVII Exposição Europeia d Arte, Ciência e Cultura), Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros
- IDEM, 1983, *Identificação de um País*, Lisboa,
- IDEM, 1987, *Fragments de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa
- MENÉNDEZ PIDAL, R., 1976, *Orígenes del Español, Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*, Madrid, 7ª ed.
- OLIVEIRA MARQUES, A.H., 1964, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa
- IDEM, 1982, *História de Portugal*, Lisboa, Palas, v.I
- ORLANDIS, J., 1975, *História Social y Económica - La España Visigoda*, Madrid
- PICARD, Chr., 2000, *Le Portugal Musulman (VIIIe-XIIIe siècle)*, Paris, Maisonneuve Et Larose
- RIBEIRO, O., 1968, *Introduções geográficas á História de Portugal*, Lisboa, Imprensa nacional
- SARAIVA, A.J., 1979, *Época Medieval Portuguesa*, Lisboa, Inst. da Cult. Port.
- SIDARUS A., 1986, *Congresso de Estudos Islâmicos*, Universidade de Évora
- SIMONET, F.J., 1897-1903, *História de los mozárabes de España, Mem. Real Ac. Hist.*, Madrid
- TORRES, C. and L.A.da SILVA, 1989, *Mértola*, Mértola, Campo Arq. de Mértola
- VIVES, J., 1963, *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Barcelona-Madrid

Salvador de Correia de Sá e Benevides - contributos

Rui Miguel da Costa Pinto¹

Nascido em Cádiz em 1602,² filho de Martim de Sá e de D.^a Maria de Mendoza y Benevides, embarca para o Brasil, aos 13 anos, juntamente com o seu pai.

Ao que parece estudou no Colégio dos Jesuítas de São Paulo, bem como no de Santo Antão de Lisboa. Com apenas 16 anos recebe o hábito da Ordem de Santiago, conseguindo trocá-lo mais tarde pela comenda de São Salvador da Lagoa, no arcebispado de Braga e na Ordem de Cristo .

Em Março de 1625, consegue a sua primeira vitória contra os holandeses em defesa da capitania do Espírito Santo, tomando parte na reconquista da cidade de São Salvador, dois meses mais tarde.³

Em 1627, é-lhe atribuída a nomeação vitalícia da alcaidaria-mor da cidade de São Sebastião (Brasil).

Entre 1630 e 1635, confronta-se com os Índios Paia-guás e Guaicurus do Chaco e contra os Calchaquis do Tucumã. Atravessa os Andes no sentido de ir a Potosi⁴, regressando a Tucumã com socorros necessários para esses confrontos.

Casa com uma viúva rica de Tucumã, filha de importante família crioula, de nome Catharina de Ugarte e Velasco.

Consta que terá regressado a Espanha em 1636, onde esteve na corte em Madrid.

Em Setembro de 1637, toma posse do governo da capitania do Rio de Janeiro.

D. João IV é aclamado no Rio de Janeiro, por Salvador de Correia de Sá e Benevides em Março de 1641, ao que parece sob a *pressão dos Jesuítas*⁵.

Dois anos depois este regressa a Portugal onde se encontrou com D. João IV, em Évora. Torna-se membro do Conselho Ultramarino em 1643⁶.

Salvador Correia de Sá e Benevides participou na guarda de embarcações comerciais entre Portugal e Brasil. Este sistema de comboios foi inaugurado em 1645 para a Baía e Rio de Janeiro.

Em 1647, ocupa o cargo de Governador de Angola até Março de 1652. Todavia só chegaria em Julho do ano seguinte, com a sua armada do Rio de 15 embarcações, trazendo ordens secretas para recuperar Luanda. O Brasil concorreu com a quantia de 60 mil cruzados para esta empresa.

Não obstante o fracasso em Quicombo, isso não o impede de avançar em direcção à fortaleza de S. Miguel, em Luanda, obrigando à rendição dos holandeses ainda que levasse instruções para criar uma fortaleza e uma feitoria em Quicombo, afim de coadjuvar no tráfico de escravos e assistir a guarnição de Massangano.

Afastada a ameaça holandesa era importante reatar o comércio com o interior. Salvador Correia de Sá e Benevides retorna com novos carregamentos de escravos. Ainda constituiu uma armada de inspecção apoiada por cinco galés. Ordenou a construção de pirogas indicadas para a navegação do Quanza a fim de garantir o provimento periódico e assíduo dos mercados de escravos.

Criou um imposto complementar de 3\$000 reis sobre cada escravo por forma a compensar o empréstimo do Brasil e outras despesas. Estávamos assim perante dois direitos: o direito velho arrendado aos contratadores de 4\$000 reis e o direito novo cobrado pelo povo e pela câmara de Luanda de 7\$000 reis⁷.

Fazia parte dos planos do governador restaurar este mesmo comércio com Buenos Aires. Tratava-se de chegar ao tão desejado mercado de prata espanhola⁸, acabando por ver os seus objectivos concretizados.

Para a restauração de São Tomé são enviadas duas naus com a finalidade de reconquistar a ilha. Os holandeses, temendo o poder de Salvador Correia de Sá e Benevides, aproveitam a boleia dos holandeses que vinham fugidos de Luanda.⁹

Em 1649, Salvador Correia de Sá e Benevides estabelece um tratado de paz com o rei do Congo.

Três anos depois, regressa ao Rio e em Maio do mesmo ano funda o colégio jesuíta de S. Miguel, em Santos. Chega a Lisboa em Outubro com a armada brasileira.

O seu regresso ao Rio dá-se em 1659 com o título de Governador e Capitão-General da repartição do sul. Antiga aspiração sua a que D. João IV nunca acedeu, mas que o viria a receber pela rainha regente.

No ano seguinte parte numa segunda expedição à Serra das Esmeraldas, infelizmente fracassada.

A população do Rio revolta-se contra ele e sua família, acusando-os de corrupção e tirania. Contudo com a recusa dos Paulistas em se unirem à rebelião, Salva-

dor Correia de Sá e Benevides, retoma o Rio em 1661 e ordena a execução de um dos líderes da insurreição, Jerónimo Barbalho, o que não terá caído bem junto da Corte portuguesa que ordena o seu regresso a Portugal, tendo sido substituído por Pedro de Mello, em 29 de Abril de 1662.

Posiciona-se ao lado do Conde de Castello-Melhor caindo mais tarde em desgraça junto do Príncipe Regente, ocasionando a sua prisão na Igreja de S. Roque e o exílio de alguns dos seus filhos. Mais tarde reocupa, inclusivé, o seu cargo de Conselheiro Ultramarino, por influência dos Jesuítas do Colégio de S. Roque.

Defendia a criação da colónia de Sacramento e o aumento da fronteira brasileira até às margens do Rio da Prata.

Em 1674, os seus filhos mais velhos recebem amplas propriedades no Brasil.

Em 1680 ainda encontramos a sua assinatura em Consultas ao Conselho Ultramarino.¹⁰ Nos últimos anos da sua vida oferece-se para liderar uma outra expedição de Angola a Pate para conter a insurreição do seu sul-tão, que já em 1651 criara problemas¹¹. O que não foi aceite, neste homem que já tinha 75 anos de idade.

Desta fala o Documento que publicamos em anexo Viria a falecer cerca de 1681.

Salvador de Correia de Sá e Benevides indica, em manuscrito não datado¹², as razões pelas quais seria necessário para o Rei ter na Etiópia (que segundo este compreendia o território entre o Cabo das Palmas e o Mar Vermelho incluindo a Mina, Angola, Rios de Cuama e Moçambique) um império de maior rendimento que o das índias espanholas de que não se usufrui *por não se conquistar por se não tratar da conquista, povoação, e entabolamento de tão ricas minas como ha nestaz partes. Cujos negros, da sua pouca experiência pouco ouro conseguem extrair sendo o mesmo resgatado, na sua maior parte, por portugueses e mouros todos os anos na quantia de milhão e meyo e douz*¹³ (segundo consta do Diário do Conde de Linhares¹⁴), bem como se alude ao facto de se retirarem quantias para pagamento da infantaria e referências a Nuno Álvares Pereira¹⁵ e de seu sobrinho Luís César de Meneses.

Já em 1656, José Pinto Pereira referia que Salvador Correa de Sá declara que *falando hum destes dias com Jorge de Araujo Estação lhe mostrou hum livro de letra de mão feito pelo Doutor Antão de Mesquita Dezembargador do Paço e que de antes servio na India no qual se trate do modo com que se podiam tirar grandes lucros desta conquista e o modo de sua conservação*¹⁶

Alude a uma petição apresentada a quatro de Setembro de 1654 a D. João IV¹⁷ de que consta toda a riqueza destes territórios (cobre, ferro, estanho, trigo, marfim, âmbar, peixe, etc.) que na sua maior parte era resgatado por estrangeiros e mouros.

Alvitra ao rei a possibilidade de envio de religiosos, à media de um sacerdote por cada mil negros pagos por estes sem encargo algum para a fazenda régia.

Contesta a condição em que os negros eram tratados sob pena de não se conseguirem manter as minas.

Aconselha a que o governo de Moçambique se apartasse do de Goa, instituindo-se uma nova Índia, cuja região se alargaria desde o cabo das palmas até o mar vermelho com um vice-rei apartado da jurisdição de Goa, podendo assim dar maior acompanhamento às minas e tratar do seu empreendimento com diligência, não se permitindo a entrada de estrangeiros. Haveria igualmente benefícios em quem recebesse a mercê de Sofala, (10 cruzados por ano) passando o rei a adquirir o quinto de todas as mercadorias que entrassem e saíssem daquele Estado.

Convicto das possibilidades que se podiam oferecer na exploração e povoamento do Monomotapa, partindo de Angola, aventa a hipótese desta travessia, na qual precisaria de três a quatro embarcações e de mais duas caravelas carregadas de casais oriundos das ilhas e do Brasil com *mineiros, ensayadores, e maiz officiaes e materiaes, ferramentaz, resgatez, muniçãoz, falcoez ou pessoaz de campanha*.

Em consulta ao Conselho Ultramarino de 12 de Fevereiro de 1656, fala-se nesta mesma expedição, nos seguintes termos:

"He de parecer este Conselho que Vossa Magestade havendo cabedal para mandar fazer esta jornada se faça com tres embarcações sufficientes para aquelles portos e estas levem cada huma dellas duzentos cazaes

de gente voluntaria que quizer hir de entre Douro e Minho e das Ilhas que vão para povoar e que a Angola vão outros dous navios a levar quatrocentos infantes os quaes hajão de ficar naquella praça trocados por outros tantos daly já feitos a terra que hão-de marchar com a guerra preta daquelle reyno ate lhe darem com a nossa gente que esta naquellas cabeceiras dos Rios de Cuama (...) Estes cinco navios poderão ser fretados os tres e os dous de Angola dos velhos de Vossa Magestade poderão levar a gente deste reyno e passar pelo Brazil donde tambem se podera trocar alguma refazer de mantimentos e refrescar(...) e Vossa Magestade pondo Governador naquellas partes ou Viso Rey ordenando que este exercito que há-de ir por terra despois que se haja ajuntado com os nossos naquellas cabeceiras dos Rios voltem para a costa de Angola(...) O custo deste entabolamento pois não he justo chamar-lhe descobrimento pois são publicas as noticias considera este Conselho que não chegara a 100 cruzados(...) e que este Conselho procure os meyo e pessoas" o rei responde que "O Conselho faça diligencia por pessoas e mas aponte com os meyo de que se podera tirar o necessario para esta empreza"¹⁸.

Sendo que D. Afonso VI poderia deixar de gastar anualmente *24 a 25 contos de reis* na transferência dos refugiados de Tânger para o Algarve em condições miseráveis, fazendo-lhes a mercê de officios e entregando-lhes aldeias de negros das quais seriam seus senhores, acautelando assim a fome e o desespero.

Ao deslocar essas quantias para a dita jornada deixaria de gastar entre *10 ou 18 contos* para a sua permanência em terras algarvias.

Segundo Salvador dever-se-ia procurar encontrar o itinerário entre Angola e Monomotapa que oferecesse melhores condições de segurança, rapidez e proximidade *porque a menos de 150 leguaz de caminho se de com az minas principaez nas quaez os negros não consentem cheguem os portuguezes pelos Rios de Cuama e indo por elles acima com az voltaz e caminhos por terra vem a ser maiz de duzentas*.

Mencionando a sua permanência em Angola enquanto governador diz ter enviado 30 homens com o cabo Pedro Cassabe, o qual informou que as terras

seriam em muito semelhantes à de Portugal,¹⁹ devendo o rei nomear, pelo período de seis a nove anos, pessoa que continuasse a campanha com plenos poderes, tais como: disposição das marchas por terra, regimentos de novas povoações e fortalezas e prevenções de mantimentos, tal como o haviam feito os seus antecessores D. Estevão de Ataíde²⁰ e D. Francisco de Sousa.²¹

As razões que levaram Salvador a propor esta expedição por Angola, firmavam-se com a necessidade em se atingirem as tão almejadas minas de ouro e de se saber que os negros de Angola comunicavam com os dos rios de Cuama, como se verifica por Pedro Casabe, lhe ter trazido um chapéu e um cobertor resgatado dos rios.

A morte de D. João IV viria a marcar decisivamente o final deste intento.

Documento

17 de Agosto

677

Do Concelho Ultramarino

Sobre o que Salvador Correa de Sa aponta acerca da consulta que sobro toccante às ordens que se hão-de expedir como socorro de Moçambique

Senhor

Neste Concelho se vio o parecer do Concelheiro Salvador Correa de Sa sobre a consulta que se faz a Vossa Alteza para a declaração dos quatro pontos que se apontavão a Vossa Alteza para se expedirem as ordens com as mais que hão-de ir com o socorro dos Rios de Sofalla que por se ter enviado a Vossa Alteza sem Salvador Correa de Sa a assinar nem nella se incluir o seu votto.

Pareceo ao Conselho que nesta consulta se fizesse presente a Vossa Alteza para a mandar ajuntar a que sobio e ordenar o que for mais conveniente a seu real serviço.

Salvador Correa de Sa que quando se tratou no Concelho de se fazer consulta a Vossa Alteza dos quatro pontos que faltavão das ordens que se devião passar para hirem com as mais no socorro dos Rios não estava elle presente e vindo a firmar entende que por tres pontos esta obrigado a dizer seu parecer visto nella não ir assinado.

Primeiro pelo juramento que tem de concelheyro segundo por haver tantos annos que solicita o bom successo desta jornada. Terceiro por haver adquirido grandes noticias do que necessita para se conseguir e não entende que sendo obrigado a estes tres pontos cumpre com sua obrigação não fazer presente a Vossa Alteza em seu votto o que tem já feito por tantos memoriaes assy a Vossa Alteza como aos Ministros superiores que como não são em consultas ordinariamente não ficão em memoria.

Quando o Grão Turco mandoy passar as Gales por terra para ganhar a India ellegeo por General da facção a hum Ennucco de mais de oitenta annos tolhido da gotta assentado em huma cadeira governava a Armada com a grande cabeça que tinha e experiencia. O Conde de Chumberg he mais velho do que elle e El Rey de França lhe fia as suas armas pela muyta expe-

riencia que nelle concorre porque esta ordinariamente he a felicidade dos bons successos.

O povo e o Ministro pela mayor parte conhecem que o bom successo desta jornada depende de Vossa Alteza servisse de sua pessoa.

Dom Pedro de Almeyda Viso Rey da India sera Deos servido de have-lo levado a salvamento e levou gravame de vir a Moçambique não se pode duvidar que quando Vossa Alteza lhe ordena que acabado o castigo de El Rey de Pate volte para a India a continuar no seu posto o tera por merce pois o livra das incomodidades que tem esta nova conquista.

Todos os mais successores de governadores e mais Ministro quem pode duvidar em que elle lhes esta diante pois não há nenhum na India que em seos papeis e postos não esteja firma sua de have-los despachado.

Esta jornada ainda que aos Ministros de Vossa Alteza lhes pareça que esta disposta como convem elle pellos tres pontos referidos o entende pello contrario assy na gente forsada bizonha e incapaz e com pragas de veuvas como em outras prevenções necessarias para se povoar aquelle imperio para se fazer paz com a gente da ilha de São Lourenço limpar aquella costa dos Arabios castigar o Rey de Pate e todos os rebellados daquellas ilhas.

Com cabeça que o sabe dispor e tem dezejo de o fazer he certo que se conseguirá esta jornada com gente voluntaria e soldados experimentados e se a Vossa Alteza lhe representarem que se acrescentaria algum gasto parte delle suprira o que se esta gastando com os socorros desta gente inútil e donde Vossa Alteza gasta tanta fazenda não parece conveniente a seu serviço que pello menos se perca o mais e Vossa Alteza tinha resolutu mandar Viso Rey para a India e que Luis de Mendonça viece a este novo estado com que nesta forma podera lhe passar e se não innova nada e os mais abaxo do Viso Rey não devem duvidar estar a sua ordem.

Este votto senhor fica na consulta para a todo o tempo constar do amor fidelidade com que este vassallo faltou a Vossa Alteza que resolvera o que for mais acertado a seu real serviço Lixboa 17 de Agosto de 677

Mendes de Val de Reis Salvador Correa de Sa
Benevides

Francisco Malheiro Feliciano Dourado
Carlos Cardozo

Notas

¹ Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa.

² Boxer, Charles Ralph, *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, University of London, London, 1952. Cadornega coloca o local e data do seu nascimento no Rio de Janeiro em 1594, bem como Afonso Côrte Real.

³ Boxer, Charles Ralph, "Salvador Correia de Sá e Benevides" In Serrão, Joel (direcção de), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp.400-401.

⁴ Riquíssima cidade da prata na América espanhola.

⁵ Boxer, Charles Ralph, *Op. cit.*, pp.400-401.

⁶ Caetano, Marcello, *O Conselho Ultramarino*, esboço da sua História, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967, pp.49-50.

⁷ Esteves, Maria Luisa, *Os Holandeses em Angola. Decadência do comércio externos e soluções locais adoptadas In Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, n.º 52, 1994.

Esteves, Maria Luisa, "Para o estudo do tráfico de escravos de Angola" (1640-1668) In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, n.º 50, 1991.

⁸ Esteves, Maria Luisa, "Para o estudo das relações comerciais de Angola com as Índias de Castela e Génova no período da Restauração" (1640-1668) In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, n.º 51, 1992.

⁹ Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1640-1750)*, 2.ª edição, Vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1982.

¹⁰ Ver Ferraz, Maria de Lourdes de Freitas, *Documentação Histórica Moçambicana*, 1 Vol., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1973.

¹¹ A.H.U., *Moçambique*, Caixa n.º2, Doc. n.º 101.

¹² Encontra-se nos reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa um manuscrito datado do séc. XVII, de autor anónimo, que acreditamos tratar-se de Salvador de Correia de Sá e Benevides, ainda que não esteja assinado, como era hábito seu. Mss 208 n.º51 6fls. Posterior a 1660, já que se refere a passagem dos moradores de Tânger para o reino, que se iniciou em 1661.

¹³ Quantia desproporcionada.

¹⁴ 4.º Conde, 1.º Duque e 27.ºVice-rei da Índia D. Miguel de Noronha (1629-1633).

"Three major portions of Viceroy Linhares' diary have survived, covering the periods 3 March 1630 to 6 February 1631, 9 February 1631 to 20 December 1631, and 6 February 1634 to 21 January 1635. The first of these exists in duplicate in Ajuda, codices 51-VII-2 and 51_VII-13, while the second and third are both in BNL codex 939. The 1634-1635 section of the diary has been published as *Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-rei da Índia*, Lisbon, 1937" In Disney, Anthony, "Famine and famine relief in Portuguese India in the sixteenth and early seventeenth centuries", In *Stvdia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, n.º49, 1989, pp.33-34.

¹⁵ Filho do 3.º Conde da Feira, prestou serviço na Índia durante 9 anos. "Foi em 1601, capitão de Columbo; em 1602, de Ormuz; em 1606, era capitão-mor de Armada do Malabar; em 1610, "capitão geral da conquista de ouro e prata dos reynos de Monomotapa"; em 1612, capitão-geral de toda a gente de guerra da fortaleza de Moçambique e dos reinos de Monomotapa". Em 1613, foi substituído como "General e vizo-rei da conquista de Ceilam" a seu (...)parente D. Jerónimo de Azevedo, quando este foi para Vice-Rei da Índia." citado por Souto, A. Meyrelles de, "Hystoria dos Cercos Que os Olandeses puzerão à Fortaleza de Mozambique o Anno de 607 e 608"(introdução e notas), In *Stvdia*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, n.º12, 1963, pp134-135. Em 1630 reclama a capitania dos Rios para se prosseguir a conquista do Monomotapa.

¹⁶ Conhece a obra de Frei João dos Santos.

¹⁷ No documento *Dom João pay de Vossa Magestade*, referindo-se a D. Afonso VI.

¹⁸ Brásio, Padre António *Monumenta Missionária Africana*, Africa Ocidental, vol XII, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1981, pp.5-10.

¹⁹ Exagero linguístico, que pretendia provavelmente induzir o Rei a apoiar a jornada.

²⁰ Capitão da Fortaleza de Moçambique (1607-1610). Conquistador das Minas de Monomotapa. Defende Moçambique contra os ataques holandeses de 1607 e 1608.

²¹ Governador geral do Brasil (1591-1602).

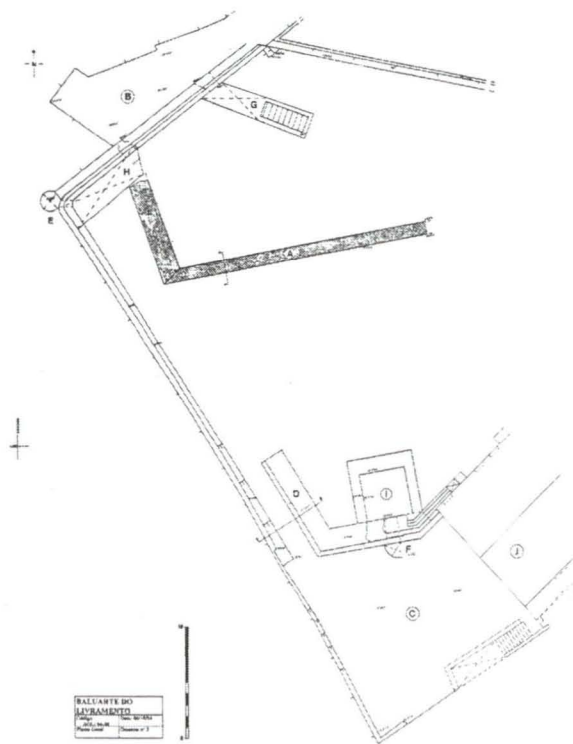
Bibliografia

- ALMEIDA, Luís Ferrand, "A data da morte de Salvador Correia de Sá " In *Revista Portuguesa de História*, Tomo VIII, 1959-1961
- BOXER, Charles Ralph, *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686*, London, University of London The Athlone Press, 1952
- IDEM, " Salvador Correia de Sá e Benevides" In Serrão, Joel (direcção de), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971
- BRANCO, Fernando Castelo, "Salvador Correia de Sá e Benevides" In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985
- BRÁSIO, Padre António *Monumenta Missionária Africana - África Ocidental*, vol XII, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1981
- CADORNEGA, António de Oliveira, *História Geral das Guerras Angolanas* (anotado e corrigido por José Matias Delgado), 3 Tomos, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1972
- CAETANO, Marcello, *O Conselho Ultramarino*, esboço da sua História, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967
- CÔRTE-REAL, João Afonso, "Salvador Corrêa de Sá e Benevides. De Governador das capitanias do Sul do Brasil a Restaurador de Angola", In *Revista Independência*, n.º 17, Braga, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1957
- DISNEY, Anthony, "Famine and famine relief in Portuguese India in the sixteenth and early seventeenth centuries", In *Stvdia*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 49, 1989
- ESTEVES, Maria Luisa, "Os Holandeses em Angola. Decadência do comércio externos e soluções locais adoptadas" In *Stvdia*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 52, 1994
- IDEM, "Para o estudo das relações comerciais de Angola com as Índias de Castela e Génova no período da Restauração" (1640-1668) In *Stvdia*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 51, 1992
- IDEM, "Para o estudo do tráfico de escravos de Angola" (1640-1668) In *Stvdia*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 50, 1991
- LESSA, Clado Ribeiro de, *Salvador Correia de Sá e Benevides: vida e feitos, principalmente no Brasil*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940
- MESQUITA, Adelaide Sofia D'Azevedo Moura de, *A História da província de Moçambique durante a Restauração*, (tese de Licenciatura), Vol. II, Lisboa, F.L.L., 1965
- NORTON, Luís, *A Dinastia dos Sás no Brasil*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1943
- SALVADOR, Visconde d'Asseca, "Noticia Historica Àcerca de Salvador Corrêa de Sá e Benevide" in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25.ª Série, n.º 2, Lisboa, 1907
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal* (1640-1750), 2.ª edição, Vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1982
- SOUTO, A. Meyrelles de, "Hystoria dos Cercos Que os Olandeses puzerão à Fortaleza de Mozambique o Anno de 607 e 608"(introdução e notas), In *Stvdia*, n.º 12, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963

Elementos para o estudo da igreja de Nossa Senhora do Livramento, em Alcântara, Lisboa*

Laura Trindade
A. M. Dias Diogo

*A Virgem do Livramento
em noua hermida, Et pequena
obra de certo deuoto
muy curiosa, Et bem feyta.*
Anónimo, Séc. XVII¹



2. Planta do baluarte do Livramento. A – Muralha Filipina. B – Terraplino Norte. C – Terraplino Sul. D – Muralha Interna da Rampa. E – Guarita de Cunhal. F – Guarita do Paiol. G – Acesso ao Terraplino Norte. H – Acesso à Guarita de Cunhal. I – Paiol. J – Vila Operária.

Introdução

Em 10 de Maio de 1994, quando foi determinada a nossa entrada na obra de recuperação e reabilitação do Baluarte do Livramento – 1ª Fase, pelo então Vereador da Cultura da C. M. de Lisboa, já os trabalhos de escavação se tinham iniciado sem qualquer acompanhamento arqueológico. O próprio projecto arquitectónico tinha sido elaborado e aprovado sem o levantamento documental do baluarte e da sua envolvente, nem com a preocupação de aí efectuar trabalhos arqueológicos preventivos, que permitissem conhecer o monumento e condicionar o projecto das novas construções, procurando de facto, estudar, salvaguardar e reabilitar, aquele que, com o de Santa Apolónia, embora com múltiplas alterações posteriores, é um dos dois únicos baluartes sobreviventes da linha defensiva de Lisboa, inicialmente projectada no âmbito das guerras da "Restauração da Independência" (1640-1668).

A nossa intervenção foi provocada pelo aparecimento de uma muralha no decurso dos trabalhos de desaterro para as novas edificações, que os Serviços Municipais pensaram poder pertencer ao convento do Livramento. Na realidade, tratava-se da muralha interna da rampa para o terraplino superior (Fig. 2 D), que teve de ser desmontada dado a sua conservação ser incompatível com o projecto de recuperação do baluarte em execução. De qualquer modo e face à sua pertinência para o estudo do baluarte, procurámos documentar-nos sobre a igreja e o convento do Livramento, que são o objecto principal desta publicação.

Como nota e para melhor compreensão das questões que envolveram esta intervenção, é de referir que, embora esta obra fosse co-financiada pela Comunidade Europeia, o que, em princípio, implicaria a consignação de verbas para os levantamentos arqueológico-patrimoniais, assim como para a sua publicação, a realidade é que todos os gastos decorrentes da nossa intervenção tiveram de ser integralmente suportados pelos Autores deste estudo. Esquecidas foram também as promessas do Senhor Vereador do Pelouro da Cultura da C. M. de Lisboa, de financiar e promover a publicação desta e outras intervenções que efectuámos no âmbito dos nos-

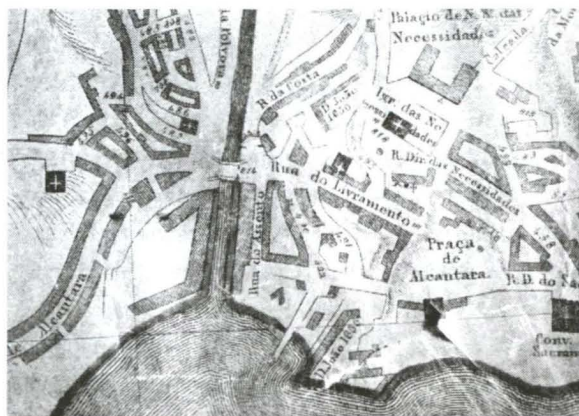
os trabalhos no Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa, o que nos tem impedido de publicar monografias, obrigando-nos a seccionar os estudos, de modo a que a sua extensão seja compatível com a publicação em revistas ou actas de colóquios.

(D. D.)

A Igreja do Livramento

A localização da igreja e do convento de Nossa Senhora do Livramento é-nos referida na *Consulta da Câmara a el-Rei em 20 de Setembro de 1768*, sobre o afloramento de chãos adjacentes às fortificações de Alcântara: "na rua direita que vem da ponte para o convento do Livramento" (OLIVEIRA, XVII, p. 234), localização que nos é precisada através de vária iconografia datada dos séculos XVII ao XIX. A actual rua do Prior do Crato denomina-se de "Rua do Livramento" na *Planta da Cidade de Lisboa de 1853* (Fig. 5) e de "Rua direita do Livramento" na *Carta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1865/58* (TRINDADE e DIOGO, 2001, Fig. 4), ligando a ponte de Alcântara com a praça do mesmo nome.

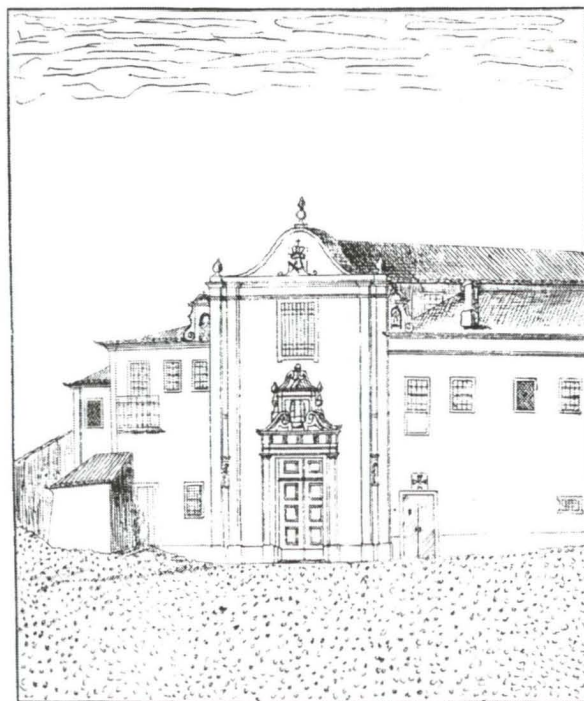
Documentando-se na *Historia Cronologica* de Frei Jerónimo de S. José e no *Santuário Mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria, João Paulo Freire refere-se desenvolvidamente à igreja e convento do Livramento (FREIRE, 1929, p. 48-62), indicando a localização da igreja no edifício da Agência de Alcântara da Caixa Geral de Depósitos, actual nº 70 / A da rua do Prior do Crato, onde descobriu a inscrição tumular do fundador da igreja.



5. Particular da *Planta da Cidade de Lisboa e de Belém*, publicada em 1853, com a localização da igreja do Livramento.

Segundo os textos consultados, tendo sido terminada em 1610, a construção da igreja de Nossa Senhora do Livramento seria devida ao cumprimento de um voto da primeira mulher de Rodrigo Homem de Azevedo, Jerónima Jorge, para que o seu marido fosse libertado do cárcere do castelo, onde se encontraria preso por ser partidário de D. António Prior do Crato². O voto apenas foi cumprido após a morte de Jerónima Jorge, sendo a igreja inicialmente de traça circular e tendo-se desmoronado pouco tempo após a sua construção. É a esta primitiva igreja que se refere a data de 1606 do epítáfio do seu fundador. A igreja de 1610, embora ainda pequena, era já de traça rectangular e ladeada por casas de residência.

Após a morte de Rodrigo Homem de Azevedo a igreja passou para o seu neto, Luís de Sousa Ferraz, legando-a a sua tia D. Maria de Alcáçova que, por sua vez, a doaria à Ordem da Santíssima Trindade em 3 de Abril de 1677. Em 1686, após a morte da benfeitora, também as casas de habitação e a quinta anexas passaram integralmente para a posse da mesma Ordem.



4. Desenho da fachada da igreja e convento do Livramento por volta de 1840, segundo Luís Gonzaga Pereira.

Em 1698 a igreja e o convento seriam reconstruídos por Frei Jerónimo de Jesus, ficando a igreja com uma só nave abobadada, com altar-mor e dois altares laterais, sendo o do lado da Epístola do Santíssimo e o do Evangelho dedicado a Santa Gertrudes.

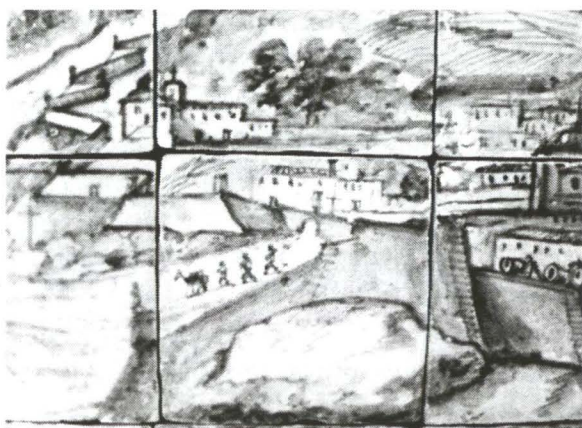
Na escrita pitoresca de João Paulo Freire, o convento: "apenas para 16 religiosos, era pequeno, mas desafogado para os seus moradores, com três dormitórios e várias acomodações, todas confortáveis. A cerca, toda murada, com alto mirante de agradabilíssima vista de mar e terra, tinha horta, ruas de fresquíssimas sombras, vinha que lhes abastecia avondo a adega parcimoniosa, e um tanque de água nativa, com diversidade de peixes que serviam de agradável entretenimento aos frades" (FREIRE, 1929, p. 57).

Publicado pela C. M. de Lisboa, em dois volumes (1950 e 1972), um manuscrito de Autor anónimo e não datado mas que, segundo Júlio de Castilho e Durval Pires de Lima (LIMA, 1950, p. IX-XII), foi escrito, muito provavelmente, por um padre da Companhia de Jesus, entre 1704 e 1708: a *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa...*, historia e descreve detalhadamente a igreja do Livramento. Aqui é-nos fornecida uma informação importante para a história do baluarte do Livramento no parágrafo que encerra o Capítulo XXVIII, dedicado ao Convento do Livramento: "Estam tam satisfeytos e contentes de a servir, que que-

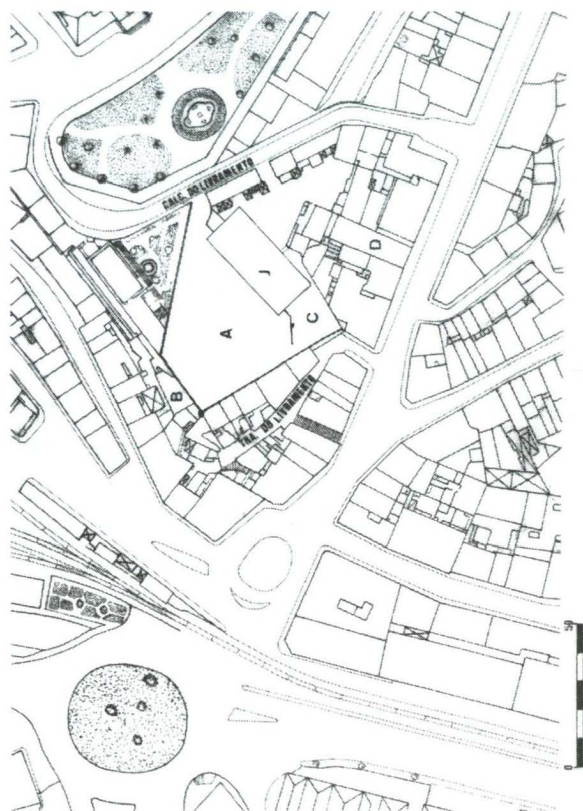
rendose continuar à sinco ou seys annos a fortificaçam da cidade, e rezultando lhe disso [en]commodo ao seo pequeno convento, se quizeram sogeytar a todos os inconvenientes que se lhe seguiam, do que deyxar de continuar no ditto lugar o serviço da Senhora do Livramento" (LIMA, 1972, p. 176).

Sabemos que, em 1701, D. Pedro II, mandou fortificar a cidade de Lisboa (FARIA, 1948, p. 47-51), como medida preventiva no decurso da intervenção portuguesa da "Guerra da Sucessão de Espanha". A informação que acima transcrevemos, referente a obras de fortificação junto ao convento, para além de nos corroborar a cronologia do manuscrito que Júlio de Castilho propõe, permite-nos também perceber as razões da discrepância entre as representações do baluarte do Livramento no painel de azulejos *A Grande Vista de Lisboa* (Fig. 3), cujo desenho terá assim de ser anterior a 1701, e da *Planta Topografica da Marinha...*, de 1727 (TRINDADE e DIOGO, 2001, Fig. 2). No primeiro caso o convento do Livramento encontra-se no interior do recinto amuralhado e, embora já exista a guarita do cunhal, não estão aqui representados canhões, indicativos da existência de um baluarte, como acontece por exemplo, com o da Alfarrobeira, também visível na fotografia. De facto, embora já se encontrassem construídos os panos de muralhas exteriores, o baluarte do Livramento apenas parece ter sido realmente estruturado em 1701, o que também justifica o acréscimo no seu coroamento e a ausência de cordão nas muralhas (TRINDADE e DIOGO, 2001, Fig. 12). Na planta topográfica de 1727 já o convento do Livramento se encontra fora das muralhas, parcialmente envolvido por elas e o baluarte com o desenho bem definido.

Também Luís Gonzaga Pereira escreveu sobre a igreja de N.ª S.ª do Livramento (PEREIRA, 1927, p. 205-208), apresentando-nos ainda uma gravura de sua autoria da fachada da igreja (que teria 8,30 m de largura, a corresponder à do actual edifício da agência da Caixa Geral de Depósitos) e do convento anexo, tal como se encontravam por volta de 1833 (Fig. 4), após as obras da reconstrução provocadas pelo terramoto de 1755³. Esta frontaria simétrica, com a porta de cimalha composta, dois pares de pilastras e um frontão campanu-



3. Particular do painel de azulejos *A Grande Vista de Lisboa*, no Museu Nacional do Azulejo. Em primeiro plano é visível o baluarte da Alfarrobeira, seguindo-se-lhe a "rua direita do Livramento" com a porta da muralha. A igreja e convento do Livramento bordejam esta rua a Norte.



1. Localização do baluarte do Livramento, segundo a *Planta da Cidade da C. M. de Lisboa*. Escala 1:1.000. Folha 7 E. A – Terraplano Superior. B – Terraplano Norte. C – Terraplano Sul. D – Edifício da Caixa Geral de Depósitos. J – Vila Operária.

lado encimados com o que aparentam ser fogaréis, encontra-se longe da descrita pelo Autor da *História dos Mosteiros...* no primeiro decénio do século XVIII: "A frontaria da igreja do convento de Nossa Senhora do Livramento nam he de muyta fabrica, e assim só tem suas quartelas e simalha, sobre a porta da igreja, e algumas janelas que dam claridade ao coro, acabando o frontispício em angulo, em que tem por remate huma cruz de pedra" (LIMA, 1972, p. 174).

Luis Gonzaga Pereira informa-nos que, após o decreto de 8 de Maio de 1834, com a extinção das Ordens religiosas, o convento do Livramento fora ocupado por uma Companhia da Guarda Municipal de Lisboa, continuando, no entanto, a exercer-se o culto na igreja (PEREIRA, 1927, p. 207). Confirmando a informação deste Autor, um officio da 3.^a Repartição (Serviço de Obras Públicas) da C. M. de Lisboa, datado de 26 de Abril de 1910, sobre o concerto de uma calha de águas pluviais, localiza o quartel

da 6.^a Companhia da Guarda Municipal na Calçada do Livramento, em frente do n.º 1⁴.

No que diz respeito à igreja, ela foi desafecta ao culto com a Revolução Republicana de 1910. Em sessão da Câmara Municipal de Lisboa, de 17 de Agosto de 1911, é colocada a hipótese de se adaptar a igreja do Livramento para um balneário público. Um officio da 3.^a Repartição da C. M. de Lisboa datado de 23 do mesmo mês informa que, após o exame do edificio: "toda a adaptação ali a fazer-se para esse fim, seria dispendiosíssima e nunca bem apropriada a balneário nas condições modernamente exigidas para estabelecimentos d'aquella natureza". Conclui o Chefe interino da 3.^a Repartição: "Em troca da referida egreja, seria mais económico para a Câmara Municipal e mesmo mais vantajoso para o bairro d'Alcatara, a construção de um pequeno e modesto balneário em logar mais central do bairro em um terreno municipal, como por exemplo, no que existe na rua Escola Azylo e no topo da rua dos Luziadas, cruzamentos dos mais frequentados, por serem de passagem quasi obrigatoria de todo o elemento trabalhador d'aquelle industrial e populoso bairro". Seguindo o parecer dos Serviços, o despacho do Presidente da Câmara, Anselmo Braancamp Freire, datado de 24 de Agosto, é negativo para a adaptação da igreja do Livramento a balneário⁵.

Por fim, João Paulo Freire conheceu o edificio da igreja utilizado como carvoaria e posteriormente, após obras de adaptação, que alteraram completamente a sua fachada e o interior, com a função que hoje mantém, de Agência da Caixa Geral de Depósitos (FREIRE, 1929, p. 62). O projecto desta Agência, datado de 1921, foi um dos primeiros trabalhos do Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro (CALDAS, 1997, p. 29).

A lápide tumular do fundador da igreja

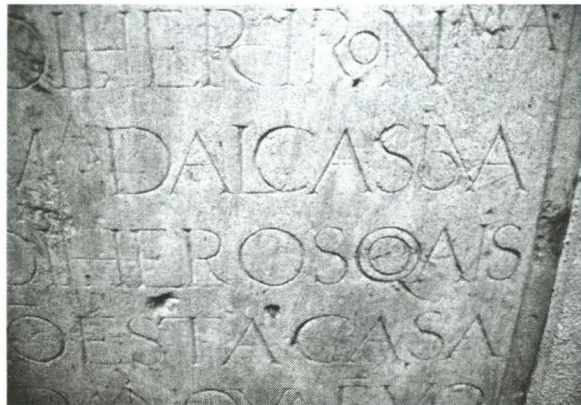
Sendo natural que estivesse originalmente colocada sobre o túmulo do fundador da igreja, muito provavelmente uma cripta⁶, a inscrição deve ter sido deslocada aquando das obras da adaptação do edificio para agência da Caixa Geral de Depósitos, encontrando-se presentemente no saguão, cimentada e emoldurada ver-



6. Fotografia da inscrição tumular de Rodrigo Homem de Azevedo.

talmente no muro de suporte da sua escadaria exterior (Fig. 6), nas mesmas condições onde João Paulo Freire a encontrou (FREIRE, 1929, p. 60).

Trata-se de uma placa em lioz de tonalidades bege-esbranquiçadas⁷, com a largura actualmente visível de 105 cm e o comprimento de 126 cm. O campo epigráfico encontra-se delimitado no topo e nos lados por uma moldura em esquadria de sulco simples, sendo muito provável que também a base da placa estivesse moldurada, o que é característico deste tipo de monumentos. A base encontra-se presentemente encoberta, devendo ter sido mesmo partida durante a sua remoção, o que terá encurtado e apenas salvaguardado a área epigrafada. Esta operação provocou danos nas cinco letras finais da inscrição, tendo as três últimas sido totalmente reconstituídas num remendo de cimento. A título comparativo, uma placa funerária deste tipo, dos finais do séc. XVII, na igreja da Luz, em Carnide, Lisboa, tem 116 cm de largura por 230 cm de comprimento, encontrando-se também a epigrafe apenas gravada no topo



7. Pormenor das letras e nexos da inscrição tumular.

da placa, numa extensão de 118 cm a partir do campo definido pela moldura do topo (DIOGO, 1997).

A inscrição encontra-se distribuída por onze linhas procurando o alinhamento justificado. As letras são elegantes imitando as capitais quadradas, com os "A" muito abertos e traçados, os "S" com a curvatura superior mais pequena, os "E" com o traço meeiro mais curto, os "R" fechados e encurvados e os "I" com ponto triangular. A altura do primeiro "S" da linha 1 é de 9,2 cm, do primeiro "O" da mesma linha é de 5,7 cm e do primeiro "E" da última linha é de 5,8 cm. A distância dos espaços interlineares entre a primeira e a segunda linha é de 3,5 cm, entre a 5ª e a 6ª é de 3,2 cm e entre a 10ª e a 11ª primeira de 3,1 cm.

O lapicida utilizou frequentemente nexos com letras sobrepostas e inclusas (aqui transcritos com um sublinhado pontilhado), assim como traços superiores de abreviatura (transcritos como inferiores) e expoentes (que mantivemos na transcrição). Transcrevemos ainda as letras incompletas com um traço a cortá-las e os parênteses rectos para reconstituir as letras desaparecidas. Os parênteses curvos foram utilizados para o desdobraimento das abreviaturas.

Leitura

S^ADER^OHOMEDAEZEVEDO/ CIDADAQDESTACIDADE/
 EDESVAP^{RA}MOLHERI^ERON^{MA}/ IORGEEDEM^ADALCASIOVA/
 SVASEG^{DA}MOLHEROSQOAIS/ EDIFICARAQESTACASA/
 ASVACVSTADANOVAEVO/ CAÇAODOLIVRAM^{TO}AP^{RA}/
 NESTEREINONOANODE606/ P^ASIF^{OS}EERDR^{OS}PEDENHY/
 PATERNOSTEPSVAE[MAS]

Transcrição

S(epultur)a de R(odrigo) Homem de Azevedo/ cidadão desta cidade/ e de sua p(ri)mei)ra mulher Jeron(i)ma/ Jorge e de M(ari)a d(e) Alcasiova (sic)/ sua seg(un)da mulher os qoais edificarão esta casa/ a sua custa na nova envo/cação do Livram(en)to a p(ri)mei)ra/ neste Reino no ano de 606/ para si filhos e erdeiros peden hum Pater Noste(r) p(or) su(as) al[mas].

Comentário

Para além de ser uma interessante e pouco conhecida epígrafe funerária seiscentista de Lisboa, com um formulário muito simples, normal para a sua época e para o estatuto do morto, a sua maior importância radica nos factos de nos confirmar o nome do fundador da igreja e indiciar a sua localização exacta e o ano da sua construção primitiva.

De referir é o facto de Rodrigo Homem de Azevedo se intitular "Cidadão de Lisboa", a maior regalia a que podiam aspirar os burgueses lisboetas e que lhes concedia algumas isenções e privilégios. Tratava-se de um título atribuído pela Câmara, após ser submetido à aprovação do soberano, aos naturais do concelho que, de algum modo, se tivessem distinguido, ou detivessem grossas fazendas. O agraciado tinha de prestar juramento em acto de vereação, cujo termo assinava.

Por fim, é curioso o destaque dado ao facto de esta igreja ser a primeira do Reino dedicada a Nossa Senhora do Livramento, uma evocação que teria grande difusão, nomeadamente nos Açores a partir de meados do século



8. Vista geral, tirada de Este, das muralhas do baluarte filipino durante a intervenção.

XVII e no Brasil, a partir de meados do XVIII, nos Estados de Minas Gerais, Maranhão e Mato Grosso. Este destaque poderá significar que a presente inscrição tenha sido lavrada em época posterior à da primeira fundação da igreja.

O reduto filipino

Durante a escavação mecânica do terraplano superior do baluarte encontrámos vestígios pertencentes a uma fortificação mais antiga, que era desconhecida.

Tinha o seu topo à cota máxima de 18,51 m e encontrava-se já parcialmente demolido, apenas conservando parte das muralhas Oeste e Sul que formavam no cunhal, a Sudoeste, um ângulo de 97°. Construídas em alvenaria de pequenas e médias pedras argamassadas, estas muralhas encontravam-se revestidas com um reboco caiado de areia e cal. Tinham o coroamento biselado e eram escarpadas no ângulo flanqueado. O troço Sul, de direcção SW/NE, conservava o comprimento de cerca de 24,70 m e tinha a largura de 1,16 m no ângulo do biselado do parapeito. A muralha Oeste, de direcção NNW/SSE e mais exposta aos ataques, tinha maior espessura, com 1,80 m e conservava a extensão interna de 8,60 m (Figs. 2 A e 8). Embora este baluarte já não conservasse o pavimento do seu terraplano, este encontrava-se marcado no reboco da face interna das muralhas, permitindo-nos determinar a altura do parapeito em cerca de 1,30 m. A altura da muralha Sul atingia os 3,40 m no troço Este, o único que nos foi possível desa-



9. Troço da muralha Sul do baluarte filipino integrado no museu.

errar completamente e integrar no edifício do museu de sítio (Fig. 9).

No decurso da batalha de Alcântara, em 25 de Agosto de 1580, a inexistência de quaisquer fortificações junto à ponte, obrigou os partidários de D. António Prior do Crato a improvisar trincheiras e parapeitos e a transformar em reduto uma casa vizinha (SELVAGEM, 1931, p. 345). Como seria natural, também durante o período filipino e sobretudo depois do ataque dos Ingleses a Lisboa em 1598, se pôs a questão da fortificação deste local tão sensível e estratégico para a defesa da cidade. Em 1625, uma nova ameaça da armada inglesa leva o Marquês de Inojosa a determinar a construção de novas trincheiras e redutos até Alcântara (OLIVEIRA, III, p. 193).

O projecto de fortificações do Marquês de Inojosa leva, por múltiplas vezes, a Câmara de Lisboa a alegar ao rei a sua falta de verbas para efectuar essas obras (OLIVEIRA, III, p. 184-193) que, passado o perigo, não foram terminadas e mantidas, como o comprova o Decreto da Duquesa de Mântua de 16 de Abril de 1636: "E da mesma maneira se reconhecerão as trincheiras, que no anno de 1625 se havião feito com occazião da armada ingreza, e se reformarão e continuarão até onde estava assentado que se fizessem" OLIVEIRA, IV, p. 184-185).

No *Livro das Grandezas de Lisboa*, primeiro publicado em 1620, Frei Nicolau de Oliveira ainda não refere a existência de qualquer baluarte em Alcântara, descrevendo este sítio como "fresca Ribeira de Alcântara, povoada de algumas quinas e hortas com muitas fontes; das quais saem abundantes águas, em que se lava a maior parte da roupa da cidade" (Frei N. de OLIVEIRA, 1991, p. 540-541 e 600). Também o poema anónimo *Relaçam, em que se trata...*, publicado em 1625, nada nos diz sobre um baluarte junto à ponte de Alcântara (SILVA, 1934, ver nossa nota 1).

Sendo datada do período filipino e construída após 1625, a fortificação, que aqui publicamos, cujos vestígios encontrámos soterrados no terraplano superior do baluarte do Livramento terá de corresponder a um reduto do plano do Marquês de Inojosa, dominando a ponte de Alcântara.

Notas

¹ Comunicação apresentada à Comissão de Estudos Olissiponenses, aqui inserida na Secção de História, por razões de paginação.

² SILVA, 1934. Trata-se de um trecho de um poema anónimo originalmente publicado em Lisboa, no ano de 1625 e cujo título completo é: *Relaçam, em que se trata, e faz hua breue descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa, Et seus arrebaldes, das partes notaveis, Igrejas, Hermidas, Et Conuentos que tem, começando logo da barra, vindo corredo por toda a praya até Enxobregas, Et dahi pella parte de cima até Saõ Bento o nauo.*

Naquilo que aqui nos interessa, a particular importância deste texto encontra-se no facto de não nos referir qualquer baluarte junto à ponte de Alcântara, citando, no entanto, todos os outros que sabemos já estarem construídos em 1625.

³ O nome de Rodrigo Homem de Azevedo não se encontra entre os citados por Durval Pires de Lima como estando encarcerados em Lisboa por motivos políticos, em 12 de Setembro de 1580 (LIMA, 1947, p. 195, n. 5). Ao contrário do que João Paulo Freire afirma, apresentando o fundador da igreja como "um dos mais acérrimos partidários de D. António, Prior do Crato, e como tal tomou parte em todos os actos de hostilidade a Espanha" (FREIRE, 1929, p. 52-53), o Autor da *História dos Mosteiros...* refere-se ao fundador da igreja como estando inocente do crime de inconfidência contra Filipe II (LIMA, 1972, p. 170). Este seria mandado libertar pelo Cardeal Alberto, imediatamente após a sua primeira mulher ter sonhado nove noites seguidas com a Virgem Maria, que lhe anunciava o livramento do marido. É possível que estes nove dias correspondam efectivamente ao breve período em que Rodrigo Homem de Azevedo se encontrou preso, o que confirma a sua inocência.

⁴ A igreja e o convento sofreram danos com o terramoto de 1755, de tal modo que o culto teve aqui de ser exercido numa capela em madeira até Junho de 1777 (FREIRE, 1929, p. 58).

⁵ Arquivo Municipal do Arco do Cego. Documentação SGO. Caixa 31 (n.º 107). Offício n.º 226, Proc.º 185/C.

⁶ Arquivo Municipal do Arco do Cego. Documentação SGO. Caixa 32/1. (n.º 391). Offício n.º 994, Proc.º 831/H.

⁷ Sem dúvida baseado na bibliografia que cita, João Paulo Freire coloca a jazida do fundador no altar-mor da igreja (FREIRE, 1929, p. 60).

⁸ Agradecemos aos Senhores: Director Coordenador da Direcção de Património, Obras e Segurança da Caixa Geral de Depósitos, Dr. Adelinho Barreira e ao Gerente da Agência de Alcântara a autorização e facilidades que nos concederam para o estudo da inscrição.

Bibliografia

- BESSA, Carlos, "Batalha de Alcântara". *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas Et Associados – Consultores, Lda., 1994, pp.29-32.
- CABRAL, António Machado de Faria de Pina, "Memórias Históricas de Lisboa – 1680 a 1716", *Lisboa e Seu Termo. Estudos e Documentos*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. II, 1948, pp.9-98
- CALDAS, João Vieira, *Porfírio Pardal Monteiro – Arquitecto*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1997
- DIOGO, A. M. Dias, "Estudo do epitáfio de D. António de Azevedo e Brito, na igreja de N.ª Sr.ª da Luz, em Carnide, Lisboa", *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº3, Lisboa, 1997, pp.81-87.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura, "Intervenção no Baluarte do Livramento, em Lisboa", *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, Lisboa (no prelo)
- Frei NICOLAU DE OLIVEIRA, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Veja, 1991
- FREIRE, João Paulo, *Alcântara. Apontamentos para uma Monografia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929
- LIMA, D. Pires de, "O ataque dos Ingleses a Lisboa em 1589 contado por uma testemunha", *Lisboa e Seu Termo. Estudos e Documentos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. I, 1947, pp.91-320.
- LIMA, D. Pires de (ed.), *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, I e II, Lisboa, Imprensa Municipal de Lisboa, 1950 e 1972
- JORGE, Maria Júlia, "Sítio de Alcântara", *Dicionário de História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas Et Associados – Consultores, Lda., 1994, pp.37-39.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Universal, 17 vols., 1882/1911
- PEREIRA, Luiz Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833* (Manuscrito n.º 215 da Secção dos Reservados da Biblioteca Nacional. Prefaciado por A. Vieira da Silva), Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1931
- SILVA, A. Vieira da (ed.), *Relaçam, em que se trata, e faz hua breve descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa...* Publicações dos Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais de Lisboa, Lisboa, 1934
- SILVA, A. Vieira da, "Os fortes de Santa Apolónia e da cruz da Pedra", *Dispersos*, vol. I, C. M. de Lisboa, 1954, pp.159-170.
- SILVA, A. Vieira da, "O Mosteiro da Esperança", *Dispersos*, vol. I, C. M. de Lisboa, 1954, pp.413-455.
- SILVA, A. Vieira da, "A Ponte de Alcântara e as suas circunvizinhanças. Notícia histórica", *Dispersos*, vol. III, Lisboa, C. M. de Lisboa, 1960, pp.39-75.
- TRINDADE, Laura e DIOGO, A. M. Dias, "Elementos para o estudo do Baluarte do Livramento, em Lisboa". *Arqueologia e História*, vol.53, Lisboa, AAP, 2001, pp.125-133

Restauro e Medievalidade na obra de Manuel Ribeiro: Caso da Sé de Lisboa

José Alberto Ribeiro¹

O presente artigo tem como base a dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2002, cujo objecto de estudo foi a vertente estética presente na obra literária de Manuel Ribeiro (1878-1941), partindo da análise do livro *A Catedral* (1919) – cuja acção é passada numa Sé de Lisboa imaginada e que se restaura e renova em 1919 –, e noutras duas obras da sua denominada *trilogia social*: *O Deserto* (1922) e *A Ressurreição* (1923)². É nesta perspectiva que estudamos o caso deste escritor português, enquanto representante do movimento de “construtores” de catedrais simbólicas.

A obra de Manuel Ribeiro é o testemunho literário de um percurso pessoal que parte de uma posição anarco-sindicalista até chegar ao cristianismo. O autor revela um conhecimento profundo sobre conceitos estéticos muito “fin de siècle” e um gosto evidente pela arte medieval, sobretudo o Gótico. Pelo que, este autor defende uma estética da medievalidade e o seu valor simbólico, inserido no contexto de uma herança cultural da época contemporânea, ligada ao resgate de um gosto e de um modelo civilizacional inspirado numa Idade Média cristã, tendo como objectivo uma restauração católica.

Em Portugal³, ao longo do século XIX a teorização do gótico é sobretudo apropriada pelo universo dos autores do liberalismo e entendida como forma de justificação da especificidade da identidade portuguesa. Antes de mais, a ideia do gótico encerra duas questões essenciais ao período que então se vivia: por um lado, uma apropriação ideológica deste estilo enquanto referente ao período de consolidação do espaço territorial português, com uma utilização historiográfica de valorização dos mitos, heróis e edifícios de valor simbólico nacional⁴; por outro lado, a necessidade da reutilização dos edifícios religiosos, sobretudo de origem medieval, abandonados e expropriados, para os quais importava definir uma utilização futura e, sobretudo, conservar.

É neste contexto que podemos compreender melhor a herança intelectual de que Manuel Ribeiro é legatário, afirmando-se enquanto autor de um cenário medieval carregado de simbologia cristã e nacionalista.

A figura de Manuel Ribeiro é um testemunho literário de um activista e intelectual que faz um percurso ideológico que o leva de uma posição anarco-sindicalista até o mundo do catolicismo. A historiografia tem-se dedicado a este escritor sobretudo do ponto de vista da crítica literária⁵ ou, mais raramente, no âmbito ideológico⁶, esquecendo uma das suas facetas mais interessantes: a de esteta⁷.

Desde cedo, Manuel Ribeiro mostrou-se defensor das classes operárias e começou a ser notado pelos seus escritos reivindicativos publicados em jornais dos quais era colaborador: *O Sindicalista*, *A Batalha*, ou *A Bandeira Vermelha*, jornal de inspiração bolchevista onde foi director durante algum tempo.

A Catedral de Manuel Ribeiro – um Restauro Idealizado para a Sé de Lisboa

O escritor Manuel Ribeiro revela n'*A Catedral* um gosto pela arte medieval indiscutível, o que nos permite perceber algumas das suas fontes de inspiração e influências, com destaque para dois autores: Hugo e Huysmans. O livro sobre a catedral, podemos dizê-lo, trata-se de uma obra de cariz romântico na senda da "hugolatria" provocada por *Notre-Dame de Paris*. Em relação a este último, são claros os paralelos entre dois amores impossíveis e a valorização de um edifício medieval com vida própria, embora com fins ideológicos diferentes. O Luciano de Manuel Ribeiro, a determinada passagem do romance, é mesmo comparado ao Frolo da catedral parisiense, quando os padres da Sé se viram contra o arquitecto⁸.

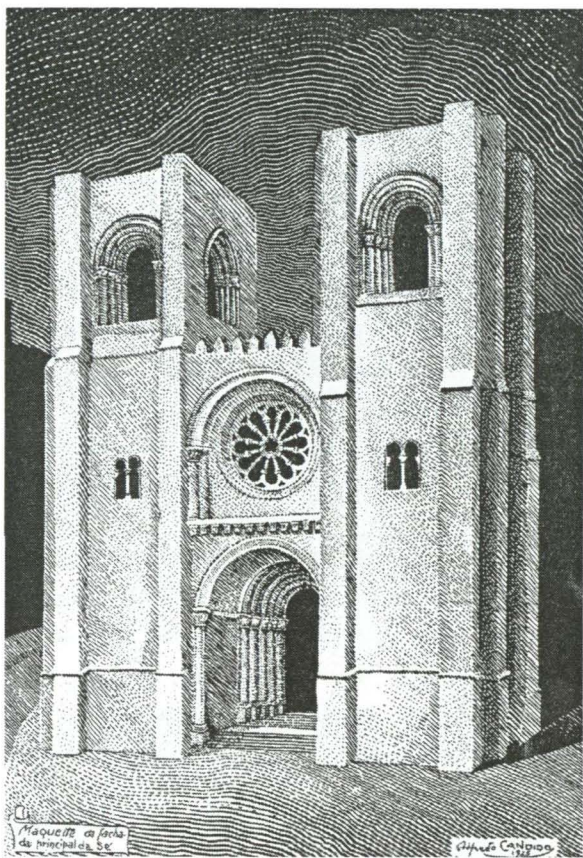
Manuel Ribeiro é um esteta sensível à arte cristã medieval: à arquitectura e à liturgia monástica. Durante a guerra, sem actividade sindicalista, levava os operários a visitar igrejas. O próprio Ribeiro começou a frequentar a Sé de Lisboa e a assistir aos ofícios litúrgicos. Era o apelo do belo. *A Catedral* é uma descrição de emoções estéticas. O entusiasmo pela possibilidade de restaurar a Sé é, também, o de encontrar as suas origens mais remotas. Restaurar é libertar a Igreja de todos os acrescentos e adulterações ocorridos ao longo dos tempos que ofuscaram a pureza original do edifício. Era necessário

encontrar a beleza primitiva do monumento, o mesmo é dizer também, uma Igreja mais evangélica.

A personagem fulcral de *A Catedral* é a de Luciano, figura em trânsito neste romance, vindo dos meios revolucionários, está num processo de descoberta da Igreja. Luciano é o arquitecto da remodelação da Sé e tem uma especial predilecção pela antiguidade medieval, em particular no que se refere à arte religiosa, apesar da ausência de piedade e da notória indiferença em matéria religiosa. O pensamento de Luciano subjacente ao restauro é o de encontrar as linhas originais, a pureza do edifício

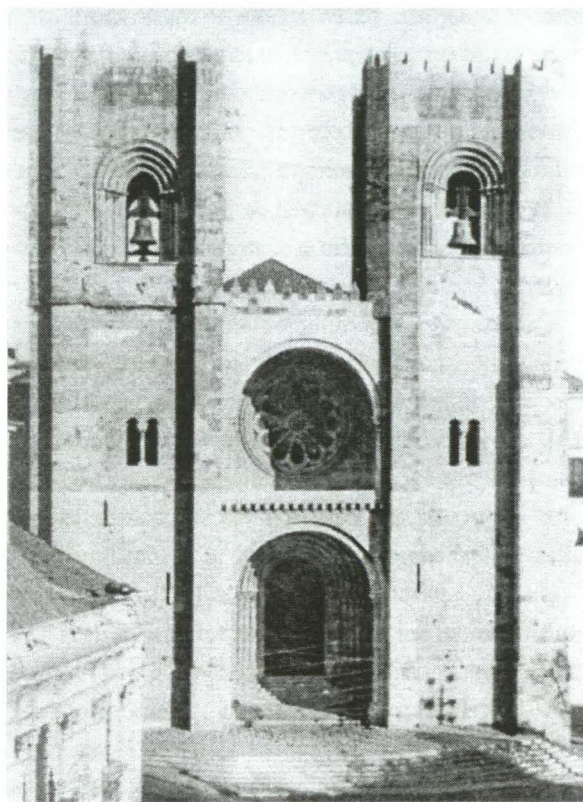
Através desta personagem, Manuel Ribeiro teve a percepção das diferentes atitudes internas no seio da Igreja e seu confronto. Notamos uma certa aproximação do real (social) que transparecia nas posições católicas. Os acontecimentos do principio do século, sobretudo a Lei da Separação (1911), originaram reacções diferentes no interior da Igreja. Este confronto atravessa todo o romance, simbolizado na controvérsia acerca do restauro da Sé: deve ou não restaurar-se a Sé (símbolo da Igreja)? Restaurar a Sé correspondia ao desejo de a libertar das sucessivas marcas da história que a afastavam das origens evangélicas, da verdade das origens: "é preciso despi-la da beleza falsa."⁹ "Antes as rugas veneráveis do que a maquilhagem de gesso."¹⁰ Não restaurar o edifício e mantê-lo era não querer questionar, era não se querer confrontar com a verdade.

Manuel Ribeiro seguiu de perto as teses de Júlio de Castilho¹¹ na denúncia das alterações estilísticas e dos maus restauros realizados na Sé que Manuel Ribeiro irá seguir na *A Catedral* e que, anos antes, deixa expresso num mesmo tom num artigo de opinião de um jornal. Para o romancista, os restauros efectuadas por Fuschini não tiveram em conta o mestre medieval, por vezes demasiado imaginativo, e não tiveram em conta sondagens mais conclusivas nos locais intervencionados para que se pudesse agir com maior segurança do restaurador. Apesar de reconhecer o trabalho do restaurador na procura de um estilo purista, afirma que este devia ter em conta aspectos da fisionomia primitiva da construção, não entrando em demasiados devaneios¹².



1. Fachada principal da Sé de Lisboa segundo o restauro idealizado de *A Catedral*.
Desenho de Alfredo Cândido, edição de 1925.

Quando em 1916, o escritor alude à ausência de grandes monumentos de arquitectura religiosa na capital – pois entende que essa monumentalidade só é conseguida com uma catedral gótica –, encontramos já um esboço do seu futuro livro e ideia de catedral: "(...) uma dessas maravilhosas fábricas da Idade Média que é uma catedral gótica"¹³. Apesar da inexistência de uma fábrica gótica em Lisboa, como noutros países europeus, havia na cidade um edifício comparável a outras grandes catedrais pela sua "alta tradição secular". Refere-se ainda que os restauros realizados de uma forma metódica e criteriosa apenas começaram a ser efectuados pelo falecido engenheiro Fuschini. De capital importância para a percepção dos conhecimentos do escritor sobre a Sé é o facto deste referir que conhece nesse ano – estamos a três anos da publicação do primeiro livro da *trilogia social* –, o arquitecto Couto de Abreu, que lhe presta vários esclarecimentos sobre o decorrer dos trabalhos de restauro¹⁴.



2. Fachada Principal. Década de 1940.
AFCML – A5472

As ideias sobre o monumento artístico publicadas por Manuel Ribeiro neste ano de 1916 são, de uma forma sintética, aquilo que o livro expressou mais tarde nos projectos levados a cabo pela imaginária personagem de Luciano, assim como nas futuras realizações dos trabalhos de restauro de António Couto, diferente das impressões demasiado compósitas de Fuschini acerca do antigo monumento. Pelo que, passamos a enumerar as principais linhas orientadoras da concepção ideal de restauro da Sé de Lisboa proposta por Manuel Ribeiro: valorização do românico ligado à fundação do edifício, nomeadamente na fachada e corpo da igreja, com a reconstrução de naves em abóbada de berço; reconstrução de uma capela-mor gótica para valorização da charola do tempo de D. Afonso IV e que funcionasse como coroamento de toda a planta do templo. Anos mais tarde, em 1931, o escritor publica uma monografia sobre a história da arte da Sé de Lisboa, quando ainda não se tinham realizado grande parte dos restauros, como os que deram uma feição medieval às naves

da catedral no decorrer da década de trinta. Neste livro encontramos o mesmo princípio de associar a fundação do monumento a D. Afonso Henriques, sendo por isso essencialmente românico, conferindo-lhe um princípio unicamente cristão, ligado ao primeiro rei e isento de quaisquer parentescos árabes. De igual modo, a planta idealizada para o edifício é a de um corpo românico tonsurado por uma capela gótica.

A morte de Fuschini, em 1911, permitiu concluir apenas parte do projecto na ala norte exterior do edifício. Sucede-lhe António do Couto Abreu, a partir de 1911, que começa de imediato a demolir algumas propostas do seu antecessor no cargo de restaurador da catedral, como foi o caso das flechas colocadas nas torres da fachada.

Só após a Revolução de Maio de 1926, que impôs a ditadura militar reaccionária, génese do Estado Novo, se abriu o caminho para que o Ministério das Obras Públicas (M.O.P.) recebesse a chefia da supervisão dos monumentos, através da Administração-Geral. Em 1929, as obras nos monumentos são definitivamente centralizadas num organismo específico do M.O.P., a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, cujo papel na área do restauro de património arquitectónico será fulcral como forma de legitimação histórica do novo regime, através dos grandes documentos arqueológicos, que o recente poder se dizia herdeiro. É neste último cenário de exaltação histórica que se desenvolve grande parte da acção e ideias do arquitecto Couto Abreu na Sé, entre 1929 e 1942, suportado fortemente de um ponto de vista ideológico e económico por um Governo que também queria ter na catedral da capital um símbolo de robustez, tão sólido quanto a nova ordem e tão inabalável quanto a verdade histórica da formação da nacionalidade.

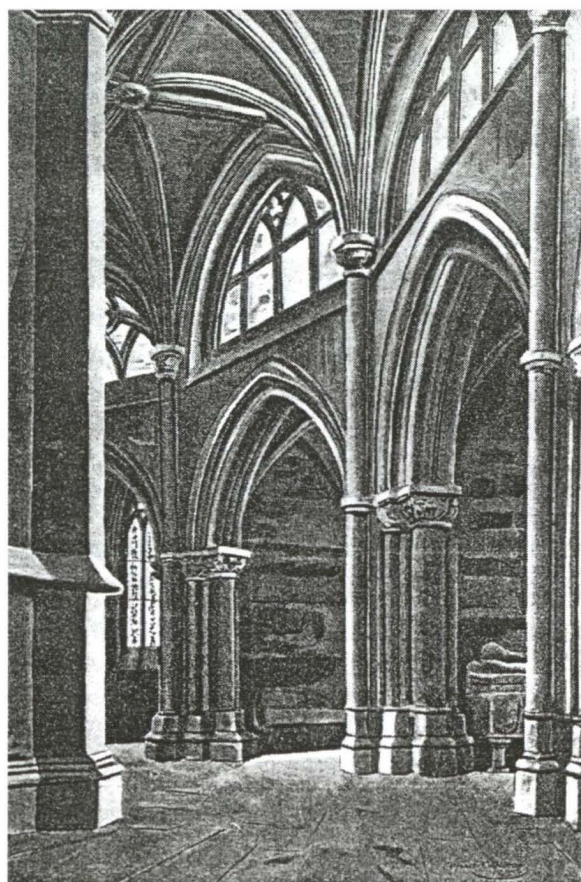
A grande tarefa do arquitecto Luciano ao restaurar a Sé de Lisboa é a de descobrir as verdadeiras formas da catedral, apesar da falta de fontes históricas de que se queixa. As intervenções de restauro feitas até Luciano são enunciadas como simples reparações devido à falta de capacidade económica para tamanho projecto¹⁵. Pelo que, o que este procura é "determinar a pureza" primitiva do edifício, escondida "sob o invólucro sacrilégio de estuques e argamassas (...)"¹⁶.

Certo, na restauração, é a ideia de conferir um risco às ruínas da Sé semelhante ao que teriam feito outrora os mestres medievais.

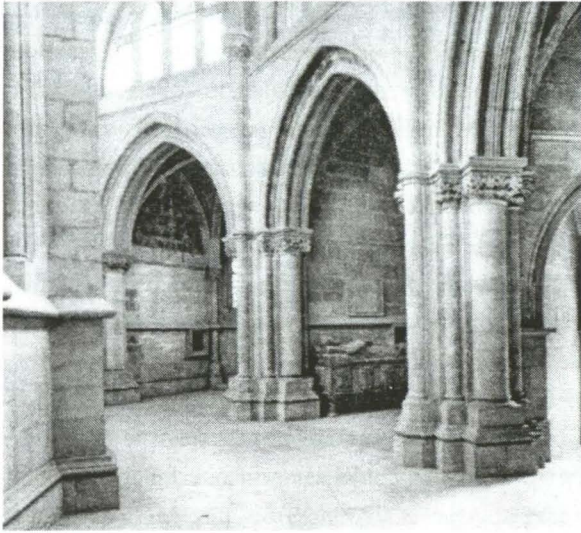
O restauro proposto é entendido como uma limpeza, uma acção de purificação dos excessos causados por trabalhos posteriores à concepção original¹⁷.

Para Luciano a "restauração era uma ressurreição"¹⁸, cabia-lhe a ele a obrigação e o dever de resgatar o velho edifício, purificá-lo, numa operação que é acima de tudo percebida como limpeza dos séculos posteriores à Idade Média, retirando-lhe todos os outros formulários estéticos que o tempo acrescentara. Restaurar, redescobrir, ressuscitar, renascer, são as palavras propostas como símbolo da intervenção.

Das intervenções enumeradas no livro, recebem maior destaque as executadas no claustro, na ábside e deambulatório, e na procura da cripta da catedral, a última sondagem e que está na origem da construção



3. Pormenor da Charola após o restauro idealizado. Desenho de Alfredo Cândido em *A Catedral*, edição de 1925.



4. Aspecto geral da Charola (Sul) após os restauros.
AFCML – A5478

de uma capela nova, como à frente se referirá. Luciano enumera como grandes descobertas das suas escavações arqueológicas: a identificação de um fecho de uma abóbada de uma capela da charola; os vestígios da abside românica do tempo de D. Afonso Henriques, junto à capela de S. Vicente; o desemparedamento do trifório do século XII, obstruído por uma arcaria clássica do tempo de D. Pedro II¹⁹; e descoberta dos fragmentos de uma grande rosácea do século XII existente na fachada²⁰.

Mas, o apreço do arquitecto restaurador não se fez sentir só pelo gótico da ábside ou pela nova capela do eixo da mesma que decide recriar. O românico, arte predominante na Sé, é valorizado não só enquanto único estilo desta corrente estilística existente em Lisboa, mas também como sinónimo de uma arte que remontava ao início da nacionalidade portuguesa, e por isso lido como algo de robusto, o primeiro sólido alicerce nacional, que impunha confiança pelo sua "severidade austera", e que "(...) por ser irmão gémeo da liturgia e do cantochão, é a arquitectura que mais convém à Igreja."²¹

O livro abre ainda campo para o espírito da recriação, tão ao gosto do arquitecto francês Viollet-le-Duc. A ideia surge inicialmente em virtude de Luciano procurar encontrar na catedral de Lisboa uma cripta, à semelhança do que acontecia noutras catedrais, tal como em Mans. Assim, são feitas pesquisas nesse sen-

tido, em "sondagens na colateral norte junto à porta travessa", mas o que este encontra é uma longa galeria abobadada na direcção norte-sul, interceptada pelo jazigo de D. Rodrigo da Cunha. Perante o paralelo sistemático feito por Luciano com as catedrais francesas, a partir do século XII, este não esconde a desilusão de não encontrar uma cripta e no eixo da capela-mor uma capela dedicada à Virgem que, de uma forma simbólica, velava à cabeceira do Filho morto. Surge então a seguinte ideia de erguer no deambulatório da Sé uma capela dedicada à Virgem.

Manuel Ribeiro aflora a questão da recriação de um novo edifício sacrificando todas as outras manifestações artísticas de séculos posteriores, colocando assim em debate a discussão em torno dos restauros puristas.

Ainda assim, Luciano acredita que o seu trabalho não é o de uma "simples reparação"²², nem que a sua acção seja capaz de alcançar uma espiritualidade dos antigos, embora a função do artista fosse de igual modo espiritual.

Considerações finais

Manuel Ribeiro teve como modelos literários das "Catedrais de Papel" em parte graças ao esforço e talento de escritores como Vítor Hugo. Este autor é o grande líder dos "construtores" literários de catedrais e dos divulgadores da arte gótica, ou medieval, em versões de pequenos livros de bolso acessíveis a qualquer leitor, que se assumem como uma metáfora de um museu de imagens medievais. Outro autor analisado, Huysmans, considera, ao contrário da crítica feita à Igreja de Hugo, a arte religiosa produzida nas catedrais como um sinónimo de uma linguagem franca e de um clero sincero e virtuoso para com os cristãos. Encontra na Idade Média o ponto alto da civilização, por se tratar de um longo período onde imperou o principio cristão. É nesta última linha de pensamento que melhor se reproduzem os conceitos estéticos de Manuel Ribeiro.

Manuel Ribeiro é um esteta sensível à arte cristã medieval: à arquitectura e à liturgia monástica. Durante a guerra, sem poder desenvolver a sua actividade sin-

dicalista, levava os operários a visitar igrejas. O próprio escritor começou a frequentar a Sé de Lisboa e a assistir aos ofícios litúrgicos. Pelo que, em primeiro lugar, *A Catedral* é uma descrição de emoções estéticas. Para além de que o entusiasmo ao longo de todo o livro em torno do restauro da Sé é, também, o entusiasmo em encontrar as suas origens mais remotas. Restaurar, significa não só libertar a Igreja de todos os acrescentos e adulterações ocorridos ao longo dos tempos que escondiam a pureza original do edifício. Significa, também, a necessidade de encontrar a beleza primitiva do monumento, o mesmo é dizer "restaurar" uma Igreja mais evangélica. Não restaurar o edifício, mantendo as alterações que sofrera o longo do tempo, significa não querer questionar, não se querer confrontar com a verdade histórica presente. A ideia sempre subjacente é a de um restauro Maior.

Manuel Ribeiro confina-se a um plano meramente intelectual e *A Catedral*, afirma-se como uma construção simbólica de beleza e misticismo passados à pedra, sendo, ao mesmo tempo, um livro de bolso sobre a arte gótica.

Podemos constatar que Manuel Ribeiro conhecia bem o edifício da Sé de Lisboa, as alterações provocadas pelos restauros operados pelo engenheiro Augusto Fuschini (entre 1902 e 1911), assim como as intenções idealizadas pelo arquitecto Couto de Abreu, que conduz os trabalhos de restauro após 1911. A acção do livro decorre em 1919 e, quer os restauros idealizados no livro quer a ideia concebida em restituir o monumento segundo o estilo primitivo mais de acordo com a sua história gloriosa medieval, se confundem com o que foi realizado anos mais tarde pelo o arquitecto Couto de Abreu (Fotos 1 e 2). Podemos afirmar, sem grandes receios, que a personagem do Arquitecto Luciano partilha no romance os conceitos de intervenção no monumento com Couto de Abreu e a espiritualidade e gostos estéticos com o "arquitecto" Manuel Ribeiro.

Manuel Ribeiro não encontra na Sé de Lisboa a monumentalidade das grandes catedrais góticas, mas entende a catedral da capital como um edifício comparável à suas congéneres europeias pela sua "alta tradição secular". Assim, critica Fuschini na sua tentativa

de "goticizar" o corpo românico da Sé, já que a sua visão está mais de acordo com um conceito artístico ligado ao principio da nacionalidade. A Sé é associada a D. Afonso Henriques, sendo por isso essencialmente românica, e é isso que lhe confere um principio unicamente cristão.

Manuel Ribeiro conhece Couto de Abreu em 1916, que foi certamente uma influência determinante para as principais linhas orientadoras da sua concepção de restauro ideal da Sé de Lisboa. Este "restauro ideal" proposto por Manuel Ribeiro em *A Catedral* será efectivo anos mais tarde exactamente pela mão de Couto de Abreu. Trata-se de uma imagem que Manuel Ribeiro ergueu no papel e que, em 1919, Couto de Abreu não podia então apenas idealizar: a valorização do românico ligado à fundação do edifício, nomeadamente na fachada e corpo da igreja, a reconstrução de naves em abóbada de berço; a reconstrução de uma capela-mor gótica para valorização da charola do tempo de D. Afonso IV que funcionasse como coroamento de toda a planta do templo (Fotos 3 e 4).

Tal como Viollet-le-Duc, Manuel Ribeiro, que fala pela boca da sua persogem arquitecto Luciano, é norteado pelo objectivo de repor o edifício na sua pureza primitiva, a românica. Anos mais tarde, é num cenário de exaltação histórica, entre 1929 e 1942, que se desenvolve grande parte da acção e das ideias do arquitecto Couto de Abreu na Sé.

Para Luciano a "restauração era uma ressurreição". Restaurar, redescobrir, ressuscitar, renascer, são as palavras propostas como símbolo da intervenção. É Viollet-le-Duc que vai ajudar este autor de um monumento erguido sobre caracteres na escolha efectiva e mais exclusiva do sistema gótico, que justificava as recriações mais imaginativas do arquitecto pela arte medieval consentânea do monumento de Lisboa. Luciano, tal como o mestre francês de que é herdeiro, vê o gótico como um sistema estrutural, um jogo de peças único, onde o arquitecto é principalmente construtor e onde a arte medieval se afirma como a melhor forma de conservação de um edifício, por lhe devolver uma função, um destino, que legitimava as alterações ou modificações propostas por quem dirigia os trabalhos.

Manuel Ribeiro é uma figura da intelectualidade portuguesa imprescindível para a compreensão da segunda década do novo século XX e um exemplo de outros intelectuais que procuravam uma pureza original da sociedade num sentido mais lato, onde a Igreja assumiu um lugar fulcral pelo seu papel na sociedade. Manuel Ribeiro alimentava a ideia de um mundo diferente após uma revolução ainda por fazer, o fulcro da sua preocupação é o da justiça social como denominador comum de uma sociedade futura. A Igreja, enquanto instituição secular, é onde Manuel Ribeiro vai procurar uma solução para o mundo e acaba por encontrar o sentido e harmonia social na beleza religiosa e na beleza da liturgia católica.

Mas, é uma nova Igreja que este teórico procura, não a instituição cumulada de privilégios e que reconhece as desigualdades sociais que a modernidade não conseguiu resolver. Daí, a procura de uma Igreja mais evangélica, também em busca de um restauro, por um restauro maior, em suma, de um renascimento, um "mundo novo" que precisava de homens imaculados como São Francisco de Assis ou o Padre Cruz.

Vamos encontrar nas obras estudadas o espírito de um revolucionário que precisa de crescer interiormente, a ideia de uma revolução interior para atingir uma militância com valores morais mais altos: a religião. Propõe um homem novo, mais espiritual e à semelhança dos monges da Cartuxa de Miraflores, tal como os descreve em *O Deserto*. Trata-se da busca de homens que, à imagem do primeiro apostolado, ajudem a construir uma nova sociedade, tal como São Pedro ou São Paulo o fizeram. Uma das razões das inúmeras referências aos primeiros mártires cristãos é precisamente a sua fé, autêntico acto de missão maior, que vai ao ponto do sacrifício da própria vida. A ideia subjacente é a de uma militância que só o cristianismo conseguia imprimir. Se foi sobre as catacumbas dos primeiros cristãos que surgiu o novo mundo desprendido de bens materiais o regresso aos valores primitivos da pureza evangélica – e concretamente à ideia de gótico – garantirá, para Manuel Ribeiro, a construção de uma nova sociedade ideal no conturbado início do século XX português.

Notas

¹ Mestre em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras de Lisboa. Docente no Departamento de Estudos Europeus na mesma Faculdade. Técnico do IPPAR.

² José Alberto RIBEIRO, *A Catedral de Papel – O escritor Manuel Ribeiro (1878–1941): Um Esteta da Medievalidade e da Espiritualidade Cristã*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

³ No âmbito dos estudos dedicados à historiografia sobre o património histórico português destacamos: Maria João NETO, *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1929–1960*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 vol., Lisboa, 1996.; IDEM, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929–1960)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001; Nuno ROSMANINHO, *A Historiografia Artística Portuguesa de Raczyński ao Dealbar do Estado Novo (1846–1935)*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993; Lúcia ROSAS, *A Arquitectura Religiosa Medieval. Património e Restauro (1835–1928)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995; Paulo RODRIGUES, *Património, Identidade e História. O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

⁴ Ver Ernesto Castro LEAL, *Nação e Nacionalismos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, relativamente à questão da criação de heróis nacionais no período contemporâneo e a sua ligação simbólica com determinados monumentos.

⁵ Vejam-se como obras de referência: Óscar LOPES, e António José SARAIVA, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1982, p. 1068; SARAIVA, António José, *História da Literatura Portuguesa – Século XIX–XX*, Braga, Editora Pax, 1985, p. 417 e LANÇA-COELHO, "A Batalha nas Sombras". Um caso de Nomadismo e uma digressão por Beja do fim do século XIX", *Rodapé – Revista da Biblioteca Municipal de Beja*, n.º 5, Beja, Verão– 2001, pp. 64–67.

⁶ Neste domínio ressaltamos o trabalho com um maior levantamento de todas as obras escritas e traduzidas de *Manuel Ribeiro*, feito numa perspectiva essencialmente de âmbito teológico, veja-se: Carlos ANTUNES, *Manuel Ribeiro, Trabalho de Licenciatura*, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1998.

⁷ Os únicos estudos, do nosso conhecimento, dedicados às sensibilidades estéticas de Manuel Ribeiro, nomeadamente ao restauro arquitectónico, são os de: Maria João NETO, *op. cit.*, 1996, pp. 527–529; Maria João NETO, "Os Restausos da Catedral de Lisboa à luz da Mentalidade do Tempo", *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, pp. 131–141; e Patrícia MONTEIRO, "A Catedral" de Manuel Ribeiro – Uma obra reflexo das teorias de restauro dos tempos da Primeira República", *8º Relatório de Progresso sobre o Programa de Estudos Integradados do Edifício da Sé de Lisboa*, Protocolo IPPAR-FLL-IST, Lisboa, Outubro de 1999, pp. 65–77.

⁸ Manuel RIBEIRO, *A Catedral*, Lisboa, Livraria Renascença, 1925, p. 296. Seguimos a reedição de 1925 por ter ilustrações da Sé idealizada no romance.

⁹ Manuel RIBEIRO, *Ibidem*, 1925, p. 33.

¹⁰ IDEM, *Ibidem*, 1925, p. 17.

¹¹ Cf. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 2ª ed., vol. VI, Lisboa, S. Industriais da C.M.L., 1936, p. 225 e p. 228.

¹² Manuel RIBEIRO, "A Sé Patriarcal – A sua restauração, devida a Fuschini, tem sido apreciada com demasiado pessimismo", *A Capital*, 21/01/1916.

¹³ Manuel RIBEIRO, "Monumentos de Lisboa – A Sé Patriarcal – O que é esse venerando templo ao cabo de oito séculos de inclemencias e provações", *A Capital*, 27/01/1916, p. 1.

¹⁴ Manuel RIBEIRO, "Monumentos de Lisboa – A Sé Patriarcal – O que é esse venerando templo ao cabo de oito séculos de inclemencias e provações", *A Capital*, 27/01/1916, p. 1.

¹⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1925, p. 18.

¹⁶ IDEM, *Ibidem*, 1925, p. 15.

¹⁷ IDEM, *Ibidem*, 1925, p. 33.

¹⁸ IDEM, *Ibidem*, 1925, p. 107.

¹⁹ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1925, p. 223.

²⁰ Cf. IDEM, *Ibidem*, 1925, p. 52.

²¹ IDEM, *Ibidem*, 1925, p. 224.

²² IDEM, *A Catedral*, 1925, p. 286.

O Museu do Carmo e o coleccionador Visconde de São Januário: orientalismo e americanismo nas colecções oitocentistas¹

Manuela Cantinho²

Resumo

Dentro de uma temática mais genérica relativa à contribuição do Visconde de São Januário como coleccionador e promotor da salvaguarda do Património Histórico-Cultural, interessa avaliar o papel que as suas colecções tiveram no desenvolvimento de uma perspectiva teórica durante as últimas décadas do século XIX em Portugal. Destacam-se duas componentes fundamentais desse coleccionismo, uma de cariz orientalista e outra dentro da corrente do americanismo dos finais de Oitocentos.

Internacionalização da Antropologia e Arqueologia Pré-histórica

A Associação dos Arquitectos Civis Portugueses (AAP), criada em 1863 teve como objectivo inicial, a conservação do património arquitectónico e artístico, surgindo desde logo a ideia de criar um museu (1866) para a sua salvaguarda e ainda, várias propostas de alcance social, como a da construção de bairros operários. Poderíamos evidenciar diversos nomes de sócios com formação científica cujas recolhas se inserem em diferentes contextos institucionais, refiro o Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Museu da Escola Politécnica ou o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, confluindo nalguns casos para uma proposta especulativa comum como foram as de Carlos Ribeiro e Visconde de S. Januário. Colaboração estreita entre a vertente arqueológica por via da pré-história e a vertente antropológica numa fase embrionária, abrindo à especulação comparativa os *testemunhos materiais* dos "primitivos antigos e actuais", como seria o caso das colecções da Associação dos Arqueólogos para as quais o Visconde de S. Januário deu um contributo decisivo. Durante a reunião da *Sociedade Italiana de Ciências Naturaes*, realizada em Spezzia em 1865, surgiu a ideia de se organizar um *Congresso Internacional de Anthropologia e de Archeologia Prehistorica*. A primeira reunião ficou marcada para o ano seguinte em Neuchâtel. Para o segundo encontro, aproveitar-se-ia a grande afluência à Exposição Universal de 1867 realizada em Paris. As colecções do mundo inteiro foram enviadas a este evento, obtendo-se para a *archeologia prehistorica* e para a *anthropologia* numerosos termos de comparação. Os primeiros estudos "paleoantropológicos" e de arqueologia pré-histórica em Portugal, realizados pelo grupo da Comissão Geológica (1857) durante os trabalhos de prospecção e levantamento geológico do país, contribuíram para a emergência daquelas disciplinas. As descobertas dos concheiros e esqueletos em Muge e no Cabeço da Arruda, dariam início a uma série de trabalhos que se publicariam na sequência dos vários achados arqueológicos realizados pelo médico Francisco António Pereira da Costa (1809-1889), Joaquim Filipe Nery Delgado (1835-1908) e Car-

los Ribeiro (1813-1882). Este último, engenheiro militar e director da Comissão, no início da década de 70 tentou defender a existência do homem do terciário em Portugal. Em 1872, seria enviado pelo Governo ao *VI Congresso de Antropologia e de Arqueologia Pré-histórica* que se realizou em Bruxelas. Portugal fez-se representar ainda pela Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, que quatro meses depois alteraria a sua designação para Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses³. A realização desses congressos, teve início em 1866 em Neuchâtel,⁴ altura em que começa a impor-se – após alguma resistência – a perspectiva paleontológica sobre a antiguidade da espécie humana. Se a tradição e a história eram completamente mudas a respeito da existência das primitivas raças humanas, supria-as a geologia, arqueologia e a paleontologia como referia Carlos Ribeiro (1873: 4). Em Portugal assistiu-se a uma revalorização de acervos entrados no esquecimento, tais como as colecções ameríndias existentes na Academia de Ciências desde 1836, que durante os anos 60 e 90 figurariam em várias grandes exposições: nomeadamente as Universais de Paris (1867) e Viena (1873) e a Colombiana de Madrid (1893).

Após o VI Congresso Carlos Ribeiro, no relatório que então apresentou, destacou o papel determinante que a Dinamarca tivera na criação desses importantes encontros internacionais (Ribeiro, C., 1873:5). Texto que evidenciava a explicação que o professor dinamarquês Jean-Jacques Worsaae⁵ dera durante o congresso de 1869 realizado em Copenhaga. Este realçara o papel que o "movimento espontâneo" – a que não era alheio o sentimento de patriotismo – tivera no nascimento e *afecção* até então desconhecidos pelas "(...) *antiguidades e monumentos nacionais* (...)" (Id.) no norte da Escandinávia e da Alemanha. Não eram países arqueologicamente *ilustres* como referia Worsaae, o que tinha permitido que um *sistema tão novo* – oposto a tudo o que a literatura e arqueologia clássicas tinham desenvolvido – surgisse então no norte da Europa, onde nem os gregos nem os romanos tinham feito conquistas. Onde a *civilização clássica* não pudera destruir totalmente a civilização nacional. As escavações feitas na Dinamarca e na Suécia durante vários anos, tinham revelado inúmeros

objectos de indústrias humanas antigas e possibilitado a constituição de numerosas colecções públicas e particulares. Recolhas que conduziram a diversos estudos etnográficos, permitindo que os *sabios do norte* entendessem "(...)" que os primeiros habitantes da Escandinávia foram povos *selvagens*." (Id.). Nestes termos, era possível concluir por um lado, que os objectos encontrados não eram os *objectos sagrados* dos antigos godos mas os objectos domésticos daqueles povos, e por outro, que "(...)" as raças de anões e de gigantes legendários da Escandinávia foram povos de raças diferentes que em remotos tempos habitaram aqueles paizes." (Id.:5). Esta *nova escola*, como referia Carlos Ribeiro, depois de se estender pelo mundo fundara "(...)" uma *ethnographia comparada*, até então desconhecida (...)", ilustrando de um modo inesperado a história primitiva do homem e obrigando os eruditos da antiguidade clássica a aceita-la (Id.:4).

Carlos Ribeiro em 1873 tornar-se-ia sócio da Associação dos Arqueólogos de Lisboa⁶ e em 1875 um dos sócios fundadores da Sociedade de Geografia. Morreria dois anos após a realização em Lisboa em 1880 do *IX Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica*, que de uma forma tão empenhada ajudara a organizar.

Nesse encontro de 1872, voltara a afirmar-se a necessidade de se aferir a existência de analogias entre os "homens das cavernas" com os das populações "trogoditas" das outras partes da Europa ocidental, e ainda, com os "selvagens da época actual". Tese que teria repercussão em Portugal, tanto na utilização que se iria dar às colecções já existentes – tais como as colecções ameríndias da Academia de Ciências –, como na constituição de novas, como foi o caso das reunidas pelo Visconde de S. Januário para o Museu do Carmo.

O ano de 1867 será certamente decisivo ao participar na Exposição Universal de Paris com um núcleo de objectos arqueológicos – pelos quais receberia uma medalha –, e ainda no "II Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica" que nesse ano se realizaria também naquela cidade. A ideia – como aliás já foi salientado –, era a de aproveitar a confluência de colecções arqueológicas de diferentes zonas da Europa, bem como de

colecções dos *primitivos* contemporâneos e antigos para se poder proceder a estudos comparativos. A partir da década de 70 esta Associação inflectiu decisivamente pela vertente arqueológica, ligando-se nomeadamente a Francisco Martins Sarmento (1833-1899) responsável pelo projecto de escavações das Citânias de Briteiros e de Sabroso. A componente arqueológica, pré-histórica e por consequência, a antropologia por via dos estudos comparativos, ficaria deste modo assegurada.

Esta perspectiva da AAP enquadra-se no que vinha a ser divulgado desde os meados dos anos 70, nos referidos Congressos Internacionais, "Por toda a parte a observação dos factos tem provado que os povos incultos e selvagens, com raras excepções, não são a degenerescência de outros mais elevados em civilização, (...)" (Corvo, J., 1881: 62-63).

Em 1877, a AAP receberia um convite para participar na *Exposition des Sciences Anthropologiques*, integrada na Exposição Universal de Paris a realizar em 1878. Emile Cartailhac (1845-1921), no convite que enviou, agradeceria a J. Possidónio N. da Silva a colaboração que este dera na sua revista *Les nouvelles archéologiques* e insistia com o presidente da AAP para que conseguisse uma participação portuguesa. O facto da exposição de antropologia se realizar no Palácio do Trocadéro acrescentava, não diminuiria a participação do país concorrente à exposição universal propriamente dita. Face à insistência de Gabriel de Mortillet (1821-1898) e de E. Cartailhac, a AAP decidiu enviar 114 objectos arqueológicos do seu museu⁷.

Coleccionismo asiático

"(...) elles [les nations européennes] savent qu'un lien caché, mais puissant, réunit toute l'humanité (...)"⁸

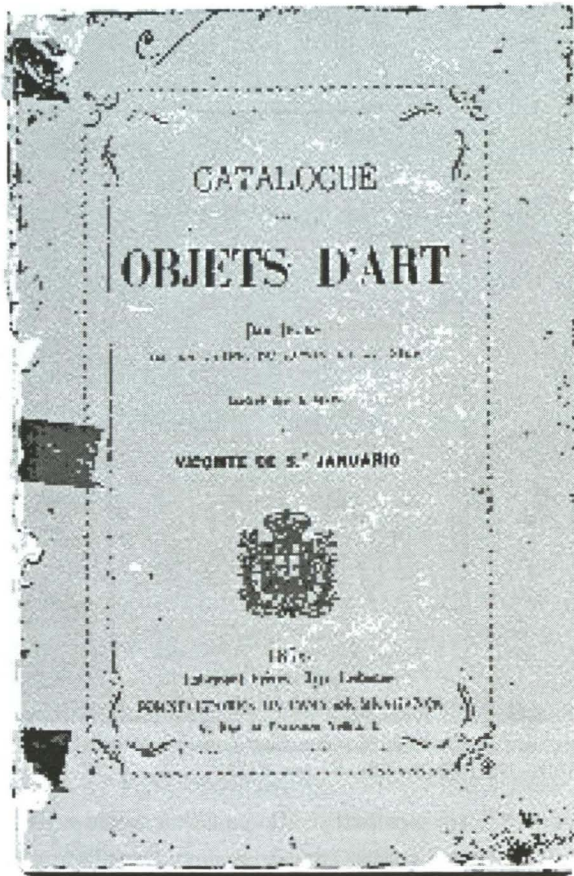
O Visconde de São Januário, militar de carreira, bacharel em matemática pela Universidade de Coimbra, com grande experiência colonial e diplomática, evidenciou desde muito cedo um interesse particular pela constituição de colecções. Aproveitaria as suas missões, como governador-geral primeiro na Índia (1870-1872), depois em Macau (1872-1874), e finalmente



Visconde de São Januário - Januário Correia de Almeida (1829-1902) (Fonte: SGL, N.º Inv. 6233)

como ministro plenipotenciário na China, Japão e *Sião*, para reunir um espólio considerável conforme o atesta o *Catalogue des objets d'art: des Indes, de la Chine, du Japon et du Siam* de 1876 (Fig. 1), relativo à exposição que o mesmo organizou na sua "galeria". A nota introdutória do catálogo de Pedro Gaston Mesnier⁹ (1846-1884) justificava as razões da exposição, evidenciando a perspectiva evolucionista subjacente à sua organização, que neste contexto asiático apresentava alguma especificidade.

A visão particular que se tinha da evolução das Belas Artes, sobretudo na Índia, China e Japão era algo paradoxal. Baseava-se na tese de que devido aos "regimes despóticos" daqueles países, as artes não tinham tido condições para evoluir completamente. Regimes cuja sequência fora também ela evolutiva, *despotismo da natureza* (estado selvagem), *despotismo feudal* (primeira fase organizativa) e enfim o *despotismo imperial* no caso da China. Fase última durante a qual aquelas nações teriam sido lançadas para um *mutismo inexorável* (Mesnier, 1876: 7). Para além dessa limitação, a Ásia tinha ainda uma crença de *doçura e resignação*, o Budismo,



1. Frontispício do Catálogo da Exposição realizada por Visconde de São Januário e Gastão Mesnier

que partindo da Índia passara "(...) comme un souffle anesthésique (...)" sobre as dores destes povos asiáticos. (Id.:8). Pelo contrário, acrescentava Mesnier, os povos ocidentais, dado os seus regimes democráticos tinham conseguido um desenvolvimento pleno das suas Artes, eram os únicos "(...) qui possèdent une évolution artistique complète (...)" (Id.: 7).

A exposição deste acervo particular na galeria do Visconde de S. Januário, teve como objectivo prioritário dar a conhecer a evolução histórica da arte desses povos até à fase em que esta estacionara. Tal como referia Mesnier, o período em que as relações internacionais eram violentas e *brutais* tinha terminado e as nações europeias haviam ultrapassado a sua atitude repulsiva em relação aos outros povos, propondo-se descobrir o que ligava toda a Humanidade. Era precisamente essa *corda misteriosa* que os pioneiros da propaganda civilizadora procuravam fazer *vibrar*, escutando a língua, os

costumes, a religião, as artes, a vida íntima dos povos, pois era aí, nesses povos desconhecidos e esquecidos que se encontrava um dos elos da grande corrente da civilização (Id.: 6).

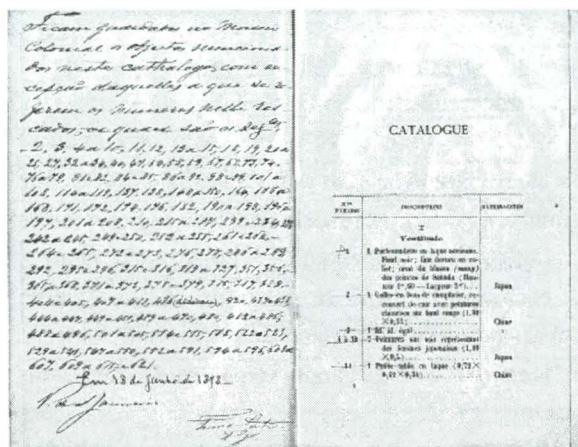
Esta intenção expressa de mostrar a "evolução" do Extremo Oriente, utilizando colecções de arte altera a forma como estas eram vistas no Ocidente até quase aos finais daquele século. Os especialistas da "arte antiga" do Extremo Oriente valorizavam-na sobretudo pelas suas qualidades decorativas e incluíam os objectos orientais nas grandes exposições.

O europeu sentia-se atraído pela beleza e exotismo do Oriente e o final do século XIX traria um novo impulso a essa atracção. À *Chinoiserie* sucedeu o *Japonismo*. O Japão mostrava-se mais aberto para estabelecer relações comerciais com o mundo ocidental. Desde muito cedo os seus *objectos* começaram a confluir aos grandes espaços expositivos, embora só em 1867 aquele país tivesse enviado uma representação oficial.

A partir dos finais do século XIX parece ter sido possível, em termos internacionais, aceitar o que há algum tempo os especialistas em arte asiática antiga afirmavam. Por via da arte japonesa, existia um *período clássico* na arte do Extremo Oriente e o génio japonês tinha algo de "(...) profondément classique dans son apparence étrange (...)", referiria uns anos depois Théodore de Wyzewa a propósito da galeria da História do Trabalho na Exposição Universal de Paris (Wyzewa, 1889:546). Havia que admitir que para além das qualidades decorativas dos objectos chegados ao mercado ocidental, a sua *arte antiga* teria direito a ser colocada ao lado da "grande arte" ocidental nos museus. Na exposição Universal de 1889 em Paris a "secção de arqueologia e de ciências antropológicas" continuava a ter dificuldades em integrar o Japão, parecendo que o *Japonismo* dos colecionadores se mantinha presente, pois os objectos que ali foram expostos "(...) poupées et bols à thé, bronzes et céramiques, tissus, peignes, netsukés, gardes d'épée, masques etc. (...)", acumulavam-se como referia Geneviève Lacambre (1983:301). O país, esse, continuava distante e por descobrir.

Embora a *arte ocidental* se tivesse mostrado ávida na sua busca de soluções estéticas novas, acabando por ser influenciada pela arte japonesa, o incómodo e a dificuldade em termos teóricos de classificar estes povos com *escrita*, era evidente. Como refere Nélia Dias, o Museu do Trocadéro teve algumas dificuldades na integração das colecções asiáticas, pois estas "Provenant de civilisations très anciennes et dotées d'écriture, les collections orientales relevaient d'une domaine difficile à classer, à la frontière de l'achéologie et de l'histoire de l'art." Apesar da *antiguidade* não ser suficiente para explicar a sua separação dos museus etnográficos (1991: 186).

Os vários exemplos de grandes colecções recolhidas em contextos asiáticos por Émile Guimet¹⁰ – patente na exposição de 1878 em Paris e que daria origem ao Museu Guimet uns anos mais tarde –, pelo marquês d'Hervey de Saint-Denis (1851, 1867...) ou pelo visconde de Bezanne (1878), trazidas para a Europa sobretudo a partir dos anos 50, 60 e 70, tinham proporcionado uma abordagem e especialização sob o ponto de vista da História de Arte. O que Visconde de S. Januário tentou em 1876 na sua *galeria* foi um pouco diferente. Tratava-se de encontrar um suporte teórico, com recurso a um conjunto de objectos que em termos históricos considerava representativos dos vários períodos da *evolução artística* da Índia, da China e do Japão. A exposição obedecia a uma lógica cronológica predeterminada, sendo colocados lado a lado, os objectos da China, da Índia e do Japão – e nalguns casos objectos do *Sião*, da Pérsia, do Ceilão e da Coreia –, tentando evidenciar a influência das Belas-Artes entre si. O impulso primordial partira segundo ele da Índia, que influenciara a China, que por sua vez influenciara todo o Extremo Oriente. Pano de fundo que serviria sobretudo para demonstrar que também ali, se verificava a teoria evolucionista de cariz determinista. Neste caso, não fora o *despotismo ibérico*, que provocara uma atonia temporária, mas sim os *despotismos sucessivos* (natureza, feudal e imperial) a que se referia Gastão Mesnier, que culminariam na morte inexorável da capacidade criativa desses povos cuja dor fora anestesiada pelo *Budismo*. Embora o espírito caritativo característico do *Budismo* tivesse, segundo Gastão Mesnier, permitido àqueles povos a consciência



2. Nota de depósito (inscrita no próprio catálogo da exposição) feita pelo Visconde de São Januário em 1878 antes da sua partida em missão diplomática para as republicas da América do Sul (SGL, Correspondência-1878)

de si próprios, certos defeitos orgânicos – como a falta de espírito indutivo – tinham travado a sua evolução (Mesnier, 1876:8).

Perspectiva que assume uma importância fundamental se tivermos em consideração as teorias então desenvolvidas na Europa, relativamente à especificidade das culturas orientais.

Desconhece-se o destino duma componente importante desta colecção de cerca de 650 objectos. Sabe-se que uma parte substancial foi colocada pelo Visconde de S. Januário em depósito (1878) no Museu Colonial de Lisboa (MCL) da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar na Rua do Arsenal (Fig. 2). Este conjunto viria a ser doado ao referido museu e em 1892 incorporado – com o restante acervo do MCL – no Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia.

Dentro da componente oriental regista-se que o Visconde de S. Januário ofereceu em 1875 uma colecção de 16 instrumentos musicais chineses à AAP, alguns dos quais fazem ainda hoje parte do acervo do Museu do Carmo.

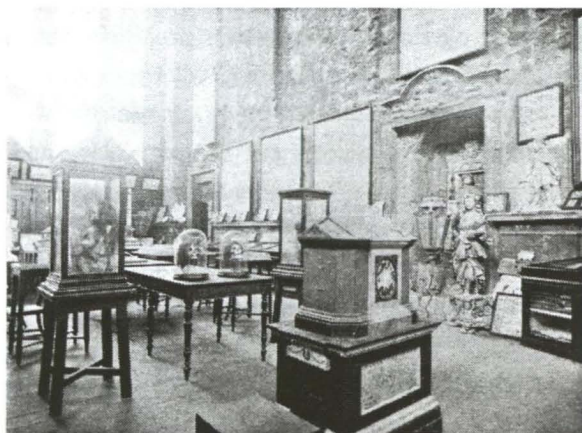
Contexto americanista

No ano de 1878 o Visconde de S. Januário partiria com destino à América do Sul em missão diplomática. Ai, deveria proceder a um estudo sobre a possibilidade de se estabelecerem com esses países relações comerciais e de exploração agrícola e mineralógica, tentando inte-

ressar eventuais investidores, face às dificuldades surgidas com explorações e o reconhecimento das colónias portuguesas.

A viagem durou cerca de um ano. Dela resultaram algumas monografias publicadas pelos países que visitou e a constituição de colecções, entre as quais uma de carácter arqueológico e etnográfico. Regressou em finais de 1879. No início de 1880 o Boletim da Associação dos Arqueólogos anunciava a recepção de "preciosas colecções" do México e do Peru referindo que em breve seriam expostas nas instalações do Museu do Carmo, podendo então ser admirados, objectos "(...) inteiramente novos em Portugal." afirmava-se.¹¹ De facto alguns dos objectos, eram inéditos no nosso país (Fig. 3).

Da exposição que então foi feita, segundo se depreende, só terá sido mostrada uma parte da colecção adquirida pelo Visconde de S. Januário na América do Sul. Ter-se-á também exposto alguma documentação relacionada com a viagem – cartas geográficas, fotografias, obras publicadas –, as condecorações recebidas e é claro, uma selecção do acervo adquirido (Fig. 4). Todos os objectos de arqueologia foram oferecidos à Associação dos Arqueólogos, embora não se discriminassem quais. Parte-se do princípio que as colecções ornitológicas e mineralógicas tiveram como destino outras instituições científicas portuguesas, como inicialmente fora programado.



3. Uma das duas "múmiás peruanas" e duas das cinco cabeças mumificadas que o Visconde de S. Januário recolheu durante a missão diplomática às repúblicas da América do Sul.
Foto: Museu do Carmo



4. Exposição realizada no Museu do Carmo em 1880 com as colecções que Visconde de São Januário trouxera da América do Sul (Fonte: BAAP, n.º 1, 1880)

Do Quadro 1 que se apresenta e que resulta dos dados publicados no *Boletim* da AAP, não constam portanto objectos que terão sido doados ao Museu do Carmo possivelmente entre 1884 e 1886. Por outro lado, vários artefactos expostos em 1881, não viriam a fazer parte do catálogo do museu elaborado uns anos depois, como por exemplo os *ídolos de bronze* ou a *urna funerária* (Quadro 2). Coloca-se a hipótese – dada a natureza que lhes foi atribuída –, de terem sido oferecidos a outras instituições científicas, ficando a ideia de que por um lado os objectos descritos no *Boletim* não cobrem todo o acervo trazido pelo Visconde de S. Januário e de que nem tudo o que esteve na exposição veio a fazer parte do acervo do Museu do Carmo, quer em 1880, quer posteriormente em 1884 ou 1886.

Quadro 1

Colecção particular do Visconde de São Januário: objectos ameríndios que constavam da descrição feita no Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses (n.º 1, 1880)

Itens	Descrição	N.º x.
1	Colecção ornitológica do México	100
2	Colecção mineralógica do México, Peru e Chile	400
3	Urna funerária (barro preto, figuras em relevo e hieróglifos)	1
4	Ídolos em bronze do Peru	s/q
5	Ídolos em barro do México	s/q
6	Buzina (cauda de tatu)	1
7	Figuras do México em barro vermelho (sentadas sobre os calcanhares, rei e rainha)	2
8	Figura em barro de cor preta	1
9	Máscara em barro escuro (de um índio, escultura tosca)	1
10	Moringues em barro preto do Peru (outros com configuração de animais e pássaros)	[12]
11	Ídolos de barro (achados nas antigas sepulturas)	s/q
12	Animais do México	2
13	Modelo em tamanho natural (representa um soberano inca)	1

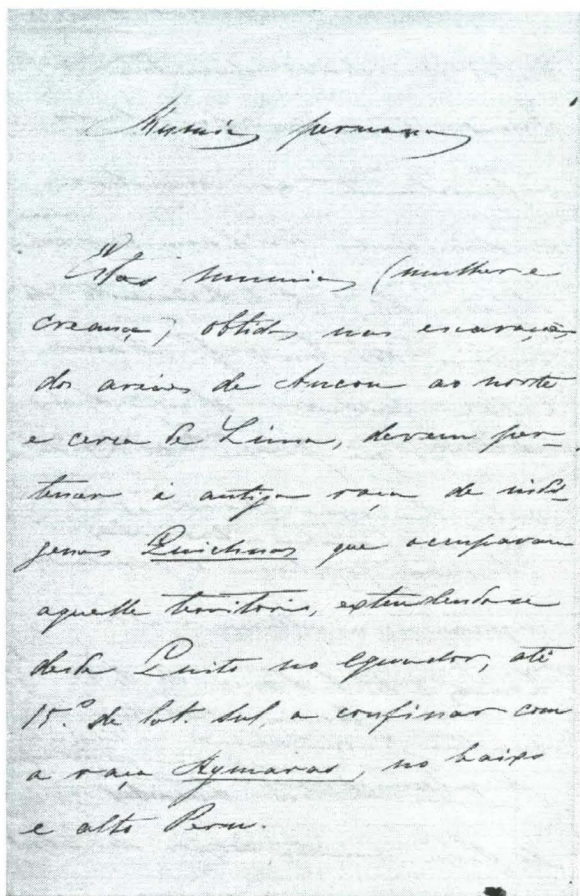
Existe um documento no arquivo da Sociedade de Geografia elaborado pelo Visconde de S. Januário com data de 17 de Agosto de 1884¹², que refere as "múmiás peruanas", como ele próprio as designou¹³. Nele descreve as circunstâncias em que as mesmas foram recolhidas, tenta avançar com hipóteses relativamente à "raça de indígenas" a que pertenceriam (*quichnas*), ou ainda à sua datação. Trata-se de um apontamento sem nenhum carácter oficial, que se encontra rasurado (Fig.5). Estes objectos fazem actualmente parte do acervo do museu da AAP.

Quadro 2

Colecção particular do Visconde de São Januário: Objectos ameríndios que constam do Catálogo do Museu do Carmo (1891)

Itens	Descrição	N.º ex.
1	Múmiás do Peru (mulher e criança)	2
2	Cabeças de ídolos do Peru (mumificadas?)	5
3	Vasos para diferentes usos	s/q
4	Feitiço masculino de madeira (dos <i>aztèques</i>)	1
5	Ídolo de pedra	s/q
6	Assobios de argila (com diferentes feitios)	4
7	Clarinetas de argila	1
8	Fragmento de argila (imitando uma rã)	1
9	Modelo (com feitio de cadeira de braços)	1
10	Tijolo de barro (pequeno)	1
11	Barco (construído de palha)	1
12	Figurinha (representando um rei inca)	1
13	Fogareiros em argila	2
14	Tecido, com enfeites de cores	s/q
15	Fusos	5

Em termos teóricos as colecções que o Visconde de S. Januário adquiriu, faziam todo o sentido no museu da AAP, pois através delas propunha-se acrescentar, sobretudo ao núcleo arqueológico já existente, uma componente comparativa que em termos teóricos era fundamental, a dos povos primitivos antigos e actuais. Os seus dinamizadores, pensavam poder vir a dotar o museu com um acervo "(...) tão útil não somente para os estudos antropológicos, como igualmente para paten-tear o culto que em Portugal se consagra às antigui-dades (...)" quer de Portugal, quer de outras partes do globo, a fim de se conhecer "(...) qual tem sido o desen-volvimento progressivo da civilização humana." (Silva, 1880: 25).



5. Primeira folha da nota do Visconde de S. Januário relativa às duas múmias peruanas (mulher e criança), segundo a qual estas terão sido "(...) obtidas nas escavações dos areais de Ancon ao norte e cerca de Lima (...)" (SGL, Correspondência-1884). Note-se que a palavra Ancon será Anca que em quetchua é a designação dada a todas as populações amazónicas, ou seja selvagens e não tanto um lugar específico como refere São Januário.

Os motivos que levaram este destacado sócio da AAP a doar estas colecções ao Museu do Carmo prendem-se naturalmente, por um lado, com a existência de uma corrente teórica no seio dessa associação e por outro, com o valor demonstrativo que a elas era atribuído. Embora com interesse "antropológico" eram consideradas essencialmente de carácter arqueológico.

Era intenção do Visconde de S. Januário fazer a distribuição das colecções por várias instituições científicas, ficando somente as de carácter "arqueológico" no Museu do Carmo. O que naturalmente terá acontecido com as colecções ornitológica do México e a mineralógica do México, Peru e Chile. Podendo-se colocar a

hipótese de ter havido alguma distribuição de objectos ameríndios – de contexto não arqueológico – por outras instituições, pois as datas das ofertas variam. Uma das vias plausíveis terá sido a cedência a terceiros, uma vez que a AAP teve esse mesmo procedimento com a Comissão Central Permanente de Geografia em 1876, quando pôs à disposição desta, "qualquer objecto do seu museu"¹⁴.

Embora fosse curioso saber-se o paradeiro de alguns destes objectos, o que interessa aqui realçar é a intenção que orientou estas recolhas, num momento em que se valorizavam internacionalmente as colecções ameríndias dos primitivos tanto actuais, como antigos, sobretudo do México e do Peru. Estruturava-se o americanismo. Como refere Pascal Riviale a recolha dos elementos que permitissem determinar o que caracterizava a raça, ou estabelecer eventuais filiações entre certos povos e contribuir assim para a história do povoamento humano era fundamental. "Dans cette optique, la collecte de spécimens de crânes, d'objets représentatifs de l'industrie et d'observations sur les mœurs des différentes peuplades rencontrées revêtait une importance cruciale (...)" (Riviale, 1995:209) O desenvolvimento da arqueologia pré-histórica nos meados do século XIX oferecia uma aplicação suplementar à etnografia (Id.: 210).

Da parte do Visconde de S. Januário existiu a intenção de dotar o país com colecções que permitissem esses estudos, servindo uma hipótese que importava comprovar.

Realça-se o papel que a Associação Portuguesa de Arqueologia teve durante as últimas décadas do século XIX no desenvolvimento dos estudos da pré-história e da arqueologia, permitindo por essa via assinalar-se mais uma contribuição para o surgimento da "antropologia portuguesa" em que todas as tentativas, embora dispersas, deverão ser identificadas.

Notas

¹ Conferência proferida na Associação dos Arqueólogos Portugueses a 17 de Outubro de 2002.

² Sócia da AAP.

³ Em 1909, passaria a *Real Associação dos Arqueólogos Portugueses* e com a implantação da República a *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, designação que ainda mantém.

⁴ Seguiu-se Paris (1867) durante a Exposição Universal; Norwich (1868) presidida por John Lubbock; Copenhaga (1869) sem a presença portuguesa; Bolonha (1871); e finalmente Bruxelas (1872).

⁵ Jean-Jacques Asmussen Worsaae (1821-1885), director dos *museus de antiguidades e de etnografia*, presidente do Congresso de 1869 realizado em Copenhaga e professor de Arqueologia na Universidade de Copenhaga. Sobre a actividade de J.-Jacques Worsaae e a influência dos museus escandinavos na museologia etnográfica de então, nomeadamente em França v. Nélia Dias, *Le Musée d'ethnographie...*, 1991a, pp. 144-150.

⁶ Ver a proposta de Carlos Ribeiro relativa à necessidade de se criar um Museu Nacional de Arqueologia em Portugal, C. Ribeiro, "A Arqueologia", *BAAP*, 2ª série, T.I, 1874, pp. 5-8.

⁷ Ver *BAAP*, n.º 4, 1877.

⁸ Gaston Mesnier, "Observations préliminaires", *Catalogue des objets d'art...*, p. 5.

⁹ Redactor da *Gazeta de Portugal*, acompanharia o Visconde de S. Januário em diversas missões diplomáticas nomeadamente à Índia e às repúblicas americanas em 1878-79.

¹⁰ Émile Guimet (1836-1918) em 1876 foi incumbido pelo Ministério de Instrução Pública e de Belas Artes francês numa missão ao Japão, China e Índia para proceder ao estudo das religiões do Extremo Oriente. Ver Guimet, "Rapport au Ministre de l'Instruction Publique... sur la Mission Scientifique...", 1880.

¹¹ *BAAP*, n.º 1, 1880, p. 13.

¹² Data possível da segunda oferta.

¹³ SGL, *Correspondência-1884*, Nota de 17 de Agosto de 1884.

¹⁴ Ver SGL, *CCPG-Correspondência-1876*, doc. 404, carta de 8 de Dezembro de 1876.

Bibliografia

Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses, nº 1, 1880.

Catálogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Typ. Universal, 1891.

CANTINHO, Manuela, "As colecções etnográficas extra-europeias no séc. XIX: paradigmas de uma apropriação, fragmentos de uma realidade", *Os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa no Mundo*, pp. 469-488, (Actas do Curso de Verão de 1994), Lisboa, Universidade Lusitana Editora, 1996.

CANTINHO, Manuela, 1999, *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonialismo e Alteridade*, (Tese de Doutoramento), Lisboa, ISCTE.

DIAS, Nélia, 1991, *Le Musée d'ethnographie du Trocadéro (1878-1908)*, Paris, Editions CNRS.

LACAMBRE, G., 1983, "Japonisme", *Le livre des expositions universelles (1851-1989)*, Paris, Herscher, pp. 297-304.

MESNIER, Gaston, 1876, "Observations préliminaires sur les beaux-arts en Chine et au Japon", *Catalogue des objets d'art des Indes, de la Chine, du Japon et du Sian: Existants dans la Galerie de Vicomte de St. Janvier*, Lisboa, Lallement Frères, pp. 5-13.

RIBEIRO, Carlos, 1873, *Relatório acerca da sexta reunião do Congresso de Anthropologia e de Archeologia Prehistorica de Bruxelas em 1872*, Lisboa, Imprensa Nacional.

RIVIALE, Pascal, 1995, "L'Américanisme français a la vielle de la fondation de la Société des Américanistes", *Journal de la Société des Américanistes*, (81), pp. 207-229.

SILVA, Possidónio da, 1880, "Museu do Carmo em Lisboa", *BAAP*, n.º 1, pp. 25-27.

WYZEWA, Théodore de, 1889, "L'exposition de l'histoire du travail", *Gazette des Beaux-Arts*, T. 2.

“O Lugar da História” na Associação dos Arqueólogos Portugueses: uma primeira abordagem

Ana Cristina Martins¹

*Não se lançam aqui dogmas,
não se pede que volte a ser habitada
a Citania de Briteiros,
nem se reintegre a baixa de 1754*

Actas da AAP, 1935



1. Medalha de honra da RAACAP. 1875. AH/AAP

Nota introdutória

Quando, em 1863, se fundou de modo officioso a *Associação dos Architectos Civis Portuguezes (AACP)*, os seus principais mentores não perspectivaram, decerto, o enorme impacte e a evidente visibilidade que a mesma alcançaria rapidamente no seio da nossa mais ilustrada sociedade e *intelligentzia*. Constituída com a finalidade primordial de promover e elevar o estatuto profissional dos architectos civis em Portugal, cedo se reconheceu a necessidade de alargar este desiderato aparentemente tão restrito a um leque de actividades que contemplasse a promoção da salvaguarda patrimonial.

De facto, o país não primava pela presença de um activo movimento associativo de indole cultural, que a própria *Sociedade Archaeologica Lusitana* não lograra ultrapassar, apesar da indiscutível valência social dos seus membros. Mas, tal como nas demais vertentes nacionais, também a preservação da memória histórica era há muito debatida no seio da nossa mais reconhecida intelectualidade, extremamente activa nos permanentes “brados” que lançava a favor dos lugares simbólicos do nosso espaço territorial. Assim, os círculos letrados do país não se encontravam apenas sensibilizados para todas as questões inerentes à conservação e restauro dos símbolos maiores do nosso passado. Além de se encontrarem devidamente apetrechados com os códigos imprescindíveis à leitura, interpretação e divulgação das páginas de antanho, os seus mais destacados nomes empenhavam-se activamente na sua salvaguarda através de artigos de opinião publicados nos principais periódicos lisboetas e nacionais, ao mesmo tempo que faziam ecoar nos “Passos Perdidos” a força da sua razão e dos seus projectos, configurando cenários onde os principais representantes do país concentrassem algumas das suas energias na valorização do nosso passado como uma das premissas essenciais à sobrevivência do jovem liberalismo.

Foi em face do vazio político e cívico que se fazia sentir entre nós nesta área tão específica, que a AACP acabou por se converter paulatinamente à acção patrimonial, ademais consagrada nos seus intentos primordiais, embora sem a profundidade que a caracterizaria

doravante. E foi sobretudo a partir de 1871 que a Exposição Universal de Paris (1867), os congressos arqueológicos franceses e as primeiras sessões do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica acabaram por imprimir um carácter mais abrangente nas actividades desenvolvidas pelos seus associados, definitivamente assumido em 1872, quando passou a intitular-se de *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (RAACAP)*. A partir de então, passaram a ser debatidas todas as temáticas referentes ao passado, mesmo que a principal tônica fosse sempre concedida a todos os estudos promotores de um melhor conhecimento do génio artístico de antanho, cujas materializações expressariam as principais características culturais e civilizacionais de quem as concebera, executara e vivera. Na verdade, canalizavam-se todas as acções animadas pelos principais consócios para um único e incontornável propósito: a salvaguarda dos recentemente denominados "monumentos nacionais", numa tentativa última de converter os nossos dirigentes políticos à causa patrimonial, na relevância que os seus principais hinos poderiam assumir no reavivamento da chama nacionalista e na congregação dos esforços nacionais na sagração do novo ideário liberal.

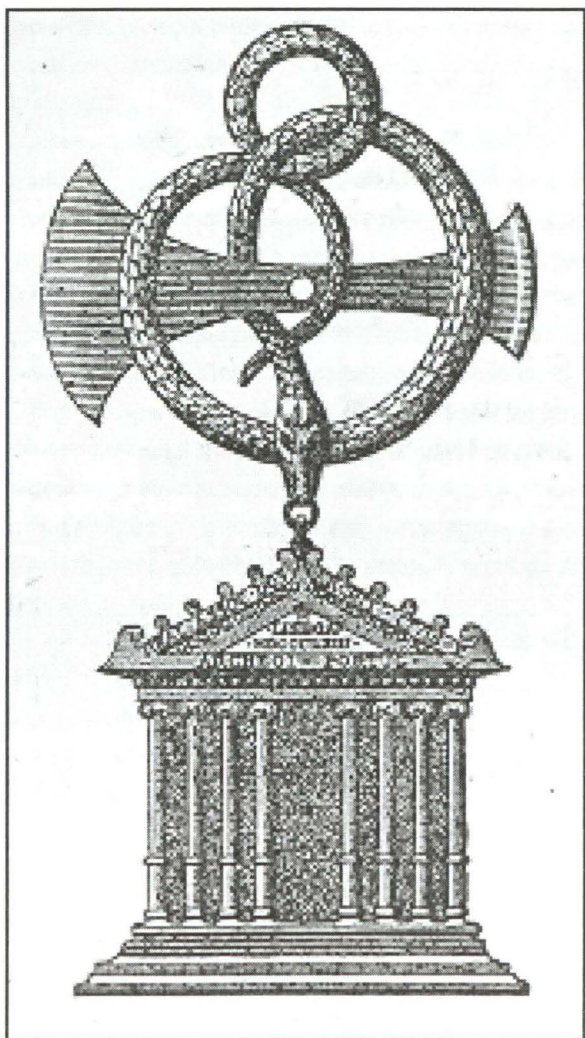
Assistimos, deste modo, ao despertar de uma segunda fase no desenvolvimento interno da actual Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), não apenas decorrente do regresso definitivo de J. Possidónio N. da Silva (1806-1896)² à presidência associativa, como da nova intitulação real e do início da segunda edição do seu órgão impresso, *Arte-Sciencia-Historia*, agora com a designação de *Boletim de Architectura e Archeologia*, em cujas páginas se imprimiriam artigos não exclusivamente relacionados com a Architectura e os estudos artísticos. E esta mutação observar-se-ia na própria estrutura associativa. Se até então os grupos específicos de trabalho se conectavam aos "Estudos de Architectura Civil", de um modo geral, a partir dos anos setenta as suas designações denunciariam a implementação de novos objectivos. De facto, se em 1865 as secções existentes eram as de *decoração, distribuição e de construção*, num segundo momento da

sua – ainda – curta História, a RAACAP albergaria os ramos de *Esthetica, das decorações architectonicas e de apreciação de obras d'arte, de Theoria de Architectura, e archeologia nacional e de Construção, e principios de Hygiene applicada às edificações*. E se numa primeira apreciação seríamos quase tentados a negar qualquer alteração substancial nesta remodelação, um olhar mais atento sugere-nos a presença de uma intenção, mais ou menos velada, de adicionar paulatinamente aos primeiros objectivos associativos a prática que se revelaria mais duradoura na existência associativa: o estudo do passado nas suas mais díspares manifestações.

Na verdade, a própria denominação inicial da sua revista já denunciava algumas intenções bem definidas neste sentido, manifestas, aliás, nas expressões *Arte e Historia*. Eram, contudo, símbolos de uma força maior, ela própria perfeita de designios claramente práticos, já que, antes de mais, tendiam a desenvolver o exercício arquitectónico entre nós. Parecia, no entanto, que os seus principais propugnadores preparavam, deste modo, o caminho que haveriam de trilhar em breve. E ao sublinhar a importância do estudo das obras de Arte e da própria Arqueologia (mesmo que "nacional"), os seus fundadores enunciavam as duas vertentes que passariam a orientar doravante a vida associativa, numa altura em que a sua investigação ganhava corpo entre os maiores nomes das nossas Artes e Letras. Passava-se, desta forma, de uma actividade restringida à *Architectura e Construção*, para uma acção votada à *Architectura e Archeologia*.

E se até ao despontar desta segunda série de publicações os seus números eram essencialmente preenchidos com artigos biográficos de architectos e artistas plásticos, e se aludiu à emergente Arqueologia apenas quando se explanou sobre o Convento de S. Francisco, em Santarém, a partir da sua segunda década existencial o panorama alterou-se profundamente, num reflexo evidente das próprias novidades integradas nas acções quotidianas da vida associativa. A esta inversão obrigou o crescente espólio museológico, bem como as interpelações quase diárias dirigidas nesse sentido aos seus órgãos sociais, ademais despertados para a incontorná-

vel necessidade de accionar todo um programa conducente à salvaguarda da memória nacional, que se aspirava comum a todos os portugueses. Era um grito quase desesperado lançado a favor da preservação das nossas próprias fronteiras psicológicas. Sem ela – acreditava-se – esbater-se-ia todo o sentido existencial de uma pretensa *portugalidade*, ela própria resultante de um âmbito geográfico e cultural bastante preciso, como definidos teriam sido os séculos passados perante um cenário animado por permanentes antagonismos, esses verdadeiros – senão, mesmo, únicos – protagonistas das fabuladas características que os regentes e dirigentes nacionais persistiam em declarar como “nossas”, indivisíveis e dificilmente reproduzíveis por outrem.



2. Distintivo dos sócios da RAACAP. 1878. AH/AAP

Foi, assim, que, até 1925, e no seu sentido mais abrangente, os estudos históricos passaram a ocupar um lugar de realce nas actividades da AAP, privilegiando-se a redacção de artigos reafirmadores da identidade que se pretendia “nossa”. Em plena era fontista, quando a força da industrialização e a pretensão burguesa rasgavam estradas e lançavam os primeiros grandes troços da via férrea, que havia de estreitar regiões, aproximar gentes e propagar novas ideologias, a História entrou com determinação na vida associativa. Consagraram-se, então, cursos, palestras e artigos a estudos históricos, abrangendo áreas tão diversificadas, quanto os historiográficas e biográficas, para além de monografias dedicadas a edifícios, obras de arte móvel e a localidades marcantes da História de Portugal, a par de relatos reportáveis a descobertas arqueológicas ocorridas entre nós e além fronteiras, juntamente com as denominadas “excursões” organizadas a alguns dos “lugares de memória” (considerados) mais relevantes do passado português. Concorriam, no entanto, para um único desiderato, estabelecido logo no princípio da sua existência: o despertar das consciências para a urgência de garantir a perpetuação do registo histórico.

E como já tivemos oportunidade de referir noutras ocasiões³, as acções associativas nesta área não se circunscreviam ao espaço da sua sede, estabelecida na igreja arruinada do convento do Carmo, onde se expunha ao olhar público o espólio que o seu museu ia acumulando quase diariamente. Com efeito, foi graças aos seus incessantes esforços que se decidiu constituir superiormente a *Comissão dos Monumentos Nacionaes* no dealbar dos anos oitenta do mesmo século XIX, da qual faziam parte alguns dos seus mais carismáticos membros. Mas não só. Além de participar activamente na exploração de *sítios* arqueológicos, na formação de grupos patrimoniais e na fundação de novos espaços museológicos, a RAACAP motivou acesas discussões desenroladas em torno da necessidade de se legislar especificamente sobre os monumentos futuramente considerados como “nacionais”. A sua implementação seria, porém, apenas possível através de uma ampla campanha promocional e, acima de tudo, de uma nova tomada de consciência cívica, que somente a força do regime

republicano conseguiria alcançar num país onde a propriedade privada ainda preponderava (e continuaria a prevalecer) sobre o "bem comum".

Este cenário manter-se-ia no seio associativo até ao falecimento de Possidónio em 1896, ano para o qual remeteremos a finalização da segunda grande fase do desenvolvimento da RAACAP. Mas um certo esmorecimento que se faria sentir logo após o desaparecimento desta marcante figura acabaria por redundar numa das suas principais forças de actuação. Revendo-se nos princípios que nortearam a sua vivência desde o amanhecer dos anos setenta, os principais correligionários do fundador associativo assumiram-se, precisamente, como tais: enquanto perpetuadores da obra iniciada por Possidónio anos antes, que tudo fizera para a cimentar entre a nossa mais brilhante intelectualidade. Bastava, tão somente, prosseguir o caminho já trilhado e persistir no seu permanente desbravamento, por vezes tão árduo perante um mar de indiferença face aos enunciados propostos, absolutamente indispensáveis ao resgate efectivo da nossa memória.

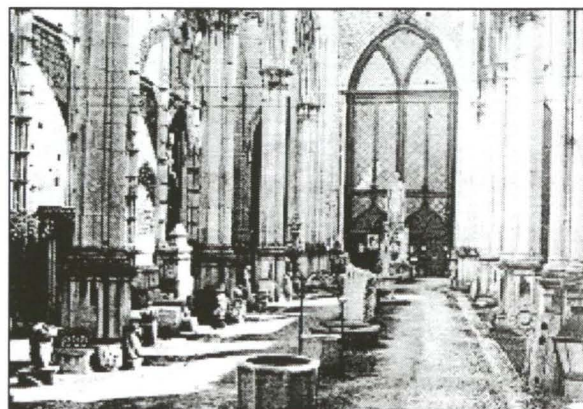
E se 1896 foi um dos períodos mais complexos para a RAACAP, 1910 estabeleceu uma fronteira definitiva num longo processo, que culminou com o seu desmembramento, sem implicar, contudo, a sua dissipação, decerto por muitos anunciada e, talvez, por bastantes outros pretendida, pois a sua voz constringia algumas consciências menos despertadas para a causa patrimonial. Foi, assim, que, apesar de o principal grupo de arquitectos ter-se afastado para constituir uma associação própria (antecessora da actual Ordem dos Arquitectos)⁴, foram ainda alguns os que permaneceram no seu seio, convictos que estariam do papel determinante que a – agora – AAP (já sem, muito naturalmente, o *Real*) poderia e deveria desempenhar em toda a demanda patrimonial, como seria, decerto, agendado pelo próprio Rozendo Carvalheira (?–1919). Ao permanecerem nos seus órgãos administrativos, anunciavam o quanto acreditavam no seu projecto, ao mesmo tempo que ansiariam por abrir duas frentes de actuação no âmbito da salvaguarda patrimonial, mesmo que segundo dois pontos de vista aparentemente distintos, embora assaz complementares. Doravante, os meandros históricos e arqueológicos

permaneceriam quase em exclusivo no foro associativo, enquanto a defesa do estatuto e da prática arquitectónica se transformaria no principal apanágio da futura Ordem dos Arquitectos, embora sem descurar os estudos artísticos inalienáveis da sua própria condição profissional. E a separação, quase umbilical, observada entre as duas principais vertentes da anterior RAACAP reflectir-se-ia na mudança definitiva do título do seu órgão impresso, que passou a denominar-se de *Boletim de Arqueologia e História*.

A Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Embora, como já vimos, os estudos históricos tivessem ingressado no meio associativo logo no início da sua existência, somente em 1925 se criaria uma secção específica.

Mas não foi apenas com a História que tal sucedeu. Desde a criação da Associação dos Arquitectos Portugueses, que a AAP se viu, de repente, esvaziada de algumas das secções que a formavam e lhe tinham dado vida e sentido, como seriam as referentes aos estudos estéticos, teóricos e práticos do exercício arquitectónico. Além disso, o cenário institucional e científico evoluíra bastante na área histórica e arqueológica para que se insistisse numa continuidade que já não fazia, propriamente, sentido. O entendimento enciclopedista dera, definitivamente, lugar à especialização, e a figura do *savant* era, agora, substituída pela do perito. Era, por isso, fun-



3. Museu Arqueológico do Carmo no início do século XX. AH/AAP

damental especificar campos de actuação científica no seio associativo, sob pena de se perder o sentido que lhe dera forma, agora que alguns dos seus primeiros enunciados tinham passado para a esfera pública, assumindo-se como áreas preferenciais de actuação de algumas instituições estatais, como universidades, institutos, academias e laboratórios.

Todavia, o caminho para este limiar decisivo fora preparado muito antes de os arquitectos terem fundado o seu próprio organismo. Quase que antevendo uma terceira era na vida associativa estipulada oficialmente com a morte do presidente Conde de São Januário (1829-1901), no início de 1901, anunciou-se a criação dos seguintes sete grupos de trabalho no âmbito da Secção de Arqueologia: *Archeologia prehistorica*, *Archeologia Christã*, *Archeologia Nacional*, *Archeologia de Lisboa*, *Numismatica*, *Heraldica* e *Bibliographia archeologica*⁵. Um breve olhar sobre a designação destas sub-secções permite-nos perceber o entendimento que se deteria à época dos estudos arqueológicos, de um modo geral, e que, na essência, não se distanciaria sobremaneira da acepção actual, com algumas especializações que não vemos, propriamente, consignadas nas correntes aplicações universitárias. Não obstante, a verdade é que intencionalidade a primacial continuava a residir na promoção de todas as actividades tendentes a divulgar e preservar o património existente. E nada poderia ser mais actual, numa altura em que a Arqueologia se estende a campos até à pouco inimagináveis, como o nuclear e o forense. Era como se, no dealbar do século vinte, se renunciasse a cristalização de uma ideia concebida em meados da centúria precedente. Num verdadeiro esforço interdisciplinar derivado de um pleno reconhecimento de que a realidade é una e indivisível e, por isso mesmo, incompreendida se apartada e/ou fragmentada, os ideários de novecentos sublinharam a importância dos estudos holísticos do património, conferindo-lhes um dominador comum, o de pertencerem à categoria genérica da Arqueologia, enquanto "ciência do antigo" ou "das antiguidades". Não deixará de ser, no entanto, sintomático que, após 1910, apenas o grupo de trabalho dedicado aos estudos lisboenses se transformasse em secção, de pleno direito.

A maioria das outras sub-secções desapareceria, constituindo-se uma Secção de Arqueologia Pré-histórica apenas em 1926.

E foi precisamente um ano antes, em meados de 1925, que se fundou a Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses – sintomaticamente apelidada de início de "Secção de Arqueologia Histórica" – com a finalidade de promover os estudos históricos, de um modo geral, e a preservação do património móvel e imóvel, em particular, no âmbito das três grandes fases que estabelecemos no seu crescimento.

Nota final

Foi entre 1925 e as vésperas do primeiro centenário associativo (1963) que a AAP assistiu ao desenrolar de uma série de actividades promovidas pela Secção de História das quais sobressairia sempre a salvaguarda patrimonial, quer pela longa tradição associativa neste domínio, quer, ainda, pelos empenhamentos pessoais demonstrados por alguns dos seus mais notáveis dirigentes no âmbito da conservação e restauro do património artístico e arqueológico do país. E, tal como no início da sua predecessora, a RAACAP, também os membros desta Secção accionariam os seus mais díspares capitais em prol da inventariação desse mesmo património, tanto imóvel, quanto móvel, enquanto passo fundamental rumo à sua preservação. Uma vez mais, entendia-se que apenas se poderia resgatar e divulgar o que se conhecesse e registasse.

E será, precisamente, a análise das actividades desenvolvidas ao longo dos três principais períodos de actuação desta referencial Secção que pretendemos finalizar e dar a conhecer em breve a todos aqueles que se interessam pela História da libertação da *memória*, independentemente do seu suporte, tipologia e categoria patrimonial.

Notas

¹ Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueóloga e Investigadora da Evolução do Pensamento Arqueológico, Museológico e Patrimonial. Email: acnmartins@clix.pt

² Sobre esta figura fundamental da consciência patrimonial do Portugal de oitocentos, veja-se, Ana Cristina N. Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*, Lisboa, AAP, 2003.

³ *Ibid.* Veja-se de igual modo, Id., O Associativismo Erudito e o Elogio da Memória Histórica. O Contributo da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a Salvaguarda do Património Histórico-cultural (sécs. XIX-XX). *Actas del I Congreso Iberoamericano del Patrimonio Cultural, Madrid: Asociación Española de Gestores de Patrimonio Cultural e Id., "Uma Breve Incursão pelos Primórdios da Inventariação do Património Histórico-cultural Português (1859-1861)", Arqueologia*, Porto. 26, 2002.

⁴ Para um conhecimento da evolução desta instituição desde a sua formação, veja-se, Ana Isabel de Melo Ribeiro, *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa. 1863-1953*, Lisboa, FAUP, 2003.

⁵ Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AH/AAP), *Actas da Secção de Arqueologia* (26/2/1901-15/1/1909). Sessão de 25/02/1901. Inédito.

Referências Arquivísticas e Bibliográficas

1. Fontes

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (A.H./A.A.P.)

2. Bibliografia

Actas do Colóquio Alexandre Herculano Liberalismo e Romantismo. Santarém: Escola superior de Educação, 1999.

Alexandre Herculano Visual gráfico colóquio comemorativo dos 120 anos da sua morte. Lisboa: C.M.L., 1997.

BERÇÉ, Françoise - *Des Monuments Historiques au Patrimoine. Du XVIIIème Siècle à nos Jours*. Paris: Flammarion, 2000.

BLANCO, Javier Rivera - *De Varia Restauracione. Teoría e Historia de la Restauración Arquitectónica*. Valladolid: R&R, 2001.

CHOAY, Françoise - *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.

COELHO, Maria Teresa Pinto - *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CUSTÓDIO, Jorge - *Salvaguarda do Património - Antecedentes Históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)*. In *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa: IPPAR, 1993.

FERREIRA, David Mourão - *Alexandre Herculano e a Valorização do Património Cultural Português*. Lisboa: SEC, 1997. *Joanni V Magnífico. Pintura em Portugal no tempo de D. João V. 1706-1750*, Lisboa: IPPAR, 1994.

MARTINS, Ana Cristina N. - *O Associativismo Erudito e a Inventariação do Património Artístico e Arqueológico no Portugal Oitocentista. A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. In *Actas do II Congresso Internacional de História da Arte*, Porto: APHA, 2003 (no prelo).

— - *O Associativismo Erudito e o Elogio da Memória Histórica. O Contributo da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a Salvaguarda do Património Histórico-cultural (sécs. XIX-XX)*. In *Actas del I Congreso Iberoamericano del Patrimonio Cultural, Madrid: Asociación Española de Gestores de Patrimonio Cultural*.

— - *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: A.A.P., 2003.

— - *Uma Breve Incursão pelos Primórdios da Inventariação do Património Histórico-cultural Português (1859-1861)*. *Arqueologia*, Porto. 26, 2002.

- NETO, Maria João Baptista - *James Murphy e o Restauro da Batalha*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.
- _____, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP, 2001.
- POULOT, Dominique - *Patrimoine et Musées. L'Institution de la Culture*. Paris: Hachette, 2001.
- RÉAU, L. - *Histoire du Vandalisme. Les Monuments Détruits de l'Art Française*. t. II, Paris: Librairie Hachette, 1959.
- SCHAER, Roland - *L'Invention des Musées*. Paris: Gallimard, 1996.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*. t. X-XII, Lisboa: Verbo, 1995.
- SIRE, Marie-Anne - *La France du Patrimoine. Les Choix de la Mémoire*. Paris: Gallimard, 1996.

VII Jornadas Arqueológicas

Conflito, mediação e regulação de interesses na “Arqueologia Preventiva”

António Carlos Silva¹

Por formação ética e ideológica a “geração” de arqueólogos em que me reconheço, saída das Universidades nos anos 70 em pleno processo da convulsão social subsequente à “Revolução de Abril”, tem alguma dificuldade em olhar o património arqueológico por uma perspectiva que não passe pela sua inalienável qualificação enquanto bem público. Esse mesmo substracto conceptual deu suporte ao princípio definido no Artigo 36.º da Lei 13/85, a primeira lei de bases sobre a salvaguarda do património cultural português aprovada pelo Estado democrático e que estabelecia, preto no branco, que *“Os bens arqueológicos, móveis ou imóveis, são património nacional”*². Ainda que tal formulação nos parecesse então, enquanto cidadãos e arqueólogos, inequívoca e objectiva, rapidamente nos daríamos conta, na inevitável interpretação multiespectral dos juristas, que afinal aquele princípio estava carregado de imprecisão o que, por outras palavras, o tornava quase automaticamente um alarde inútil³. Ainda assim, embora amputado naquele alcance geral e universal, o tal princípio, tão impreciso quanto desnecessário em tão doutas opiniões, teimou em manter-se na última versão da Lei de Bases do Património Cultural, a lei 107/2001, cujo artigo 74.º reza assim: *“Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional”*.

Naturalmente, apesar de simples arqueólogos, não ignorávamos que, pela sua natureza material, estes bens “públicos” ou “nacionais” se localizavam quase sempre num qualquer meio privado (uma propriedade rústica ou urbana no caso de bens imóveis, ou uma colecção particular no caso de bens móveis) e que dessa situação poderiam decorrer conflitos de interesses que era necessário precaver e regular através de legislação de desenvolvimento, coisa que nunca veio a acontecer, como aliás se verificaria em muitos outros princípios estabelecidos pela Lei 13/85.

Convém, no entanto, não esquecer que daquele princípio aparentemente “estatizante”, decorria desde logo uma contrapartida de responsabilização do Estado. Ao considerar-se o “património arqueológico” na sua generalidade como património nacional, ao contrário do que sucedia com outros bens patrimoniais, nomeadamente o

património arquitectónico não classificado, assumia-se que a respectiva salvaguarda, competia antes de mais à Administração Pública. Esta deveria zelar pela respectiva protecção, particularmente nos casos em que aquele património comum pudesse ser posto em causa por interesses particulares. A criação poucos anos antes, em 1980, dos primeiros serviços públicos de Arqueologia, ainda que pressionada pelo acumular de situações concretas de destruição de importantes vestígios arqueológicos, já então com grande repercussão mediática, era o corolário lógico daquela filosofia⁴. Se os bens em causa eram considerados "nacionais", competia de facto ao Estado assumir o ónus do seu estudo e salvamento (como então se dizia), devendo os particulares absterem-se de qualquer acto consciente que os pudesse destruir e, quanto muito, facilitarem a respectiva salvaguarda. A criação dos *Serviços Regionais de Arqueologia* enquadrou-se directamente naquela perspectiva, assumindo-se como um instrumento do Estado destinado a cumprir um designio considerado como uma responsabilidade e uma obrigação da Administração Pública.

Naturalmente, muita coisa mudou nas duas últimas décadas. O contexto político-ideológico que enquadrava e legitimava aquela perspectiva fortemente intervencionista do Estado, desapareceu nas suas formas mais radicais e foi-se adaptando, com mais ou menos "nuances", ao avanço conjuntural das correntes neo-liberais. As políticas orçamentais cada vez mais restritivas da Administração Pública, condicionadas pela "ditadura" da globalização económica, trouxeram ou justificaram limitações crescentes na capacidade efectiva de actuação do Estado em muitos domínios socio-culturais, antes considerados como deveres ou obrigações inalienáveis do Estado. Por outro lado, o progresso teórico da própria disciplina, viria a abrir caminho para concepções de "património arqueológico" cada vez mais abrangentes mas necessariamente mais difusas, contribuindo igualmente para uma certa "desmaterialização" dos bens arqueológicos, entendidos cada vez mais como um "recurso cultural ou científico" cuja salvaguarda passa antes de mais pelo "registo"⁵ e menos pela preservação e legação às gerações futuras. Tal não impediu, no entanto, que em flagrante contradição, o

próprio Estado viesse a aceitar, directa ou indirectamente (através da legislação comunitária ou as convenções internacionais que foi assinando) cada vez maiores exigências metodológicas no domínio da salvaguarda dos bens arqueológicos ao mesmo tempo que, subrepticamente, se descartava de responsabilidades quanto à respectiva concretização prática.

Estas e outras circunstâncias trouxeram, inevitavelmente, para a ordem do dia do debate arqueológico, a temática da interacção "público/privado", que afinal dá o mote à presente reunião da AAP. Mas tal interacção pode, naturalmente, revelar-se em âmbitos muito diversificados que, simplificando, poderíamos resumir em três categorias:

- *a já velha e mal resolvida questão da propriedade efectiva dos bens arqueológicos, quer os provenientes de achados ocasionais, quer os resultantes da actividade arqueológica (assunto abordado na Mesa Redonda "A quem pertence o património?", promovida pelo Centro de Arqueologia de Almada em Junho de 2001);*

- *as recentes propostas de abertura à sociedade civil em geral e à iniciativa privada em particular, da gestão dos bens arqueológicos, nomeadamente a concessão de exploração turística de sítios arqueológicos propriedade do Estado (vide Revista ERA-Arqueologia, nº 4, Dezembro 2001);*

- *ou por fim, e em especial, o grande incremento da prática da chamada "arqueologia preventiva" que finalmente parece ter conquistado um lugar próprio no âmbito das actividades do planeamento e gestão territorial mas que hoje é quase exclusivamente assegurada pelo sector privado emergente, com algumas vantagens mas também com inegáveis limitações.*

Virá pouco a propósito do tema que nos propusemos abordar, desenvolver os dois primeiros aspectos, ainda que valha a pena tecer sobre eles breves considerações. Mais do que nunca, escudando-se no neo-liberalismo dominante, e apesar de esforços ocasionais das instituições responsáveis (IPPAR, IPA ou IPM), o Estado reconhecendo afinal o direito à titularidade privada dos bens arqueológicos móveis ou imóveis mas sem capacidade de exigir a respectiva conservação, não manifesta interesse na respectiva aquisição mesmo que esteja em

causa, a salvaguarda de valores excepcionais. Por sua vez, da parte dos particulares, são cada vez mais descaradamente assumidos, com a complacência da sociedade se não mesmo das instituições, posicionamentos inequivocamente especulativos, procurando retirar dividendos socialmente injustos face à mínima demonstração de interesse público por bens arqueológicos, até então ignorados, se não mesmo totalmente desprezados pelos respectivos detentores. Já no que respeita à eventual gestão privada de bens arqueológicos, independentemente da respectiva titularidade, vale a pena discutir o assunto, ainda que as perspectivas de um verdadeiro mercado neste domínio nos pareçam ainda muito distantes. Uma coisa é vender 50% da ENATUR entregando à iniciativa privada a "gestão/exploração" de algumas dezenas de monumentos nacionais, já transformados (nem sempre da maneira mais adequada) em unidades hoteleiras de luxo. Outra coisa seria "conceder", obedecendo aos exigentes princípios e convenções da conservação arqueológica, a gestão de sítios ou monumentos cuja única fonte de receita provirá da sua visita pública. Se o Estado (o contribuinte) estiver disposto a pagar a diferença da factura, é natural que o mercado se mostre interessado na oportunidade do negócio...

Já no que respeita à "arqueologia preventiva", no entanto, a realidade actual ultrapassou as previsões mais ousadas que poderiam ter sido feitas há pouco mais de uma década, existindo hoje de facto um verdadeiro mercado de prestação de serviços arqueológicos. Não estaremos, porém, perante a resposta a uma necessidade cultural claramente intuída pela sociedade mas, sobretudo, perante uma exigência técnico-administrativa, tendencialmente burocratizada e cujos benefícios ou resultados nem sempre são completamente evidentes. Apesar das reservas e dos perigos vários, esta actividade emergente abre novos e amplos espaços de intervenção (inventário e planeamento territorial, avaliação e minimização de impactes, acompanhamento de obras ou escavações de salvamento) conferindo um inesperado poder e visibilidade social à disciplina no seu todo. Tal expansão acarreta, em contrapartida, inevitáveis conflitos de interesse, exigindo a definição clara e objectiva

de regras ou códigos de conduta para os diversos intervenientes e, naturalmente, a criação de estruturas credíveis de mediação ou regulação. Não estamos de facto frente ao binómio simplista do interesse privado *versus* o interesse público, mas sim perante uma teia de interesses e valores multipolares (culturais, sociais, ambientais, económicos, etc...) passíveis das mais variadas fórmulas e arranjos no momento da decisão política.

Com efeito, serão as leis do mercado, da concorrência e do lucro, adequadas às exigências de uma actividade que, para se justificar socialmente, necessita de ir muito além da simples e imediata prestação de um serviço técnico? Não haverá a tentação neo-liberal de reduzir a Arqueologia a algumas vertentes mais lucrativas, como a da "arqueologia preventiva", ou por outras palavras a "arqueologia da remoção dos obstáculos que limitam as obras"? A resposta estará algures no meio, articulando a iniciativa dos profissionais de arqueologia, não obrigatoriamente numa base empresarial, com uma forte intervenção pública de promoção e apoio à integração científica e cultural do conhecimento arqueológico que, apesar do aparente desenvolvimento, não passa muitas vezes dos relatórios ilegíveis impostos pela burocracia.

A concretização de uma tal política não é fácil e, mesmo quando procuramos exemplos ou paralelos de outros países europeus, encontramos respostas muito variadas, como acontece nos países do Norte da Europa, em parte dos estados alemães ou na Grécia, mantêm-se modelos estatizantes, decorrentes de fortes tradições intervencionistas, mas noutros países europeus, tal como em Portugal, muita da actividade arqueológica "preventiva" é já realizada por empresas privadas. O caso francês, país com forte tradição de intervenção estatal em "Arqueologia de Salvamento", atravessado por recente e vivíssimo debate político-social, é bem ilustrativo das perplexidades que hoje se nos deparam. Até 1973, a arqueologia de salvamento era executada pelas velhas circunscrições arqueológicas (tal como aconteceu em Portugal, entre 1980 e 1990, com a experiência dos serviços regionais de arqueologia). De 1973 a 2001, procurando ultrapassar as limitações administrativas do Estado e face ao incremento das neces-

sidades neste domínio, o Estado cria uma instituição paralela (AFAN- Association pour les fouilles archéologiques nationales) que, apesar do respectivo estatuto, dependia totalmente da Administração Pública, acabando por sofrer dos mesmos problemas e estrangulamentos. Em 2001, num contexto político neo-liberal, depois da extinção da AFAN e da tentativa gorada de entrega desta actividade à iniciativa privada, foi criado o INRAP (Institut National de Recherches Archéologiques Préventives) que manteve a exclusividade da actividade arqueológica de salvamento. Como novidade, a lei que instituiu o INRAP, criou uma "taxa" proporcional a ser paga pelos promotores públicos ou privados, cujos projectos representassem uma ameaça ou risco sobre o património arqueológico. A "taxa" não é entendida como um pagamento de um serviço concreto de "arqueologia preventiva" mas como um imposto geral que contribuirá não só para as actividades imediatas da salvaguarda, mas também para a investigação e valorização patrimonial.

Esta dicotomia entre as exigências da salvaguarda, (garantida hoje em dia pelas obrigações dos promotores e empreiteiros e resolvida no terreno pelos prestadores de serviços arqueológicos) e as necessidades da Arqueologia, enquanto actividade antes de mais científica é, talvez, o maior drama da actual situação da Arqueologia portuguesa. Escava-se hoje praticamente um pouco por todo o lado, acumulam-se registos e observações, amontoam-se materiais arqueológicos sem destino aparente, sem que em contrapartida ao nível científico, nas suas múltiplas vertentes se vejam os resultados esperados. É certo, que estes problemas não decorrem apenas do modelo organizativo. Algumas circunstâncias conjunturais concorrem também para aquele fraco desempenho. A debilidade financeira e organizativa da maior parte das "empresas", vivendo do emprego precário, a total ausência de regulação ou fiscalização (séria) da actividade empresarial neste domínio ou ainda, independentemente da experiência dos profissionais envolvidos, a ausência de "standards" mínimos de actuação estabelecidos e fiscalizados por uma verdadeira entidade licenciadora. Tal cenário torna praticamente impossível o salto qualitativo entre uma simples prestação de um

serviço técnico e a produção de conhecimento científico, supostamente inerente à actividade arqueológica em geral. Daí, ao rebaixamento dos níveis técnicos para responder à concorrência de preços ou à manipulação ou instrumentalização dos dados para obter dividendos ou contrapartidas menos claras, vai um passo muito pequeno mas extremamente grave no caso de ser dado.

Em conclusão, podemos afirmar que a "arqueologia preventiva" é hoje em Portugal uma actividade com alguma pujança mas completamente desregulada, vivendo apenas de alguns princípios legais muito genéricos, carecendo de regulamentação, e de práticas avulsas não standardizadas. Vive-se à força de muito voluntarismo, por vezes com o apoio fácil (porque a polémica vende) da comunicação social e algumas exigências cegas, por vezes abusivas, por parte dos serviços de tutela. É óbvio que a salvaguarda do património arqueológico passará sempre pelo inevitável confronto com outros interesses sociais e económicos, uns mais legítimos que outros. Mas para a Arqueologia poder participar em pé de igualdade nesse processo negocial cada vez mais duro e complexo, tem de ser capaz de ir além da simples ainda que pontualmente eficaz estratégia do *lobing*, com o fácil e volúvel apoio mediático. Antes de mais, organizando-se, credibilizando-se e defendendo-se profissionalmente. Depois, colaborando com a Administração competente na definição de regras claras que traduzam inequivocamente os princípios da "Convenção de Malta" ou da própria Lei de Bases do Património Cultural (coisa que actualmente está muito longe de acontecer). Finalmente, sem pôr em causa o interesse e a necessidade do desenvolvimento de um empresarial sólido e competente ao nível da complementaridade da prestação de diversos serviços arqueológicos, exigir que o Estado não se refugie oportunisticamente numa mera posição neo-liberal de regulação ou fiscalização da actividade arqueológica, como se esta fosse mais uma actividade comercial...

Com efeito, a Arqueologia é antes de mais e acima de tudo uma actividade que apenas se justifica se assumida enquanto "Ciência". Se promovida ou financiada apenas numa base comercial, é óbvio que jamais será

capaz de realizar as mais valias necessárias indispensáveis ao pleno desenvolvimento das suas responsabilidades sociais no domínio cultural e científico e então será uma mera perda de tempo e de recursos. Daqui decorre que ao Estado competirão sempre, nos termos constitucionais e legais, deveres inalienáveis em relação ao património arqueológico. Seja nos campos da formação e da educação, seja nos da promoção e apoio à investigação, seja finalmente nos da gestão e salvaguarda.

Notas

¹ Arqueólogo, IPPAR, Direcção Regional de Évora

² Por mais que isso possa hoje espantar leitores mais jovens, é bom recordar que tal Lei, incluindo este princípio tão "esquerdista", foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, acolhendo algumas sugestões e contributos da então Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, órgão consultivo que funcionava junto do IPPC (Instituto Português do Património Cultural).

³ O jurista João Martins Claro, na Mesa Redonda "A quem pertence o património" organizada em 2001 pelo Centro de Arqueologia de Almada e reportada em CD-ROM anexo ao nº10 (II Série) da revista *Almadan*, comentando este artigo afirmou "Em termos jurídicos, não sei o que é 'património nacional'"

⁴ A criação dos Serviços Regionais de Arqueologia (DL 403/80), enquanto únicos serviços regionalizados do também então instituído IPPC surgiu em boa parte como resposta ao impacto mediático provocado por perdas irreparáveis dos vestígios de "Bracara Augusta" verificadas na segunda metade dos anos 70 face à rápida e descontrolada expansão urbanística de Braga.

⁵ "Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico." Artº75 da Lei 107/2001, Lei de Bases do Património Cultural

Entre o Público e o Privado. Conflito e Ruptura na Arqueologia Portuguesa

Sérgio Carneiro¹

*Entre nós e as palavras há metal fundente
(...)
E entre nós e as palavras, o nosso dever de falar*
Mário Cesariny

Entre os interesses público e privado existe, tendencialmente, uma relação conflituosa. Este conflito, inerente ao próprio tecido organizativo da nossa sociedade, resulta do contrato tácito estabelecido entre os particulares e o estado, no sentido de este defender o conjunto dos interesses comuns. Ao aceitar tal contrato, os cidadãos prescindem do direito natural a exercerem a sua vontade livre e ilimitadamente.

A defesa do património cultural é, no conjunto das responsabilidades delegadas pelos cidadãos no governo do estado, das que maior consenso reúnem. No entanto, quando esta tarefa colide com o interesse particular do cidadão, especialmente se se tratar de património arqueológico, este tende a perder a visão de conjunto, para regressar ao estado natural lockiano, e usar de todos os meios ao seu alcance para fazer prevalecer o triunfo da sua vontade, ainda que à custa da perpetração de um crime.

Em Portugal, verificou-se desde há cerca de uma década, o surgimento de numerosas empresas privadas e profissionais liberais que vêm assegurando na maior parte dos casos as medidas de minimização necessárias à preservação do registo arqueológico quando este está ameaçado por empreendimentos públicos ou privados.

Esta situação, em ruptura com a preexistente de domínio quase exclusivo das intervenções arqueológicas por parte das universidades, teve origem na adopção do princípio do poluidor / pagador, importado da legislação de protecção do meio ambiente. Segundo este princípio, cabe ao promotor de obras que produzam revolvimento do subsolo em grandes extensões ou em áreas protegidas tomar medidas que garantam a salvaguarda do património arqueológico eventualmente existente no local.

A um observador externo esta evolução poderia parecer normal e até saudável num quadro de progressivo emagrecimento do estado e da estimulação da iniciativa privada. O mesmo se passa em outras áreas, como a saúde ou a segurança social.

Há, no entanto, um elemento perverso na relação dos particulares com a arqueologia que não existe em outras áreas: enquanto na saúde o interesse público coincide perfeitamente com o dos clientes – os doentes

que querem ser curados – em arqueologia, com excepção dos casos em que o promotor das obras é o próprio estado, estes interesses diferem e são até, na maior parte dos casos, opostos: à sociedade interessa que o património arqueológico seja preservado e estudado da melhor maneira possível enquanto que ao cliente interessa ver-se livre do incómodo obstáculo que este património constitui para a prossecução dos seus fins.

Neste conflito de interesses a posição do arqueólogo no terreno é de uma extrema delicadeza. Frente a quem lhe paga – e ao balde da retro-escavadora – estão apenas os princípios éticos que a sua consciência lhe ditar e a fiscalização que o estado exercer sobre o sítio. Dado que os grilos falantes são uma espécie em vias de extinção e que as entidades que, por parte do estado, deveriam exercer uma apertada fiscalização estão na fase de amolecimento que antecede a fusão dos metais, a fronteira entre o rigoroso cumprimento da lei e a sua grosseira violação é cada vez mais ténue.

A relação das entidades privadas com a arqueologia tem ainda um outro efeito perverso que não é, talvez, menos lesivo do interesse público que o anteriormente exposto. O aumento exponencial da actividade arqueológica de emergência não conduziu, por estranho que pareça, a um igual aumento do conhecimento científico produzido nesta área. A enorme massa de materiais exumados e depositados em parte incerta, bem como as resmas de papel milimétrico e fichas de unidade estratigráfica que, por incúria ou falta de qualidade, não foram transformadas em artigos ou monografias põem-nos perante a incómoda posição de ter que responder à pergunta do incauto: mas afinal para que serve a arqueologia? Sem produção de conhecimento, não passamos, aos olhos da comunidade, de um estorvo.

Pode argumentar-se que o actual modelo de execução dos trabalhos arqueológicos de emergência por entidades privadas (empresas) não é o ideal, que seria preferível ser o estado a encarregar-se desta tarefa. O modelo público garantiria em condições ideais a qualidade dos trabalhos, o estudo e publicação dos dados recolhidos e a salvaguarda das estruturas com valor patrimonial encontradas. Infelizmente não vivemos num mundo ideal e a recente experiência francesa veio mos-

trar-nos que a existência de um enorme instituto público encarregue de proceder a todas as intervenções arqueológicas de emergência pode conduzir a uma situação de ruptura. Com o estado actual das finanças públicas portuguesas a implantação de um tal modelo é, de resto, totalmente irrealista.

Para que a relação entre o público e o privado na arqueologia possa ser benéfica para a sociedade portuguesa, há que obrigar os arqueólogos, únicos interlocutores entre o registo arqueológico e a comunidade, à observância de um código deontológico, é ainda necessário que se estimule a produção de artigos de qualidade que possam conduzir à produção de memória que a comunidade espera de nós.

A auto regulamentação da classe parece-nos assim urgente. Este caminho contribuirá não só para a protecção do património, mas também para a dos profissionais do sector. Reforçar o papel fiscalizador do estado e assegurar, por meio de subsídios e bolsas, o estudo dos materiais em depósito, bem como a prossecução da política de publicações até agora assumida pelo IPA, parece-nos também fundamental, já que não se pode exigir que sejam os privados a pagar o que quer que seja que ultrapasse a minimização do impacte por eles causado e a produção do respectivo relatório.

Chaves, Janeiro de 2003

Notas

¹ Presidente da APA (Associação Profissional de Arqueólogos)

Por uma Arqueologia de Serviço Público

Jorge Raposo¹

Neste como noutros planos da interacção social, não é fácil caracterizar de forma simplista as esferas do público e do privado e traçar com clareza as fronteiras entre ambas, até porque assentam em premissas ideológicas que induzem uma geometria variável no tempo e no espaço, dependendo da diversidade dos paradigmas de interpretação da realidade e da sua transformação ao longo do tempo.

No entanto, não podemos ensaiar a reflexão sobre a aplicabilidade destes conceitos à Arqueologia portuguesa sem levar em linha de conta a **função social** de uma disciplina que, numa certa perspectiva, se comporta como uma verdadeira ciência social:

- toma por objecto a variabilidade do comportamento humano, partindo geralmente da denominada "cultura material" para desvendar e interpretar sistemas de relações sociais e processos de transformação social;

- produz conhecimento que deve ser sociabilizado, através de mecanismos de aferição com outras áreas de saber e de partilha com sectores sociais tão amplos quanto possível;

- revela bens móveis e imóveis que são património da comunidade e, como tal, devem ser estudados e preservados para fruição das gerações presentes e vindouras.

Enquanto agente deste processo, o arqueólogo tem deveres profissionais, éticos, deontológicos e, até, de cidadania, sobre os quais importa reflectir.

No âmbito do presente texto, não se enfatizará a responsabilidade social do arqueólogo no plano do correcto exercício da sua profissão, nem aquela que o coloca perante a necessidade de atempada e adequada divulgação de resultados junto dos seus pares e da comunidade em geral, nem sequer a que advém da obrigatoriedade de respeitar os sítios intervencionados e contribuir para a sua valorização. Privilegiar-se-á antes a articulação de algumas ideias sobre a atitude do arqueólogo face à perenidade dos registos e dos espólios resultantes da aplicação do método que caracteriza a essência da actividade arqueológica: o trabalho de campo.

De facto, independentemente das diferentes técnicas utilizadas, todos temos consciência das circunstâncias

irrepetíveis em que ocorrem as acções de prospecção e/ou acompanhamento, e da natureza destrutiva das intervenções de sondagem e/ou escavação sobre os contextos em estudo. Por isso se desenvolveram gradualmente complexos mecanismos de registo, que tendem a explorar as crescentes possibilidades das técnicas e tecnologias disponíveis, de modo a "fixar" num *corpus* tão diversificado quanto possível o processo de descoberta que sustentará posteriores interpretações cronológico-culturais.

A importância do registo arqueológico está consagrada, desde logo, no Art.º 75.º da Lei 107-2001, que lhe atribui o estatuto de primeira medida do regime de protecção de bens arqueológicos². Essa importância é também devidamente realçada pelo Código Deontológico dos Arqueólogos, que estipula como um dos deveres destes profissionais o *"ter sempre presente [...] que o registo é primordial e deve ser elaborado de forma adequada, inteligível e duradoura"* (Art.º 16). Este documento determina ainda que, concluído o trabalho de campo e *"o tratamento e estudo da informação e materiais, [deve o arqueólogo] depositar o espólio devidamente catalogado bem como o registo, integral e organizado, em local conveniente"* (Art.º 19).

Os destaques a negrito no parágrafo anterior destinam-se precisamente a sublinhar as características de **inteligibilidade, durabilidade, integridade e organização** a que deve obedecer o registo arqueológico. Isto é, este tem de ser compreensível não apenas para quem o produz, mas também para outros que a ele necessitem de recorrer, deve garantir que essa acessibilidade se mantém pelo maior período de tempo possível e, por fim, só faz sentido enquanto todo coerente e organizado. O arqueólogo não pode, por isso, tratar o registo de campo ao nível do diário intimista e codificado (a ponto de, por vezes, nem ele próprio o entender totalmente em leituras posteriores), indiferente ao facto de serem mais ou menos percíveis os suportes que utiliza para textos, fichas, desenhos, imagens... Ao aceitar subscrever o código de conduta que rege a sua actividade profissional, o arqueólogo não pode, principalmente, encarar essa documentação como propriedade pessoal e intransmissível, alijando a responsabilidade que lhe está

cometida enquanto protagonista de experiências únicas e produtor de memórias que deverão integrar, por direito próprio, o futuro arquivo histórico da Arqueologia portuguesa – todos somos apenas primeiros depositários de parcelas maiores ou menores desse grande banco de dados, com contribuições que só o distanciamento temporal permitirá valorar devidamente.

Por outro lado, subjacente ao articulado do referido Art.º 19.º, que estipula o depósito integral e organizado dos registos, está um outro princípio nem sempre devidamente relevado, isto é, o de que toda a documentação de campo deve incorporar um **sistema integrado de documentação e gestão de espólios**, que compreenda a informação sobre as condições de achado e recolha e se enriqueça com os materiais técnicos e outros que emanem de posteriores acções sobre esse mesmo espólio (estudos, trabalhos de conservação ou restauro, exposições, publicações, etc.). Sem essa informação documental cumulativa, os bens exumados perderão grande parte da significância cultural de que são portadores, quedando-se praticamente "mudos" quanto ao seu enquadramento contextual e aos fenómenos que caracterizam o processo de formação de cada arqueossítio. E há que ter consciência que um relatório de síntese ou qualquer outro texto produzido não deixam de ser apenas um dos discursos possíveis sobre a "realidade" estudada, indissociável de quem o produz, das condições em que o faz, dos objectivos que persegue e do(s) destinatário(s) que tem em vista. A alteração de qualquer uma destas variáveis conduz, naturalmente, à obtenção de resultados diferentes. Por isso se torna imprescindível manter uma reserva documental fisicamente integrada com a reserva de espólios, de modo a promover, agora e no futuro, a necessária aferição e partilha do conhecimento, partindo eventualmente de outros quadros conceptuais e perspectivas de abordagem, da aplicação de novas metodologias ou da disponibilidade de diferentes técnicas e tecnologias, salvaguardadas naturalmente as questões éticas e deontológicas relacionadas com os direitos de autor e de propriedade científica.

O corolário lógico desta argumentação conduz-nos à constatação de que, em resultado do exercício da arqueologia promovida por profissionais independentes

ou ligados a instituições públicas ou privadas, carecemos de uma rede de arquivos e reservas públicas³, gradualmente dimensionada em função das necessidades do país, dotada de meios logísticos, técnicos e humanos que permitam garantir condições de segurança, acondicionamento, monitorização e conservação adequadas, preparada para acolher investigadores internos e externos que desejem tomar por objecto de estudo as colecções à sua guarda, aberta à exploração das novas tecnologias de comunicação e circulação da informação, nomeadamente pelo recurso à informatização, à centralização de dados e à sua difusão por via electrónica.

E seria de todo conveniente que esta rede coincidissem, no todo ou em parte, com a rede museológica nacional, uma vez que é à instituição museal que a legislação nacional e as convenções internacionais cometem a missão de investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir os testemunhos do Homem e do Meio, contribuindo para a (re)construção permanente das identidades locais, a sociabilização do conhecimento e a transmissão de memórias sociais.

"Promover a constituição de uma rede nacional de depósitos de espólios de trabalhos arqueológicos" era, aliás, uma das competências cometidas ao Instituto Português de Arqueologia na respectiva Lei Orgânica⁴ e, em entrevista à época concedida à revista *Al-Madan*⁵, o então director do IPA, João Zilhão, propunha-se desencadear um processo de identificação dos locais de acolhimento de materiais arqueológicos, como ponto de partida para a institucionalização de mecanismos de credenciação de museus com condições para exercer essa função, a desenvolver em conjunto com o Instituto Português de Museus. Ficava claro, contudo, que se tratava de uma perspectiva pragmática de criação de "depósitos" que resolvessem, no curto prazo, situações de armazenamento de espólio, num conceito algo distante do de "reserva arqueológica", que implica a garantia de, pelo menos, algumas funções museais, nomeadamente as que têm a ver com o respeito pelas adequadas condições ambientais e de segurança, o acompanhamento técnico qualificado das condições de conservação dos materiais e o desenvolvimento dos processos de documentação e inventário, favorecendo o seu estudo, a integração com

iniciativas de carácter expositivo, com programas pedagógicos e formativos, com projectos editoriais, etc. De facto, foram criados de raiz novos depósitos de materiais afectos às unidades territoriais do IPA, mas João Zilhão, na sessão de abertura do Iº Encontro Nacional de Museus com Colecções de Arqueologia (Lisboa, 1999), reconheceu lucidamente as limitações da falta de avanço na interligação com o IPM, que ainda hoje se mantém⁶.

Mais recentemente, no IIº Encontro deste tipo de instituições (Porto, 2002), foi possível voltar ao tema, na sequência das intervenções de Clara Camacho e de Maria José de Almeida, em representação da Rede Portuguesa de Museus e da Associação Profissional de Arqueólogos, respectivamente.

Esta última reflectiu precisamente sobre as condições de reserva das colecções arqueológicas, com base nos resultados de inquérito que a APA realizou, nesse mesmo ano, sobre o exercício da Arqueologia nos municípios portugueses⁷. Dai se constata, por exemplo, que, em 88 casos de autarquias identificadas como tendo à sua guarda colecções arqueológicas, 33% não tutelam museus, 25% não têm técnicos de Arqueologia ao seu serviço e 30% não dispõem sequer de instalações próprias para reserva desse espólio!

Estes resultados preocupantes vêm na linha do que já se podia antever do inquérito, de âmbito parcialmente coincidente, que a revista *Al-Madan* promoveu em 1993, de onde se concluiu que 26% dos 66 museus com colecções de Arqueologia inquiridos não dispunham de biblioteca ou centro de documentação aberto ao público e, mais grave ainda, um terço assumia não possuir reservas (e muitos dos outros apenas afectavam a essa função espaços insignificantes). Registavam-se ainda insuficiências gritantes ao nível da segurança e do controlo ambiental, uma vez que sistemas de prevenção desse tipo se encontravam activos apenas em 23% e 6% dos casos, respectivamente⁸.

Uma outra análise do tecido museológico português, de maior amplitude e diversidade de objectivos, promovida pelo Observatório das Actividades Culturais e apoiada pelo IPM⁹, veio a confirmar estas e outras carências, embora num contexto de melhoria qualita-

tiva tendencial. Confirmou, também, o lugar de destaque ocupado pelas coleções de Arqueologia, o terceiro acervo mais importante, predominando em cerca de um quarto dos museus portugueses, que tinham então à sua guarda perto de 600 mil peças de referência e materiais representativos de quase sete mil arqueossítios.

Esta base de dados, que tomou por universo 530 museus, esteve na génese da instituição, pelo IPM, de uma estrutura de projecto destinada a instalar uma Rede Portuguesa de Museus, perspectivada, nas vertentes física e de circulação da informação, como *"sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, tendo por objectivo a promoção da comunicação e da cooperação, com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa"*. Entre outros meios de atingir esse objectivo estão a recomendação e divulgação das *"boas práticas museológicas"*, o incentivo ao *"desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus, nomeadamente no que respeita ao estudo, à conservação e à divulgação do respectivo património"*, e a promoção da *"qualificação dos museus, designadamente dos seus espaços funcionais, dos seus serviços técnicos e científicos e das suas actividades dirigidas aos públicos"*¹⁰. Pela primeira vez no nosso país, definiu-se um processo de adesão mediante mecanismos prévios de credenciação que atendem a critérios como o cumprimento da função social internacionalmente cometida a este tipo de instituições, aos níveis de observância dos cuidados de preservação e de valorização das coleções e dos acervos e, por fim, à sustentabilidade das unidades museológicas, em termos de recursos humanos, técnicos, enquadramento institucional e dotação orçamental. Essa rede integra já, à data em que este é redigido, 114 museus, maioritariamente sob tutela da administração local (42%), mas envolvendo também a administração central (28%), entidades privadas (16%), a administração regional (12%) e algumas empresas públicas (2%). Um pouco mais de um terço deste universo detém coleções de Arqueologia.

Prevê-se que esta estrutura venha a reforçar-se com a aprovação da futura Lei-Quadro dos Museus, que se aguarda seja brevemente apreciada em plenário da Assembleia da República¹¹. Para além de definir as

bases de uma política museológica nacional, o diploma deverá clarificar o próprio conceito de museu, a sua função social e as responsabilidades que lhe incumbem perante os bens culturais e a informação que lhes está associada, enfatizando a indissociabilidade destas duas componentes. Será certamente conferido um novo enquadramento legal à RPM, sendo esta uma excelente oportunidade para normalizar a incorporação de bens arqueológicos nas estruturas museológicas, preferencialmente em instituições cujo cumprimento dos critérios previamente definidos lhes tenha permitido aderir à Rede. Num momento em que subsiste por regulamentar a Lei 107/2001, de 8 de Setembro, e que se mantém nebulosa a futura estrutura da administração central na área do Património, face à há muito anunciada "fusão" do IPA com o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), a qual obrigará, necessariamente, à revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, seria também este o momento ideal para compatibilizar essa incorporação com a legislação aplicável à investigação arqueológica.

O reforço da estrutura da RPM e uma atenção particular para o futuro enquadramento legislativo das coleções arqueológicas foram, aliás, duas das conclusões finais do IIº Encontro Nacional de Museus com Coleções de Arqueologia, já mencionado.

A instalação de uma rede de arquivos e reservas públicas, assente na rede museológica nacional e, pontualmente, noutras estruturas que assegurassem parte das funções museais, para além de permitir uma verdadeira gestão integrada dos bens arqueológicos, permitir-nos-ia ainda enfrentar uma das consequências negativas do aumento exponencial do número de intervenções e da consequente fragmentação do mercado da Arqueologia portuguesa, centralizando a informação indispensável à produção de sínteses e ao desenvolvimento de uma verdadeira Arqueologia de território, seja este entendido à escala local, regional ou nacional.

De facto, o que acontece hoje, fruto da acção de equipas ligadas ao IPA ou ao IPPAR, às universidades, às câmaras municipais, a empresas ou a profissionais liberais, por vezes em contextos claramente relacionáveis mas com pequena ou nula intercomunicabilidade cien-

tífica, é a dispersão generalizada dos espólios e/ou dos fundos documentais, apenas minorada pela incorporação dos relatórios de síntese no arquivo do IPA.

As características redutoras deste tipo de documentos, a relativa dificuldade de acesso aos seus conteúdos e a insuficiente circulação da informação limitam claramente a cabal afirmação social da Arqueologia enquanto poderosa ferramenta de construção do discurso histórico, onde estéreis discussões sobre pretensas supremacias do modelo público ou privado deveriam dar lugar a uma relação dialéctica inteligente e inovadora, no sentido da complementaridade e da clarificação de atribuições funcionais, competências, comportamentos científicos, éticos e deontológicos.

É a isto que chamo uma **Arqueologia de serviço público**, assente numa consciência social partilhada por agentes públicos e privados e consentânea com a dignidade e importância dos bens patrimoniais que lhes compete descobrir e dotar de novos significados.

Dezembro de 2003

Notas

¹ Centro de Arqueologia de Almada.

² "Aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico" (Art.º 75º, ponto 1).

³ Não no sentido da exclusividade da tutela ligada à administração pública (central, regional ou local), mas sim do respeito por garantias generalizadas de acessibilidade pública, mediante um conjunto de regras claras e assentes em critérios científicos, éticos e deontológicos.

⁴ Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio (Art.º 3º, alínea m).

⁵ RAPOSO, Jorge (1997) – "Instituto Português de Arqueologia: entrevista com João Zilhão". *Al-Madan*. IIª Série. 6: 78-98. Ver, em particular, as páginas 93 e 95.

⁶ Ver RAPOSO, Jorge (1999) – "Museus Com Coleções de Arqueologia". *Al-Madan*, IIª Série, 8: 204.

⁷ Resultados disponíveis para *download* em <http://apa.no.sapo.pt>.

⁸ RAPOSO, Jorge (1993) – "Museus Portugueses com Coleções de Arqueologia". *Al-madan*. IIª Série. 2: 61-71.

⁹ *Inquérito aos Museus em Portugal* (2000) – Lisboa: IPM / Observatório das Actividades Culturais.

¹⁰ Mais informação em <http://www.@rpmuseus-pt.org/>.

¹¹ A referida Lei Quadro dos Museus Portugueses veio a ser aprovada por unanimidade e publicada no período decorrido entre a redacção deste texto e a revisão das provas para impressão (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto). Nela se clarificam os conceitos de "museu" e de "coleção visitável", ao mesmo tempo que se institucionaliza a Rede Portuguesa de Museus e o sistema de credenciação que poderá estar na base do sistema integrado de documentação e gestão de espólios que nestas linhas se defende.

A Arqueologia: que perspectivas profissionais?

Teresa Júdice Gamito

A minha contribuição neste debate será, logicamente, mais sob o ponto de vista do ensino e das saídas profissionais dos nossos alunos universitários, embora todos os problemas sócio-económicos e demográficos do momento actual estejam presentes em todos os aspectos e aproximações que possamos fazer ao problema.

A crise conjuntural que afecta o mundo neste momento atinge, necessariamente, a Arqueologia e todas as outras disciplinas e profissões. Nas Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, reunida no Anfiteatro da Escola de Belas Artes em Lisboa, referi que todos os aspectos que iria abordar diziam respeito a todos os países ocidentais, sendo Portugal também uma vítima dessa mesma conjuntura, e parece que a situação não melhorou, antes pelo contrário piorou. As influências negativas que irei abordar seguidamente não dizem respeito apenas à Arqueologia mas afectam todas as actividades e todas as circunstâncias em que vivemos hoje em dia. Assim, quando nos debruçamos sobre a conjuntura actual, verificamos que a situação da Arqueologia não foge à regra geral que afecta todas as actividades culturais, económicas e sociais e que passamos a referir:

1. A crise demográfica;
 2. A conjuntura económica;
 3. As crises social e cultural;
 4. A adaptação às circunstâncias e exigências actuais;
 5. A necessidade de renovação do ensino universitário, e a falha evidente dos Politécnicos e das Universidades;
 6. O Público e o Privado na Arqueologia Portuguesa.
 7. O aparecimento de empresas privadas
- Iremos analisar, sucintamente todos estes aspectos, a que certamente iremos juntar mais outros, quando passarmos ao debate.

1. A crise demográfica – a crescente preocupação com a diminuição acentuada da natalidade nos países europeus e o envelhecimento das populações, são factos que se têm vindo a agravar cada vez mais e que neste momento se encontram mais agudizados. Nota-

se que este momento é exactamente aquele em que a falta de renovação da população europeia, e portuguesa, vem trazer graves problemas na força de trabalho, no ensino a todos os níveis, na economia de todos países europeus. Este facto veio acarretar com ele o recurso a populações migrantes que vêm suprir essas falhas no mercado de trabalho mas que, neste momento, em nada contribuem para a magra população estudantil das nossas escolas e das nossas universidades. Com a fixação das populações migrantes pode esta situação melhorar um pouco, e já se observa em alguns casos (ensino primário e secundário). Nas universidades essa falta de crescimento ou manutenção da população faz-se já sentir de um modo bastante agudo.

2. A conjuntura económica, em que o sistema vigente apresenta já sinais de ruptura e em que a ideia de lucro fácil era o objectivo imediato, terá também que ser revisto ou abrir-se as outras economias que também elas têm sofrido com a exclusividade do abastecimento de mercados. Tal como se esperava o sistema vigente iria, algum dia, apresentar sinais de ruptura, de abrandamento, senão mesmo de término para algumas economias. Portugal seguindo cegamente as determinações da União Europeia, fechando actividades e produções agrícolas e industriais sem criar alternativas, iria, fatalmente originar a estagnação de uma série de actividades e especializações profissionais. Daí que, como reflexo, muitos cursos universitários estejam a fechar por falta de alunos e de saídas no mercado do trabalho. Os países pequenos, de menores recursos, seriam os primeiros a sofrer as consequências e elas aí estão. Os subsídios não foram convenientemente aplicados e nenhuma economia se pode basear em subsídios e não em actividades produtoras. Daí que seja essencial a revisão de todo o sistema ou encontrar outras formas que irão trazer a solução ou a melhoria para os problemas económicos das sociedades ocidentais em geral e a da portuguesa em particular. A competição entre os vários países da U.E. é crescente e a crise daí originada também. Por outro lado, a crise económica traz necessariamente dificuldades acrescidas aos agregados

familiares que se limitam, na maior parte dos casos a ter apenas um filho.

3. As crises social e cultural, evidente em todos os debates públicos e nos media, está profundamente ligada a todos esses factores que afectam e são recorrentes a todas as sociedades actuais e às quais a sociedade portuguesa não foge também. A crise social torna-se cada vez mais profunda uma vez que se encontra ligada à falta de objectivos e de valores, ao desemprego crescente, à falta de primeiros empregos, factos que não são, de modo nenhum, estimulantes. Sem objectivos, sem finalidades de vida, sem emprego, a crise da juventude dos nossos países é cada vez mais acentuada: Estudar para quê? Esforçar-se para quê? Procurar o quê? Se acrescentarmos o facto de ser a população jovem aquela que mais mortes por desastres de viação apresenta podemos rapidamente avaliar a situação em que nos encontramos.

A crise cultural está intimamente ligada às circunstâncias sociais actuais. Ao aumento demográfico das nossas escolas nos anos 60 e 70, essencialmente devido às reformas dos ensinos primário e secundário e às campanhas de alfabetização, produziram um aumento crescente e temporário do número de alunos nas nossas escolas, a que se seguiu este abrandamento lento, diria mesmo, esta "morte lenta", em que o ensino caiu, a todos os níveis. O real aumento demográfico não se verificou e conseqüentemente as nossas escolas não se renovaram ou, pelo contrário, foram-se extinguindo, atingindo agora as universidades. A cultura não foi aumentando em termos globais. As crianças que tiveram acesso a níveis escolares mais avançados não foram acompanhadas por uma crescente valorização dos aspectos culturais, como a leitura e a experiência concreta com outras realidades, que não apenas as suas iniciais. O esforço na qualidade do ensino que deveria ter sido feito no acompanhamento desta população escolar, fornecendo-lhe bases sólidas de conhecimento e habilitações para as suas naturais aptidões foram igualmente descuidados e prejudicados por leis e resultados de aproveitamento de facto inexistentes. Por outro lado a televisão e os

media em muito pouco contribuíram para melhorar os níveis culturais do país, pelo contrário, o que produzem nos "horários nobres" são programas fáceis, para a conquista e competição de auditórios igualmente fáceis e ignorantes, com raras excepções. Observamos nas nossas universidades a quase total falta de hábitos de leitura e investigação dos nossos alunos. Nas suas casas, de um modo geral, "não há livros". Há tempos, conversando com um grupo de alunos meus e por ter verificado que ignoravam totalmente histórias tão comuns como a de Robinson Crusoe perguntei-lhes: "Então o que é que vocês lêem?!" a resposta foi elucida-tiva: "Professora, nós não lemos nada!" O que lêem, pelo menos assim o espero, é apenas o indispensável para fazerem esta ou aquela disciplina, e esquecerem rapidamente por já não serem necessários.

4. A adaptação às circunstâncias e exigências actuais são aspectos que convêm dedicarmos alguma atenção. Julgo que, de um modo geral, as várias reformas do ensino secundário realizadas em Portugal são feitas apressadamente, não deixando tempo às transições indispensáveis e têm uma aplicação imediata. Não há assim o tempo necessário de ajustamentos, nem para a verificação indispensável da sua exequibilidade. O que faz realmente falta no ensino secundário português é uma base sólida de conhecimentos e uma especialização adequada às aptidões individuais dos estudantes. O sistema inglês apresenta um estudo e acompanhamento das crianças e das suas aptidões desde, a creche e a escola primária, até ao final da escolaridade obrigatória, sugerindo um perfil das suas capacidades e aptidões profissionais e encaminhamento dos mais dotados e com espírito de investigação para as universidades. Além disso, o sistema de "further education" permite, aos jovens que saíam do secundário, preparar-se, nos Institutos Politécnicos, para exercerem uma profissão que gostem e em que podem ser de facto bons (Newcombe 1977; Júdice Gamito 1978). O sistema português, pelo seu elitismo habitual, não prepara os nossos jovens para o que quer que seja, nem sequer existe a preparação que as antigas escolas comerciais e industriais facultavam .

5. A necessidade de renovação do ensino universitário, a falha evidente dos Politécnicos e das Universidades é um aspecto fundamental. Continuamos ainda a não preparar os nossos licenciados para o que quer que seja. Se se podia pensar que o ensino universitário estaria mais vocacionado para preparar os alunos mais capacitados para a investigação e desenvolvimento científico e o ensino politécnico para preparar os nossos alunos para um conhecimento mais prático e aplicado à vida moderna verifica-se que, afinal, todos desejam ser do ensino universitário, isto é, licenciados, embora podendo não ter capacidades e vocação para tal e preparando-se dificilmente para a vida profissional. O ensino politécnico não é de facto um ensino politécnico, e que tanta falta fazia na preparação dos nossos técnicos, o ensino universitário raramente é de facto um ensino universitário e desenvolver as capacidades de investigação e de curiosidade científica inerentes à sua especificidade. Encontra-se limitado às circunstâncias inerentes ao meio e vocação dos seus alunos, à falta de laboratórios e meios, e equipamentos para prepararem convenientemente os seus alunos. Se juntarmos a estas circunstâncias as limitações do mercado de trabalho, as sucessivas rupturas ou encerramentos das nossas indústrias, ao desprezo pelas línguas, incluindo a Portuguesa, apercebemo-nos das dificuldades com que se debatem os nossos alunos. As especializações, os ramos profissionais, não vieram trazer senão uma solução temporária, rapidamente desactualizada. Cito por exemplo a saída profissional para os alunos de História, o ramo de Arqueologia, que durante algum tempo, e mesmo agora, ainda tiveram saídas profissionais interessantes imediatamente esgotadas. Por isso se constituíram empresas de arqueologia de sucesso mas que agora apresentam já uma saturação no mercado de trabalho. Que fazer então? Não podemos esquecer que Portugal é um país limitado; que a competição com o mercado de trabalho europeu é difícil e problemática; que a competição é cada vez maior e a luta desigual; mas essa é exactamente uma das saídas! Outra será o mercado Africano ou o da América latina, mas mais uma vez, a opção por esses mercados de trabalho especializado só se colocam nas decisões pessoais em última instância, e dependem

ainda da vontade dos governos dos respectivos países e do conhecimento desses mesmos países. Por outro lado, as especializações sobre a realidade desses continentes e países são inexistentes. É de facto difícil, para os nossos estudantes saírem desta situação, mas não impossível! E muito depende deles próprios e das suas decisões. A globalização, de que tanto se fala, também se encontra aqui.

6. O Público e o Privado na Arqueologia Portuguesa - A Arqueologia HOJE atravessa, de facto, momentos difíceis, uma vez que se assiste ao rápido final das grandes obras públicas e privadas que estão já a abrandar. E dos financiamentos previstos que cobriam essas intervenções. As universidades portuguesas mantêm projectos de investigação, cujo financiamento porém, escasseia cada vez mais, e ocupam-se da formação de futuros arqueólogos e de técnicos de património, que se irão dedicar a trabalhos de conservação e preservação de sítios arqueológicos, sua recuperação e valorização. Se Portugal é um país cujo destino se encontra cada vez mais ligado ao Turismo, julgo que uma e outra coisa, isto é, a Arqueologia e o Turismo, terão todo o interesse em caminhar lado a lado. Os projectos são indispensáveis para a investigação e treino dos estudantes, alertando-os e preparando-os para as diversas circunstâncias da sua vida profissional futura, mas é necessária a existência de fundos especiais que o permitam e façam face às necessárias e indispensáveis deslocações e alojamento de equipas de trabalho e de treino dos estudantes. Por outro lado a organização dos *curricula* dos cursos torna difícil esta prática indispensável.

7. O aparecimento de empresas privadas de arqueologia foi a resposta possível perante as múltiplas necessidades de acompanhamento das obras públicas ou/privadas e a projectos de investigação e recuperação que urgiam intervenções imediatas, bem como ao desemprego crescente dos alunos dos cursos de História. A maior parte destas empresas é constituída por técnicos responsáveis e competentes, mas, por vezes, a pressão de rapidamente executarem os trabalhos necessários, e outras, leva-os a descuidarem os estudo dos mate-

riais e os cuidados a ter em conta com a especificidade dos sítios arqueológicos e da sua própria preparação e investigação sobre os problemas que possam surgir na sua actividade diária. Julgo, no entanto, que nesta Mesa Redonda, outros colegas estão mais capacitados para responderem ou colocarem problemas ligados à Arqueologia Privada.

As universidades modernas não estão autorizadas a ter cursos de História como é o caso da Universidade do Algarve que tem apenas uma licenciatura em Património Cultural, igualmente necessária, que tem por finalidade preparar técnicos vocacionados especificamente para os problemas do património e a terem a consciência dos problemas que possam ter que vir a encarar. Por outro lado, os nossos alunos precisam de ter a noção dos técnicos especializados a que terão de recorrer e que virão prestar a sua contribuição para o estudo do caso concreto que têm entre mãos. Cada vez mais, o trabalho a realizar é um trabalho de equipa e os problemas terão também que ser solucionados em equipa.

Bibliografia

- JÚDICE GAMITO, T., 1978, "Portugal na escola", *O Jornal da Educação*, Ano II, nº15, pp.34-35
Newcombe, N., 1977, *Europe at School*, Methuen & Co. Ltd.

Público, Privado e Futuro na Arqueologia Portuguesa

Miguel Lago¹

Público ou Privado. Os limites entre estas esferas, supostamente bem diferenciadas, têm sido facilmente estabelecidos? Não querendo entrar na discussão relativa às virtualidades de cada uma delas ou à forma como se estruturam em diferentes modelos sociais, não posso deixar de considerar que no domínio do património arqueológico é particularmente curiosa a forma como se foi evoluindo no que respeita a limites que nunca, como hoje, foram tão claros.

Antecedentes

Considerando que a arqueologia arranca em Portugal pelo final do século dezanove, é evidente um percurso de pouco mais de cem anos que, com as suas diversas etapas e independentemente dos resultados científicos obtidos, revela uma predominância clara da esfera pública.

Durante esse longo período, em grande parte marcado por um Estado autoritário, centralizador e estruturador de valores muito específicos de pensamento e de cidadania, o património em geral foi encarado como instrumento ao serviço da ideologia política do Estado Novo. Então, e dada uma predominante invisibilidade dos sítios arqueológicos, muitas vezes remetendo para sociedades pré-nacionais, nunca se considerou que tais sítios fossem encarados como bens plenamente integráveis na rede patrimonial que foi sendo criada, assente predominantemente em castelos, igrejas ou palácios, nitidamente eleitos como referenciais da identidade nacional. Este critério foi fundamental nas opções de visibilização de tais elementos, permanecendo quase sempre excluídos os de cariz arqueológico, funcionando as exceções como confirmação da regra (Conímbriga ou Briteiros são exemplos que apenas a monumentalidade fez sobressair).

Enquadrada nesta mesma perspectiva terá estado a Etnologia portuguesa, enraizada em valores de carácter científico, mas que apenas foi estimulada como disciplina enquanto estes permanecessem globalmente úteis a determinados discursos e formas muito específicas de ler a realidade. O Estado Novo pretendia condensar marcas identitárias numa matriz folclórica cons-

tituída por um mosaico de diferentes tipos regionais, formadores de uma identidade nacional global. Com o passar do tempo, ambas as ciências estagnaram em Portugal, apesar dos esforços e trabalhos notáveis de alguns como Leite de Vasconcelos, Jorge Dias ou mesmo Orlando Ribeiro na sua área própria, cuja criatividade e liberdade foram limitadas pelo próprio Estado, que condicionou a sua acção cívica e científica.

Dado que durante esse período, o Património era uma das ferramentas da acção do Estado, procedia-se à selecção criteriosa dos elementos integráveis na sua estratégia política. Daí que o próprio Estado promovesse e pagasse as despesas necessárias com eventuais "recuperações" de âmbito patrimonial, sendo os cidadãos encarados como destinatários de valores seleccionados e "embalados" sob a forma de interpretações oficiais, muitas vezes assentes em reconstituições ou restauros totalmente ficcionais ou encenados.

Desta forma, se é evidente o domínio do papel do Estado ao longo daquela fase do percurso da nossa Arqueologia, o seu escasso enquadramento nas estratégias adoptadas, criou condições para a consolidação de uma actividade arqueológica praticada sem regras claras, de forma pouco controlada e com pouco ou nenhum rigor científico, por indivíduos oriundos das mais diversas profissões. Curiosamente, este relativo abandono do Estado em relação aos bens arqueológicos e aos seus problemas potenciou um polvilhar de iniciativas dispersas, muitas vezes de gestação local e resultantes do esforço de alguns indivíduos. Assim, a falta de empenho Público estimulou uma incipiente mas persistente tendência para iniciativas pessoais pelo que, de alguma forma, o sector privado na arqueologia parece ter aqui a sua origem. Da mesma maneira e ainda hoje, interesses pessoais ou de certos grupos enraizam neste espaço mal regado muita da sua conflitualidade que, ao longo de gerações, foi persistindo.

A partir de 1974, a arqueologia portuguesa foi amadurecendo. Tal como sucedeu em outras áreas culturais, como por exemplo a museologia, inúmeras acções decorreram de movimentos de dinamização cultural em que as identidades locais e o património surgiam interligados, desencadeando-se uma modernização de atitu-

des, reflexo de novas intenções de intervenção social. Apesar disso, penso que essa conjuntura era ainda eminentemente marcada por esforços individuais ou de grupos mais ou menos limitados e sem inter-ligações que tinham como causa comum o empenho na investigação, na salvaguarda e na valorização do património arqueológico. Na realidade, até ao início dos anos noventa do século vinte a relevância da actividade arqueológica foi limitada, uma vez que a sua visibilidade era socialmente reduzida. Com o novo regime o património deixou de estar ao serviço de uma ideologia tão vincada, até por recusa face ao modelo anterior, sendo antes integrado e de certa forma diluído numa política cultural mais abrangente em que se procurava renovar o conceito de bens culturais, desdobrado por múltiplas facetas.

De qualquer forma, a arqueologia permaneceu secundarizada e, talvez por isso mesmo, nunca tenha sido adoptada legislação pormenorizada, nem lhe foram atribuídos recursos financeiros com um mínimo de significado, continuando a caber ao Estado todas as eventuais responsabilidades relacionadas com o património arqueológico, sistematicamente desvalorizado. Por essa razão e para além de projectos oriundos do estrangeiro ou outros casos esporádicos relacionados com o emergir de novas estratégias de ordenamento do território, persistiram as intervenções desenquadradas de projectos consistentemente planeados, que eram realizadas com escassos recursos e por pessoas ou instituições (museus, institutos universitários, câmaras municipais, associações,...) empenhados em objectivos essencialmente individuais. Também por isso, a actividade evoluiu para um quadro de financiamento público assente em subsídios, na maior parte dos casos meramente simbólicos, atribuídos a projectos de determinados investigadores a que o Estado se associava. A sociedade portuguesa não sedimentara ainda valores suficientemente consistentes ao ponto de condicionar, no seio de uma qualquer política integrada de gestão territorial, regulamentações detalhadas e rigorosas da componente arqueológica. Por tudo isso, persistiam nesta fase os interesses pessoais, com as inerentes lutas em torno dos globalmente irrelevantes cargos de poder e de distribuição daqueles escassos subsídios.

Mesmo a partir dos anos oitenta, com a criação dos Serviços Regionais de Arqueologia do IPPC, sintoma muito inicial de transformações na actuação do Estado, continuou a persistir uma intervenção pouco expressiva, antes de mais assente num grande empenhamento dos que, enquanto técnicos, integravam aqueles serviços ou com ele colaboravam. Nesta fase, de incorporação de nova legislação ambiental, a componente de património era muito incipiente e extremamente vaga na sua formulação, não sendo minimamente clarificadas competências no âmbito das estratégias de avaliação e minimização de impactos. Os inúmeros casos de afectação patrimonial eram então tratados sob grandes pressões, não estando ainda interiorizado o princípio do "poluidor-pagador" para a área patrimonial (eminentemente arqueológica); os privados descartavam eventuais responsabilidades, que o Estado assumia de forma incipiente, furtando-se a despesas com base na limitada importância que atribuía a esses bens, sendo portanto difícil aos serviços específicos de arqueologia ultrapassar patamares de baixo nível de exigência; o Estado tinha uma actuação que hoje encararíamos como displicente, evitando "prejuízos" financeiros e o atravessar de interesses patrimoniais diante de outros mais "poderosos" e de cariz imobiliário, persistindo assim na delapidação do património colectivo. Sem recursos financeiros, sem legislação apropriada e sem uma política de ordenamento territorial abrangendo plenamente os recursos patrimoniais, não era possível definir uma estratégia geral de intervenção nacional. Tal como ainda hoje sucede em determinados contextos de actuação pública, não era privilegiada a definição de objectivos, nem o controlo ou a qualidade dos resultados atingidos pelos diversos projectos, assumindo-se antes uma postura geradora de clientelismos em que se financiavam ou contratavam, sem objectivos claros, "investigadores" e mais tarde "profissionais" conhecidos.

Só a partir dos anos noventa, com a entrada em vigor de regulamentação importada, nomeadamente a partir de convenções internacionais ou de legislação comunitária aplicável ao património e sobretudo ao ambiente, surgiram alterações na postura pública, que tendencialmente teve que reformular o papel dos diversos agentes

e lutar por novos patamares de exigência. Esse facto fez multiplicar o número de trabalhos arqueológicos realizados, iniciando-se também uma fase de maior transparência nas decisões finais, já que os princípios a seguir eram um pouco mais claros, o mesmo acontecendo com as ferramentas legais de controlo. Apesar disso, o despoletar do caso do Côa que resultou, antes de mais, de falhas de actuação face a regulamentações ainda mal interiorizadas e de uma displicência global de actuação de determinados serviços, foi um claro sintoma das deficiências e vícios daquele sistema.

Apesar das transformações ocorridas no final dos anos noventa, persistem ainda vestígios claros daquela lógica clientelar de alguns sectores da administração pública relacionados com a arqueologia, que consiste, nomeadamente, na sua intervenção directa em diversos patamares do desenrolar de processos, desde a fase de planeamento de projectos até à sua concretização ao nível técnico-científico, passando pelas fiscalização e avaliação (disso são exemplos o CNART, o CNAS e o CIPA que assumem uma vocação que abrange a prestação de serviço). Tais casos permitiam, e continuam a permitir, a eventual eternização de interesses pessoais no seio do funcionalismo público, reduzindo-se a sua autonomia, credibilidade e capacidade de actuação, a troco de potenciais compromissos menos transparentes, porque a entidade tutelar surge assim como parte interessada. Assim, em muitos casos, favoreceu-se a inação e a incompetência, não se estimulando a competitividade e a qualidade. Enquanto o Estado assumir semelhante posicionamento, aquelas áreas concretas, nomeadamente a arqueologia sub-aquática e a relativa ao estudo de arte rupestre, dificilmente poderão ser desenvolvidas por outras instituições, quer ao nível comercial, quer mesmo ao nível da investigação, antes de mais a universitária.

O Público

O conceito de "desenvolvimento sustentado" resultou da emergência de novos ideais sócio-políticos em que as questões ambientais eram fulcrais. O património ou a sua componente materializada nas paisagens foi enqua-

drada nas preocupações das políticas de ambiente. O Património histórico-arqueológico é, nesta perspectiva, encarado como um conjunto de bens de toda a comunidade que tem que ser defendido pelo potencial que encerra relativamente às diversas comunidades humanas, devendo as regulamentações que a ele respeitam resultar de políticas claras de longo prazo assentes no pressuposto de uma gestão ponderada do território. Em minha opinião os bens patrimoniais devem ser assumidos como um significativo recurso cultural, cujo uso multifacetado deve beneficiar toda a comunidade, devendo a sua gestão ser rigorosa e podendo os processos que daí decorrem ter múltiplas consequências que ultrapassem a promoção de conhecimentos, nomeadamente estimulando actividades económicas, promovendo emprego e gerando riqueza.

Sendo os vestígios arqueológicos fontes históricas passíveis de múltiplas abordagens e diversificados usos com significado para a comunidade em geral, parece evidente que ao Estado deve caber um papel relevante na sua gestão. Mas precisamente porque se trata de um recurso fortemente regado e gerador de variadas dinâmicas, o Estado deverá assumir um papel eminentemente legislador, fiscalizador e dinamizador de actuações de parceiros da designada "sociedade civil", quer sejam pessoas, associações, fundações ou empresas.

O Estado deve assim abster-se de ser mais um parceiro no "teatro de operações", já que ao controlar as regras do jogo não é correcto que se envolva em determinados aspectos da sua prática. Ou seja, do domínio do público devem ser afastadas as possibilidades de sobreposição ou de acumulação de múltiplos e sucessivos papéis desde a definição de políticas e estratégias, da demarcação de objectivos e execução de projectos, até à sua fiscalização ou aprovação. Num contexto em que o Estado clarifique as suas funções, as entidades estatais, da administração central, regional ou autárquica, não devem assumir competências executivas, obtendo-se uma gestão dos bens arqueológicos de maneira mais transparente e menos sujeita a interesses pessoais, através da criação de mecanismos de controlo eficazes e propiciadores da obtenção de resultados dignos de verdadeiro serviço público.

Formação, investigação, universidades e empresas

As questões da formação e da investigação em arqueologia apresentam-se envoltas num enquadramento particular e complexo. A formação pode ser pensada a vários níveis, desde a formação de base, a que correspondem cursos técnicos de arqueologia, até ao ensino universitário com os seus diversos patamares, passando pelo ensino politécnico cujo conceito, que remete para uma aposta nas ciências aplicadas, parece ainda pouco clarificado, particularmente no caso das ciências sociais e humanas.

Face à especificidade das múltiplas tarefas e responsabilidades das equipas de arqueologia, um modelo assente em diversas e complementares possibilidades de formação parece ser ajustado, já que qualquer outro baseado apenas em formação superior terá custos obviamente mais elevados que, sem vantagens face às necessidades práticas, pode ainda gerar expectativas impossíveis de cumprir em todos os profissionais. A maioria deles assumem tarefas intermédias de cariz técnico, aparentemente pouco gratificantes face aos preconceitos incorporados antes e durante a sua formação, pelo que os modelos aplicados devem ser ponderados em função das necessidades do mercado de trabalho, tendo em atenção o que estrategicamente se pretende para o futuro, nomeadamente em termos de qualidade e operacionalidade da nossa arqueologia.

Neste contexto, as reformas preconizadas a partir de Bolonha para o sistema universitário europeu apontam para respostas pertinentes a problemas existentes, nomeadamente de desadequação entre necessidades sociais ou expectativas dos que entram nas universidades e as ofertas curriculares que essas escolas fornecem, tornando mais flexível o sistema de ensino, supostamente adequando-o às dinâmicas e especificidades diversas das sociedades contemporâneas. A eventual redução temporal da base de formação das licenciaturas sugere uma vontade de incrementar as possibilidades de formação superior de base ajustando-as a necessidades eminentemente técnicas ou operacionais do mercado de trabalho, através de reformulações de

conteúdos formativos, devidamente ponderados face a esses objectivos. Os patamares seguintes dos mestrados e doutoramentos, também eles de mais rápida progressão parecem vir a ser pensados de maneira a responder a necessidades de progressão na formação e a especializações que permitam preparar e lançar jovens profissionais cada vez mais preparados e não coroar carreiras que ficam para trás. Daí que as teses possam ser vistas, em muitos casos, como formas de exercitação prévia à prática em contexto profissional e não apenas como forma acabada de elaboração científica. Ou seja e apesar das muitas dúvidas que persistem face aos objectivos e possibilidades de concretização de novos modelos, parece-me que se pretende que os diversos níveis de formação superior, para além de escalonarem a progressão de universitários, sejam meios de preparação de profissionais que actuam na sua esmagadora maioria fora das universidades, como aliás sucede na arqueologia. A formação não deve ser apenas um processo académico ou prévio à profissionalização; a formação continuada deveria resultar de rotinas que permitissem uma renovada qualificação e rentabilização dos profissionais aos quais se abririam novas possibilidades de satisfação pessoal através do trabalho.

As universidades são, por excelência, centros de conhecimento. Fornecem ferramentas que permitem a sua aquisição, nomeadamente através da implementação de processos de investigação, que é uma necessidade da universidade no sentido do cumprimento da sua missão. Para não desvirtuar a sua essência e a sua razão de ser, as universidades não devem desviar o seu foco de atenção para a concretização de projectos eminentemente técnicos ou em que os objectivos essenciais não sejam a produção de conhecimento enquadrado em projectos de investigação de longo alcance. Neste sentido, a concorrência das universidades com as empresas, através de uma arqueologia aplicada, pode ser um problema pela subversão que daí resulta a um sistema assente na complementaridade. Estes diferentes tipos de instituições não devem ser concorrentes. As empresas actuam em mercados dependentes das necessidades de clientes e não sendo de prever que venha a existir um efectivo mercado de consumidores de processos de

aquisição de conhecimento, preservarão a vocação de prestação de serviços em que eventuais processos de investigação resultam de necessidades mais alargadas dos clientes que interferem por alguma razão em valores patrimoniais ou que deles procuram uma rentabilização económica e social.

O privado

Em termos institucionais é praticamente impossível falar de uma arqueologia pensada, organizada e praticada por privados até aos anos noventa do século vinte o que, como já foi mencionado, não invalida a persistência de uma longa tradição de interesses privados na arqueologia portuguesa.

Sensivelmente até à segunda metade dos anos noventa, perduraram indefinições óbvias nas políticas de património, pelo que, sem estratégias, sem planeamento, sem verbas previstas para investimentos em concretização de trabalhos, é óbvio que não podia existir mercado, incremento da actividade ou a sua profissionalização. Por esta razão, as primeiras iniciativas privadas de carácter institucional assumiram um teor associativo e sem fins lucrativos, modelo de actuação mais adaptado à realidade do meio arqueológico de então. O enquadramento institucional privado de âmbito empresarial, apenas surge nos anos noventa, inicialmente de forma incipiente e pelo cruzamento de ligações, muitas vezes pouco claras, entre determinados promotores de obras públicas e pessoas que realizavam Estudos de Impacte Ambiental ou concretizavam as primeiras acções de minimização implementadas formalmente em Portugal.

No nosso enquadramento sócio-económico é possível aos cidadãos actuarem de diversas formas, individualmente ou colectivamente. Assim, as instituições criadas, nomeadamente as empresas, são ferramentas de actuação que têm a vantagem de, em sociedades convenientemente organizadas, serem transparentes, controladas e fiscalizadas, sendo sempre possível conhecer os interesses que as suportam. Significa isto que a emergência de actuações privadas na área do património arqueológico, nomeadamente de empresas, se

enquadra numa visão clarificadora dos interesses em campo. Enquadrando este recente fenómeno na história da arqueologia portuguesa, podemos considerar que a emergência de instituições empresariais, configuram uma salutar mudança, reveladora da valorização social atribuída aos bens arqueológicos e do amadurecimento dos profissionais; agora, os interesses pessoais são tendencialmente assumidos de forma mais clara, cabendo às instituições públicas e sobretudo aos que nelas trabalham a responsabilidade de verificar a aplicação das regras de funcionamento.

Este tipo de sistema é, infelizmente, sujeito a pervertões, nomeadamente decorrentes de fenómenos de corrupção. Mas estou convencido que nas sociedades contemporâneas é cada vez mais difícil mentir e ocultar desvios às regras do jogo. Se a legislação for exigente e as instituições públicas funcionarem, será mais fácil impedir a perpetuação de vícios antigos ou recentes, resultantes de interesses privados ocultos. Para estes, um sistema transparente, organizado e controlável torna-se desvantajoso.

Temos de reconhecer que, curiosamente, o amadurecimento do fenómeno empresarial na arqueologia, apesar de desigual, foi extremamente rápido. Não existindo por parte do Instituto Português de Arqueologia dados concretos sobre a representatividade dos diferentes tipos de enquadramentos institucionais na actual prática profissional, não temos dúvidas em relação ao facto da esmagadora maioria dos trabalhos autorizados individualmente por aquele instituto remeterem para indivíduos integrados de alguma forma numa empresa ou, em menos casos, trabalhando por conta própria. É natural que a rapidez do fenómeno coloque problemas ao nível da consistência das estruturas criadas, existindo uma maioria de empresas de reduzida dimensão e sem uma efectiva cultura empresarial. Estas características são, apesar de tudo, compreensíveis porque o meio arqueológico, por preconceitos bem enraizados ideologicamente, não estava preparado para aceitar novas formas de actuação, tal como o nível da formação não se adequava (ou adequa) a exigências que estão para além dos aspectos técnico-científicos inerentes à prática específica.

Sintomático desse desajustamento, é o facto da maioria das empresas ser apenas constituída por arqueólogos e que alguns profissionais do meio defendam princípios absolutamente corporativos, assumindo que apenas a arqueólogos devia ser permitida a constituição de empresas vocacionadas para esta área. Naturalmente o meio empresarial implica diversas competências sendo que, neste caso, a componente técnica é uma das facetas mais evidentes; a fragilidade de muitas destas empresas é a carência de complementaridade com outras áreas, antes de mais de gestão e de marketing.

Apesar do processo de consolidação de um mercado na arqueologia e no património, ele é apenas real nas áreas da prestação de serviços técnicos enquadrados globalmente no âmbito de actuações no território em que devem ser acautelados eventuais danos patrimoniais ou reabilitados determinados elementos, particularmente em meio urbano. Assim, prestam-se serviços como os de escavações arqueológicas, de avaliação patrimonial, de acompanhamentos de obras, de reabilitação de ou adaptação de edifícios. Essencialmente, obras.

As estruturas privadas dificilmente podem apostar nas áreas da valorização ou dinamização patrimonial (que permanecem fora das áreas de negócios) já que, obviamente, nos faltam estratégias de rentabilização patrimonial, no sentido nobre de disponibilização social dos seus elementos e valores.

Em termos arqueológicos, uma questão fundamental é aferir da vantagem para a comunidade da contratualização de determinados tipos de serviços entre o Estado e entidades privadas, no sentido da prestação de serviços de gestão de projectos referentes a sítios ou conjuntos arqueológicos. Tal opção permitiria ao Estado reduzir custos e atingir uma efectiva sustentação no domínio do funcionalismo, racionalizando os meios humanos e logísticos existentes, através da sua contenção e especialização em domínios como a definição de objectivos e programas e a fiscalização da execução fornecida externamente; conseqüentemente, seria estimulada a emergência de entidades multifacetadas e criativas, efectivamente vocacionadas para atingir os objectivos públicos através da implementação de estra-

tégias empresariais destinadas a valorizar e dinamizar os vestígios arqueológicos previamente seleccionados.

Neste âmbito, poderíamos mesmo ponderar a hipótese da cedência da gestão de determinados sítios arqueológicos, através da sua concessão a entidades privadas. Através de contratos plurianuais em que o concessionário poderia ou não surgir como pagador e face a objectivos delineados em cadernos de encargos elaborados pelas entidades públicas, seria possível definir o âmbito dos resultados a cumprir, permanecendo em aberto um espaço de criatividade face às múltiplas possibilidades de actuação em torno de sítios, desde a sua preservação à sua efectiva exploração dinâmica, obviamente condicionada a exigências decorrentes da legislação aplicada a elementos de natureza patrimonial.

A gestão privada de Património público é uma das diversas facetas que deverá assumir a futura abertura da sociedade às questões do uso do nosso passado, devendo ser previamente definidas as formas que poderão condicionar a sua acção, sendo a partir de então possível ao Estado assumir um papel essencialmente regulador e fiscalizador. Quanto aos privados, com a sua experiência e vocação para actividades empresariais, apenas poderemos esperar que através de actuações que cruzem património, lazer, formação e turismo, se obtenham vastas interacções entre Património e Públicos, de forma economicamente sustentável.

Assim, não partilho ideias que encaram contratualização entre o Estado e privados como mera cosmética conjuntural, permanecendo a realidade inalterada, mesmo que sendo substituídos alguns intervenientes. O que se pretende não é que o Estado abdique de algo que pode ser rentável beneficiando entidades especuladoras; pretende-se melhorar a actuação no Património introduzindo maiores níveis de criatividade e inovação a par de uma maior flexibilização de procedimentos e de uma clarificação de teor ético na actuação, rompendo-se acumulações de competências inadmissíveis, nomeadamente ao nível da programação, execução e fiscalização de projectos. De facto, a actuação executiva de entidades públicas a certos níveis, particularmente na prestação de serviços ao exterior ou a execução para si próprio de empreitadas, deveriam ser inviabilizadas

por condicionarem a necessária isenção nas actuações, sendo apenas aceitáveis em casos em que não existam no mercado possibilidades de contratação.

O impasse da Arqueologia Portuguesa

Apesar das grandes transformações dos últimos anos, a futura afirmação da nossa Arqueologia terá que passar pela consolidação de determinados aspectos, sob pena de assistirmos a uma estagnação da actividade e a uma conseqüente impossibilidade de, com ela, contribuímos seriamente para o desenvolvimento da sociedade em que nos inserimos. Sinteticamente e assumindo um programa esquemático de actuação a curto prazo, poderemos enunciá-los da seguinte forma:

a) legislação clara, transparente e exigente, nomeadamente ao nível dos regulamentos

Se a lei geral do património pode ser considerada adequada, o mesmo não sucede com o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos que rege a actividade. Falta-lhe clareza já que não menciona aspectos essenciais, pelo que é manifestamente desadequado face à realidade da prática profissional, como atestam diversos aspectos:

- a excessiva, abusiva e incontrolável abrangência dos tipos de trabalhos supostamente sujeitos a pedido de autorização uma vez que, em teoria, tudo deveria ser sujeito a apreciação, desde projectos pessoais de estudo de materiais depositados em museus, a teses de doutoramento, passando por acompanhamentos de obras ou escavações;

- a desajustada e incompleta categorização desses trabalhos, sendo que em certos casos é necessários esperar pelo calendário do PNTA para avançar para projectos de investigação ou de valorização, estes apenas previstos para sítios classificados, não sendo outros locais passíveis desse tipo de intervenções;

- a impossibilidade de instituições apresentarem pedidos de autorização de projectos é nitidamente desajustada da realidade, já que se a actividade era anteriormente assumida como individual, hoje é obviamente normal que as necessidades e o profissionalismo necessários à prática profissional obriguem a um enquadra-

mento institucional de equipas cada vez mais amplas, sendo inaceitável que as responsabilidades sejam inteiramente assumidas pelo responsável científico, quase sempre integrado em estruturas institucionais que não controlam e que por sua vez mantêm relações contratuais com os verdadeiros promotores dos trabalhos;

· por fim, critérios de exigência metodológica incipientes para execução de projectos e para a elaboração de relatórios.

Enfim, a legislação tem que ser ajustada à dinâmica social de que está totalmente desfasada, sendo este um problema com repercussões na qualidade final da arqueologia portuguesa que sem alterações ao nível legislativo pode perder credibilidade.

b) elevados padrões de qualidade

A esmagadora maioria da arqueologia é consumida por obrigação legal, sendo ainda raros os consumidores que procuram nitidamente uma opção equilibrada entre preço e qualidade. O preço é quase sempre o primeiro critério de escolha, já que a falta de exigência da entidade tutelar, assente numa legislação obsoleta, fomenta a pouca qualidade final. Digamos que, com toda a facilidade (demasiada facilidade), são atingidos os mínimos exigidos, não se estimulando a melhoria contínua da nossa prática arqueológica. É evidente que, em certos casos, o sistema de mercado já proporciona possibilidades de incrementar a qualidade, a partir do momento em que os maus trabalhos sejam passíveis de dificultar os objectivos dos promotores (é o caso dos EIA). Sem critérios claros relativamente aos padrões mínimos de qualidade a atingir, que desde logo não podem ser inferiores, é impossível afirmar um papel social de relevo para a actividade arqueológica e para os seus profissionais.

c) controlo e fiscalização

Este é um aspecto essencial para o funcionamento do sistema. Se anteriormente quase nada era fiscalizado porque se assumia a actividade como algo de pouco significativo socialmente, hoje é inadmissível que a tutela do IPA não tenha meios de fiscalização ade-

quados, nem que muitos dos seus técnicos continuem a não assumir esta competência (como que por vergonha, ou talvez com medo do confronto com colegas ou antigos mestres). Sem controlo de qualidade e fiscalização nem a actividade é útil e consequente, nem os profissionais competentes poderão ser devidamente compensados. Sem uma tutela atenta e imparcial os maus profissionais e as más instituições continuarão a ser privilegiados, a custo do Património colectivo. Com mudanças significativas a este nível, a nossa arqueologia poderá dar um contributo decisivo ao desenvolvimento do país.

d) que Estado e Administração Pública pretendemos?

Normativo, regulador, fiscalizador e eficaz. Com isto, teríamos um bom serviço público. O que temos é um Estado que não tem projecto nem políticas para o Património e que não o assume como um recurso enquadrável em estratégias alargadas de desenvolvimento sustentável. O Património continua a servir clientelas públicas de cariz profissional, sendo grave que muitos dos investimentos que são realizados em projectos de valorização não sejam precedidos de estudos de viabilidade nem devidamente articulados com o público, ou seja, com os cidadãos. O Estado deve ser uma entidade que controla os bens patrimoniais, define legislação, aponta estratégias gerais, estimula investimentos e fiscaliza formas de actuação. Um Estado que define objectivos, regula a actividade, executa e aprova é inaceitável. Tal como é inaceitável uma administração pública incoerente nos seus critérios que, por vezes, variam conforme a região e o interlocutor.

e) empresas dinâmicas, eficazes, competentes, credíveis, inovadoras e competitivas

As empresas são um dos vértices de um sistema de diferentes possibilidades de actuação na área do património em geral e da arqueologia em particular. As empresas desta área têm como principal vocação a prestação de serviços, pelo que sem dinamismo e alargamento do seu âmbito de actuação, sem eficácia e competência, dificilmente serão capazes de assegurar

respostas criativas inovadoras e, conseqüentemente, potenciar um ambiente de saudável competitividade. Contudo, sem um mercado exigente, sem fiscalização e sem efectivo controlo de qualidade será impossível o aparecimento ou a consolidação de estruturas empresariais consistentes. Se o fenómeno empresarial na arqueologia estagnar, é evidente que estaremos perante uma consequência da incapacidade do sistema em afirmar a importância social do património arqueológico. Enquanto determinadas entidades, nomeadamente públicas, apostarem numa atitude de contratação de pessoas individuais desfasadas de qualquer enquadramento técnico, científico, logístico e financeiro, a qualidade final será medíocre e não será estimulada a criação de centro de competência nesta área. Face às manifestas incapacidades e desvantagens de actuação do Estado na prática, as empresas deveriam ser estrategicamente estimuladas para a competitividade.

f) transparência de interesses privados, eliminando suspeitas de corrupção

Os interesses privados têm que ser conhecidos, devem estar identificados e expostos pelo controlo de entidades fiscalizadoras. O meio arqueológico é muito permeável a rumores que apontam para graves insinuações de que existirão nítidas evidências de corrupção, assentes em interesses privados de determinadas pessoas ou instituições. Este ambiente de suspeição poderia ser ultrapassado através de processos de clareza e transparência processual, de uma correcta fiscalização e da elevação dos padrões de qualidade vigentes. Determinadas áreas geográficas ou determinadas instituições promotoras de intervenções no território passíveis de interferir em bens arqueológicos não mostram sinais de abertura ao mercado; nesses casos, as suspeitas ou indícios objectivos de práticas menos transparentes persistirão, tal como será impedido o normal e livre crescimento da actividade.

g) amadurecimento e afirmação dos bons profissionais

A credibilidade da nossa arqueologia assenta antes de mais na capacidade de afirmação social da actividade; uma arqueologia sem valor social e sem eleva-

dos níveis de qualidade não se consolidará. Isto significa que os profissionais deveriam lutar intensamente nesse sentido já que, dessa forma, estariam a pugnar pela missão a que se propõem relativamente ao património tal como contribuiriam decisivamente para a criação de bases para a sua progressão numa profissão plenamente gratificante.

Refira-se que foram recentemente aprovados novos estatutos pela única associação profissional de arqueólogos portugueses. As características do texto agora em vigor demonstram que a intenção de evoluir para uma Ordem dos Arqueólogos é, praticamente, ponto assente. Dado que esta é uma questão controversa da agenda arqueológica nacional, é de estranhar dois aspectos: por um lado, o nítido alheamento dos profissionais pelas fases prévias de discussão e pela própria votação; por outro lado, o facto de ser aprovado todo um conjunto de regras mais rígidas e constrangedoras que configuram uma associação de direito público, como são as ordens profissionais, preservando-se, no entanto, o enquadramento jurídico de associação de direito privado, o que aponta para um desfasamento entre um determinado rumo que se pretende traçar e as possibilidades (ou impossibilidades) reais e legais de o fazer. Daí que estejamos, aparentemente, perante uma estrutura tendencialmente desapropriada face às actuais necessidades e, sobretudo, às possibilidades de acção que se pretende seja conseqüente e reformadora.

A eventual formação de uma Ordem de Arqueólogos, cujo objectivo final parece ser a criação de mecanismos que garantam elevados padrões de qualidade por parte dos trabalhos realizados pelos profissionais, deveria ser precedida da elaboração de estudos em torno das suas vantagens, inconvenientes e modelos alternativos, tal como da análise dos resultados da sua eventual aplicação no contexto de outros países. Dessa forma, seriam fornecidos aos arqueólogos e à comunidade em geral informações passíveis de permitir uma escolha ponderada do mais útil caminho a seguir. Objectivamente, não parecem estar definidos, nem muito menos serem de conhecimento generalizado, os pressupostos que permitam considerar tal opção como a mais acer-

tada. Talvez seja por isso que essa posição não possa ser, actualmente, assumida pela generalidade dos profissionais. A sua falta de mobilização e de interesse em torno de reformas essenciais tem que merecer a maior atenção, devendo ser repensadas estratégias de comunicação, já que parte do problema poderá residir, precisamente, neste ponto.

Convém destacar que o universo dos profissionais é amplo e que a cada segmento correspondem perfis bem específicos, cada um com os seus problemas e especificidades. Desde o arqueólogo como profissional independente, ao arqueólogo como gestor público de património, podem ser encontrados inúmeros enquadramentos: os municipais, os investigadores, os universitários, os gestores de empresas, etc, etc. Infelizmente, os seus problemas específicos não são bem conhecidos, nem os seus anseios comuns efectivamente partilhados.

É assim claro que, no actual contexto de amadurecimento da profissão de arqueólogo, que as estruturas associativas que a representam não têm revelado suficiente capacidade de leitura da realidade dinâmica e multifacetada em que se inserem. Sendo a profissão tão jovem, só actualmente se colocam problemas nitidamente de carácter profissional como sejam as condições de trabalho, os níveis de remuneração, a instabilidade resultante de uma certa sazonalidade, a dificuldade prática em progredir numa carreira e a óbvia possibilidade de um desgaste rápido para grande parte dos profissionais que, depois de alguns anos de actividade, não encontram a motivação necessária para continuar. Considero que tal ciclo só poderá ser plenamente invertido através da elevação dos patamares de qualidade resultantes do incremento dos níveis de exigência da prática arqueológica. Sem um ambiente de necessária qualidade em que pessoas e instituições, sem permanentes lamúrias e lamentações, lutem pela excelência, pela inovação e pelo pleno uso do Património como recurso da nossa memória e identidade, dificilmente os profissionais e a nossa arqueologia poderão assegurar um futuro promissor que cremos está em crescente consolidação numa sociedade cada vez mais exigente.

h) aposta estratégica na valorização e dinamização patrimonial, ou seja, no retorno social

Se nada ou pouco mudar, o nosso Património não será devidamente rentabilizado, nomeadamente do ponto de vista científico, cultural, social e económico. Sem fortes ligações das dimensões de investigação e valorização aos cidadãos, será impossível a consolidação do uso do nosso Património, sendo sistematicamente pouco consequentes os investimentos realizados. A sua plena rentabilização enquanto recurso cultural deverá passar pelo enquadramento de políticas específicas noutras mais vastas de gestão da oferta pública de diferentes dimensões territoriais. Os arqueólogos devem ultrapassar determinadas barreiras criadas entre si e os outros cidadãos, abrindo vias de acesso ao conhecimento do passado independentes de visões corporativas restritivas. Estas vias devem permitir a intercepção entre arqueólogos, outros cientistas e público em geral sem pretensões de hierarquização. Um mais pleno usufruto do património é uma ambição que nos permitirá atingir um retorno social da disciplina e da nossa prática profissional.

Lisboa, Outubro de 2004

Notas

¹ Arqueólogo. Administrador Delegado da Era-Arqueologia, S.A., Cç. de Santa Catarina, 9C, 1495-705 Cruz-Quebrada - Dafundo. miguellago@era-arqueologia.pt.

Sítios arqueológicos: Valorização, Interpretação, Arquitectura. A experiência do Programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*¹

Manuel Lacerda²

A GESTÃO do património tem em linha de conta três componentes fundamentais: conhecer, proteger e divulgar.

CONHECER o património passa por inventariar, estudar e investigar, através de um conjunto cada vez mais alargado de disciplinas interdependentes entre si, de modo a se obter uma visão cada vez mais global e mais completa.

Passa por ver os monumentos e os sítios em todas e em cada uma das suas componentes, como entidades evolutivas, com todo o seu contexto envolvente.

Conhecer o património passa por trazer para esse processo tudo o que venha a favorecer uma visão global e integrada, recolocando o património na sua dimensão social.

PROTEGER é salvaguardar o património, através de acções preventivas de ameaças à sua integridade, através da requalificação das envolventes urbanas, paisagísticas e ambientais, utilizando os mecanismos legais de acompanhamento e apreciação de projectos e planos, através de acções físicas de manutenção, consolidação e restauro, através de acções de resgate de propriedades para o domínio público, e através da sua re-funcionalização e utilização no quadro da sociedade actual.

SENSIBILIZAR para o património é chamar a atenção da sociedade para a importância da memória, para a mais profunda razão de ser de manter e de utilizar estes testemunhos, e não de os anular; é trazer para a consciência colectiva que o património é também um recurso cada vez mais precioso e, de certo modo, um recurso não renovável.

É através da DIVULGAÇÃO que se promove e facilita essa tomada de consciência, num processo necessariamente complexo e lento, que torna uma coisa que é abstracção numa realidade concreta e passível de ser experimentada pelas pessoas.

Para DIVULGAR o património de uma forma certa, nessa sua materialidade concreta, é necessário preparar o monumento ou o sítio arqueológico para que possa ser compreendido pelas pessoas; para que este contacto com a realidade material destes sítios se torne numa experiência aliciante e inesquecível, uma experiência de prazer, e não resulte numa decepção feita de incompreensão.

A DIVULGAÇÃO, ou DIFUSÃO, do património, na sua vasta complexidade de meios, formas e âmbito, encontra na INTERPRETAÇÃO um dos mecanismos mais intensos, senão o mais intenso, de mediação entre as pessoas e o património.

Neste contexto, INTERPRETAR significa tornar claro, explicar qualquer coisa que necessita ser desocultada, que está reservada normalmente ao mundo dos especialistas.

E quanto maior é o conhecimento e o aprofundamento técnico e científico da complexidade real dos monumentos e dos sítios, extensível a outros domínios do património, numa ramificação de saberes especializados cada vez maior, mais difícil se torna saber o que deve, e como deve, ser apresentado e explicado aos leigos.

A INTERPRETAÇÃO pode, sobretudo, despertar o interesse e a curiosidade das pessoas pelas coisas, e alterar a consciência para a razão mais profunda desta preocupação e necessidade de cuidar do património, porque lhe confere, claramente, um sentido utilitário que é reconhecido em plena visita.

A VALORIZAÇÃO do património é um processo complexo que conduz a um acréscimo das qualidades que lhe são inerentes, e também a um acréscimo da percepção dessas mesmas qualidades e da possibilidade prática do seu usufruto pela comunidade, traduzindo ao mesmo tempo o seu grau de utilidade.

A VALORIZAÇÃO do património integra, necessariamente, um conjunto diferenciado de acções integradas de estudo e de investigação, de salvaguarda, e de divulgação; acções que revelam uma interdependência total, e que dificilmente poderão ser repetíveis para além de um modelo teórico. A abrangência de um processo de valorização verifica-se no âmbito das acções que são empreendidas, onde o território e a comunidade, e as actividades relacionadas, tomam um significado diferente; e também no tipo das acções que são necessárias, envolvendo um crescente número de disciplinas e técnicas, desde estudos de investigação em diferentes domínios, até expropriações de terrenos para o domínio público e a contratualização de acções entre o Estado e privados, operações técnicas de levantamentos especiali-

zados, prospecções, consolidações, restauros, sondagens, projectos de design, arquitectura e paisagismo e, necessariamente acções de divulgação e interpretação.

O acréscimo de qualidade que reside no processo de valorização do património pode consistir em tornar possível que os visitantes tenham uma experiência mais marcante e que fiquem a conhecer um pouco mais; pode consistir numa apreensão mais rigorosa dos significados dos sítios e reflectir-se num acréscimo do respeito pela necessidade da sua salvaguarda.

Este acréscimo de qualidade pode também consistir numa adequação das condições de visita às exigências do mundo de hoje. As pessoas têm necessariamente que se poder reconhecer, até certo ponto, nos espaços monumentais.

Os instrumentos que utilizamos para fazer este *upgrade* no processo de mediação património-público, constituem a INTERPRETAÇÃO.

O papel da INTERPRETAÇÃO é o de fornecer as chaves para uma compreensão mais completa, de uma forma mais rigorosa, afectiva e cativante. Caso se revele eficaz, está a estimular o gosto das pessoas pelo património e, directamente, a reforçar a consciência para a sua estima e para a sua salvaguarda. E está a contribuir, consequentemente, para que esse património perdure de facto também como um recurso (quantas vezes vital) para a comunidade em que se insere.

Os dados do CONHECIMENTO técnico-científico obtidos sobre o monumento ou o sítio vão permitir perceber, afinal, o que é importante transmitir às pessoas, que outros sítios não podem transmitir; existem sistematicamente particularidades notáveis que podem e devem ser exploradas, de forma a constituírem temas-chave de apresentação, como por exemplo tipos de construção, sistemas construtivos, modos de habitar, sistemas de exploração agrícola, um papel especial no sistema de defesa, uma simbologia especial, um acontecimento histórico notável ou mesmo a particularidade de um sítio ser um complexa sucessão de ocupações de diferentes épocas sobrepostas.

As CONDICIONANTES do sítio, como a localização de proximidade, ou não, com zonas urbanas, a topografia, a extensão do terreno em que se situa, a qualidade da

envolvente paisagística, a proximidade de outros elementos patrimoniais articuláveis, as características de acessos e de percursos, a localização relativa entre os vestígios que poderão ser visitados, e o próprio valor plástico das ruínas – porque não assumir? – vão condicionar o tipo de soluções a adoptar.

Os MEIOS FINANCEIROS e os MEIOS HUMANOS previsíveis e disponíveis, outras iniciativas de valorização local que possam ser cruzadas, o tipo ou os tipos de público que se pretende captar, são dados que vão permitir problematizar esse caso em concreto e definir um CONCEITO geral de INTERPRETAÇÃO.

O CONCEITO desenha-se a partir da definição dos OBJECTIVOS, desenvolve-se através da explicitação dos CONTEÚDOS, e toma forma concreta através da definição dos SISTEMAS DE APRESENTAÇÃO que englobam, no fundo, tudo o que é o veículo de conteúdos – a começar pelas próprias estruturas, ruínas, paisagem associada, comunidade em que se integra, agregados aos centros de acolhimento e interpretação com sistemas expositivos, à sinalética de encaminhamento e interpretação, aos suportes de explicação (guias, desdobráveis, roteiros de visita, etc).

O CENTRO de ACOLHIMENTO e INTERPRETAÇÃO é um instrumento de mediação insubstituível, quando estamos a falar de sítios que apresentam alguma complexidade e que exigem um mínimo de conhecimentos prévios à visita.

Apresenta fundamentalmente duas valências, uma de RECEPÇÃO do público visitante – que pode funcionar também como espaço de descompressão e regulação de visitas, tendo em vista adequar a carga de visitantes ao sítio, quando for o caso – e que está associada a estruturas mínimas de apoio, como blocos sanitários, loja, publicações e informações; outra valência de INTERPRETAÇÃO, associada a uma instalação expositiva, mais ou menos complexa.

Outra valência que pode, também, estar associada é a de APOIO à gestão do sítio e a trabalhos arqueológicos ou estudo de materiais.

Uma matriz deste tipo acarreta sempre uma tradução dimensional considerável, considerando as características paisagísticas habituais dos sítios arqueológicos,

e por isso o impacto na paisagem deve ser cuidadosamente equacionado, sempre que a única opção viável seja construir um edifício de raiz.

Que QUESTÕES nos colocam os CENTROS de ACOLHIMENTO e INTERPRETAÇÃO?

1. QUESTÕES DE METODOLOGIA – É um erro lançar concursos de ideias para projectos, com objectivos vagos e programas genéricos, sob risco de as soluções não encontrarem a fundamentação necessária num conhecimento aprofundado e amadurecido do sítio, o que é possibilitado pela investigação.

Cabe à entidade responsável pela valorização, dentro de uma metodologia de intervenção global, e dentro de um plano de salvaguarda e valorização, definir os objectivos, os princípios e os critérios que deverão ser adoptados e, conseqüentemente, os programas relativos a todas e quaisquer estruturas que se revelem necessárias.

Essa metodologia inicia-se com a equação da necessidade da construção de um centro de acolhimento e interpretação que, entrando em linha de conta com diferentes factores (a começar pelas disponibilidades financeiras e de meios humanos, não só na perspectiva da intervenção como também da futura manutenção) irá possibilitar uma primeira ideia sobre a possível escala do equipamento, as suas valências, a articulação que poderá ter com o próprio sítio, e o que poderá representar para os visitantes e para a comunidade local ou regional.

Definido o perfil do equipamento, é necessário trabalhar em concreto um programa preliminar, que defina claramente as necessidades funcionais a que o equipamento deve responder, defina áreas, condicionantes, defina requisitos especiais; definido o programa preliminar, terá de ser verificada a adequação da previsível materialização desse programa ao sítio, em termos arquitectónicos. O sítio poderá não suportar uma estrutura com a dimensão inicialmente pensada, por se sobrepor visualmente à escala das ruínas, ou pelo impacto na paisagem imediata envolvente, ou por outro motivo, e terá de procurar-se outra alternativa; ou poderá veri-

ficar-se que é necessário corrigir as áreas inicialmente previstas, adequando-as às necessidades verificadas quanto à relação dimensional com a pré-existência.

É com esta fase estabilizada, definido o programa funcional, as áreas e a volumetria aceitável, a possível localização, que deverão ser efectuadas sondagens arqueológicas, caso não tenham já sido realizadas, a fim de determinar se existem estruturas que condicionem a obra, ou que eventualmente impeçam de todo a sua implantação no local inicialmente apontado. E, se assim for, teremos que nos virar para outro lado.

A partir deste ponto poderá ser lançado um concurso para a concepção, ao nível de estudo prévio, cuja melhor solução servirá para acertar e afinar em definitivo questões de ordem programática; e, a partir daí desenvolver-se o projecto em fases sucessivas, até à fase de execução que permita levar a concurso de construção.

2. QUESTÕES DE ARQUITECTURA

O IMPACTO - Avaliar o impacto previsível de uma nova estrutura num sítio arqueológico não é sinónimo de, à partida, haver a necessidade de camuflar uma nova construção.

Tal como em intervenções noutros monumentos que não sítios arqueológicos, em que se torna necessário introduzir construção nova, designadamente com estruturas complementares de apoio a acolhimento a visitantes, as características concretas de cada sítio e o estudo da melhor relação que deverá ser estabelecida entre a nova intervenção e as preexistências, determinarão os princípios a adoptar nas premissas do projecto.

A localização prende-se certamente com as disponibilidades e terrenos em que se possa intervir dentro de um prazo razoável, com a acessibilidade, com o conceito de aproximação ao sítio e às estruturas arqueológicas, com as relações visuais e estruturais que o edifício possa estabelecer com essas estruturas, com os percursos, com elementos marcantes da paisagem, com a topografia e com a exposição.

INTERVENÇÃO MÍNIMA - Tal como num processo de valorização de um monumento/estrutura arquitectónica, num sítio arqueológico, e na perspectiva con-

creta da sua interpretação, a pré-existência (as ruínas), nunca poderão deixar de ser o fulcro da experiência que se pretende proporcionar aos visitantes, sob risco de uma subversão da finalidade inicial do processo de valorização; embora isso não signifique secundarizar a importância da forma arquitectónica; antes pelo contrário, significa atentar na resposta certa e equilibrada que a arquitectura terá que dar àquele sítio e com aquela finalidade.

EFICÁCIA - Uma solução eficaz em arquitectura corresponde a uma solução que responde bem, em simultâneo, às necessidades funcionais (e portanto programáticas) e ao significado estético que é solicitado pelo sítio; a exigência disciplinar e a actual exigência do público, devem encontrar uma resposta adequada nas soluções de funcionamento dos centros, em todas as suas componentes - a arquitectura deve ser uma mensagem de modernidade que estabeleça uma ponte com os valores estéticos actuais, especialmente importante para o público visitante mais jovem, e os seus conteúdos devem ser rigorosos.

A sensibilização para o património inicia-se também na sensibilização para os valores estéticos, através daquilo que se pode oferecer nos diferentes instrumentos da interpretação, na qualidade da arquitectura dos centros, na qualidade do design gráfico da sinalética, na qualidade e no poder apelativo de projectos expositivos e dos materiais de divulgação e promoção.

O PROGRAMA ITINERÁRIOS ARQUEOLÓGICOS do ALENTEJO e ALGARVE possibilitou retirar muita aprendizagem em todos os domínios que até agora foram abordados. De 13 sítios inicialmente previstos no Programa, 11 sítios arqueológicos³ foram objecto de acções de valorização entre 1994 e 2002, intervalo de tempo que permitiu aferir objectivos e estratégias, e ir construindo metodologias de trabalho em concreto.

O desenvolvimento em paralelo destas 11 intervenções de valorização permitiu ir confrontando as diferentes necessidades e especificidades de cada sítio, ao mesmo tempo que motivou um trabalho de avaliação dos conceitos que estiveram na base de diferentes opções que foram tomadas no decurso deste Programa.

Os critérios gerais que se foram consolidando ao longo do processo podem resumir-se assim:

- fundamentação da apresentação dos sítios no seu conhecimento técnico-científico, transmitindo o essencial sobre o sítio e o seu contexto, relacionando-o com o território, e procurando dar uma visão relacional com outros patrimónios;
- focalização da apresentação em temas-chave que pudessem particularizar cada sítio no contexto do universo patrimonial;
- adopção de uma filosofia de intervenção que não afectasse a autenticidade e o "espírito do lugar" próprio de cada sítio arqueológico, mantendo as preexistências como ponto fulcral;
- introdução de valores de modernidade, através de formas apelativas e inovadoras na apresentação dos sítios, assumindo a presença dos valores da arquitectura qualificada e contemporânea como meio de aproximação do público aos monumentos;
- relacionamento dos sítios com outros recursos patrimoniais situados na proximidade;
- integração do sítio, enquanto recurso cultural precioso para o desenvolvimento, com o território, com as comunidades e com a sua dinâmica sócio-cultural;

Nos onze sítios foram estudadas, implementadas e acompanhadas centenas de acções de diferente tipologia e escala, correspondendo a investimentos também de ordem muito diversa, dentro de uma programação pluri-anual, enquadradas em programas de salvaguarda e valorização:

- acções de aquisição e expropriação de terrenos, tendo em vista resgatar as necessárias áreas de enquadramento ou mesmo os próprios monumentos (Alcalar, Escoural, Miróbriga, Santa Vitória de Campo Maior), medida tão fundamental quanto morosa e complexa;
- acções de investigação e estudo apoiadas, em certos casos, em trabalhos arqueológicos, por equipas do IPPAR ou externas, com supervisão do IPPAR;
- acções de recuperação, consolidação, restauro e manutenção de estruturas, diferindo em escala e complexidade, em função das necessidades e dos objectivos próprios de cada situação;

- desenvolvimento de projectos de arquitectura e paisagismo para os centros de acolhimento e interpretação e respectivas envolventes, tendo por base programas funcionais e termos de referencia previamente definidos pelo IPPAR;

- desenvolvimento de projectos de conteúdos de interpretação e exposição para os centros de acolhimento e interpretação;

- desenvolvimento de projectos de infra-estruturas associadas à construção dos centros de acolhimento e interpretação (acessibilidades, abastecimento de energia, água, saneamento, comunicações);

- desenvolvimento de projectos de sinalética de encaaminhamento e de interpretação para implementação em percursos de visita;

- acções de preparação de consultas, concursos e adjudicações;

- projectos editoriais para apoio à visita (guias gerais de divulgação do Programa, CDROM, guias desdobráveis por sítio, Roteiros);

- acções de divulgação e promoção (Encontros dirigidos a agentes de promoção turística, integração de sítios em projectos comunitários, articulação com o ICEP, visitas especializadas).

Os PROJECTOS dos centros de acolhimento e interpretação seguiram uma matriz funcional genérica similar seguindo uma avaliação de valências – acolhimento, interpretação, manutenção, investigação.

O programa funcional padrão contemplou zona de recepção/bilheteira e pequena loja, zona de informação/interpretação/exposição, zona de bloco sanitário, zona de gestão e, pontualmente, zona de tratamento de materiais arqueológicos. O estatuto diferenciado do sítio arqueológico de Miróbriga no contexto da orgânica funcional do IPPAR determinou também o reforço das respectivas valências de investigação e gestão.

Foram também contemplados nos programas funcionais as respectivas acessibilidades e zonas de estacionamento. Agregados pontualmente aos projectos para os centros de acolhimento e interpretação, os projectos de paisagismo e de requalificação de percursos de visita.

Os CRITÉRIOS gerais de introdução dos novos edifícios nos sítios passaram:

- pela avaliação prévia da capacidade de incorporação de um novo edifício pelo sítio;
- pela avaliação da dimensão e do tipo de estrutura mais adequada, em função das características do sítio, designadamente o tipo, a configuração e a localização relativa de estruturas arqueológicas, a topografia do terreno, os percursos de visita, os pontos de vista na aproximação aos sítios;
- pela ponderação de factores de proximidade, salvaguarda da autenticidade do ambiente e integração paisagística;
- pela adopção de conceitos arquitectónicos distintos em função das particularidades dos sítios, em oposição à adopção de projectos tipificados;
- pela afirmação clara de um desenho contemporâneo nas novas intervenções.

Foram desenvolvidos projectos de conteúdos para a interpretação dos sítios, a integrar nos centros de acolhimento, envolvendo a definição prévia de guiões e o respectivo desenvolvimento pelos responsáveis científicos, e a sua tradução em projectos expositivos incorporando diferentes formas de comunicação, com recurso a projectistas e produtores externos. Prevaleceu a perspectiva de deixar em aberto a possibilidade de re-apresentações que possam acompanhar novas exigências de comunicação com o público, ou novas interpretações, conferindo um carácter claramente efémero a estas instalações.

Articulados com os projectos dos Centros de Acolhimento e Interpretação foram desenvolvidos projectos de requalificação de percursos de visita e projectos de paisagismo, integrados com os princípios adoptados para a construção das estruturas de acolhimento e com a sinalética de percurso, procurando organizar a visita, ou mesmo reger a visita, e resolver alguns problemas de acessibilidades, como a transposição de estruturas arqueológicas através de passadiços, ou questões de tratamento superficial de solos, escoamentos de águas pluviais e revestimentos vegetais, tendo em vista a salvaguarda da integridade de estruturas ou minorar custos de manutenção.

Foi desenvolvido um projecto de normas de sinalética de interpretação, para adopção comum em todos os sítios integrantes do Programa – e posteriormente estendido a outros sítios e outras tipologias patrimoniais, como os castelos – normalizando, tanto quanto possível, as matrizes gráficas e a imagem institucional do IPPAR.

A sinalética de interpretação revelou-se, como era esperado, um elemento de primeira importância na mediação com os visitantes, retirando-se da experiência deste Programa a necessidade de uma especial atenção à 1. adequação do tipo de informação a comunicar em relação com os objectivos pretendidos e 2. estratégia de comunicação a utilizar e meios mais eficazes nessa comunicação.

Em paralelo, e complementarmente, foi desenvolvido um projecto editorial para materiais de divulgação – guias de visita por cada sítio, em diferentes idiomas, com uma explicação sucinta e com elementos gráficos de interpretação, Roteiros de apoio mais desenvolvidos e com maior aprofundamento científico, para alguns dos sítios integrantes do Programa, tal como um guia geral e um CDROM de divulgação e materiais de promoção para venda nos centros de acolhimento com características individualizadas por cada sítio arqueológico.

Notas

¹ Programa de Valorização Cultural e Divulgação Turística, desenvolvido em parceria entre o Ministério da Cultura/IPPAR e o Ministério da Economia/IFT, iniciado em 1994, abrangeu treze sítios arqueológicos, situados dez no Alentejo e três no Algarve, cobrindo uma cronologia alargada, do Megalítico ao Medieval, e estruturado em três itinerários - Megalítico, Romano e Islâmico. Com um investimento inicial previsto de € 3.250.000, o valor global investido cifrou-se em cerca de € 7.000.000, dos quais € 2.500.000 suportados pelo IFT e o restante pelo IPPAR.

O Programa envolveu a colaboração de todas as Câmaras Municipais onde se situam os sítios arqueológicos seleccionados, através de Protocolos de colaboração celebrados com o IPPAR, assim como a colaboração com muitas outras entidades públicas e privadas, tal como o Campo Arqueológico de Mértola e a Lusotur. O desenvolvimento deste Programa envolveu a realização de centenas de acções, envolvendo a participação de numerosos técnicos dos serviços centrais e regionais do IPPAR e a colaboração de dezenas de equipas externas, cobrindo-se um vasto leque de áreas técnico-científicas exigíveis para a diversidade de acções necessárias.

A coordenação técnica do Programa foi assegurada pelo autor deste texto (Departamento de Estudos do IPPAR) e pela Dr^a Filomena Barata (Direcção Regional de Évora do IPPAR), e a coordenação na área da Gestão pela Dr^a Fernanda Garção (Departamento de Planeamento e Gestão do IPPAR), em articulação com as Direcções

Regionais de Évora (Arq^o Miguel Lima) e Faro (Arq^a Teresa Pimpão); foram responsáveis e gestores dos diferentes sítios arqueológicos abrangidos o Dr. Rui Parreira (Monumentos megalíticos de Alcalar e Ruínas de Milreu, tendo sido responsável pela definição de conteúdos da exposição permanente na Villa romana de Cerro da Vila), Dr. Rafael Alfenim (Circuito arqueológico da Cola, Ruínas de S. Cucufate - inicialmente assegurados pela Dr^a Susana Correia), Dr^a Filomena Barata (Ruínas Romanas de Miróbriga, inicialmente com a Dr^a Susana Correia), Dr^a Ana Carvalho Dias (Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória de Campo Maior e Villa Romana de Torre de Palma), Dr. João Marques (conjunto arqueológico do Escoural, com a colaboração científica da Dr^a Ana Cristina Araújo, e Villa Romana de Pisões).

² Arquitecto. Director do Departamento de Estudos do IPPAR.

³ Sítios arqueológicos englobados no Programa: Ruínas Romanas de Miróbriga (Santiago do Cacém), Circuito arqueológico da Cola (Ourique), Conjunto arqueológico do Escoural (Montemor-o-Novo), Ruínas de S. Cucufate (Vidigueira), Conjunto monumental de Mértola (Mértola), Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória (Campo Maior), Villa Romana de Pisões (Beja), Villa Romana de torre de Palma (Monforte), Ruínas de Milreu (Faro), Villa Romana de Cerro da Vila (Loulé), Monumentos megalíticos de Alcalar (Portimão), Villa Romana de Abicada (Portimão), Villa Romana de Santa Vitória de Ameixial (Estremoz); nos últimos dois sítios não se verificaram condições para a implementação das acções previstas inicialmente.

Benefícios e custos da musealização arqueológica *in situ*

Luís Raposo¹

Detentores, como nos sentimos, de saberes científicos que nos conferem autoridade e nos individualizam socialmente, nós, os arqueólogos, temos frequentemente a tendência de pensarmos que somos donos das melhores, senão das únicas soluções para o justo entendimento e subsequente valorização social dos bens arqueológicos. Dito de outra forma, somos conscientemente corporativos e, o que é bem pior, somos também tecnocratas, sem que disso nos apercebamos plenamente no nosso dia-a-dia.

Ora, a verdade é que sempre (ou quase) que um técnico diz a um político existir somente uma solução para uma qualquer questão social, ele mente. Na maior parte dos casos, apenas procurará (consciente ou inconscientemente) que a sua proposta se constitua em opção respeitada, acolhida e validada através do sufrágio político. E consegui-lo-á tanto mais quanto melhor saiba "ler os sinais do tempo", extraindo deles as expectativas dominantes em cada momento histórico, no seio de cada sociedade concreta.

Vêm estas considerações a propósito daquilo que podemos designar por programas políticos e por opções técnicas na valorização dos bens arqueológicos. Dando continuidade a reflexões anteriormente feitas neste domínio (*vide* a bibliografia final), escolhemos desenvolver nesta ocasião algumas considerações adicionais sobre um dos mais delicados problemas com que a arqueologia e os arqueólogos se confrontam: o destino a dar aos sítios e colecções arqueológicas, depois de terminados os trabalhos de campo.

Numa óptica estritamente tecnocrática, imersos naquilo que são os "sinais do tempo" acima invocados, incapazes ou indisponíveis para os discutir no plano político, os arqueólogos menos dados ao exercício da sua cidadania, alinhariam seguramente as seguintes opções técnicas, por ordem de preferência:

a) Conservação e musealização *in situ* de estruturas e mobiliário, com a criação das necessárias condições de salvaguarda, conservação e fruição de ambos;

b) No mínimo e em face da falta parcial de tais condições, a musealização das ruínas e a remoção dos bens móveis para depósito arqueológico ou museu situado o mais perto possível do local;

c) Finalmente, em face da falta total de condições, enterramento puro e simples das ruínas, com procedimento idêntico ao da alínea anterior quanto à transferência dos bens móveis.

Trata-se de uma postura de êxito tão garantido, pessoal e corporativamente tão compensadora, que depressa será dada como verdade técnica adquirida. Possui tais e tão evidentes vantagens no plano do reforço da cumplicidade do presente com o passado (quando possível) e do corte radical com o mesmo (quando necessário), que quaisquer alternativas, ou até meras variantes, serão liminarmente recusadas, consideradas desfasadas da realidade, ultrapassadas, logo inaceitáveis. O aplauso será tanto que depressa esta postura se verá convertida em "verdade técnica", rapidamente adoptada como pensamento "politicamente correcto". Inverte-se assim, subtilmente, a boa lógica das coisas: primeiro os programas políticos, sempre plurais; depois as opções técnicas que os possam servir, também elas sempre diversificadas.

A hora está, pois, na defesa da musealização *in situ* dos bens arqueológicos. Dir-se-ia que, num mundo ideal, sem quaisquer constrangimentos de ordem financeira e posto que a técnica permite já hoje resolver qualquer dificuldade, todos os vestígios arqueológicos deveriam ser conservados nos exactos locais de origem. Grande parte da teorização patrimonialista contemporânea vai neste sentido e diversos textos internacionais acompanham-na. O programa "Museu sem Fronteiras", por exemplo, ao instituir como logótipo a representação da proibição de remoção de uma coluna (supõe-se que para um museu), exigindo antes a deslocação do visitante ao local, exprime emblematicamente este tipo de pensamento.

Um tal unanimismo é, todavia, mais aparente do que real. Uma vez tomada a decisão da musealização *in situ* de uma qualquer ruína arqueológica abre-se um amplo campo de discussão quanto ao seu conteúdo concreto. Desde logo, importaria perguntar quais as suas finalidades sociais e qual o entendimento dado ao conceito de transposição dos objectos móveis para "o mais perto possível do local". Estarão os seus defensores preparados para a situação-limite que já ocorre esporadicamente

entre nós e é mais frequente no estrangeiro de por tal ser admitida (senão incentivada) a posse privada dos sítios musealizados e/ou a guarda dos bens móveis na casa do proprietário das ruínas, especialmente se ele se dispuser inteligentemente a fazer o papel de mecenas e oferecer espaço para a exposição de peças, cujo acesso se disporá a facultar algumas vezes ao ano? E, não sendo a casa do proprietário, será a aldeia ou a freguesia imediatas, como já sucede, tornando-se cada vez mais claro que a tradicional fixação no plano municipal tenderá a ficar enfraquecida? Depois, colocam-se diversos problemas de índole mais técnica, tais como a natureza das medidas conservacionistas a adoptar, a amplitude e objectivo final das operações de restauro a empreender, as medidas de monitorização a desenvolver, as modalidades e graus de reincorporação de bens mobiliários a promover, etc.

É óbvio que existirão diferentes posturas em relação a toda esta problemática. Os mais exigentes do ponto de vista científico serão conduzidos a afirmarem que a musealização *in situ* de sítios arqueológicos será tanto melhor quanto menos se promovam acções de restauro e mais se invista na criação em cada local de equipas e estruturas permanentes, nas quais o estudo arqueológico de base (a investigação dita fundamental) e a conservação preventiva se conjuguem interdisciplinarmente. Nesta óptica, o paradigma a seguir poderia ser o da Gruta / Museu / Centro de Investigação de Altamira. O bem arqueológico original não foi ali alvo de acções de restauro significativas, sendo apenas monitorizado e intervencionado do ponto de vista da conservação preventiva; não é sequer aberto ao público; e nas suas imediações foi construída uma réplica parcial em tamanho natural, essa sim acessível no âmbito do percurso de visita a um museu de sítio moderno e atractivo, no qual se reserva generoso espaço para um centro de investigações dotado de algum pessoal, bons equipamentos (inclusive uma biblioteca de referência) e capacidade editorial própria.

Em Portugal, a melhor aproximação a este modelo poderia ser o das Ruínas / Museu Monográfico de Conímbriga. E é-o, de facto, embora com limitações significativas, que têm aliás vindo a crescer com o tempo:

por um lado, as ruínas foram primeiro objecto de importantes, senão violentas, acções de restauro em meados do século passado, a tal ponto que mesmo elementos originalmente solidários com as estruturas construídas foram delas desconectados, para depois serem relocalizados sobre suportes de cimento armado (caso dos pavimentos em mosaico), e têm subsequentemente continuado a ser protegidos das intempéries e dos visitantes através do recurso a meios porventura inevitáveis, mas muito discutíveis pelo ruído (histórico e paisagístico) que introduzem no local; por outro lado, o museu anexo vive com as dificuldades conhecidas e comuns a todos os museus e centros de investigação arqueológica portugueses, com reflexos tanto na sua capacidade operacional imediata, como na investigação fundamental da antiga cidade romana e na acção central que poderia ter (e já teve) nas áreas da formação de pessoal e definição de padrões de qualidade em matéria de conservação *in situ* de ruínas arqueológicas.

No extremo oposto ao indicado através dos exemplos anteriores, estarão todas as experiências, muito maioritárias, de musealização de sítios arqueológicos, no sentido da sua encenação mediática e entrega ao público consumista. Ainda aqui haverá opções bastante diversas, umas satisfatoriamente defensáveis do ponto de vista patrimonial, outras nem tanto, porque guiadas exclusivamente pelos critérios da rentabilização do mercado turístico.

Entre as primeiras encontram-se os casos, aliás raros, de sacrifício científico consciente e assumido de um local, no pressuposto que outros equivalentes se mantêm disponíveis para investigações futuras. Uma tal opção, certamente arriscada e sempre discutível, pode ser ditada por diversas razões aparentes. Mas convergirão todas para uma só motivação de fundo, que os arqueólogos mais conscientes não deixarão de assumir civicamente: todo o bem arqueológico é propriedade colectiva, subordinado a interesses legítimos diversos e porventura opostos, sendo necessário negociá-los até atingir plataformas de contratualização social em que, perdendo todos um pouco, todos ganhemos também. Ao sacrificar um local arqueológico ao turismo, aceitando encená-lo da melhor forma, isto é, com o maior

rigor adentro das mitologias científicas de cada tempo, está-se a respeitar (outros dirão, aplacar) os interesses legítimos do mercado, salvaguardando diversos outros locais equivalentes, situados nas imediações. Este é o modelo seguido em Alcalar, por exemplo, sob orientação de Rui Parreira, um dos mais clarividentes arqueólogos portugueses com reflexão teórica e prática próprias no domínio da musealização dos sítios arqueológicos.

No segundo caso, o mais comum, encontram-se todas as inúmeras situações de sítios arqueológicos convertidos em pequenas "aldeias de Astérix", locais onde a encenação submerge de tal modo o original, que este só não é dispensável pela carga simbólica que encerra, mas pode, em casos-limite, resumir-se à sua ideia, sem qualquer concretização material – o que, há-de reconhecer-se, acaba por ser uma situação bem mais interessante do ponto de vista intelectual.

Também aqui podem existir melhores ou piores aplicações dos modelos adoptados. O Arqueoscópio de Carnac, na Bretanha, possuindo o aspecto simpático de não ter alterado fisicamente os alinhamentos de menires adjacentes, surge-nos como o mau exemplo, porque se trata de um mero espectáculo de som e luzes, com muitos efeitos especiais, mas sem qualquer conteúdo verdadeiramente significativo e, o que é pior, em competição directa com as estruturas instaladas pelo poder político central (centro de acolhimento e interpretação) e local (museu municipal), desviando uma percentagem significativa de visitantes, sem proveito de ninguém (nem dos incautos que optem por essa via de acesso às ruínas, nem do interesse público). Já o arqueodromo de Craggaunoven, no condado de Clare, Irlanda, apresentado como uma experiência de "história ao vivo", instalado sobre vestígios arqueológicos que apenas são vislumbráveis em dois ou três pontos (na restante área encontram-se enterrados), adopta uma via bem mais interessante, onde à reconstituição pura e simples se junta a transposição para aquele parque de originais arqueológicos, provenientes doutros locais, e ali inscritos funcionalmente no circuito de visita proposto. Finalmente, no caso do Museu de Néandertal, próximo de Dusseldórfia, aquilo que se "vende" é apenas o nome do lugar. Da antiga gruta de Feldhofer, onde foram fei-

tos os achados do chamado Homem de Néandertal, em 1856, nada subsiste. Mas o apelo de visita ao local é enorme, tendo em consequência sido construído de raiz um edifício original e moderno, no qual se alberga o único caso de museu sem colecções que conhecemos e apreciamos: um museu que exhibe modelos de homínidos em tamanho natural, tirando partido de diversas tecnologias comunicacionais de ponta, dentro de um quadro global de grande qualidade informativa e extraordinário bom gosto mediático e visual.

Entre os extremos que indicámos nos parágrafos anteriores, situa-se todo um vasto campo de experiências que apenas são limitadas pela imaginação criativa dos seus autores. Na maior parte dos casos, a musealização *in situ* dos vestígios arqueológicos estará situada algures a meio caminho entre os modelos teóricos e os exemplos práticos referidos. Mais geralmente, ocorrerão as situações limitadas "apenas" ao arranjo de acessos e criação de percursos, assim como à limpeza e restauro sumário das ruínas, porventura com o reposicionamento de uma ou outra peça ou com a edificação didáctica de um ou outro elemento arquitectónico. Sanfins e Miróbriga constituem dois bons exemplos desta prática, no nosso país. No primeiro local, é toda uma citânia que foi preparada para a visita, com muros limpos e alteados a nível muito baixo, de modo a permitir visões de conjunto do povoado, tendo-se escolhido uma pequena área para a reconstrução total de um núcleo habitacional familiar, conjugando a base material arqueológica com as referências textuais antigas e até com o saber etnográfico contemporâneo. O resultado é a obtenção de um local de visita agradável, preenchendo bem o imaginário actual acerca de como deveriam ser os grandes povoados castrejos. Nas proximidades, um museu local assegura a retaguarda institucional permanente tanto para a monitorização das ruínas, como para a continuação do seu estudo científico. Em Miróbriga passa-se algo idêntico, seja do ponto de vista das infra-estruturas instaladas, neste caso no próprio local, seja em matéria reconstrutivista, que D. Fernando de Almeida ali chamou de anastilóse. Só que, enquanto em Sanfins as reconstituições são assumidamente contemporâneas, em Miróbriga a reconstrução foi feita com objectos arque-

ológicos reais, deslocados para onde aquele arqueólogo entendeu que pertenceriam originalmente ou simplesmente estariam melhor colocados. O resultado foi a construção de uma imagem de templo romano que depressa penetrou no imaginário nacional, servindo localmente como emblema comercial e verdadeiro *ex-libris* municipal – a tal ponto que se torna hoje inconcebível a retirada das ditas apostilhas, mesmo que se lhes reconheça falta de fundamento arqueológico.

Comò se vê, a musealização *in situ* não constitui de modo algum uma opção simples: contempla numerosas variantes técnicas, dá origem a efeitos políticos profundos. Importa-nos agora ir mais longe, ou seja, discutir as consequências de uma tal opção, quando encarada como a solução ideal para todos os casos de valorização dos vestígios arqueológicos.

Retomamos, pois, o raciocínio que ficou suspenso alguns parágrafos atrás: havendo seguramente grande consenso em reconhecer que apenas uma ínfima parte dos sítios arqueológicos poderão algum dia ser susceptíveis de musealização em condições minimamente garantidoras da sua integridade, o que fazer? Enterrá-los de novo, dir-se-á – opção que poderá até ser tida por corajosa. E na realidade assim é em muitos casos, porque contrairá as forças vivas das localidades onde os vestígios se encontrem. No mínimo, salvem-se os objectos móveis para depósitos ou museus, situados nas proximidades – e assim se acalmarão as ditas forças vivas. Estará o arqueólogo condenado a este tipo de jogos de poder? Não possuirá outras alternativas? Não lhe será exigível ir mais além, introduzindo sempre que possa elementos de maior racionalidade sobre situações vividas basicamente no plano da mais rasteira emotividade, frequentemente de cariz populista?

Julgamos que existem, de facto, outras vias paralelas quando se trata de abordar a problemática da valorização social dos bens arqueológicos, tão dignas e porventura em certos casos estrategicamente mais importantes do que a musealização *in situ*. Importa tomar consciência delas e ter a coragem (essa sim, coragem) de as defender.

Antes do mais, a opção pelo reenterramento puro e simples de ruínas arqueológicas, sendo certamente a

mais avisada em muitos casos, deve ser sempre sopesada com a privação de acesso, não apenas (nem sequer talvez principalmente) pelos vizinhos das mesmas, mas por toda uma geração, ou gerações sucessivas de cidadãos em geral e investigadores em particular. Acresce que dificilmente o arqueólogo pode assegurar terem ficado controlados, através desse procedimento, os processos de alteração pós-deposicionária que inevitavelmente continuarão a actuar e poderão degradá-las profundamente. Finalmente, nada garante também que, a todo o momento, o sítio não seja pura e simplesmente destruído, malevolamente ou por mero desapego colectivo a algo a que se deixou de dar sentido útil.

Daqui se conclui que a questão da transposição dos vestígios, inclusive dos bens imóveis ou revestimentos solidariamente agregados a suportes imóveis, para fora do seu local de origem deve estar sempre sobre a mesa e não ser pura e simplesmente descartada, em obediência à cartilha corrente ou ao puro e simples facilismo intelectual.

Mas teremos de ir ainda mais longe, para vermos melhor. A via da transposição de vestígios arqueológicos para fora do seu local de origem não há-de apenas ser seguida devido a constrangimentos de ordem financeira ou técnica, mas porque se trata de opção ditada por razões de ordem cívica e política. E postas as questões desta forma, pouco importa a escala de deslocação espacial, se para mais perto ou para mais longe dos ditos locais de origem.

A plena compreensão dos bens arqueológicos está longe de esgotar-se na leitura das suas envolventes imediatas. A própria arqueologia, de resto, enquanto forma de fazer história, está longe de limitar-se ao particularismo de cada lugar, acantonada na reconstituição de cada povoado ou cada necrópole, como se de cromos etnográficos se tratassem. Sob pena de nos demitirmos, enquanto historiadores, da nossa função social primeira, forçoso será que procuremos ver para além dos limites do "nosso" sítio – e é isso que fazemos no nosso dia-a-dia, quando buscamos paralelos e produzimos síntese histórica. Muitas vezes a única forma de valorizar um determinado vaso de cerâmica ou peça escultórica, um certo objecto lítico ou elemento arquitectónico é

vê-los em confronto com outros, integrados em contextos culturais alargados, em círculos culturais como outrora era dito. Ora, a tendência para que remeteria a tese mais radical da musealização *in situ* seria a de que nós, arqueólogos, nos demitiríamos desta nossa função mais essencial, sugerindo aos nossos concidadãos que andassem permanentemente em visita a locais particulares, para depois construir por si próprios, talvez com o apoio de revistas de viagens e programas televisivos, as mensagens de síntese que afinal deveríamos ser nós a fornecer.

Pelo nosso lado não nos resignamos a tal cenário. Continuamos a considerar decisiva a produção de saberes que racionalizem os dados em níveis superiores e mais englobantes dos da sua envolvência imediata. O que pode ser feito em bibliotecas, através de livros, sem dúvida. Mas pode e deve também ser feito em museus, através de peças arqueológicas, móveis na maior parte dos casos, ou até imóveis, quando se julgue que a deslocalização espacial de uma sepultura, um mosaico, um forno, etc. podem constituir opção não apenas mais garantidora da sua preservação, como sobretudo mais respeitadora da intenção final em construir e colocar disponíveis mensagens históricas de síntese.

O museu de arqueologia surge assim como instrumento de mediação patrimonial e científica absolutamente capital. Longe de ser, como muitos hoje pretendem, uma instituição ultrapassada e em vias de extinção, herdeiro dos gabinetes de curiosidades, dos armazéns das casas reais e do espírito das luzes, substituível pouco a pouco pela musealização *in situ*, ele poderá reassumir de forma mais clara um papel axial na formação de cultura histórica, através da confrontação dos originais entre si, e do observador com eles, papel que sempre teve, mas algumas décadas de "nova museologia" obscureceram, porque o desviaram para um terreno que lhe é espúrio: a competição directa com o mercado dos jogos de "luz e som", muito mais próprio das experiências de encenação de monumentos e sítios.

Insistimos que, ao equacionar a possibilidade de musealização *in situ* de um qualquer local, o arqueólogo não pode apenas ser guiado por considerações de

ordem técnica, perguntando-se da existência, ou não, de condições logísticas para a realizar. Há-de também reflectir no plano cívico, questionando-se a si e aos seus interlocutores, locais e nacionais, sobre se essa é a melhor opção – e não apenas pelas razões que já aduzimos atrás, mas também por um outro e não despidendo motivo: a “sua” cruzada pessoal, ou a da instituição a que pertence, pela musealização *in situ* de um certo local, com a mobilização de recursos sempre escassos, poderá implicar a menor atenção, ou até abandono, de bens porventura igualmente estimáveis, situados a distâncias relativamente curtas. Tenha-se em atenção, por exemplo, os efeitos perniciosos que teve no Alentejo, nos últimos anos, a concentração de meios financeiros nuns quantos sítios arqueológicos (caso de Torre de Palma), para a construção de roteiros de visita e aproveitamento de fundos europeus, com o manifesto desinvestimento noutros (caso de Pisões).

Adoptado, enfim, o princípio da valorização patrimonial *in situ*, importa definir que tipo de musealização se pretende. Certos projectos, pela sua ambição aparente e pela riqueza potencial das ruínas sobre que se implantam, apenas poderão ser seriamente considerados se forem levados às últimas consequências, ou seja, se forem perspectivados como Conímbriga. E mais uma vez o caso de Torre de Palma, que envolve a problemática delicadíssima do eventual regresso ao local dos mosaicos retirados para o Museu Nacional de Arqueologia em 1947, surge como exemplo paradigmático desta situação. Se existisse a perspectiva de criar ali um museu de sítio e um centro de restauro e investigação, ambos com quadros de pessoal próprios, se tudo isto se inscrevesse num plano de estudo e reescavação da *villa* em toda a sua superfície, enfim, se o propósito fosse criar uma segunda Conímbriga, o regresso dos originais dos ditos mosaicos poderia ser encarado, não até, talvez, para recolocação nos seus exactos sítios, mas no museu monográfico anexo às ruínas. Mas não é essa manifestamente a intenção que tem presidido às acções ali empreendidas: pretende-se tão-só a realização de mais um centro interpretativo e a limpeza e consolidação das estruturas arqueológicas, servidas por uma cobertura deslocada na paisagem e ineficaz

do ponto de vista da protecção contra as intempéries. Pois bem, neste caso, depois de garantida a maior eficácia da referida cobertura, a opção mais interessante do ponto de vista técnico e seguramente a melhor do ponto de vista político será a da instalação no local de cópias fiéis dos mosaicos, ficando os originais disponíveis para apresentação em museus, no plano nacional ou até com representação no plano municipal – instituições em que serão com certeza melhor conservados, melhor apreciados e melhor estimados, exercendo além disso uma muito mais eficiente acção formativa de cidadania e de consciencialização histórica. Por outro lado, importa questionar quantas Conímbrigas poderão ser criadas no País, sendo certo que a já existente sobrevive mal, em grande parte precisamente porque a divisão dos mesmos recursos se faz agora por muito maior número de custos.

Felizmente, a generalidade dos projectos de musealização *in situ* têm o bom senso de não pretenderem ir tão longe e retiram daí as devidas consequências. Mas importa ainda assim que resultem, em cada caso, de reflexão madura sobre a sua vantagem, ou não, e sobre as articulações que desejavelmente deverão promover com outras instituições de mediação patrimonial, entre as quais os museus. É apenas este o sentido das nossas observações: introduzir elementos reflexivos, de racionalidade e de problematização séria, num terreno onde nem sempre as ideias mais sedutoras, porque mais populares, serão as melhores.

Ou seja e em conclusão: se o arqueólogo julgar que a única solução possível para a preservação de um local arqueológico é o seu reenterramento (solução que pessoalmente julgamos dever ser a mais comum), ele nem por isso deve sentir-se desobrigado de reflectir sobre a gravidade que constitui a privação do acesso ao mesmo por parte de uma ou mais gerações; em consequência, deve também incluir na sua ponderação as possíveis vantagens da remoção para museu não apenas de bens mobiliários como também, em certos casos, de estruturas imóveis. Se, por outro lado, o arqueólogo for solicitado para, e entender desejável e exequível, a manutenção visível das ruínas, deve obviamente aplicar-se na garantia da sua preservação, podendo tal supor a

sua musealização *in situ*. Neste caso, a situação mais comum será certamente a da procura de articulações institucionais com museus próximos. Se, finalmente, o arqueólogo considerar, na sua exclusiva capacidade avaliadora, que os bens que pôs à vista devem ser reunidos a outros situados a maior ou menor distância, postos todos ao serviço de mensagens históricas mais englobantes, deve igualmente afirmá-lo, contribuindo para a sua remoção para museus de âmbito mais alargado, locais, regionais ou nacionais. É, aliás, isso a que está vinculado por força do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (artº 16º do Decreto-Lei nº 270/99, de 15 de Julho), que estabelece ficar o destino final dos espólios arqueológicos dependente de acto administrativo ministerial, "tendo em conta a rede nacional de museus" e "o justo equilíbrio da representação daqueles bens nas colecções das instituições de âmbito nacional, regional e local, desde que sejam reconhecidas a estas últimas as necessárias condições para a sua conservação, bem como critérios que evitem a dispersão de espólios provenientes de uma mesma jazida". Ou seja, cabe aos arqueólogos e aos organismos especializados do Ministério da Cultura darem o impulso técnico, tendo em conta as dimensões local, regional e nacional, apresentando as propostas de encaminhamento a dar aos espólios arqueológicos e, por extensão, à valorização patrimonial do conjunto dos bens exumados. Mas cabe depois e em última instância ao poder político decidir que programa adoptar. Porque, afinal, terminamos como começámos: o património arqueológico constitui recurso colectivo que deve ser gerido de forma não tecnocrática, ou seja, subordinando a técnica ao primado da política.

Notas

¹ Arqueólogo. Director do Museu Nacional de Arqueologia.
Email: director@mnaarqueologia-ipmuseus.pt

Referências Bibliográficas

- RAPOSO, Luís, "Museus de Arqueologia", *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 201-227
- IDEM, "Património cultural, poder político e aparelho de Estado", *Vértice*, 2ª série, nº 64, Lisboa, 1995, pp. 14-18
- IDEM, "Arqueologia em diálogo: o papel dos museus", *Arkeos*, nº 1, Tomar, 1997, pp. 73-90
- IDEM, "Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados: identidades e diferenças", *O Arqueólogo Português*, 4ª série, vol. 17, Lisboa, 2000, pp. 55-72
- IDEM, "A acção do Museu Nacional da Arqueologia no estabelecimento de parcerias e sistemas cooperativos em rede", *Actas do Fórum Internacional Redes de Museus*, Lisboa, ed. da Rede Portuguesa de Museus, 2002, pp. 91-108 (edição bilingue: *The Museu Nacional de Arqueologia's action in establishing networks of partnerships and systems of cooperation*, 2002, pp. 207-224)
- IDEM, "A política de património cultural da esquerda no contexto da luta contra uma concepção empresarial de Estado", (2003a) *Ideias à Esquerda*, nº 2, pp. 49-53, ed. Campo da Comunicação, Lisboa.
- IDEM, "Le Musée National d'Archéologie dans le cadre de la muséologie archéologique portugaise", (2003b) *Musées et Collections*, Paris (no prelo)

Da cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)

Susana Oliveira Jorge*

*However, the object that archaeology
studies – the past – is absent,
and the discipline continually strives for a degree
of certainty that it finds hard to deliver*

Thomas, J., 2004, p. 247

1. Vista da paisagem que se obtém para leste do alto
do monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão.

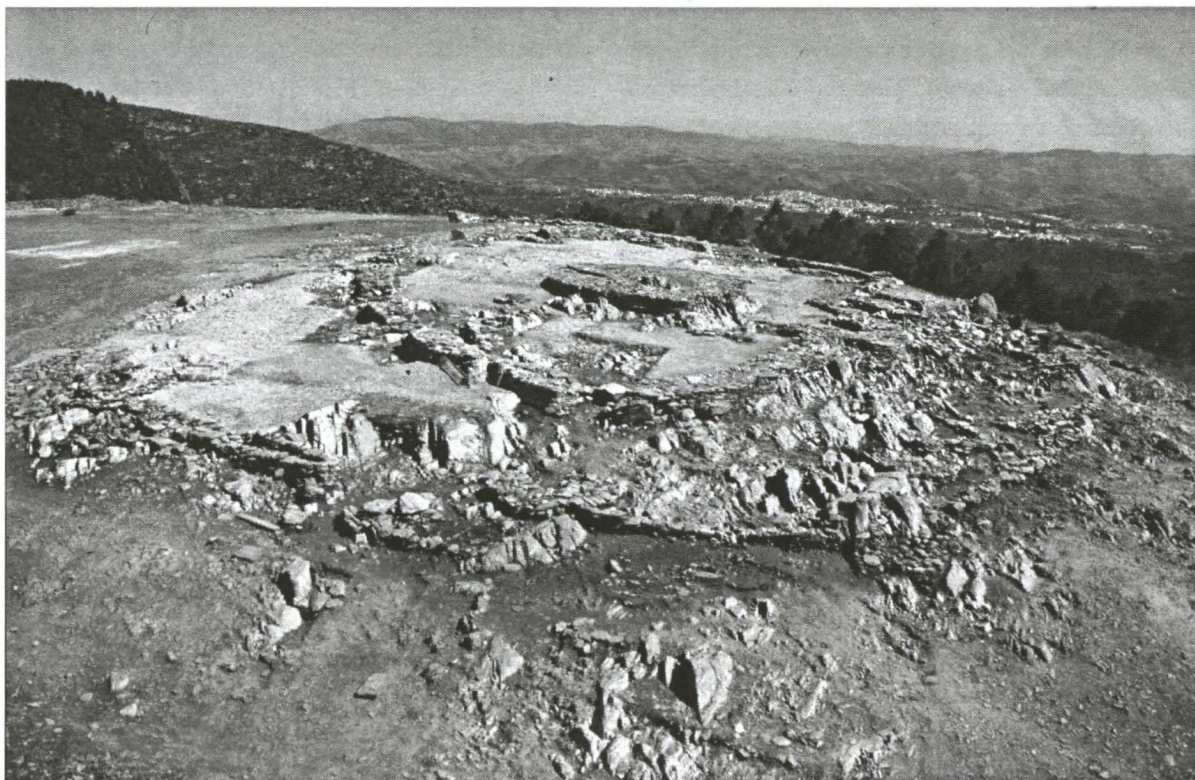
Foto: S. O. Jorge

1. A construção dum lugar pré-histórico (1989-2003)

O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) situa-se no Alto Douro português. Localizado num esporão debruçado sobre um tributário do Douro (o rio do Vale da Vila), Castelo Velho domina uma ampla região que se desenvolve a leste, e que alcança, no último horizonte, a Serra da Marofa e um troço da peneplanura da Meseta Norte (Fig. 1).

- Até 1993 (Jorge, S. O., 1993)¹ Castelo Velho foi considerado um "povoado fortificado" do 3º/2º milénio B. C., interpretação desenvolvida no interior dum corpo teórico processual.

A partir de 1994 (Jorge, S. O., 1994), em resultado duma investigação que abarcou a análise de 69 sítios da Península Ibérica, e tendo como referência leituras cruzadas sobre sítios similares europeus, iniciou-se um reinterpretação deste lugar. Desvalorizando-se a defesa, como motivação primordial, designa-se então Castelo Velho como um "lugar monumentalizado", numa radical



deslocação de perspectiva que faz deste sítio um *dispositivo construído e mantido durante centenas de anos promovendo a identidade comunitária regional*.

Nesta visão de ampla escala tenta-se articular arquitectura e espaço, e, com estes dois elementos, forjar sentidos sobre a percepção e a representação do *meio* em que o lugar se constrói entre o 3º e o 2º milénio B. C.

De 1997 a 2000 abrem-se novas frentes de escavação em área (Jorge, S. O., 1998). Detecta-se então uma arquitectura complexa, em que o recinto superior é rodeado, a oeste e a sul, por um *talude*. Também são descobertas deposições preservadas, nomeadamente uma que inseria ossos humanos associados a fragmentos cerâmicos e pesos de tear. As novas descobertas ajudam a consolidar o novo paradigma interpretativo: Castelo Velho emerge cada vez mais como um *lugar multifuncional, de longa duração, com funções sociais congregadoras, no âmbito de sociedades ainda debilmente hierarquizadas*.

Em 2000, o Estado português, através do IPPAR, resgata a estação arqueológica que fica, a partir desse ano, afecta àquela entidade. Nesse mesmo ano, o então Presidente do IPPAR, Dr. Luís Calado, solicita-me que eu conceba e dirija um projecto de estudo e valorização patrimonial, com o intuito de integrar o sítio num circuito de estações arqueológicas restauradas a serem visitadas e fruídas publicamente. Uma primeira etapa deste projecto, de 2001 a 2003, implica a escavação total do topo do monumento, a qual decorre durante 6 meses, com a presença diária, em campo, de c. de 40 técnicos de arqueologia, apoiados por topógrafo, vários desenhistas e um técnico de conservação e restauro.

Durante esses três anos somos confrontados com dois desafios interligados: – a necessidade de estabilizar uma interpretação de grande escala sobre a funcionalidade global do sítio, por forma a ser veiculada, a curto prazo, aos diferentes públicos que o venham visitar; – optar por um futuro programa de conservação e restauro no terreno, que, segundo uma concepção minimalista, trave também o processo de degradação da ruína².

Em 2002 (Jorge, S. O., 2002) e em 2003 (Jorge, S. O. 2003a, b) publicam-se vários artigos que dão conta de diversos aspectos da investigação que contribuem não

só para a representação das grandes fases de uso do lugar, como, sobretudo, para a simulação de alguns cenários que utilizaram o monumento como *locus privilegiado da acção*.

• Relativamente ao faseamento do lugar, hoje é possível conceber três grandes momentos de "afeição" do morro de Castelo Velho:

1. *uma fase pré-monumental*, certamente dos inícios do 3º milénio B. C., cuja cronologia, arquitectura, uso dos espaços, se encontra ainda numa fase muito preliminar da investigação (Oliveira, M. L., 2003);

2. *uma fase monumental*, que se pode sub-dividir, *grosso modo*, em dois momentos estruturais: a) durante a 1ª metade do 3º milénio B. C., a construção, no topo do morro, de um *recinto sub-elíptico*, delimitado por uma *parede* constituída por um soco pétreo de xisto (provavelmente barreado) e uma super-estrutura de terra e ramos. A edificação deste recinto implicou uma transformação apreciável da morfologia natural do esporão. As pré-existências (rochosas e outras) foram afeiçoadas, emergindo, pela primeira vez, um *monumento*; b) por meados do 3º milénio (2500/2300 cal B. C.) surge, pela primeira vez, em toda a sua imponentia, o *edifício monumental completo* (Fig. 2): recinto, plataforma intermédia, talude oeste/sul, murete leste e inúmeras outras estruturas associadas à utilização prolongada no tempo deste "lugar especial". O "design" global do edifício concebido nesta fase, vai-se manter globalmente intacto até à sua condenação, por volta de 1300 B. C.;

2. Fotografia aérea do monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão, após escavações de 2002.

Foto: S. O. Jorge



3. *o fecho ou condenação* intencional do monumento, por volta de 1300/1200 B. C., o qual eliminou visualmente o monumento, tal como ele havia funcionado durante cerca de 1000 anos.

- A análise das técnicas construtivas utilizadas e o estudo cruzado de inúmeros elementos exumados na escavação, permitem-nos afirmar que o recinto superior (e certamente muitas das estruturas encontradas quer no seu interior, quer na plataforma intermédia, quer mesmo em áreas exteriores ao topo do monumento) deveria ser delimitado por uma *parede de terra*. No caso do recinto tal parede deveria ter mais de 2/3 metros de altura. Ou seja, originalmente, *o recinto era fechado, acedendo-se ao seu interior por passagens estreitas* que foram abertas na parede delimitadora. Tais passagens (no total foram detectadas 8, no interior do recinto), e, eventualmente, "janelas" ou aberturas existentes nessa parede, permitiam a comunicação, certamente condicionada, com o interior/exterior do recinto. De salientar que não foram detectados derrubes (pétreos) junto às fundações xistosas da parede do recinto, o que elimina a hipótese duma eventual parede pétreo. O recinto superior (como, aliás, todo o monumento e estruturas contíguas) era basicamente construído com materiais percíveis, de grande plasticidade. Este dado é fundamental na programação do projecto de conservação e restauro e, obviamente, nas reconstituições a conceber no interior de espaços expositivos, quer no futuro centro interpretativo (junto ao sítio arqueológico), quer no futuro núcleo museológico da vila de Freixo de Numão.

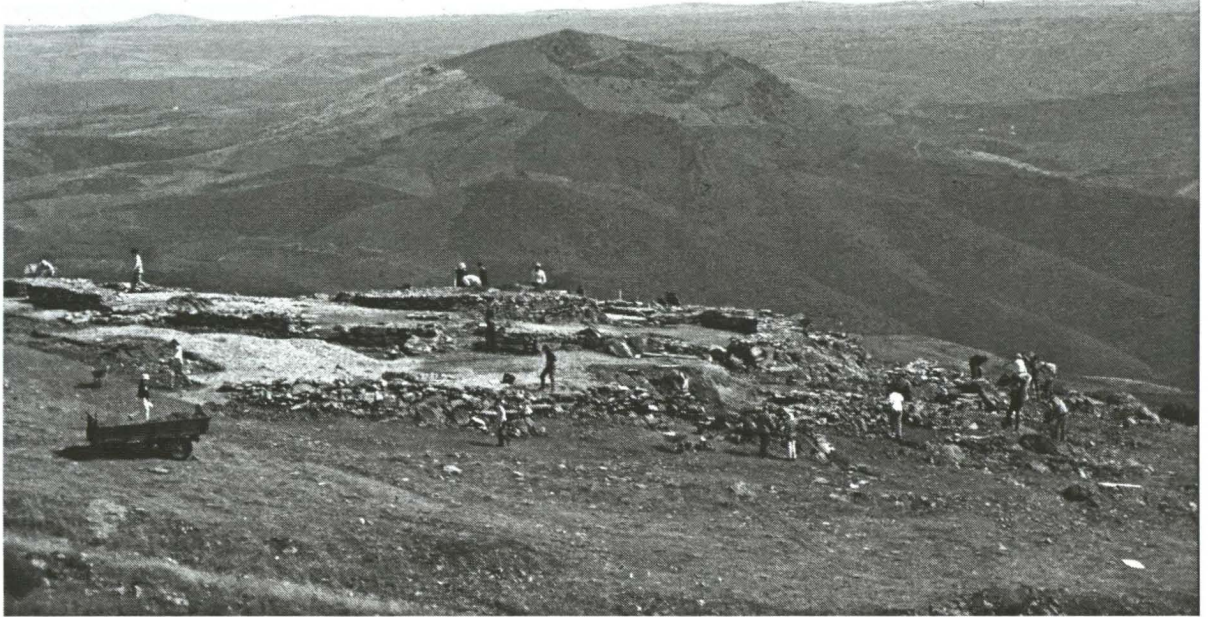
- Um outro dado resultante dos trabalhos de escavação, sobretudo de 2001 a 2003, diz respeito à descoberta do *talude sul e oeste*. Durante alguns anos tínhamos interpretado a acumulação de pedras, de dimensões variadas, numa área que rodeava a plataforma intermédia, como derrubes dum possível murete que circundaria o recinto superior (M2) (Jorge, S. O., 1993). De facto, as escavações em área, a partir de 1997, e, sobretudo, entre 2001 e 2003, vieram demonstrar que estamos, na sua maior parte, face a uma complexa estrutura constituída por um murete interno de contenção ao qual se

adossavam pedras de contrafortagem, por vezes muito bem imbricadas, sendo todo este complexo coberto por uma carapaça de pedras e argila.

O talude servia simultaneamente para altear o declive da plataforma e, dessa maneira, funcionar como estrutura de sustentação das infra-estruturas existentes na própria plataforma, e também para tornar mais imponente os lados sul e oeste do monumento. Como já várias vezes argumentámos, o talude ocorre em zonas com maior declive natural sendo, assim, óbvia a sua função de sustentação da plataforma, e jamais de defesa da mesma, sob pena de termos de imaginar que na Pré-História eram construídas "muralhas" nos sectores naturalmente melhor defendidos, deixando as áreas naturalmente abertas (neste caso, todo o lado norte) completamente expostas a qualquer eventual ataque.

- Os *contextos* preservados detectados no monumento (no interior do recinto e na plataforma intermédia, ou entre o recinto e o murete leste) apontam para este monumento se ter constituído como uma *arena de passagem*, que atraiu, do 3º ao 2º milénio, populações que atravessaram condicionadamente este lugar: não conhecemos apenas *deposições* como a dos ossos humanos (Jorge, S. O., 1998; Jorge S. O. *et al*, 1998/99), ou a das sementes, ou a dos pesos de tear (Jorge, S. O., 2002; Baptista, L., 2003; Gomes, S., 2003) ou ainda, por exemplo, a do "nicho" com metade dum vaso partido no seu interior (Baptista, L., 2003). Entre os contextos preservados mais significativos contam-se as *condenações estruturadas de passagens* na parede delimitadora do recinto, ou então, as *condenações também organizadas de estruturas do interior do recinto* (Jorge, S. O., 2002). Por outro lado, as deposições, feitas de materialidades "comuns" (estão ausentes objectos excepcionais), suscitam uma longa reflexão sobre a reconfiguração de sentido que elas pressupõem e, também, sobre a dificuldade de as enquadrar socialmente seguindo a tradicional dicotomia de "doméstico/ritual" (Jorge, S. O., 2003 a).

Creemos, de facto, que tais conceitos dicotómicos impossibilitam pensar-se o passado pré-histórico na sua complexidade, onde diversas formas de codificação dos gestos e, duma maneira geral, do movimento humano,



3. Foto do topo do monumento de Castelo Velho e, em segundo plano, para leste, do monte de S. Gabriel.
Foto: D. Pavone

impregnavam a *vida toda* e ocorriam em *quaisquer lugares experienciados pelo ser humano* e não apenas em alguns "lugares carismáticos".

- Uma das mais incisivas linhas de investigação sobre Castelo Velho remete para a conexão visual deste sítio com outros lugares contemporâneos existentes em vários planos do horizonte (Jorge, S. O., 2002). Se Castelo Velho estava ligado, em *rede*, a outros lugares com os quais formava sistemas de sentido, pode ser que investigar as *inter-visibilidades* seja uma via de aproximação à representação do espaço pré-histórico, pelo menos, nas suas grandes traves-mestras. Desta forma, o monte de S. Gabriel (incontornável actualmente do alto de morro de Castelo Velho, para leste) como seria percebido por alguém que se movimentasse no 3º milénio em torno do monumento e, sobretudo, por alguém que entrasse no recinto superior?

Dizer hoje que Castelo Velho "olha" o Monte de S. Gabriel, pressupõe, evidentemente uma visão contem-

porânea. No 3º/2º milénio, mesmo que se pudesse "ver" o Monte de S. Gabriel fora do recinto ou, condicionadamente (através de aberturas), a partir do interior do recinto, não sabemos se alguma vez essa visibilidade foi socialmente significativa e, se o foi, como foi e em que momento de uso do monumento de Castelo Velho tal ocorreu (Fig. 3).

De qualquer forma, os montes de Castelo Velho e de S. Gabriel sempre foram inter-visíveis. A uma macro-escala de análise espacial, parece-me que esta ocorrência é uma linha a explorar, na medida em que o grande modelado geo-morfológico enquadra, de forma óbvia, as escolhas específicas de experimentação/construção do espaço.

2. Do lugar pré-histórico ao lugar patrimonializado: algumas reflexões

- O actual programa de conservação e restauro do monumento³ assenta no princípio básico de que *apenas serão expostos os socos pétreos* exumados pela escavação de todas as estruturas do edifício construídas

na 2ª fase, mais propriamente na fase 2B (Jorge, S. O., 2003a). Assim, no que toca à parede delimitadora do recinto, às estruturas do seu interior ou ainda ao chamado murete leste, optar-se-á por uma *intervenção minimalista*, que deverá, pontualmente, altear alguns alçados mas que, globalmente, se dirige à *conservação da base pétrea duma ruína*. Quanto ao talude, uma vez que ele foi desmontado em 2002 (após todo um longo processo de escavação e registo) com o intuito de se compreender a sua ossatura interna, aquela estrutura será inteiramente reposta, respeitando a volumetria original registada durante os trabalhos arqueológicos. O solo, quer do interior do monumento, quer da área envolvente abrangida pelo programa de conservação e restauro, será tratado, por forma a não se verificarem desníveis relevantes entre as estruturas arqueológicas propriamente ditas e as zonas circundantes. No alto duma pequena elevação, situada a poucos metros para noroeste, e a uma cota mais elevada do que o monumento, será construído um pequeno centro interpretativo da autoria dos arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes (Costa A. A., 2003). Todo este programa de musealização do lugar deverá estar concluído em 2005.

- Não entrando em reflexões específicas relativamente a pormenores do programa, gostaria de me deter em duas opções de fundo que constam da ideia de "lugar patrimonializado" que foi gizado para Castelo Velho de Freixo de Numão.

– Em primeiro lugar, optou-se por oferecer ao público, no terreno, *não o monumento como ele terá existido no passado* (ou seja, um recinto delimitado por uma parede com 2/3 metros de altura, maioritariamente de terra, e todo um conjunto de outras estruturas também cercadas por paredes e cobertas com diversos tipos materiais), *mas tão só a planta, ao nível do solo, da infraestrutura pétrea* do edifício, numa determinada fase da sua existência

As hipóteses de simulação do monumento completo serão fornecidas quer no centro interpretativo, quer no núcleo museológico, em preparação, na vila de Freixo

de Numão, também da autoria dos arquitectos Alexandre Alves da Costa e Sérgio Fernandes.

É verdade que tal opção minimalista não tem nada de excepcional, uma vez que a quase totalidade das ruínas arqueológicas musealizadas no mundo não recorre a reposições integrais. Contudo, relativamente a este caso preciso, devemos reflectir nas implicações de leitura que tal escolha implica.

Se aceitarmos que a localização de Castelo Velho (no rebordo dum esporão virado a leste) foi intencional, e que tal localização procurava que o monumento "visse" amplamente para leste e que, desse lado, o sítio fosse visível duma infinidade de ângulos, não se torna irrelevante a reposição ou não dos alçados do monumento. Por outro lado, acreditamos que, no passado do 3º/2º milénio, o acesso ao monumento e ao recinto superior era condicionado, bem como seria condicionada a visão que se teria do interior do recinto (através de certas aberturas), para fora, nomeadamente para a esplendorosa cenografia natural que se oferecia a leste. A restrição da visão era um elemento crucial da gestão do movimento dos seres humanos em torno e no seio do monumento de Castelo Velho. Desta forma, a escolha de ausência de barreiras físicas, nomeadamente no recinto superior, no actual programa de conservação e restauro, determina que o futuro lugar monumentalizado se afirma em continuidade visual com a paisagem envolvente. Como já tive oportunidade de escrever (Jorge, S. O., 2003a), esta opção privilegia o lugar arqueológico enquanto um "ponto de vista sobre a paisagem", como uma espécie de "miradouro", ao qual se acede hoje através de muito menos restrições e, certamente, de natureza completamente diferente. O "*segredo da visão* (sobre o incontornável Monte de S. Gabriel, sobre a falha do Côa, sobre as terras de planura da Meseta e, ao longe, sobre a Serra da Marofa), *ou a dificuldade de acesso, no passado, a essa visão é substituída, hoje, pela revelação "escancarada" e imediata duma paisagem excepcional*: o que resta do monumento do passado corre o risco de ser submerso pela *força da paisagem do presente*. Quem chegar amanhã ao lugar musealizado de Castelo Velho, expresso pelos seus socos pétreos, olhará primeiro para a paisagem hipnotizante que emerge a

leste e, só depois, talvez mesmo muito tempo depois, concederá a sua atenção aos resquícios dum edifício reduzido à sua expressão mais simples.

Se pessoalmente aceito que todo o esforço conservacionista se insere num projecto do presente (e que, nesse sentido, a sua relação com o passado não tem de passar por uma ressurreição linear do mítico "passado acontecido"), não estou totalmente convicta de que, por omissão (neste caso), possamos alterar, sem questionamento, a natureza de percepção dum lugar de há cinco mil anos. Como é óbvio, a minha adesão a esta opção de fundo teve em conta questões de ordem normativa (regras europeias que enquadram a acção de conservação e restauro), e outras, de ordem técnica/logística, nomeadamente a deficiente capacidade do Estado em manter de forma continuada a boa preservação de estruturas de grande porte. Mas a minha reserva poderá, espero, contribuir para uma futura reavaliação da estratégia de musealização deste sítio e de outros similares.

– Um outro aspecto que pode ser questionado no programa de musealização de Castelo Velho relaciona-se com a forma de se aceder actualmente ao monumento.

Está prevista a futura chegada a Castelo Velho apenas por noroeste, seguindo um caminho antigo (actualmente remodelado) que contorna uma colina, sobranceira ao esporão onde se localiza o monumento, e onde deverá ser construído o centro interpretativo. Nas imediações deste centro existirá uma zona de estacionamento. A partir do centro interpretativo aceder-se-á, através de caminhos pedestres, ao monumento, atravessando, sem qualquer dificuldade, uma área de declive suave que medeia entre aquele edifício moderno e o que resta do edifício antigo (Fig. 4).

Independentemente do acesso previsto, por noroeste, que se destina fundamentalmente a visitantes motorizados que queiram conhecer rapidamente o sítio arqueológico usando uma via que atravessa o topo do morro até ao esporão, pensamos que seria útil admitir a hipótese dum *acesso alternativo por sul e sudeste*. De facto, se o monumento está virado a leste/sudeste, e se era

uma referência visual na paisagem (para quem se posicionasse do lado do "plateau" de Foz Côa), faz todo o sentido pressupor que a *subida pedestre do morro, por sul/sudeste, até ao recinto superior, se insere num percurso ascensional, quase obrigatório, no passado longínquo do 3º/2º milénio antes de Cristo*.

Assim, o futuro acesso ao monumento patrimonializado – a este monumento preciso com as funções sociais congregadoras que teve no passado – não pode ser considerado de forma aleatória, ou exclusivamente em função de critérios de uso consumista do futuro novo lugar.

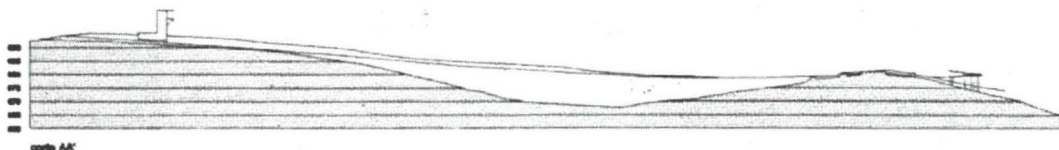
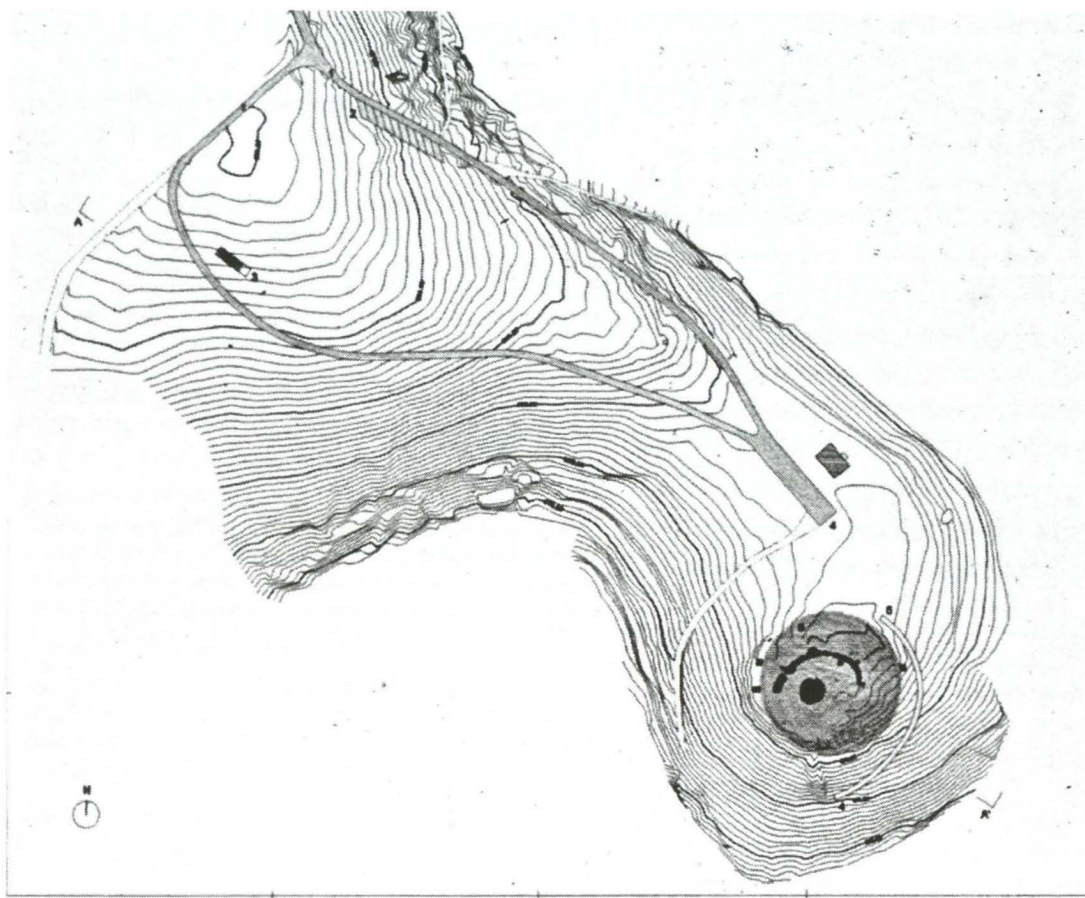
O acesso ao monumento deve *prever diversas hipóteses de aproximação*, não só em relação com os desejos e possibilidades dos visitantes, mas também em relação com a *própria lógica de utilização do monumento no 3º/2º milénio*, o que, como é óbvio, não é incompatível.

Muitos visitantes, se forem informados da possibilidade de outras maneiras de se aproximarem do monumento, poderão optar pelas menos fáceis, mas eventualmente mais de acordo com o espírito do lugar. Todavia, uma aproximação alternativa obriga à abertura de caminhos pedestres em áreas que caem fora da do projecto de estudo e valorização do sítio. A concretização de tais percursos implicaria não só o empenhamento do IPPAR no diálogo com os proprietários desses terrenos, como a execução dum programa de continuada manutenção dos mesmos, na medida em que tais caminhos pedestres atravessam uma área intensamente arborizada, sobretudo devido à plantação recente de eucaliptos.

- A passagem dum *ruína* – mesmo que investigada – à categoria de *património visitável* é um passo grave e complexo. Na Primavera de 2003 organizou-se, na FLUP, uma mesa-redonda subordinada ao tema insidioso "Conservar para quê?"⁴

Nessa mesa-redonda, em que participei, tive oportunidade de citar Marc Guillaume (1980, 2003), com o qual concluo este texto:

"(...) todo o objecto submetido à museografia muda de estatuto: desinserido de uma estrutura simbólica onde



LEGENDA 1 - PERCURSO DE VISITA 2 - ESTACIONAMENTO 3 - ATENDIMENTO/BELVEDERE 4 - PAINEL INFORMATIVO
 5 - ÁREA DE PROTECÇÃO À ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA 6 - PERCURSO SOBREELEVADO

MUSEALIZAÇÃO DE ESTRUTURA ARQUEOLÓGICA EM CASTELO VELHO DE FREIXO NUMÃO - V. N. FOZ CÔA		
ANTE-PROJECTO	JANEIRO 1998	ESC. 1:2000
PLANTA E CORTE	substituído por:	
	substituído por:	
	ATELIER 15, arquitectura, lda.	

4. Planta geral do ante-projecto de musealização de Castelo Velho de Freixo de Numão (Atelier 15; Costa, A. A., 2003, fig. 7).

desempenhava um papel activo, ele perde o essencial das suas significações anteriores para integrar um dispositivo onde se limita a cumprir determinadas funções.” (Guillaume, M., 2003, p. 105).

Reflectir sobre tais *funções* é a tarefa indeclinável da equipa que assume a responsabilidade e o desafio de “construir passado”. O processo de construção de Castelo Velho de Freixo de Numão encontra-se, obviamente, numa fase avançada em que algumas das opções tomadas já não deixam margem de manobra para se construir este lugar de muitas e diversas maneiras. Mas existem ainda algumas escolhas em aberto que condicionam a *natureza/configuração do lugar* que, um dia, como qualquer outro visitante, iremos também experienciar.

Porto, Outubro, 2004

Notas

¹ Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
E-mail: vojsoj@sapo.pt.

² O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão foi intervenção pela primeira vez em 1989 a pedido do então IPPC (Centro). De 1989 a 2000 esta estação arqueológica foi escavada no quadro de renovados projectos de investigação de iniciativa individual, coordenados pela signatária, e financiados pelo IPPC (Centro), pela ex-JNICT, pelo IPA e pela ACDR de Freixo de Numão. Entre 2001 e 2003, os trabalhos de campo, também coordenados pela signatária, integraram-se num projecto de estudo e valorização do sítio, de iniciativa do IPPAR, que usufruiu de meios provenientes do Programa Operacional de Cultura.

³ O projecto de conservação e restauro foi elaborado pelo técnico de restauro Joaquim Garcia, de acordo com os elementos fornecidos pela coordenadora do projecto global. Neste projecto global intervêm ainda os arquitectos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandes, responsáveis pelo futuro centro interpretativo e, duma maneira geral, pela preparação da área envolvente da estação para visita pública.

⁴ Este programa, elaborado por Joaquim Garcia, deverá começar a ser posto em prática na Primavera de 2005, sob a fiscalização técnica do mesmo, no quadro do projecto global do IPPAR de estudo e valorização do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão.

⁵ Tal mesa-redonda, coordenada por Vítor Oliveira Jorge, foi organizada pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, e as Actas, em preparação, em breve serão editadas pelo DCTP (FLUP) e pelo CEAUCP (FCT).

Referências Bibliográficas

- AUGÉ, M. (2003 a), *Le Temps en Ruines*, Paris, Ed. Galilée.
- AUGÉ, M. (2003 b), *Pour quoi vivons-nous?*, Paris, Ed. Fayard.
- BAPTISTA, L. (2003), *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. Contributos para a interpretação de contextos de uso*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado, fotocopiada).
- BRADLEY, R. (1998), *The Significance of Monuments*, London, Routledge.
- CHAPMAN, R. (2003), *Archaeologies of Complexity*, London, Routledge.
- COSTA, A. A. (2003), A musealização do sítio de Castelo Velho, *Recintos Murados da Pré-História Recente* (coord. Susana Oliveira Jorge), DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 67 – 78.
- GOMES, S. R. (2003), *Contributos para o estudo dos “pesos de tear” de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa). Exercícios de interpretação do registo arqueológico*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado, fotocopiada).
- GUILLAUME, M. (1980), *La Politique du Patrimoine*, Paris, Ed. Galilée.
- GUILLAUME, M. (2003), *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.
- INGOLD, T. (2000), *The perception of the environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*, London, Routledge.
- JORGE, S. O., (1993), O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal, *1º Congr. Arq. Peninsular, T.A.E.*, vol. XXXIII, fasc. 1/2, pp. 179 – 216.
- JORGE, S. O., (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. XI, pp. 447 – 546.
- JORGE, S. O., (1998), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-históricos*, vol. VI, pp. 279 – 293.
- JORGE, S. O., (2002), Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal, *Património. Estudos*, nº 3, pp. 145 – 164.
- JORGE, S. O., (2003 a), Pensar o espaço da Pré-História Recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, *Recintos Murados da Pré-História Recente* (coord. Susana Oliveira Jorge), DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 13 – 50.
- JORGE, S. O., (2003 b), Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão, *Arquitectando Espaços: da natureza à metapólis* (coord. Vítor Oliveira Jorge), DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 63 – 83.
- JORGE, S. O., (no prelo), *O passado é redondo. Dialogando com o sentido dos primeiros recintos monumentais*, Porto, Ed. Afrontamento.
- JORGE, S. O. et al (1998/99), Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa), *Portugalia*, Nova série, vol. XIX – XX, pp. 29 – 70.
- JORGE, S. O. & Rubinos, A. (2002), Absolute chronology of Castelo Velho de Freixo de Numão (Northern Portugal): data and problems, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 83-105.
- JORGE, V. O. et al (2003), A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (Vª Nª de Foz Côa), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, (coord. Susana Oliveira Jorge), DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 79 – 113.
- OLIVEIRA, M. L. C. (2003), *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa)*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado, fotocopiada).
- THOMAS, J. (2004), *Archaeology and Modernity*, London, Routledge.
- WHITTLE, A. (1996), *Europe in the Neolithic. The Creation of New Worlds*, Cambridge Univ. Press.

O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2002)

João Luís Cardoso¹

1. História das investigações

O povoado pré-histórico de Leceia é conhecido no mundo científico desde 1878, ano em que o General Carlos Ribeiro, pioneiro da Pré-História e da Geologia portuguesas, sobre ele publicou uma extensa e bem documentada memória, apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa, que pode considerar-se a primeira monografia dedicada a um povoado pré-histórico português (RIBEIRO, 1878).

Apesar de a estação ser, desde então, frequentemente referida em trabalhos da especialidade, tanto em Portugal como no estrangeiro – Leite de Vasconcelos dedicou-lhe, em 1917, artigo publicado nas páginas de "O Arqueólogo Português" com o título expressivo de "Arqueologia liceense" (VASCONCELOS, 1917), depois de ter longamente referido a estação no primeiro volume das "Religiões da Lusitânia" (VASCONCELOS, 1898) – jamais, até ao início da intervenção dirigida pelo signatário, se tinham ali realizado escavações. Apenas Joaquim Fontes publicou, em 1955, os resultados sumários de sondagens de prospecção que executou, em colaboração com o Escultor Álvaro de Brée (FONTES, 1955), este último durante décadas colecionador de materiais arqueológicos obtidos pelo próprio ou por naturais da região, tal como havia acontecido anteriormente com Abílio Rozeira, na década de 1920, em boa parte ainda inéditos, conservados no Museu Nacional de Arqueologia; outro tanto se não verificou com os materiais reunidos por Álvaro de Brée, os quais foram exaustivamente estudados e publicados pelo signatário em 1980 e 1981 (CARDOSO, 1980, 1981), já depois de ter desenvolvido minuciosa investigação do terreno (muitas vezes faltando às aulas no Liceu), logo iniciada em 1970, ano em que lhe fora oferecida a monografia de Carlos Ribeiro, com dedicatória do próprio a seu trisavô, antigo Ministro, Presidente da Câmara dos Pares do Reino e Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Conselheiro Augusto José da Cunha. Antes, tinha sido publicada síntese contendo as principais conclusões do estudo da referida colecção (CARDOSO, 1979). Data ainda desta fase inicial dos trabalhos, a publicação da primeira monografia sobre o povoado pré-

histórico pela Câmara Municipal de Oeiras, dedicada aos materiais cerâmicos da colecção de Álvaro de Brée (CARDOSO, 1982).

Em inícios de 1983, a área de interesse arqueológico encontrava-se em fase de degradação acelerada. Pouco tempo antes, um dos proprietários tinha aberto, com retroescavadora, numerosas valas para o plantio de árvores; outro, tinha construído um redondel de madeira para touradas, perfurando em numerosos locais o terreno, para a fixação da estacaria; mais grave ainda, a estação corria o risco de desaparecer totalmente, caso fosse aprovado, pela Câmara Municipal de Oeiras, um projecto geral de urbanização que viria a afectar a área arqueológica, loteando-a na sua totalidade. Tal facto resultava, em parte, de indefinição oficial da verdadeira área ocupada pela estação. Com efeito, dado que jamais ali se haviam feito escavações, o único elemento de trabalho disponível tratava-se da planta publicada por Carlos Ribeiro, em 1878, na qual se considerava como área arqueológica não apenas a plataforma do moinho da Moura (ou do Pires), mas também toda a extensa cumiada onde se implanta a actual povoação de Leceia, sendo, conseqüentemente, inútil; na verdade, apesar de o povoado pré-histórico de Leceia se encontrar classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto nº. 45 327, de 23 de Outubro de 1963, a classificação não tinha sido acompanhada da delimitação da área a proteger, contribuindo para indefinição que só prejudicava a efectiva salvaguarda da estação.

2. Trabalhos realizados, resultados obtidos

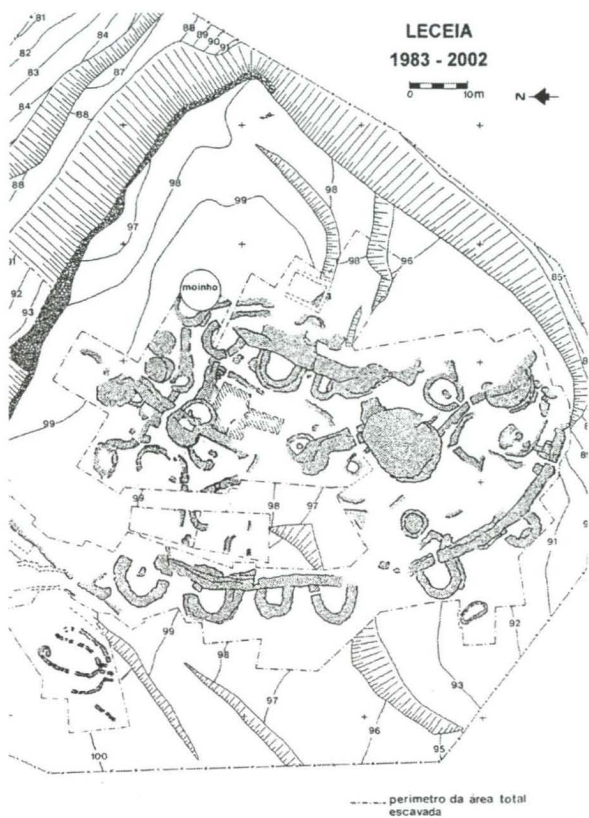
Importa observar que poucos ou nenhuns arqueólogos acreditavam, nos inícios da década de 1980, na existência de estratigrafias e, muito menos, de estruturas conservadas, em Leceia: isso justificou que – não obstante o seu fácil acesso e a boa documentação conservada, tanto no Museu Nacional de Arqueologia, como no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, recolhida por Carlos Ribeiro – jamais ali se tenham efectuado trabalhos arqueológicos, para além das pequenas sondagens de Joaquim Fontes. Para tal situação, muito terá contribuído a presença, em numerosas áreas da

estação, de extensos afloramentos de bancadas de calcários duros do Cretácico (Cenomaniano Superior), que constituem a ossatura geológica da plataforma onde se instalou o povoado pré-histórico, dando a impressão de nada mais restar das estruturas arqueológicas e da estratigrafia do antigo assentamento.

De qualquer modo, impunha-se proceder a escavações, conducentes, primeiro, à determinação da real importância arqueológica do sítio e, depois, caso aquela se confirmasse, à sua efectiva delimitação no terreno. Urgia, além disso, agir com rapidez. A elevada pressão urbanística sentida em toda a área periférica da cidade de Lisboa e a situação criada não se compaginava com atrasos.

Para o efeito, foi apresentado pelo signatário, em Janeiro de 1983, um Projecto de Investigação ao então IPPC interessando apenas esta estação pré-histórica o qual, uma vez aprovado, permitiu, em Agosto daquele ano, o início dos trabalhos de campo. Nessa primeira campanha, escavou-se uma área de 32 m², que actualmente se situa no núcleo do antigo povoado pré-histórico, entre a segunda e a terceira linha de muralhas. Destes trabalhos, resultou a demonstração, não apenas da existência de estratigrafia, nítida e bem conservada, mas também a sua relação com duas fases de ocupação distintas, caracterizadas pelos respectivos materiais, além de estruturas arqueológicas, relacionadas com cada uma delas. Estava, deste modo, demonstrada a efectiva importância científica de Leceia, justificando o alargamento da área escavada, através de uma exploração em extensão, que, vinte anos volvidos de campanhas anualmente efectuadas – em Agosto de 2002 efectuou-se a vigésima e última do ciclo iniciado em 1983 – ascendia a cerca de onze mil metros quadrados (Fig. 1).

A realização de tão prolongado programa de trabalhos – um dos mais ambiciosos realizados até ao presente numa única estação arqueológica em Portugal – permitiu, pela primeira vez em Portugal, a exploração integral de um vasto povoado calcolítico, demonstrando-se deste modo a importância excepcional da estação, tanto do ponto de vista científico como patrimonial, situando-a entre uma das estações mais relevantes para o conhecimento da génese das sociedades



1. Planta simplificada do povoado pré-histórico fortificado de Leceia.

complexas calcolíticas peninsulares. Com efeito, identificaram-se três fases culturais e cinco fases construtivas, com início no Neolítico Final e *terminus* no Calcolítico Pleno, coincidente, na sua parte final, com a eclosão do "fenómeno" campaniforme. Os resultados desses extensos trabalhos foram apresentados em numerosas publicações, umas correspondentes a artigos científicos, outras a monografias de maior fôlego (CARDOSO, 1989, 1994, 1997, 2000, 2003). A relevância científica da sequência estratigráfica definida – a qual foi possível relacionar por um lado, com a sequência construtiva e, por outro, com o respectivo conteúdo artefactual e com a cronologia absoluta, conferindo-lhe uma dimensão cronológico-cultural de indiscutível relevância – foi, aliás, reconhecida recentemente como "a mais usável da Península", em recente síntese sobre o Calcolítico do centro e do sul de Portugal (GONÇALVES, 2000/2001).

Nas vinte campanhas anuais de escavações realizadas entre 1983 e 2002, foi posta a descoberto, como se

disse, uma área construída de cerca de 11000 m², correspondentes aproximadamente à totalidade do espaço intramuros.

Crê-se que tal área corresponda à mais vasta escavação realizada em um povoado pré-histórico português. Com efeito, só desta forma seria possível conhecer, de uma forma completa e articulada, a arquitectura doméstica e defensiva de um grande povoado calcolítico, bem como a sua própria organização e evolução interna ao longo dos cerca de mil anos de registos conservados, tanto através da estratigrafia como da sobreposição de estruturas. Nestas, encontram-se bem patentes as remodelações, restauros e reforços, incluindo nalguns casos o total arrasamento e substituição, factos denunciadores de estratégias de defesa e de ocupação diferenciadas, ao longo do tempo, mas sempre segundo planos previamente concebidos, que não são obra do acaso ou das circunstâncias.

Ao longo dos anos, os trabalhos de campo tiveram suporte legal em quatro Projectos de Investigação, sucessivamente aprovados pelo IPPC, depois pelo IPPAR, e, finalmente, pelo IPA, a partir de 1998. Tal foi o caso com a aprovação de Projecto de Investigação plurianual "Arqueologia do concelho de Oeiras", com vigência até 2001, a que se seguiu outro, com o mesmo nome, actualmente em curso de execução até 2005, altura em que se prevê ter todo o espólio publicado, em sucessivas monografias (de que já se publicaram quatro, a primeira relativa à indústria de pedra polida; a segunda, dedicada às faunas de grandes mamíferos, incluindo carnívoros; a terceira referente à malacofauna recolhida; e a última sobre os artefactos de osso), de forma sistemática e completa. Para tal, conta-se, como até agora, com os apoios alocados pela Câmara Municipal de Oeiras, através do seu Centro de Estudos Arqueológicos.

Se tal acontecer, como se espera, será a primeira vez que se conseguirá em Portugal e talvez mesmo na Península Ibérica, dispor de um povoado calcolítico integralmente escavado e publicado, nas diversas valências temáticas correspondentes ao espólio recuperado, envolvendo o esforço de uma equipa pluridisciplinar, inteiramente dedicada a tal objectivo. Este não tem inviabilizado, bem pelo contrário, o esforço desenvol-

vido na publicação de numerosos artigos temáticos, ou obras de síntese, que ascendem já a algumas dezenas, desde o início dos trabalhos de campo, inventariadas em publicação recente (CARDOSO, 2003).

É, ainda, no âmbito das acções de investigação e de divulgação, que se inscreve a edição pela Câmara Municipal de Oeiras, igualmente através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, de uma série de índole estritamente arqueológica, os "Estudos Arqueológicos de Oeiras", na qual os resultados obtidos das investigações conduzidas em Leceia têm tido publicação privilegiada. Logo em 1991 se editaram dois números da Revista – o primeiro corresponde, não por acaso, á edição facsimilada e anotada da memória de Carlos Ribeiro dedicada a Leceia – para, nos anos seguintes, se consolidar tal produção, tendo saído do prelo, em Dezembro de 2003, o décimo-primeiro volume da série. As largas dezenas de artigos científicos ali publicados, todos de índole arqueológica, bem como a diversidade dos temas abordados, consubstanciam-se em mais de 4500 páginas impressas, fazendo desta revista uma realidade incontornável no panorama editorial português neste domínio. Tal é, aliás, confirmado, pela valia das revistas internacionais com as quais foi estabelecida e mantida permuta: nada menos de 135 títulos periódicos, dos quais apenas 36 portugueses.

3. A recuperação e a valorização da estação arqueológica

O património arqueológico é uma riqueza frágil e não renovável. É necessário que os arqueólogos e os poderes públicos se consciencializem de vez desta realidade e admitam que o seu trabalho e responsabilidades, não só perante quem os financia mas perante os próprios interesses nacionais, não se esgota com a escavação e a respectiva publicação dos resultados. Importa acabar com o espectáculo degradante de monumentos dolmênicos, povoados calcolíticos ou outros bens arqueológicos, que durante milénios estiveram conservados no solo, serem paulatinamente, depois de escavados, destruídos, esventrados pela erosão e pela incúria daqueles que deveriam ser os primeiros agentes da sua conserva-

ção: os arqueólogos. Neste sentido, importa que o cumprimento das medidas de conservação, já impostas aos arqueólogos pela legislação em vigor, sejam por este cumpridas e avaliadas superiormente, no concernente à sua execução e adequabilidade.

Tendo presente que um dos objectivos finais dos trabalhos encetados em 1983 consistia na escavação integral, seguida da recuperação, deste grande povoado calcolítico fortificado, com vista ao seu usufruto cultural, iniciaram-se em 1988 acções de restauro, consolidação e recuperação das estruturas arqueológicas entretanto postas a descoberto (Fig. 2). Os primeiros trabalhos integraram-se numa experiência-piloto, recorrendo a formandos de curso então ministrado em Conímbriga, e tiveram o apoio do então Director do



2. Pormenor dos trabalhos de restauro e consolidação de estruturas arqueológicas, realizados em Leceia.

Departamento de Arqueologia do IPPC e da Directora do Museu Monográfico de Conímbriga, que motivaram o signatário. Com efeito, a partir do momento em que as estruturas postas a descoberto atingiram expressão significativa, impunha-se a adopção de tais medidas, com dois objectivos essenciais, a saber:

- assegurar a conservação das estruturas: ao efectuar-se o alteamento dos muros, seguindo técnicas adequadas, cuja apresentação foi objecto de uma comunicação do signatário (CARDOSO, 1991), contribui-se para a protecção da porção primitiva, posta a descoberto pela escavação. No caso das muralhas e dos muros de Leceia, trata-se de alvenarias de argamassas

muito pobres, com blocos calcários não aparelhados e de natureza muito heterogénea, altamente sensíveis às acções desagregadoras dos agentes meteóricos, potenciadas por um longo período de enterramento, seguido de uma brusca exposição ao sol, à chuva e ao vento. Assim se compreende que, aos desmoronamentos, provocados pela erosão do ligante argiloso, se somasse a alteração e a fracturação dos referidos elementos construtivos.

· tornar as ruínas mais aliciantes e compreendidas: parte do êxito obtido em algumas – infelizmente ainda muito poucas – estações arqueológicas portuguesas deve-se à simples regra de conservar os espaços arqueológicos nas melhores condições de visita. No caso de Leceia, para além das condições gerais de arranjo e limpeza – o espaço é desmatado duas vezes por ano por brigadas de limpeza da Câmara Municipal de Oeiras – era imperativo proceder a tais trabalhos de restauro de modo a tornar mais perceptíveis as estruturas postas a descoberto aos olhos dos leigos, que constituem a larga maioria dos visitantes, evidenciando-as dos caos de blocos de onde, anteriormente, mal se divisavam.

Os trabalhos de restauro e conservação iniciados em 1988 prosseguiram até 1993, através de uma empresa constituída pelos formandos do curso supra-citado, sendo custeadas pela Câmara Municipal de Oeiras. Actualmente, a área que mais carecia de tais trabalhos encontra-se completamente recuperada, tendo-se recorrido, para o efeito, aos próprios materiais construtivos oriundos das camadas de derrube onde jaziam.

A separação entre a parte reconstruída e a existente foi realizada através de pequenos marcadores de cerâmica colocados à face de ambos os paramentos das estruturas, na zona de contacto entre blocos, depois de se terem ensaiado outras alternativas, consideradas menos adequadas, como a deposição de camas de gravilha e a marcação por cravação de pernos de bronze na última fiada de blocos originais. Deste modo ficou garantida, com a indispensável discrição (num quadro interventivo minimalista), mas sempre possível de identificar por parte dos mais interessados ou dos profissionais, na actualidade e futuramente, separação entre as partes originais das estruturas e as reconstruções efec-

tuadas, que, em qualquer caso, se consideram de evidente interesse e indispensabilidade, no quadro supra descrito.

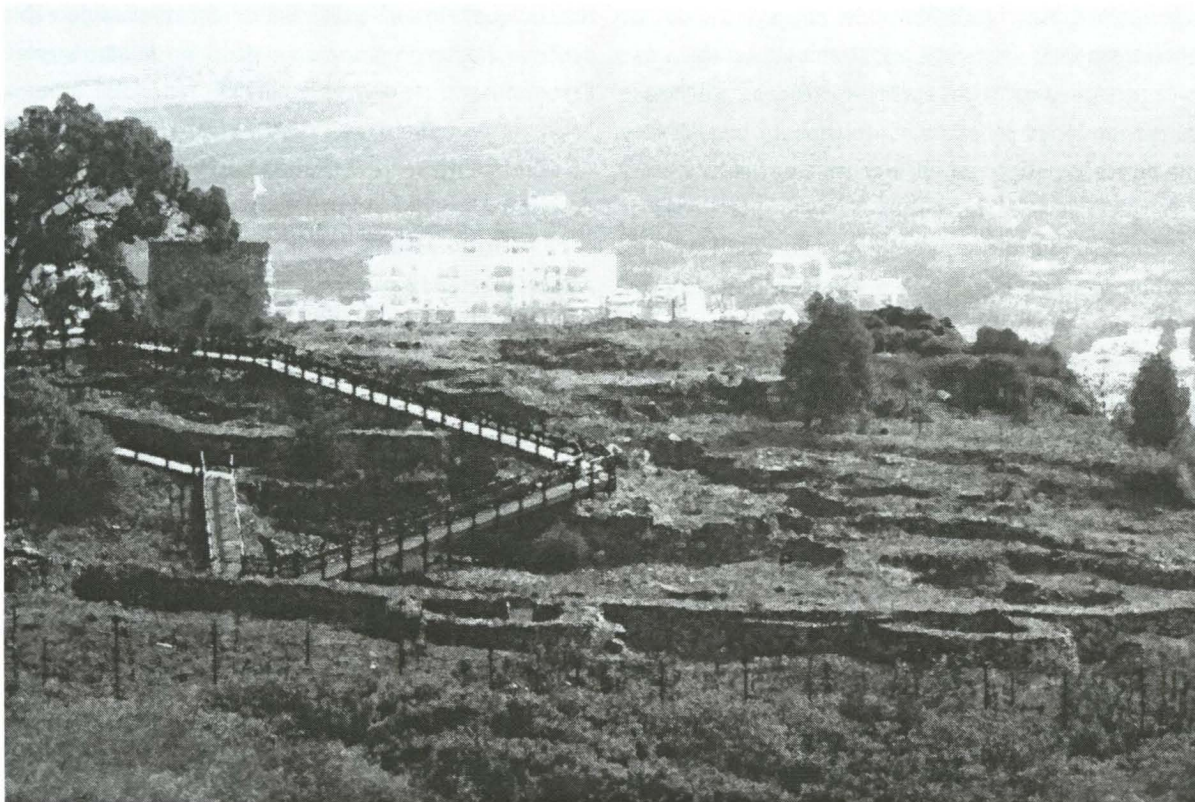
4. A musealização, a animação e a divulgação da estação arqueológica

As acções referidas, no âmbito da recuperação de estruturas, foram complementadas no terreno com a organização de circuito de visita constituído por passeadeira de madeira (Fig. 3). O traçado escolhido privilegiou as zonas mais internas da área escavada, dificilmente acessíveis de outro modo pelos visitantes, evitando, assim, o seu atravessamento pedonal, com os danos consequentes, ainda que inadvertidos, nas estruturas arqueológicas.

Por isso, parte daquele circuito teve de ser assente sobre pilares de madeira, ainda que a pequena altura, permitindo a observação directa do terreno em condições adequadas. Neste contexto se insere, igualmente, a recuperação de pequeno moinho, situado na parte mais proeminente da plataforma, datado de 1707. A sua reconstrução, em 1989, permitiu o aproveitamento do espaço interior como pequena zona expositiva; o terraço da cobertura passou a constituir excelente plataforma de visualização de toda a área escavada. Na periferia desta, optou-se por deixar o terreno tal qual se encontrava, sem qualquer outra intervenção que não fosse a sua limpeza periódica e o revestimento com espécies adequadas, uma autóctones, como a oliveira, outras adequadas a ambientes arqueológicos, de cunho mediterrânico, como é o caso do cipreste.

Prevê-se que tais acções se estendam, em futuro próximo, à zona especial de protecção, através da aprovação de plano de pormenor em curso de preparação no Departamento de Projectos Especiais da CMO, para além da construção de uma entrada condigna, com um pórtico e painéis explicativos, aguardando-se presentemente a apreciação, pelo IPPAR, do respectivo projecto de arquitectura (obra entretanto concluída e inaugurada em Novembro de 2003).

Mas as acções descritas, requeriam e requerem a posse efectiva dos terrenos, pelo menos dos correspondentes à zona *non aedificandi*. Trata-se de processo com-



3. Vista do povoado pré-histórico, tomada de ocidente, com a passadeira de madeira parcialmente visível, à esquerda.

plexo levado a cabo, desde há vários anos, pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico da Câmara Municipal de Oeiras, mas dificultado pelo elevado número de proprietários e seus descendentes. Actualmente, algumas das parcelas são já propriedade municipal, e de outras, foi requerida pelos donos, a respectiva expropriação, como prevê a legislação em vigor.

A animação cultural do espaço arqueológico, iniciou-se logo que, em 1988, foi criado o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras. Tal vertente da sua actividade revestiu-se, nos anos subsequentes, de importância crescente, a ponto de constituir, presentemente, uma das suas áreas primordiais de actuação. A estação arqueológica é, anualmente, procurada por mais de mil visitantes, integrados sempre em visitas guiadas no âmbito de actividades escolares de todos os graus de ensino, associações de sócio-culturais, ou grupos profissionais, bem como de programas temáticos organizados pela Câmara Municipal de Oeiras, destinados a vários grupos etários, designadamente de residentes no concelho.

Bem entendido, para que as referidas visitas se possam efectivar nas melhores condições, é indispensável apresentar o espaço arqueológico limpo e cuidado; tal é garantido em permanência, por funcionários da Câmara Municipal de Oeiras, que além dessa acção de acompanhamento constante, promovem, através das unidades orgânicas com competências na área da salubridade e dos espaços verdes, a manutenção em condições adequadas, do espaço arqueológico.

Complemento indispensável à observação da estação arqueológica, é a deslocação à sala de arqueologia, montada em edifício da antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena, visitada por Sua Excelência o Presidente da República em 17 de Junho de 1998. Trata-se de exposição monográfica permanente exclusivamente dedicada ao povoado pré-histórico, incluindo maquetas, fotografias, desenhos e, sobretudo, os mais importantes artefactos encontrados, documentando diversas actividades domésticas e religiosas ali desenvolvidas. Com efeito, uma das perguntas mais frequentes de quem visita o povoado diz respeito ao local onde se encontram os materiais e se



4. Vista parcial da exposição monográfica permanente dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia, patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena (Oeiras).

estes se podem ver: a iniciativa em apreço permitiu responder adequadamente a esta questão (Fig. 4).

Alguns equipamentos são francamente inovadores, com destaque para uma grande maquete, a maior até ao presente realizada em Portugal de uma estação arqueológica, de grande pormenor, animada por uma sequência de luz e de som, conectada por computador, a primeira no seu género existente em Portugal (projecto da autoria do Eng. Rui Silva e Santos).

Trata-se de espaço museológico que inicialmente foi apresentado, de Julho de 1997 a Fevereiro de 1998, no Museu Nacional de Arqueologia, inaugurado pelo então Ministro da Cultura e pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, dando início à série de exposições temáticas realizadas ali desde então, em colaboração com diversas autarquias, em consequência dos bons resultados alcançados. Convém, a propósito, referir que a apresentação pública dos resultados obtidos nas escavações arqueológicas se iniciou de forma consequente logo em Feve-

reiro de 1987, com uma exposição que esteve patente em Oeiras, no Palácio do Egipto, prosseguindo tal actividade com carácter regular desde então, incluindo palestras em escolas e a edição de desdobráveis de grande tiragem, já com três edições (1989; 1996 e 2002), para além de programas ou reportagens radiofónicas e televisivas. Também os artigos jornalísticos ascendem já a várias dezenas, alguns de grande extensão. Destaque ainda para o apoio a estudantes de licenciatura, de mestrado e de doutoramento no âmbito da preparação das respectivas dissertações ou trabalhos de seminário.

Prevê-se para breve a abertura ao público da estação arqueológica, sem prejuízo da manutenção das visitas guiadas, logo que se encontre terminada a sinalética dos locais mais relevantes e impresso o correspondente guia descritivo.

5. Conclusões e perspectivas de desenvolvimento

À excepcional importância científica do povoado pré-histórico de Leceia, soma-se o seu alto valor patrimo-

nial, sublinhado pela imponentia das estruturas postas a descoberto nos vinte ininterruptos anos de escavações arqueológicas ali realizadas. A tal realidade, acresce a sua fácil acessibilidade, a proximidade de grandes vias de comunicação e de importantes aglomerados urbanos, a começar pelos existentes no próprio concelho, cujos habitantes detêm um dos rendimentos *per capita* mais altos do País, propiciando à partida condições favoráveis para a boa recepção de iniciativas de carácter cultural de carácter inovador.

A existência de um público potencial numeroso, informado e exigente, cada vez mais motivado para a "descoberta" do rico património arqueológico português, tantas vezes "ao pé da porta", público esse que, no caso em apreço, pode ser facilmente multiplicado várias vezes, face à situação vigente – bastaria, para tanto, que o sítio se integrasse nos roteiros de visitas culturais das agências turísticas que operam na área de Lisboa – justifica que às acções de valorização, musealização e divulgação descritas, se adicione, a curto prazo, a aquisição dos terrenos ainda em posse particular, tanto da zona *non aedificandi*, como da zona especial de protecção envolvente. Tais terrenos afiguram-se indispensáveis à construção das necessárias infraestruturas de apoio, cujo estudo se encontra em

curso no Departamento de Projectos Especiais / CMO (parque de estacionamento, sanitários e zonas de serviços, incluindo espaço museológico próprio); trata-se de iniciativa cuja sustentabilidade parece inquestionável. É nesse âmbito que se inscreve o importante melhoramento, já concretizado, conducente à dignificação do espaço arqueológico, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, adequada visibilidade, que é a qualificação da entrada no recinto, segundo projecto elaborado pelo Departamento municipal atrás referido. Trata-se, enfim, de transformar um valor patrimonial com relevantes serviços já prestados à formação e informação, mas até agora numa perspectiva limitada de actuação, num pólo de primeira grandeza, tanto qualitativo, como quantitativo, de atracção turístico-cultural a nível regional e nacional, gerador até de receitas próprias, susceptíveis de incentivar o desenvolvimento das actividades económicas locais.

Notas

¹ Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa) e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

Bibliografia

- CARDOSO, J. L. (1979) – O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Nota prévia sobre a coleção de Álvaro de Brée. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Lisboa. 21 (2/3), p. 265-273.
- CARDOSO, J. L. (1982) – *O castro de Leceia*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.
- CARDOSO, J. L. (1991) – A reconstrução de grandes estruturas em povoados calcolíticos: algumas considerações a propósito do exemplo de Leceia. *IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1990). Actas, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 139-146.
- CARDOSO, J. L. (1994) – *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. Número especial.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.
- CARDOSO, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19 (1), p. 37-55.
- CARDOSO, J. L. (2003) – *O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- FONTES, J. (1955) – Estação eneolítica de Leceia (Barcarena). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 65 (3/4): 341-352.
- GONÇALVES, V. S. (2000/2001) – O trigo, o cobre, a lã e o leite: um guia bibliográfico e uma curta introdução às sociedades camponesas da primeira metade do 3º milénio no centro e sul de Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 53/54: 273-292.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos prehistoricos em Portugal*. 1 – *Noticia da estação humana de Licêa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 68 pp. Reedição fac-similada e comentada por João Luís Cardoso em *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 1 (1991), 184 pp.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1898) – *Religiões da Lusitânia* (vol. 1). Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1917) – Arqueologia liceense. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 22: 203-206.

Assembleias Gerais

Homenagem aos membros desta Associação que mais se distinguiram na remodelação da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Museu Arqueológico do Carmo

Teresa Júdice Gamito*

Na Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses que teve lugar no dia 13 de Dezembro de 2001 foi apresentada à Mesa uma proposta formulada pelo Dr. Jorge Machado Gradão, no sentido de se fazer uma homenagem ao Dr. José Eduardo Morais Arnaud, Presidente da Direcção, concedendo-lhe uma medalha de ouro pelo seu empenho em defesa dos interesses desta Associação e do Museu Arqueológico do Carmo, durante e após as obras do Metropolitano de Lisboa. Após a saída da sala do proposto homenageado, que agradeceu a intenção, mas manifestou a sua discordância, pois até aí só fora atribuída a medalha de ouro ao fundador da Associação, Arquitecto Possidónio da Silva, e defendeu que essa homenagem, a fazer-se, se devia também alargar aos sócios que participaram mais activamente na remodelação do Museu, a proposta foi aprovada por unanimidade, tendo ficado a Mesa da Assembleia Geral de estudar a forma de concretizar essa homenagem, e de a apresentar a uma outra Assembleia Geral, uns meses mais tarde. Todos tinham concordado mas havia que pensar como fazê-lo.

A Mesa da Assembleia Geral achou por bem aceitar a sugestão do Dr. José Morais Arnaud no sentido de alargar a proposta homenagem a outros consócios que também contribuíram para o bom termo daquela luta pela defesa dos direitos e dos interesses da Associação. Foi, assim, decidido apresentar uma proposta no sentido de se atribuir uma medalha de ouro ao Dr. José Eduardo Morais Arnaud, figura decisiva e determinante em todo aquele processo, pela sua perseverança na luta constante em defesa dos interesses da Associação, e uma medalha de prata aos outros elementos da Direcção que lhe tinham dado apoio incondicional: Drs. João José Fernandes Gomes, José Baptista Barreto Domingos e João Carlos Muralha Cardoso. Foi ainda proposta atribuição da medalha de prata ao Arquitecto Mário Varela Gomes, que se prontificou a elaborar a título gratuito o projecto de remodelação do Museu Arqueológico do Carmo e a acompanhar a sua execução, e ao Dr. Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira, a quem a Direcção da Associação incumbira de proceder à escavação das áreas da antiga Igreja do Carmo afectadas pelas obras de consolidação do edifício, financiadas pelo Metropolitano de Lisboa, permitindo assim um conhecimento mais

aprofundado da utilização do subsolo desta antiga igreja como lugar de sepultura, com especial destaque para o achado da primitiva sepultura do Contestável, seu fundador, e dos diferentes *carneiros* que se tinham conservado desde a Idade Média.

Aquela proposta foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral, tendo sido organizada uma Comissão, constituída pela Mesa da Assembleia Geral e representantes de todas as Secções, designadamente: Prof.^a Doutora Teresa Júdice Gamito, na sua condição de Presidente da Mesa da Assembleia Geral e da Secção de Pré-História, Drs. Fernando Eduardo Rodrigues Ferreira, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Ana Cristina Martins, Secretária da Mesa da Assembleia Geral, António Vermelho Corral, Presidente da Secção de História, Francisco Simas Alves de Azevedo, Presidente da Comissão de Heráldica, e ainda António Dias Diogo, Presidente da Comissão de Estudos Oligoponenses, que por motivos de ordem pessoal não pode estar presente, mas que declarou concordar com todas as decisões que fossem tomadas por esta Comissão.

Esta Comissão decidiu ainda, louvar os Funcionários mais antigos desta Associação, Sr. José do Nascimento Silvestre, D.Éma da Conceição Morgado de Almeida e D. Ana Cristina Lopes Alves Macedo, pela sua dedicação nos momentos mais difíceis da nossa vida associativa, e ainda agradecer a todos os sócios que, de uma forma ou de outra, colaboraram em todo este processo. A comissão decidiu ainda agradecer publicamente às Dr.as Carla Varela Fernandes, Conservadora do Museu, pela reorganização dos serviços do mesmo, com especial destaque para o serviço educativo, a loja, e os instrumentos de divulgação, e Maria da Conceição Machado Neves, pela reorganização da Biblioteca associativa. Foi ainda referida a contribuição dos funcionários recentemente contratados como vigilantes-recepcionistas do Museu, Maria Graciete da Cruz Chambel, Ana Rita Costa Pires e Renato César de Barros Correia, para o bom funcionamento deste.

Para dar maior solenidade à sessão de homenagem a Comissão decidiu ainda convidar como conferencistas os arqueólogos alemães Doutores Hermanfried Schubart e Theodor Hauschild, reconhecendo o seu mérito e contributo para a formação de toda uma geração de Arqueólogos em Portugal, através da atribuição a ambos do título

de Sócios Honorários desta Associação. Este reconhecimento público não se tinha ainda realizado e a AAP e a geração de Arqueólogos que neste momento a dirigem, seriam, sem dúvida, os mais indicados para fazê-lo.

O Prof. Doutor Hermanfrid Schubart foi Director do Instituto Arqueológico Alemão em Madrid, e desenvolveu vários projectos de investigação em Espanha e em Portugal, sendo decisivas para o conhecimento do Calcolítico em Portugal as escavações que dirigiu no Castro do Zambujal, em colaboração com o Prof. Doutor Edward Sangemeister, as quais deram, nos anos 60 e 70, uma contribuição decisiva para a formação prática de uma nova geração de arqueólogos portugueses, que ali tiveram contacto com a prestigiada metodologia alemã em escavações de grande escala.

O Prof. Doutor Theodor Hauschild também ligado a Portugal e ao Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, mas dedicando-se à época Romana, foi o primeiro Director do Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa, que infelizmente teve uma vida efémera e das escavações da *Villa Romana* de Milreu, no Concelho de Faro.

Muito se ficou a dever a estes dois investigadores e a Georg e Vera Leisner, também membros do Instituto Arqueológico Alemão, que trabalharam intensamente em Portugal durante a II Guerra Mundial, e a quem se deve o levantamento de todos os Monumentos Megalíticos de Portugal.

A Cerimónia revestiu-se de grande sobriedade, tendo o nosso Consócio, Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo proferido uma breve introdução sobre o historial da criação da medalha e simbologia dos elementos nela representados, sua anterior atribuição ao sócio fundador e às ilustres individualidades que, no passado, a receberam, considerando que a homenagem agora prestada era mais do que justa, pois "as remodelações levadas a efeito na Associação e no seu Museu nos últimos anos correspondiam praticamente a uma refundação desta instituição".

Notas

^{*} Professora Catedrática da Universidade do Algarve e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

As relações entre
Investigadores
da Arqueologia
Pré-Histórica,
Portugueses
e Alemães,
desde 1954,
ano da reabertura
do IAA em Madrid,
até ao ano de 1971,
quando foi fundado
o IAA em Lisboa

Hermanfrid Schubart

Intercâmbio científico, colaboração frutífera e relações amigáveis entre arqueólogos portugueses e alemães já existiam antes de 1943, ano da inauguração do IAA em Madrid, e 1954, reabertura do mesmo depois da Segunda Guerra Mundial. Desde o princípio, a área de trabalho do Instituto abrangeu toda a Península, o que se manifestou, exemplarmente, nos estudos que o seu primeiro director, Helmut Schlunk, dedicou aos monumentos tardo-romanos e paleo-cristãos de Portugal.

Quanto às investigações pré e proto-históricas, anteriores à fundação do Instituto de Madrid, tenho de tratar, em primeiro lugar, dos trabalhos fundamentais do casal Georg e Vera Leisner sobre o Megalitismo. No âmbito da competência pessoal do autor destas páginas, aos trabalhos que precederam o passo importante que significou a fundação de uma delegação própria do Instituto Arqueológico Alemão em Portugal, em 1971, é de mencionar, a seguir, o empenho de Edward Sangmeister e Hermanfrid Schubart face às questões da Pré-História Portuguesa.

A partir dos anos 30, os Leisner trabalharam na Península sobre o acervo megalítico, particularmente rico em Portugal, e em estreita colaboração com as personalidades determinantes da investigação, naquela época. O seu êxito resulta duma íntima colaboração, e do interesse e boa vontade que os colegas portugueses manifestaram, disponibilizando os seus materiais para a sua grande obra de síntese. Na introdução ao volume *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, Der Süden*, publicado em 1943, os Leisner agradecem aos colegas espanhóis, especialmente a George Bonsor e Luis Siret. Depois, lemos: "Em Portugal agradecemos, desde já, aos Professores Dr. Leite Vasconcelos e Dr. Manuel Heleno, directores do Museu Etnológico de Lisboa- Belém, pela sua compreensão e amabilidade, que gozámos durante os meses do nosso trabalho ali. É nosso desejo contribuir com material de comparação também para a Pré- História deste país, que se encontra a caminho de um novo auge." No entanto, já neste primeiro volume, *Der Süden*, os Leisner deram publicidade científica não apenas a material de comparação, mas também a achados importantes e plantas de sepulturas do Algarve.

Tal como a eclosão da Guerra Civil de Espanha obrigara os Leisner a regressar à Alemanha, o início da Segunda Guerra Mundial atrasou o seu regresso aos trabalhos até ao ano de 1943, quando, em Portugal, realizaram uma primeira viagem de estudo. Os últimos anos da guerra, a destruição da casa em Munique e os primeiros anos difíceis do pós-guerra levaram o casal Leisner a continuar em Portugal e a seguir, em condições bastante difíceis, a sua tarefa. Na introdução à nova obra, *Madri der Forschungen 1*, escrevem: "Os nossos agradecimentos ao governo português, que, através de autorização de residência, possibilidade de investigação e autorizações de escavações, nos permitiu elaborar os resultados científicos que aqui apresentamos. O facto de termos podido continuar os nossos trabalhos, mesmo nos anos mais difíceis, deve-se ao apoio do Instituto de Alta Cultura do Ministério de Educação Nacional e ao seu presidente, Doutor G. Cordeiro Ramos, que se interessou pelos nossos estudos e nos apoiou. Em constante solicitude, os colegas espanhóis e portugueses apoiaram o nosso trabalho."

Neste contexto, me lembro sobretudo como Vera Leisner descreveu, de um lado, as dificuldades e, do outro, o apoio amigável dos colegas portugueses, que, nos anos do pós-guerra, permitiu a Georg e Vera Leisner viver estes anos difíceis em Lisboa, mantendo a sua actividade científica.

Os Leisner tinham iniciado a sua obra sem qualquer apoio ou financiamento oficial, contando com o apoio científico e moral de Hugo Obermaier, em Madrid, e de Gero von Merhart, em Marburg. Apenas mais tarde, algumas das suas viagens foram subsidiadas pela Deutsche Forschungsgemeinschaft. A colaboração com o Instituto Arqueológico Alemão começou quando o primeiro volume dos *Megalithgräber* foi inserido na série dos *Römisch-Germanische Forschungen*, publicada pela *Römisch-Germanische Kommission* em Frankfurt. A esta Instituição "que pelo seu empenho estimulou a continuação da obra" os Leisner guardaram uma gratidão duradoura, tal como à Direcção Central do Instituto Arqueológico Alemão em Berlim, cujo subsídio possibilitou, anos mais tarde, a publicação do primeiro volume sobre *Der Westen*.

Os trabalhos dos Leisner desembocaram no novo Instituto Arqueológico Alemão de Madrid. Este Instituto tinha começado a trabalhar, em 1943, sob direcção de Helmut Schlunk, mas logo em 1945 teve de interromper a sua actividade. Tanto como os Leisner em Portugal, também Helmut Schlunk e a biblioteca do Instituto de Madrid sobreviveram aos anos do pós-guerra, graças à ajuda compreensiva dos colegas e amigos em Espanha. Em 1954, o Instituto de Madrid abriu novamente e ocupou-se da edição dos *Megalithgräber, Der Westen*, como vol. 1 dos *Madri der Forschungen*. Os vários volumes foram elaborados por Georg e Vera Leisner, já em estreita colaboração com o IAA de Madrid, e com financiamento do mesmo.

O Instituto organizou e subsidiou as viagens que Vera Leisner achou ainda necessárias para a conclusão e elaboração do volume sobre o Megalitismo das Beiras, nas quais o autor destas linhas a acompanhou, ao volante de um carro todo terreno (Fig. 1 e 2). Desenhou plantas de Sepulcros Megalíticos e visitou inúmeros monumentos e museus, travando conhecimento com colegas portugueses. Assim, a iniciativa pessoal foi integrada numa instituição moderna de investigação. Finalmente, e no momento em que Vera Leisner teve que deixar de trabalhar, o projecto foi confiado, nesta instituição, a Philine Kalb. Para a investigação, isto representou, obviamente, uma continuação digna e uma conclusão feliz, claramente evidenciadas no



1. Dona Vera Leisner, acompanhada por sua irmã, fotografando um monumento megalítico no tejadilho do Land-Rover do Instituto Arqueológico Alemão.

Foto: H. Schubart



2. Dona Vera Leisner, durante as escavações de um sepulcro megalítico da Beira.

Foto: H. Schubart

Volume 4 dos *Madri-der Forschungen 1*, sobre o Megalitismo das Beiras.

Os primeiros anos depois da reabertura do Instituto de Madrid coincidem com a fértil actividade de Edward Sangmeister, primeiro Pré-Historiador do quadro do Instituto de Madrid. Do Coronel Afonso do Paço, então um dos mais conceituados entre os arqueólogos de campo em Portugal, recebeu o convite para participar nas escavações de Vila Nova de São Pedro. A conversa preliminar sobre este assunto, tanto como mais tarde as conversas sobre o planeamento, em conjunto, das investigações no castro de Zambujal, tiveram lugar no histórico Café Versailles em Lisboa. A participação de Sangmeister em Vila Nova de São Pedro e a sua análise dos contextos e achados daquele sítio estiveram na base de um artigo publicado em alemão, na revista *Germania* (A. do

Paço und E. Sangmeister, "Vila Nova de São Pedro, eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal", *Germania* 34, 1956, 211-230.), que teve grande impacto para a investigação, nomeadamente quanto à relação entre povoado e fortificação e às diferentes fases de ocupação. As observações daquele artigo influenciaram, igual e directamente, o planeamento das escavações no Zambujal, fortificação calcolítica comparável.

Também foi Edward Sangmeister que incluiu a Península Ibérica e os achados portugueses no grande projecto das análises metalúrgicas, que ele iniciara, juntamente com S. Junghans e M. Schröder, do Museu Estatal de Estugarda (S. Junghans, E. Sangmeister, M. Schröder, *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas, Studien zu den Anfängen der Metallurgie*, SAM, 2, 1968). Neste projecto foram recolhidas amostras de artefactos de bronze e de cobre, nomeadamente por Beatrice Blance, (B. Blance, *Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel*, SAM 4, 1971). Mais tarde, Axel Hartmann, acompanhado por Philine Kalb numa viagem por museus de Portugal, recolheu amostras de objectos de ouro (A. Hartmann, *Prähistorische Goldfunde aus Europa II*, SAM 5, 1982; V. Pingel, "Die vorgeschichtlichen Goldfunde der Iberischen Halbinsel", *Madri-der Forschungen* 17, 1992). Estas análises, para além dos resultados já publicados, podem fornecer valiosos dados de base para futuras investigações.

A presença de Vera Leisner em Lisboa, e o seu conhecimento do estado das investigações e da situação no país eram importantes para os membros do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid. Dona Vera, como geralmente foi intitulada, era o ponto de encontro e comunicação para quem queria trabalhar em Portugal. Assim, por exemplo, ajudou Klaus Raddatz, sucessor de Sangmeister como responsável pela investigação pré- e proto-histórica no Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, aquando da sua publicação sobre os tesouros de prata da Idade de Ferro, dos quais uma boa parte era proveniente de museus portugueses (K. Raddatz, "Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel vom Ende des 3. bis zur Mitte des 1. Jahrhunderts v. Chr.", *Madri-der Forschungen* 5, 1969; Portugal: Taf. 87-94). Idêntico apoio foi dado a Wilhelm Schüle e aos seus estudos sobre a



3. Dona Vera Leisner confraternizando com H. Schubart e com H. Schlunk (de costas).

Idade do Ferro da Meseta, aquando da documentação dos achados portugueses que, entre outros, incluem os importantes materiais da necrópole de Alcácer do Sal (W. Schüle, *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel, Madrider Forschungen* 3, 1969; Portugal: S. 280-284, Taf. 88-110). Ambos estes trabalhos têm a sua importância, por darem conhecimento internacional aos achados portugueses no seu contexto peninsular e muito para além do seu significado local. Também a mim, H. Schubart, Dona Vera prestou orientação preciosa, nas minhas primeiras viagens em Portugal: apresentou-me a colegas e mostrou-me, pessoalmente, importantes sítios arqueológicos (Fig. 3). No dia 16 de Agosto de 1961, acompanhado por ela, que tinha na altura 75 anos, e por Leonel Trindade, director do Museu de Torres Vedras, cheguei a ver, pela primeira vez, o povoado calcolítico de Zambujal. Esta visita veio a dar início a um projecto de investigação do IAA que, ainda actualmente, está em curso.

Numa outra viagem com Vera Leisner, pelo Sul de Portugal, visitámos, em Atalaia, as escavações do arqueólogo Abel Viana que, durante dezenas de anos, trabalhou no Baixo Alentejo. Também nesta ocasião, no dia 28 de Fevereiro de 1962, deu-se origem a um projecto do IAA, as escavações naquela necrópole da Idade do Bronze, e as investigações mais abrangentes sobre o chamado Bronze do Sudoeste, no Sul de Portugal e Sudoeste de Espanha.

Antes da visita de Atalaia, tínhamos visto a colecção particular de Abel Viana, onde o autor, que naquela altura se interessava especialmente pela Idade do Bronze,

pela primeira vez, tomou conhecimento dos achados de Atalaia, escavados nos anos de 1959 e 1960. Tratava-se de uma escavação recente e reconheceu-se que aquela necrópole era, sem dúvida, um dos mais importantes sítios para esclarecer as relações culturais na Península Ibérica naquela época.

Abel Viana convidou o autor para continuar as escavações, uma vez que ele próprio já não tinha saúde suficiente nem dispunha de meios financeiros para tal. Imediatamente, se planeou, para Junho de 1962, uma campanha de escavações, sob responsabilidade de ambos. Posteriormente, a correspondência entre Abel Viana e o Director de Madrid, Helmut Schlunk, deu a este acordo a sua forma escrita e oficial.

Já na primeira visita à Atalaia fora reconhecida, entre os sistemas funerários II e III, uma elevação que, apresentando algumas lajes de xisto, parecia ser outro sistema (IV). Os resultados das escavações de 1962 e 1963 confirmaram esta observação. Em 1962 os sistemas I a III foram limpos outra vez e documentados numa planta à escala 1:20. Nesse mesmo ano, os sistemas IV e V foram escavados completamente, e em 1963 os sistemas VI e VII. Além disso, foi levantada a planta topográfica do sítio, por Vicente Viñas. Os vestígios de mais quatro sistemas (VIII-XI) eram visíveis sob a forma de concentrações de lajes de xisto, em parte soltas, em parte ainda fixadas na terra. Atalaia, para além dos resultados já obtidos, continua, no entanto a ser um tema de investigação interessante (H. Schubart, *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel, Madrider Forschungen* 9, 1975; H. Schubart, Atalaia. "Uma necrópolis de Idade do Bronze no Baixo Alentejo", *Arquivo de Beja* 22, 1965, 7-136; H. Schubart, "La Cultura del Bronce en el Sudoeste peninsular", *Miscelánea Arqueológica, XXV Aniversario de los Cursos en Ampurias, Barcelona* 1974, 345-370).

Tanto a colaboração quanto a convivência com Abel Viana e os seus colaboradores desenvolveu-se, nestas escavações, de uma maneira muito feliz. Conforme acordado, o Instituto Arqueológico Alemão custeou a mão-de-obra operária – até 16 trabalhadores chegaram a laborar – e pôs à disposição instrumentos topográficos e equipamento fotográfico. Abel Viana estava contente:

em carta dirigida a Octávio da Veiga Ferreira (amigo comum), relatou que se tratava de um "trabalho de gigantes"! e que ele (Veiga) seria incapaz de o imaginar, por ser tão grandioso! Que se trabalhava mesmo aos domingos e, a partir de um determinado dia, todos os dias duas horas extraordinárias!

Devido à precaridade da sua saúde, Abel Viana raramente se deslocou aos cortes da escavação. Cuidou de ser informado sobre o progresso da escavação e os resultados, tomando conhecimento de plantas e desenhos. Conforme combinado, tratou das ferramentas para o trabalho, do alojamento e da alimentação. Tanto ele e os seus colaboradores pessoais – uma cozinheira capaz e o seu assistente, Eduardo Arsénio, – como o autor, responsável pela direcção local da escavação, estávamos alojados nos edifícios anexos à Igreja da Nossa Senhora da Cola, vizinhos ao Castelo. Aí, e nesta companhia agradável, reuníamos todos para o jantar, que costumava ser opulento. Até existia um frigorífico, funcionando à base de gás butano! Frequentemente, o carro todo-o-terreno foi mobilizado para comprar, nos montes dos arredores, presuntos e carne de borrego ou vinho branco e aguardente de medronho. Apesar do trabalho duro durante o dia, vivia-se bem neste "ermo". A foto de Detlev-Michael Noack, fotógrafo que no fim da campanha documentou excelentemente os sistemas funerários, mostra bem uma daquelas reuniões nocturnas (Fig. 4).

Da autoria deste mesmo Dr. Detlev-Michael Noack, na altura fotógrafo do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, é também a excelente imagem de Abel Viana,



4. Jantar de parte da equipa de escavações da necrópole da Atalaia (1962-1963), vendo-se à esquerda H. Schubart e à direita o Sr. Eduardo Arsénio e o arqueólogo Abel Viana.

que ocupa a primeira página da publicação de Atalaia no *Arquivo de Beja* (22, 1965, 7ss.). Esta fotografia mostra bem a importante e teimosa personagem que era Abel Viana, e o seu carácter humano e humorístico, com que facilmente conquistou a amizade das pessoas, entre outros a minha. É com dor que mencionamos que, apenas dois anos depois das escavações, e antes de estas serem publicadas, faleceu Abel Viana, que tanto mérito tinha pelo convite que dirigira ao IAA.

Leonel Trindade, que descobriu o Zambujal e acompanhou, como co-director e durante anos as escavações, não só viu o êxito destas, como também ainda viu a publicação, que lhe foi dedicada "em gratidão e amizade" (E. Sangmeister – H. Schubart, *Zambujal – Die Grabungen 1964-1973. Madrider Beiträge* 5, Teil 1, 1981 p. V). Numa primeira visita, Vera Leisner e o autor observaram na parte ocidental da fortificação central deste sítio, que fora escavada, parcialmente, já em 1959 e 1960, camadas que, sem dúvida, se estendiam por baixo da face do muro. Face ao contexto de Vila Nova de São Pedro, esta observação prometia novos resultados interessantes, tendo em conta, também, a arquitectura complexa deste povoado. Leonel Trindade, descobridor do sítio e co-director das escavações do Zambujal, também director do Museu Arqueológico de Torres Vedras, reagiu ao interesse mostrado pelos visitantes, com a oferta de continuar as escavações, oferta que de imediato foi aceite por H. Schubart para uma data posterior. Desde o princípio era óbvio que, ao contrário da Atalaia, a escavação do Zambujal exigiria maiores esforços em pessoal, meios e tempo. Durante uma viagem para a Alemanha, Schubart consultou, no Instituto de Pré- e Proto-História em Friburgo, Edward Sangmeister, que aceitou o convite e prometeu a sua colaboração. Para uma escavação em conjunto foi previsto o ano de 1964.

No verão de 1963, no âmbito dos preparativos para a escavação, H. Schubart visitou novamente Zambujal e o Museu de Torres Vedras, onde, devido à amabilidade de Leonel Trindade e com ajuda de Vicente Viñas Torner, conseguiu documentar os achados mais importantes procedentes das escavações de 1959/60 (A. do Paço, V. Leisner, L. Trindade, H. Schubart e O. da Veiga Ferreira, "Castro do Zambujal, Torres Vedras", *Boletim*

Cultural da Junta Distrital de Lisboa, II Série, 61/62, 1964, 279ss.). Em Junho de 1964, graças à amabilidade da Junta Nacional da Educação e ao empenho de D. Fernando de Almeida, o Ministério da Educação deu ao Instituto Arqueológico Alemão autorização para as escavações, que nos anos seguintes foi, sucessivamente, renovada. D. Fernando de Almeida aceitou o "patrocínio" da escavação, pelo que, também aqui reafirmamos os nossos profundos agradecimentos.

As escavações do Zambujal foram um trabalho comum do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid e do Instituto de Pré- e Proto-história da Universidade de Friburgo, Alemanha. O IAA forneceu os meios financeiros. Nos primeiros anos, o Instituto de Friburgo financiou os custos dos colaboradores daquela unidade. A Câmara Municipal de Torres Vedras arranhou os edifícios, em parte caídos, do abandonado Casal de Zambujal, instalou salas de trabalho, uma cozinha e casas de banho com duche, e forneceu água. À Câmara Municipal de Torres Vedras e ao seu presidente cabem os nossos mais sinceros agradecimentos. Sem o seu apoio, as escavações teriam sido impossíveis na forma como foram conduzidas. É de esperar que a Câmara consiga realizar, dentro de um prazo razoável, o pequeno museu de sítio, que está planeado e, para o qual o IAA já assegurou o seu apoio.

Leonel Trindade, descobridor do Zambujal, figurou, durante todas as campanhas, como um excelente colaborador. Todos os problemas que durante os anos surgiram, fossem eles de carácter prático, ou pessoal, encontraram, com a sua ajuda, uma solução. Tanto estava ligado à escavação como aos próprios arqueólogos.

O percurso dos trabalhos entre 1964 e 1973 é já conhecido e está publicado em vários volumes dos *Madri der Beiträge* 5.1 a 5.4. Além dos próprios trabalhos de escavação, foram igualmente realizados, nas últimas campanhas, sobretudo em 1973, trabalhos de consolidação e restauro. Todos os muros em pé da fortificação do Zambujal foram consolidados com argamassa; partes débeis foram reedificadas em técnica antiga, sendo claramente demarcadas das partes originais, por lajes de mármore branco.

Independentemente dos resultados científicos das escavações que, entretanto, são do conhecimento geral,

as campanhas realizadas entre 1964 e 1973 tinham, também, o seu significado como empreendimento científico internacional, que tanto influenciou a Arqueologia Centro-Europeia quanto a Portuguesa ou da Península Ibérica, no seu todo. Contribuíram para tal os estudantes procedentes das Universidades Portuguesas, os que vieram com Sangmeister da Alemanha, Áustria, e Suíça, ou com Schubart de Espanha. Entre todos contam-se participantes de catorze nacionalidades diferentes, que colaboraram pacificamente em amizade, alguns ainda se juntaram posteriormente, noutras investigações. Ainda resultaram, das campanhas do Zambujal vários casa-mentos, alguns deles "internacionais" (Fig. 5).

É óbvio que cada escavação requer e faz evoluir um método próprio e adequado. No entanto, a experiência do Zambujal teve influência em muitas outras escavações em Portugal e Espanha. Konrad Spindler aproveitou a sua estadia no Zambujal para desenhar e catalogar achados do Museu de Torres Vedras, e publicou, com grande empenho pessoal, uma série de importantes complexos neolíticos e calcolíticos (K. Spindler, "Penedo", *Madri der Mitteilungen* 10, 1969, 45ss.; G. Gallay, K. Spindler, "Cova da Moura", *Madri der Mitteilungen* 11, 1970, 35ss.; K. Spindler, "Pico Agudo", *Madri der Mitteilungen* 12, 1971, 51ss.; G. Gallay, K. Spindler, "Varatojo und Lapa do Suão", *Madri der Mitteilungen* 13, 1972, 11ss.). Spindler continuou com as suas investigações sobre Pré-história portuguesa, tanto com as importantes escavações da *tholos* de Pai Mogo, perto de Bombarral, em 1971 (K. Spindler, G. Gallay, em *Madri der Mitteilungen* 13, 1972, 38 ss.), como com outros estudos (*Madri der Mitteilungen* 14, 1973, 60 ss.; 15, 1974, 28 ss.; 17, 1976, 21 ss.; 19, 1978, 11 ss.; *Kupferzeitliche Siedlung und Begräbnisstätten von Matacões in Portugal*, *Madri der Beiträge* 1, 1973) assim como com um estudo de síntese sobre o povoamento de Portugal Central desde o neolítico até o Bronze Final (*Madri der Beiträge* 7, 1981: Cova da Moura).

Na acima mencionada publicação final sobre as escavações de Zambujal entre 1964 e 1973 escreveu-se que esta não significava que o estudo daquela estação tinha terminado. O termo interino possibilitaria publicar os resultados das observações e os achados (E. Sang-



5. Equipa que participou na primeira campanha de escavações do Instituto Arqueológico Alemão no Zambujal, em 1964, vendo-se, à esquerda, H. Schubart e E. Sangmeister.

meister, H. Schubart, *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973, Madrider Beiträge* 5, 1, 1981; M. Kunst, *Zambujal. Glockenbecher und kerbblattverzierte Keramik aus den Grabungen 1964 bis 1973, Madrider Beiträge* 5, 2, 1987; E. Sangmeister, M. d.l.C. Jiménez Gómez, *Zambujal Kupferfunde – Los amuletos, – Grabungen 1964 bis 1973, Madrider Beiträge*, 5, 3, 1995; H.-P. Uerpmann, M. Uerpmann, *Zambujal. Die Stein – und Beinartefakte aus den Grabungen 1964 bis 1973, Madrider Beiträge* 5, 4, 2003). Numa fase posterior de escavações poder-se-iam esclarecer numerosos problemas que, em 1973, ficaram em aberto (E. Sangmeister, H. Schubart, *Zambujal 1964 bis 1973*, 1981, p. 276). Entre estes figurava a questão (l.c. p. 215) se não existia, nos campos para Leste, num pequeno degrau no terreno, um quarta linha defensiva. Realmente, esta foi encontrada, nas escavações que começaram novamente a partir de 1994 (M. Kunst, H.-P. Uerpmann, "Zambujal. Vorbericht über die Grabungen 1994", *Madrider Mitteilungen*, 37, 1996, 10 ss.), o que mostra a actualidade, ainda hoje e depois

de 40 anos, de escavações no Zambujal para esclarecer problemas científicos.

Antes de começar no Zambujal, em Setembro de 1964, surgiram dificuldades de índole administrativa que pareciam pôr em questão as escavações no sítio e na data previstos. Uma vez que os preparativos tinham avançado e o financiamento estava assegurado para aquele ano, Schubart viu-se na incumbência de procurar, em Junho de 1964, um sítio calcolítico fortificado, que podia constituir uma eventual alternativa a Zambujal. Visitou, acompanhado por Vera Leisner, o povoado de Pedra de Ouro e reparou que este sítio, ao contrário do que era opinião comum, não estava totalmente destruído, mas sim, ainda conservava muros e torres bem reconhecíveis – indícios de um sistema fortificativo complexo. Com o mesmo fim, o autor visitou, com o Dr. Octávio da Veiga Ferreira, o Castro da Columbeira, perto de Bombarral, para o qual Veiga Ferreira já tinha conseguido a autorização de escavação, tendo-nos oferecido participação na mesma.

A visita a estes dois sítios calcolíticos, cuja escavação acabou por não se chegar a realizar, teve como consequência a elaboração de plantas topográficas e planimétricas pormenorizadas das duas fortificações. As duas publicações daí resultantes (V. Leisner – H. Schubart, "Die kupferzeitliche Befestigung von Pedra do Ouro/Portugal", *Madrider Mitteilungen* 7, 1966,9ss. e H. Schubart, "Die kupferzeitliche Befestigung von Columbeira/Portugal", *Madrider Mitteilungen* 11, 1970, 59ss.; H. Schubart, O. Da Veiga Ferreira, J. Almeida Monteiro, "A fortificação eneolítica de Columbeira, Bombarral", *O Arqueólogo Português*, 3ª Serie, 3, 1969, 17-36); completaram, na altura, adequadamente as investigações no Zambujal.

Deve-se mencionar aqui que, graças à já mencionada intervenção de D. Fernando de Almeida junto do Dr. Manuel Heleno, as dificuldades foram superadas e as escavações começaram, finalmente, em 31 de Agosto de 1964, tendo a Junta Nacional da Educação concedido a autorização de escavação a H. Schubart e ao IAA. A partir dali, o Zambujal tornou-se uma tarefa primordial.

Para o autor deste texto, para além de Atalaia, Pedra do Ouro e Columbeira, existiam outros sítios em Portugal que tinham despertado o seu interesse, também para possíveis escavações. Tudo isto ficou para trás quando, em 1971, o IAA de Lisboa foi fundado e pouco mais tarde uma Pré-Historiadora, Doutora Philine Kalb, foi colocada como responsável do mesmo. Já não parecia necessário concentrar todo o empenho do IAA de Madrid na Pré-História de Portugal, tanto mais que em Espanha, em área muito maior, a Arqueologia Pré-Histórica tinha despertado até então relativamente menos atenção por parte deste mesmo Instituto. Assim, reforçaram-se, por um lado, as escavações Fenícias em Torre del Mar, e por outro lado procurou-se um novo sítio para escavar. Foi escolhido o povoado da Idade do Bronze de Fuente Álamo, na Andaluzia, Província de Almería. As escavações começaram em 1977 e terminaram em 1999.

É lícito mencionar, tratando aqui da História da Investigação, que não foi sem pena que o autor se retirou deste campo de investigação, que é a Pré-História de Portugal, depois de mais de uma dezena de anos. Ficou sempre estreitamente ligado ao país, aos amigos

e aos colegas. A sua presença e participação e, mais tarde, o seu permanente apoio ao IAA de Lisboa, são testemunho disto. Uma primeira tentativa de fundar o Instituto de Lisboa, em 1954, por Helmut Schlunk, não tinha sido coroada de sucesso imediato, apesar do apoio e da simpatia de colegas e instituições portuguesas para com aquela iniciativa. Vera Leisner apoiou a ideia nos planos moral e prático, e ficou muito feliz, quando, em 1971 pôde, ainda, participar na inauguração do Instituto Arqueológico Alemão em Lisboa. Era o início de uma evolução feliz, que veio a ter duas dezenas e meia de duração e sucesso.

Notas

¹ Tradução do original em língua alemã amavelmente feita pela Doutora Philine Kalb e revista por José Morais Arnaud.

O Instituto Arqueológico Alemão, sua actividade e relacionamento com o meio arqueológico português¹

Theodor Hauschild

Dentro da Temática "O Instituto Arqueológico Alemão, sua actividade e relacionamento com o meio arqueológico português", cabe a mim a parte da época visigoda, a temática relativa ao Prof. Helmut Schlunk e a parte romana.

A fundação da Delegação do Instituto Arqueológico Alemão em Lisboa, em 26 de Outubro de 1971, portanto há 32 anos, tinha uma sólida base na amizade do Prof. Helmut Schlunk com D. Fernando de Almeida e no desejo de uma presença contínua do Instituto em Portugal, principalmente da criação de uma biblioteca especializada.

Antecipadamente, havia muitos contactos e estudos, incluso escavações no campo da pré-história, sobre as que o Prof. Hermanfrid Schubart já referiu. No que respeita à época romana e paleocristã assim como visigoda, também houve uma actividade prolongada, em especial da parte do Prof. Schlunk, que desde o princípio da sua estada na Península Ibérica, nos finais dos anos 20 do século passado, procurou fazer uma investigação dos monumentos em Portugal. Intensificou-se esta actividade depois de ele ter assumido a direcção do Instituto Arqueológico Alemão em Madrid. E lembro-me que ele motivou, com o seu entusiasmo pelo país lusitano, todos os que chegaram como bolseiros e jovens investigadores do Instituto, a visitar Portugal e estudar os seus interessantes monumentos. Naturalmente, recordo algumas das viagens que efectuou comigo, para conhecer e estudar igrejas da época visigoda e moçárabe. Em Lourosa, chegámos mesmo a levantar, no ano de 1970, uma nova planta e alçados da igreja. E foi em contacto com D. Fernando d'Almeida e Borges Garcia que levantámos outra planta da igreja de São Gião de Nazaré. Era a base para uma discussão sobre a função e o relacionamento das cancelas altas no contexto litúrgico nas igrejas da época paleocristã e visigoda, asturianas e moçárabes, que tanto interessaram a Schlunk. – Começaram, no ano passado, novas intervenções em São Gião de Nazaré, pelos vistos com muito êxito.

Numa das viagens pelo Algarve, no ano de 1963, tive a oportunidade de ver as ruínas de Milreu com o seu santuário, um edifício que em seguida me interessou pela sua forma peculiar e pela história e continui-

dade na época paleocristã. Lembro-me daquele ano, quando passámos a noite no único hotel existente na Praia da Rocha. Que mudança desde então! Foi o amável contacto com o célebre algarvio, Mário Lyster Franco, que proporcionou a possibilidade de estudar a arquitectura do santuário de Milreu, que me serviu de base para uma tese. Só vários anos mais tarde, e quando a Delegação do Instituto Arqueológico Alemão começou a funcionar em Lisboa, tive a possibilidade de realizar sondagens no santuário e nas ruínas da *Villa* de Milreu. Sebastião Philippe Martins Estácio da Veiga tinha descoberto, no ano de 1877 o complexo antigo quase na totalidade, e sabemos que é sempre um pouco problemático reescavar num sítio desta índole. Assim, encontrámos nas sondagens da parte agrícola só estratos misturados e na *Villa* poucos lugares com achados antigos. Até hoje, por exemplo, não sei onde exactamente foram encontrados os famosos bustos do imperador Adriano e da imperatriz Agripina. – As pessoas que fizeram as fotografias, no momento da descoberta dos bustos debaixo das raízes de uma árvore, indicaram um lugar atrás da ábside do santuário, vagamente. Nas publicações do Prof. Fitchen sobre estes bustos fica bem demonstrada a relação com a tipologia elaborada na Itália.

As campanhas de escavação foram realizadas em cooperação com o IPPAR e com a ajuda de estudantes de Arquitectura da Universidade de Karlsruhe e da Universidade Técnica de Lisboa, ou seja, alunos do Prof. Pedro Fialho, que é o responsável pela restituição gráfica do santuário da água e das termas. O santuário está separado da *villa* por uma via em calçada, e logo em frente da entrada existe um tanque de água semi-circular, decorado com mosaicos que representam peixes. Um friso de peixes rodeia também todo o pódio do edifício que, elevado sobre um pódio, era cercado por colunas. No centro da *cella* encontrou-se no século XIX ainda uma fonte hexagonal de mármore que nos permite pensar num santuário de água. Para este edifício de uma forma singular, o arquitecto tinha, talvez, como modelo tipológico, os assim chamados templos com galeria envolvente espalhados na Gália, Germania e Britania. Existe uma certa semelhança com estes edi-

fícios, se compararmos, por exemplo, o templo de Júpiter em Altbachtal com o nosso santuário.

Nos últimos anos verificou-se por parte do IPPAR, com a grande ajuda do Dr. Rui Parreira, um excelente trabalho de recuperação nas Ruínas de Milreu. O Dr. Felix Teichner, da Universidade de Frankfurt, prossegue a investigação do monumento, especialmente a parte agrícola, até hoje pouco estudada.

Outro projecto da parte da delegação do Instituto Arqueológico Alemão centrou-se, a partir do ano de 1986, no templo Romano de Évora, que representa um dos mais bem conservados templos da *Hispania* e um dos raros exemplos dos templos de tipo períptero com pódio. O levantamento arquitectónico foi realizado também aqui com a ajuda de estudantes de arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, alunos do Prof. Pedro Fialho, e por vários jovens de Évora. Recebemos uma valiosa e importante ajuda da parte da Câmara Municipal de Évora, do Dr. Sarantoupolos, da Fundação Eugénio de Almeida e, principalmente da Delegação Regional do IPPAR, do Dr. Caetano Beirão, assim como do Dr. António Carlos Silva e Dr. Parreira. Grande parte dos resultados do estudo arquitectónico já está publicado. Pretendeu-se prioritariamente o esclarecimento da planta e dar resposta a perguntas relacionadas com o recinto do templo. Foi uma surpresa verificar no pódio a maneira como realizaram o projecto na prática, ou seja, finas linhas gravadas nos silhares de granito, no estilóbato, como indicação da posição exacta de cada coluna e da base de mármore. Outra forma técnica, e especial na arquitectura romana, é a forma de assentamento da arquitrave e do friso, ou seja, os dois assentam em pequenas superfícies em dente sobre os capitéis, de tal forma que quando há deslocações, a carga do friso é transferida para estes pontos e não para os espaços entre as colunas, o que significaria o perigo de desmoronamento. Entre os templos romanos só no *Forum Romanum*, no Templo de Castor, existe uma construção semelhante. É evidente que a execução artística dos capitéis em Évora pode-se comparar com práticas oriundas de Itália.

No que se refere às construções descobertas pela escavação, destacam-se um tanque de água que envolve o templo em três lados, comparável só ao tanque de

água junto do templo do *forum* em Luni, na Itália, que data do séc. I. D. C. Podemos verificar, com base em vários muros descobertos nas sondagens, um pórtico e um criptopórtico que emolduraram o recinto do templo. Outra surpresa foi a existência de uma praça de grandes dimensões, situada diante do templo, testemunhada por extensos vestígios de marcas de lajes de mármore. A praça chegará mesmo à zona do actual Museu e até à Sé, onde se localizaria, talvez, a basílica.

O Instituto participou também nos trabalhos de investigação no santuário rupestre de Panóias, perto de Vila Real, primeiro pelos estudos do Dr. Rolf Nierhaus que incluíram um levantamento topográfico e, depois, pela estada em Panóias do Prof. Geza Alföldy com a preparação da publicação do conjunto dos monumentos e da epigrafia. Trata-se de um conjunto excepcional de um culto de mistérios instalado por Calpurnius Rufinus, com inscrições em grego e latim e restos de edifícios e covas escavadas na rocha granítica.

E como estamos a contar as actividades arqueológicas do Instituto, vou mencionar o levantamento planimétrico do Santuário de Santana do Campo, efectuado e publicado pelo Dr. Thomas Schattner, director adjunto do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, que prossegue agora as suas actividades arqueológicas em Portugal em cooperação com os colegas da Universidade de Lisboa, com um projecto em São Miguel de Mota.

No final quero mencionar o empenhamento do Instituto na investigação do Teatro Romano de Lisboa. Experimentei aqui o meu primeiro trabalho no campo da arquitectura romana quando cheguei como director da Delegação do Instituto Arqueológico Alemão a esta cidade. Os importantes vestígios do teatro, que apareceram no momento da reconstrução da cidade depois do terrível terramoto de 1755, tinham uma história dramática, especialmente quando pensamos na sua redescoberta por D. Fernando de Almeida no ano de 1966 e pela escavação realizada pela Dra. Irisalva Moita. A amabilidade e compreensão da Dra. Irisalva Moita permitiu que uma equipa mista do nosso Instituto e do Museu da Cidade de Lisboa empreendessem um novo levantamento arquitectónico das ruínas visíveis do teatro. Foi o momento de poder distinguir as

duas fases da construção, a da época de Augusto e da época de Nero, ou seja, da decoração do proscénio em mármore com a inscrição dedicatória e com o relevo da musa Melpomene com a inscrição em grego. Nos trabalhos participou também a actual directora do Museu da cidade, Dra. Cristina Leite. Mais tarde, os Arqueólogos do Museu, ultimamente a Dra. Lídia Maria Marques Fernandes, efectuaram novas escavações com a descoberta do limite do edifício da cena e de casas do séc. XVIII, junto do antigo teatro, destruídas pelo terramoto e que ficaram em estado enegrecido até hoje. Encontro muito emocionante ver estas casas privadas e acho bem, preservá-las como memória da história das transformações do teatro romano. São lugares da história da cidade como também o é a Igreja do Carmo. E no que respeita a esta igreja-monumento, sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, recordo-me como vários dos professores que iam pronunciar conferências no âmbito das celebrações do dia de Winkelmann do nosso Instituto, ficavam impressionados com o monumento.

Estou muito agradecido à Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses pela possibilidade de poder festejar tantas reuniões do Instituto, incluindo a minha despedida como director da Delegação do Instituto Arqueológico Alemão, na histórica sala da época gótica, e que serviu, ao mesmo tempo, para um amigável encontro entre colegas e amigos.

Felicito a Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses pelo bom sucesso da recuperação do monumento e pelas novas instalações do museu, desejando um futuro muito próspero.

Notas

¹ Conferência pronunciada no dia 6 de Fevereiro de 2003, na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

D. Fernando de Almeida na encruzilhada da Arqueologia Portuguesa

José Luís de Matos

A acção de D. Fernando de Almeida tem para a Arqueologia Portuguesa um significado de mediação entre a época de estudos arqueológicos de feição antiquarista que Ele encontrou e os novos horizontes científicos e profissionais da Arqueologia actual.

Enquanto Presidente da "Associação dos Arqueólogos Portugueses" o Professor Doutor D. Fernando de Almeida recolheu nesta nossa Associação o legado de Possidónio da Silva e dos Arqueólogos que desde há um século tinham desenvolvido uma actividade esforçada mas globalmente diversificada e dispersa. Foi já feita referência a essa profícua acção.

Como director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia continuou o trabalho do fundador José Leite de Vasconcelos procurando no entanto autonomizar uma Arqueologia que parecia confundir-se no tempo do seu primeiro director com as ciências da Etnologia, uma orientação que se revelava então incompatível com o desenvolvimento mais recente de ambas as disciplinas.

Professor da Faculdade de Letras de Lisboa a sua preocupação foi sempre afirmar a identidade científica da Arqueologia que tinha encontrado numa espécie de limbo antiquarista e artístico, uma situação que era visível na própria estrutura dos cursos superiores de História em Portugal.

A forma inovadora como encarou os problemas da Arqueologia trouxe não poucas dificuldades ao seu trabalho e muitas animosidades pessoais. Apesar da impressionante quantidade e qualidade dos seus estudos teóricos e dos trabalhos de campo, alguns persistem sobranceiramente em considerá-lo como um profissional de medicina que se ocupou de arqueologia nas horas vagas. A razão é outra: o Senhor D. Fernando incomodou, quer porque tinha uma perspectiva de trabalho que ultrapassava as fronteiras de muitas capelinhas e invadia coutadas, ou porque apoiava estudos e iniciativas inovadoras, desenvolvendo, ao contrário da prática dos guardadores de segredos que proliferam no meio arqueológico, um numeroso grupo de discípulos a quem abriu caminhos proibidos. A vereda iniciática tinha-se tornado demasiado estreita, sobretudo para os mais novos, mas o Professor D. Fernando entendeu que isso deveria mudar.

Para se poder entender o que foi a acção de D. Fernando de Almeida importa fazer um ponto de situação, quer quanto ao desenvolvimento das ciências arqueológicas na sua época quer quanto ao ambiente social e profissional que encontrou.

O desenvolvimento das ciências arqueológicas, no domínio da Arqueologia Clássica, viveu nesse período momentos de ruptura que importava acompanhar: desenvolviam-se novos métodos de escavação, estudavam-se de forma científica os materiais, a pesquisa era intensa, as sínteses globalizantes começavam a chegar; a arqueologia clássica tornava-se ciência de parte inteira.

Por outro lado abria-se entre nós uma nova consciência das especificidades regionais. No que diz respeito à zona sul de Portugal, aparte as surtidas pontuais de um ou outro arqueólogo, ou daquilo que se chamou a "arqueologia de férias", os territórios meridionais não tinham sido praticamente objecto de trabalhos sistemáticos no que respeita à arqueologia clássica. No entanto estava em pior situação a Arqueologia Medieval que fora até então quase ignorada, objecto de desprezo ou de displicência criminosas.

As ciências da Pré-História tinham-se emancipado, mercê de uma conjuntura científica que durante o século XIX e primeira metade do XX valorizara os trabalhos de arqueologia pré-histórica ou da Idade Antrópica, na perspectiva das Ciências Geológicas, acompanhando de resto os estudos Etnológicos que tiveram por alvo as populações primitivas. Nos inícios de novecentos José Leite de Vasconcelos havia protagonizado entre nós o desenvolvimento das Ciências pré-históricas, assumindo o legado dos geólogos e antropólogos portugueses e estrangeiros da sua época. A Pré-História autonomizara-se saindo do mundo das arqueologias artísticas e ultrapassava o conceito de Antiguidades Nacionais em uso no tempo de Possidónio da Silva fundador da nossa Associação. De resto, a criação do Museu de José Leite de Vasconcelos em Lisboa, na mesma altura em que se instalou um Museu de Arte Antiga, tinha significado, ao nível da Cultura Portuguesa, uma primeira distinção global entre materiais artísticos e materiais arqueológicos.

O Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia foi criado por José Leite com o objectivo de revelar a identidade do "Homem Português", uma perspectiva nascida no seio dos nacionalismos decimonónicos. O seu primeiro director tornou-se, nessa perspectiva, o colector incansável de uma globalidade de objectos arqueológicos de todas as épocas. Não só o Museu acumulava materiais arqueológicos muito diversos, como os seus dois primeiros directores assumiram uma atitude científica ecléctica: Leite de Vasconcelos e o seu sucessor no Museu e na cátedra, Manuel Heleno, estudavam ao mesmo tempo antas do Alentejo e estátuas romanas. Porém, o peso e a importância dos materiais pré-históricos recolhidos no Museu de Belém, o intenso labor dos Serviços Geológicos nesse domínio, a formação de vastos espólios no Museu do Carmo e a conjuntura científica nacional e internacional contribuíram para dar uma importância decisiva a esse sector. Lisboa tinha-se especializado nos estudos de arqueologia pré-histórica.

A orgânica do curso de História na Faculdade de Letras de Lisboa era, na altura em que o Professor Fernando de Almeida tomou posse da sua cátedra, reveladora de uma atitude ignorante e displicente dos universitários relativamente ao lugar que a arqueologia deve ocupar nos estudos superiores. Em Lisboa a arqueologia fazia então figura de parente pobre relativamente a uma secção de História e a um Instituto de História dominados pela figura incontornável de Virgínia Rau, lugar cimeiro do ensino das "Ciências Históricas" nelas incluindo a própria Pré-História, enquanto a chamada Arqueologia fora arrumada numa subsecção residual de tipo "humanístico", como então se dizia, na companhia da História de Arte. Tratava-se de uma anomalia científica e institucional. A sua correcção foi tentada pelo Professor D. Fernando de Almeida através da multiplicação de iniciativas académicas, produzindo um intenso labor de pesquisa teórica e de campo, fazendo-se acompanhar nessa acção pelos alunos.

No Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia o director Fernando de Almeida encontrou uma situação degradada do ponto de vista institucional e científico. O Museu tinha-se tornado num grande armazém de peças, um óptimo local para fazer escavações, como dizia o seu

particular amigo Garcia y Bellido, outro dos inovadores ibéricos dos estudos arqueológicos. As extensas colecções do Museu de Belém recolhidas por José Leite não tinham sido estudadas, e isso deveu-se naturalmente às limitações pessoais e institucionais existentes e à tendência ecléctica dos directores anteriores, mas sobretudo à política de secretismo que limitara o estudo das colecções a pouquíssimos investigadores que a elas tinham acesso. Acresce ainda o facto de a musealização ter sido como que mumificada desde o tempo de José Leite ignorando por completo o desenvolvimento das dinâmicas expositivas que qualquer museu deve possuir nos nossos tempos. Nos poucos anos que permaneceu à frente do Museu o Senhor D. Fernando iniciou, com meios limitados é certo, a alteração desta situação de bloqueio institucional e científico: criou um corpo de funcionários com antigos alunos seus, iniciando a renovação, e abriu largamente o estudo das colecções a todos os que podiam contribuir para o desenvolvimento das ciências arqueológicas.

Mas esta encruzilhada em que o Professor Fernando de Almeida se encontrou tem ainda contornos, por assim dizer, geográficos. A Pré-História tinha-se tornado, muito justamente, uma especialização lisboeta. A pesquisa científica desenvolvia-se fundamentalmente em torno de dois museus, o dos Serviços Geológicos que promovia um trabalho científico notável, sobretudo no campo da Pré-História Antiga, e o Museu de José Leite que possui ainda hoje, salvo erro, a maior colecção de objectos pré-históricos existentes em território nacional. Aí Manuel Heleno realizou estudos de Pré-História recente de época neolítica e calcolítica.

Neste mesmo fórum universal que é a Associação dos Arqueólogos Portugueses tiveram assento alguns dos grandes pré-historiadores portugueses; permitam-me que recorde saudosamente os nomes de Veiga Ferreira e Afonso do Paço com quem D. Fernando de Almeida trabalhou de perto, para não citar senão dois membros da Associação de entre uma plêiade numerosa que mereceria igualmente referência.

Embora a romanização do território português tenha obtido como campo primordial a área a sul do Tejo o estudo da arqueologia clássica desenvolveu-se sobre-

tudo na transição entre o norte o sul que é Coimbra. Os motivos desse facto são vários: a influência dos estudos de cultura clássica da Universidade de Coimbra, o labor de Virgílio Correia, a cavaleiro entre a História de Arte e a Arqueologia propriamente dita, o trabalho pioneiro de escavação de Conimbriga por José Manuel Bairrão Oleiro e as equipas que formou nessa estação arqueológica. Ainda hoje a Universidade de Coimbra pontifica neste domínio.

No norte castrejo (e suévico) Martins Sarmiento criou em torno do Museu de Guimarães uma escola notável, que poderia apelar-se de céltica se o termo não fosse tão confusamente entendido hoje em dia, reflectindo muito justamente a identidade dessa região. As universidades do Porto e de Braga continuam essa tradição de estudo da Pré-História recente e da Proto-História. Os estudos sobre os suevos proto-medievais do norte veio reafirmar essa mesma identidade regional que se distancia territorial e culturalmente do mundo visigótico tardo-romano do sul.

Neste contexto de entendimento epistemológico e geográfico o Professor D. Fernando optou por romper as barreiras da geografia física e dos cenáculos instituídos, promovendo trabalhos em todo o território nacional, mas sobretudo na área a sul do Tejo, desenvolvendo um grande número de trabalhos de campo nas áreas da arqueologia clássica e medieval. A partir da pesquisa de D. Fernando temos hoje a evidência que o sul possui uma enorme riqueza arqueológica; aí trabalha nos nossos dias um numeroso grupo de investigadores que porventura desconhece ou não identifica a figura tutelar que, discretamente ou enfrentando resistências, abriu muitas portas que permaneciam fechadas. Estações arqueológicas como Santiago do Cacém, São Cucufate, Tróia ou mesmo Torre de Palma e Vilamoura a sul do Tejo, Odri-nhas ou Idanha a Velha a norte do Rio, são, entre muitos outros, lugares que o Professor D. Fernando abriu à investigação ou onde deixou marca profunda. Aí continuam, de resto, a trabalhar os seus discípulos.

O próprio termo Arqueologia foi entendido de forma extremamente restritiva em Portugal anteriormente a D. Fernando de Almeida. Ainda hoje não poucos arqueólogos supõem, implicitamente, que quando se fala de

Arqueologia se está a tratar de Romanidades, desconhecendo na prática que as ciências arqueológicas não têm idade não são classificáveis por épocas e se definem sobretudo por serem um processo de pesquisa que deve ser aplicado à investigação de todas as épocas históricas.

No domínio da epistemologia arqueológica, os trabalhos sobre Arqueologia Visigótica que o nosso antigo Presidente realizou, representaram na realidade uma abertura estratégica sobre a Idade Média, mas essa ruptura abriu caminho a áreas de estudo muito variadas que extravasam os terrenos em que se move um velho tribalismo persistente. A arqueologia medieval que fora objecto de investigações dispersas por arqueólogos do norte português, mas sobretudo por Virgílio Correia em Coimbra muito ainda em clave antiquarista e de História de Arte, tem o seu verdadeiro arranque científico com o nosso homenageado de hoje.

A influência que exerceu mede-se pelo número dos seus antigos discípulos que ensinam actualmente nas

universidades portuguesas de norte a sul do país: Porto, Coimbra, Lisboa, Faro.

Da sua escola saíram boa parte dos actuais arqueólogos que trabalham no campo ou nos principais museus portugueses. As novas gerações de arqueólogos, que o não conheceram pessoalmente, são dele devedoras, quer porque lhes é permitido desenvolver a sua actividade sem os constrangimentos que D. Fernando de Almeida teve a coragem de romper, ou porque seguem os caminhos que foi Ele o primeiro a abrir.

No domínio específico da Arqueologia Medieval, há hoje uma segunda geração entregue a estudos islâmicos e cristãos no sul português que, não o tendo conhecido, é de certo modo seu descendente e herdeiro.

A proverbial disponibilidade para ensinar e promover a pesquisa arqueológica que foi timbre do Professor D. Fernando de Almeida deu por isso abundantes frutos. Essa coroa de glória é um ornamento raro que não pousa sobre as cabeças de muitos dos que foram seus pares.

O contributo de D. Fernando de Almeida para o estudo da Alta Idade Média em Portugal

Paulo Almeida Fernandes¹

D. Fernando de Almeida (1903-1979) dedicou-se ao estudo da Antiguidade Tardia e da época visigótica quando contava já meio século de vida, mas o trabalho que ainda pôde desenvolver, nos vinte e cinco anos seguintes, valeram-lhe o estatuto de investigador maior nesta complexa área de estudo.

Será de elementar justiça dividir a historiografia artística e arqueológica, que o século XX português produziu acerca dos inícios da Idade Média, em dois períodos fundamentais: antes e depois de Fernando de Almeida. Uma breve análise à sua obra prova que não foi apenas mais um investigador, entre outros (poucos), a dedicar-se ao estudo do nosso passado altimedieval. Muito pelo contrário. A D. Fernando de Almeida devemos o primeiro verdadeiro, e sistemático, inventário da *Arte Visigótica* no nosso país, um passo qualitativo sem precedentes no panorama nacional (MACIEL, 1996: 106), especialmente quando comparado com a síntese efectuada por Vergílio Correia, em 1928, sobre este mesmo período.

Mas devemos-lhe mais. Num tempo historiográfico e metodológico que não é o de hoje, Fernando de Almeida inaugurou uma linha de investigação monográfica, que com o seu desaparecimento praticamente se encerrou. O volume que dedicou à *Egitânia* permanece, ainda, como principal estudo monográfico da antiga cidade romana e diocese suevo-visigótica.

E devemos-lhe ainda um modelo interpretativo que fez escola e que se assumiu, por largas décadas, como o quadro metodológico de catalogação de um sem número de fragmentos, ditos *visigóticos*. A divisão do vasto espólio altimedieval, por si identificado, em três grupos fundamentais (lusitânico, olissiponense e suévico) é o resultado de um ponto de chegada da historiografia, como veremos, mas corresponde a uma sistematização de índole cultural e, até, sociológica, muito para além da simples identificação e descrição de vestígios arquitectónicos e escultóricos.

O presente artigo é uma leitura pessoal da obra de quem mais contribuiu para o conhecimento da presença visigótica em Portugal. Ele resulta do nosso próprio entendimento dos rumos e perspectivas de estudo, ensaiados ao longo de praticamente um século de

moderna historiografia. Não constitui mais um de tantos elogios póstumos, elaborados por ocasião de uma qualquer celebração; é o nosso sincero contributo para que a História valorize quem, efectivamente, fez História, alheio aos laços afectivos e às circunstâncias conjunturais que teimosamente continuam a ser factores de resistência a uma correcta avaliação da nossa herança historiográfica.

1. O programa de acção

"Por não estarem ainda bem delineadas entre nós, à falta de elementos, as directrizes seguidas na arte visigoda, o estudo dos vários centros de influência e suas características, é indiscutível a utilidade de carrear tudo o que a pouco e pouco vai aparecendo"

ALMEIDA, 1954: 4

A opção pelo inventário sistemático e criterioso das peças entendidas como *visigóticas* foi o grande mérito do esforço de Fernando de Almeida. Pela primeira vez, a História da Arte e a Arqueologia portuguesas dispunham de um investigador especificamente vocacionado para o estudo da Alta Idade Média.

O carácter exaustivo da sua pesquisa conduziu a resultados verdadeiramente inesperados à época. Na década de 50, quando iniciou as suas investigações, a opinião corrente era a de que o período visigótico estava muito mal representado em Portugal, existindo ainda uma aparente contradição entre Norte (onde se situavam os principais monumentos) e Sul (região com maior número de peças e mais densamente representativa da escultura). Trabalhos de Vergílio Correia (1928), Aarão de Lacerda (1940 e 1942) e Manuel Monteiro (1949) haviam acentuado a precaridade e o carácter fragmentário dos vestígios desse período. Ora, em 1962, na hora de publicar a sua tese de Doutoramento (em Arqueologia e História da Arte), Fernando de Almeida revolucionava o panorama nacional da arte visigótica, dando-lhe visibilidade e credibilidade científicas.

● A *Arte Visigótica em Portugal* é o resultado de um programa de acção coerente, desenvolvido ao longo de

quase uma década, e cuja continuidade haveria ainda de revelar importantes resultados nos anos seguintes. Aqui confluem os três níveis de investigação que identificamos na obra deste autor: o inventário; o estudo monográfico e a definição de um modelo interpretativo, tutelar dos dois anteriores.

Fernando de Almeida partiu de um inquérito-tipo, na maior parte dos casos esquemático, mas que possibilitou o conhecimento de abundante material disperso, potencialmente esquecido ou nunca referido, caso não tivesse sido recenseado na altura. Os méritos deste esforço são facilmente reconhecidos e é a esse catálogo, organizado "por grupos e por tipos, para melhor poder ser estudada a sua feição ou particularismo local" (ALMEIDA, 1962: 106) que constantemente, e invariavelmente, recorremos ainda hoje. Ainda que não lhe tenha sido possível arrolar todos os fragmentos dispersos pelo país (HAUSCHILD, 1996: 11), a *Arte Visigótica em Portugal* é o mais consistente contributo para aquela base de dados que um dia se criará (assim o esperamos) sobre a arte altimedieval em Portugal.

Mas Fernando de Almeida não se limitou a publicar materiais, nem a engrossar o *corpus* da arte visigótica no Ocidente peninsular, numa linha puramente técnica, como na actualidade tantos investigadores o fazem. A par dessa constante preocupação em classificar o que aparecia, o seu programa de acção revestiu--se de outra complexidade e desenvolveu-se em outras duas direcções.

Por um lado, cultivou os estudos monográficos. É certo que, digno desse estatuto, podemos apenas considerar a sua dissertação de licenciatura, dedicada à *Egitânia*. Contudo, outros trabalhos, de menor escala, merecem uma catalogação aproximada. Referimo-nos aos capítulos que, em 1962, dedicou aos principais monumentos entre a dissolução do Império e a afirmação de uma Arte Visigótica: Odrinhas; Tróia; Torre de Palma; Balsemão; Montélios; Idanha-a-Velha; Santo Amaro de Beja; etc. E o trabalho, em continuidade, sobre Idanha e, em certa medida, sobre Montélios, reforça essa tendência monográfica.

Por outro lado, elaborou um modelo conceptual operativo em História da Arte e em Arqueologia, ao sistematizar, em três grandes núcleos estilísticos (suévico,

lusitânico e olissiponense), o crescente espólio datável dos séculos IV a VIII em território nacional. Em última análise, foi o culminar de um processo reflexivo sobre uma realidade material concreta, um ponto de chegada de um todo conceptual coerente.

No ponto seguinte, veremos como essa sistematização partiu de uma base historiográfica dominante muito específica. Por agora, importa concluir que, partindo da definição básica de um *corpus*, Fernando de Almeida deu-nos "balizas cronológicas e critérios classificativos", que permitiram "aferir conceitos, testar a lógica interna de um todo pela primeira vez objecto de reflexão, avançar para o estudo monográfico e equacionar monumentos paralelos" (MACIEL, 1996: 106).

2. A definitividade do seu modelo interpretativo

A definitividade de modelos explicativos é um dos maiores perigos científicos em que a maioria dos investigadores incorreu (e incorre, ainda hoje). Por possuírem demasiadas certezas num campo que deve ser de dúvida metódica e constante, por não reconhecerem validade científica em propostas e argumentações diferentes ou alternativas, por vaidade, por se negarem a reescrever a sua própria História, por resistência à mudança, por inúmeras razões desconhecidas, a historiografia artística está repleta de modelos conceptuais definitivos.

Por coerentes e acabados que possam parecer a quem os lê, estuda e segue, estes modelos são um sério obstáculo ao normal avanço da investigação. Porque não é imediata, nem é fácil, a consciência da sua definitividade. Porque, na maioria dos casos, fazem escola e são invariavelmente repetidos pelas gerações seguintes de investigadores. Porque, muitas vezes, a simples crítica construtiva foi (é) entendida como uma desconsideração pessoal.

A perigosidade desta atitude adquire contornos extremos no estudo da Alta Idade Média. Quanto maior o desconhecimento de determinado período, mais frequente é a ruína das certezas. E que melhor capítulo civilizacional para testar a relatividade da nossa herança racionalista que a Alta Idade Média peninsular?

Fernando de Almeida não assistiu à radical mudança historiográfica que levou à catalogação de moçárabe de muitos materiais por si classificados como visigóticos (REAL, 1995; 1998 e 2000; CABALLERO ZOREDA, 1994-95; 1997; etc.), nem à "refundação" dos estudos islâmicos medievais (TORRES). Contudo, estas mudanças, características das últimas décadas, tiveram antecedentes, alguns contemporâneos do autor da *Arte Visigótica em Portugal*, e outros mesmo anteriores. Em Portugal, a escassez de investigadores (e o pouco investimento nos estudos medievais) só muito recentemente permitiu a diversidade de perspectivas de estudo. Mas, em Espanha, desde, pelo menos, a década de 40 do século XX, que o modelo explicativo dominante - radicalmente visigotista -, contou com alternativas, menos visíveis, é certo, mas nem por isso de menor validade. E não será, sequer, necessário citar a vasta escola de estudos islâmicos do país vizinho, tremendamente activa nas décadas centrais do século XX, para se perceber como o primeiro arqueólogo da Idanha adoptou e explorou uma linha de interpretação definida por outros.

É à inserção de D. Fernando de Almeida numa corrente historiográfica dominante, e à forma como ela entendeu a sucessão de períodos artísticos na longa Alta Idade Média peninsular, que devemos parte da definitividade do seu modelo. Na sua essência, foi uma opção fortemente alicerçada numa visão cultural da sucessão de povos; não uma rejeição de propostas alternativas fundamentadas em evidências materiais, como muitos outros investigadores posteriormente se recusaram a equacionar. Vejamos em que medida.

2.1. O marco historiográfico dominante

Na avaliação da arte visigótica em Portugal, Fernando de Almeida integra-se numa corrente historiográfica específica, cujos pilares vinham sendo construídos desde os inícios do século XX. Em 1908, Lampérez y Romea dava o primeiro passo, ao publicar o volume de abertura da *Historia de la Arquitectura cristiana española*.

Lampérez y Romea fez escola não apenas em Espanha. Um ano depois, trazia a público um estudo sobre a igreja de São Pedro de Balsemão, trabalho fundamental para a perpetuação da classificação visigótica deste

templo. José Pessanha (1916 e 1927), Manoel Gómez Moreno (1919), Vergílio Correia (1928) e, inevitavelmente, Fernando de Almeida (1962) repetiram – e, em alguns casos, aprofundaram – os argumentos visigotistas deste autor. Por esta via, negava-se a datação pré-românica do templo lamecense, sugerida por Joaquim de Vasconcelos (1908), e retardava-se a sua integração na esfera civilizacional asturiano-leonesa por quase um século.

Outros autores foram fundamentais para a definição desta corrente. Emilio Camps Cazorla foi um deles e, provavelmente, o que desfrutou de maior sucesso ao longo do século XX. As suas ideias principais encontram-se expressas no capítulo sobre a "Arte hispano-visigoda" na monumental *Historia de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal (1940). Obra de referência para várias gerações de investigadores, esta *Historia* foi sucessivamente reeditada na segunda metade do século XX, renovando-se as perspectivas de Camps, inclusive com algumas "adições" (LÓPEZ SERRANO, 1985).

Nos anos seguintes, dois outros nomes foram decisivos para a definição dos monumentos a integrar o capítulo da Arte Visigótica: Helmut Schlunk (1947) e Pere de Palol (1961 e 1968). Ao primeiro, devemos uma das mais importantes obras de investigação sistemática em solo peninsular, cuja personalidade própria gerou uma série de discípulos, que continuaram as suas teorias. Ao segundo, para além da intervenção arqueológica em muitos monumentos e sítios altomedievais, devemos as mais relevantes obras de divulgação das correntes visigotistas, organizadas em álbuns profusamente ilustrados e com um discurso não problematizante.

Obviamente que, entre estes autores, existiram diferenças, algumas próprias do meio século que separa Lampérez y Romea de Schlunk e de Palol. Contudo, todos contribuíram para a formação de uma corrente historiográfica homogénea, responsável pelo *corpus* de arquitectura monumental visigótica. Monumentos como Quintanilla de las Viñas, San Pedro de la Nave ou Santa Comba de Bande foram sistematicamente integrados no período visigótico, sem que outras perspectivas alternativas, em matéria de datação, fossem levadas em linha de conta.

Em boa verdade, as propostas alternativas a esta corrente dominante nunca tiveram verdadeira implantação. Manoel Gómez Moreno aceitou o visigotismo de muitos monumentos duvidosos. E José Camón Aznar, que em 1949 avançou com um modelo alternativo ao de Gómez Moreno (sobre a conjuntura artística cristã dos séculos IX a XI, que então apelidou «de repovoamento») não conseguiu impôr os seus argumentos sobre a decoração arquitectónica de la Nave ou de Quintanilla.

O sucesso desta Arte Visigótica – diferente da que muitos investigadores hoje assumem – foi decisivo para o pensamento de Fernando de Almeida. Mas este alicerçou-se, ainda, em outro tipo de influências. Apesar de ter sido o expoente máximo da investigação em Alta Idade Média, ao seu tempo, D. Fernando não foi o único a dedicar-se a esta etapa civilizacional no nosso país, e uma parte significativa das suas conclusões deve-se aos resultados de outros autores. No Norte, João de Moura Coutinho (1949, etc.) foi o mais acérrimo defensor do visigotismo de São Frutuoso de Montélios. A Sul, o trabalho de Abel Viana (1949), em Beja, reforçava o estatuto cimeiro desta cidade no contexto da arte visigótica. Pela relevância e visibilidade das suas conclusões, é em grande medida a estes dois nomes que devemos os grupos Suévico e Lusitânico.

2.2. Uma hierarquia qualitativa dos fenómenos artísticos da Alta Idade Média peninsular

O marco historiográfico dominante em que Fernando de Almeida se inseriu não foi, apenas, de índole catalogadora. Foi, também, quanto à natureza artística e aos méritos qualitativos da arte peninsular altomedieval. Neste contexto, quer os que seguiam as teorias visigotistas, quer os que defendiam datações mais tardias foram de uma impressionante consensualidade.

Na década de 50, a apreciação corrente do capítulo artístico protagonizado pelos Visigodos era francamente negativa: "uma arte decadente que, não tendo ideal próprio, aproveita de artes diversas em origem e idade elementos a que sucessivas degenerações conseguem dar fisionomia própria" (CORREIA, 1928: 387). E, de degeneração em degeneração, se haveria de chegar ao Românico. Do outro lado historiográfico, Manuel Monteiro, o

primeiro autor a recusar uma datação visigótica única para Montélios, considerava que os Visigodos mais não tinham feito que uma má cópia de fórmulas romanas e bizantinas (MONTEIRO, 1949, reed. 1980: 401).

Quando D. Fernando de Almeida surgiu no panorama da investigação histórica, o terreno estava, assim, perfeitamente delimitado. Se dúvidas (poucas) existissem quanto à classificação de alguns monumentos e materiais, nenhuma havia quanto à involução artística e estética da Alta Idade Média peninsular. D. Fernando foi, desta forma, o herdeiro directo de um processo historiográfico mais vasto de construção da Arte Visigótica, cujos principais divulgadores se encontravam em Espanha e cujo entendimento civilizacional foi muito mais unânime que as suas propostas de classificação. Esse entendimento civilizacional acentuava a progressiva e inevitável decadência dos fenómenos artísticos peninsulares entre o Romano e o Românico, degeneração acentuada pela destruidora invasão islâmica.

Neste sentido, a definitividade do modelo de interpretação proposto por D. Fernando de Almeida resulta menos do discurso encerrado acerca dos monumentos e peças que estudou. É o produto de quem, integrado numa corrente historiográfica dominante, considerou a Alta Idade Média peninsular um período de progressiva decadência artística, em que a qualidade da arte imperial romana foi perdendo fulgor, pelas sucessivas vagas de invasões, de povoamento e de contextos político-civilizacionais. Fernando de Almeida não rejeita a discussão acerca da possibilidade de alguns monumentos serem produtos parciais de contingentes moçárabes ou, em menor escala, de agentes asturianos. Simplesmente, ao considerar o período visigótico como superior aos posteriores, minimizou constantemente as supostas marcas dos séculos IX a XI. Sirva-nos de exemplo o caso de São Frutuoso de Montélios.

Na década de 60, o programa restaurador do templo estava paralisado há anos. Dúvidas surgidas quanto à cronologia de algumas partes (MONTEIRO, 1939 e 1949; FEIO, 1953-54), haviam determinado a suspensão dos trabalhos, facto que, a seu tempo, se haveria de tornar definitivo.

Em 1966, a Comissão Executiva das *Comemorações do XIII Centenário da Morte de São Frutuoso* organizou um debate acerca da retoma do projecto (BRITO, 2001: pp.268-269). Fernando de Almeida constituiu um capítulo nesta acesa discussão, publicando um pequeno artigo de reflexão sobre o destino a tomar neste contexto. Propôs, aí, a elaboração de um plano de estudo prévio a qualquer intervenção. No entanto, as suas palavras foram bem claras quanto à essência artística deste monumento: "incluímos o belo monumento paleo-cristão dentro de um bizantinismo ocidental, com possíveis, mesmo assim poucas, influências moçárabes" (ALMEIDA, 1968: p.6). Partilhando da gradação qualitativa altomedieval, como poderia equacionar que tão importante monumento estivesse temporalmente tão afastado da conjuntura romana?

Semelhante posição adoptou quanto ao grupo olisiponense. Verificando o eruditismo deste conjunto, e aprofundando as relações bizantinas identificadas por Helmut Schlunk (1945: 200-201), Fernando de Almeida equacionou que a sua realização pudesse estar associada à chegada dos mártires Santo Adrião e companheiros ao mosteiro de Chelas, em pleno reinado de Afonso III (finais do século IX) (ALMEIDA, 1958: 12; FERNANDES, 2005, no prelo), mas não chegou a assumir definitivamente essa hipótese.

E a lista de exemplos em que se testemunha uma prevalência qualitativa da época visigótica, sobre a dos séculos IX a XI, continua pelo templo de Santa Comba de Bande (ALMEIDA, 1962: 99), onde as influências moçárabes são minimizadas, e, mesmo, pela igreja de São Pedro de Lourosa (ALMEIDA, 1971: 26), um dos raros imóveis datados do século X. Sobre este último, decididamente o monumento mais debatido na primeira metade do século XX, Fernando de Almeida equacionou a sua provável origem visigótica, dada a qualidade do seu plano arquitectónico.

3. Idanha-a-Velha. Intervenção no "Santuário" da Arqueologia Medieval portuguesa

De todos os projectos de investigação em que D. Fernando de Almeida interveio, Idanha-a-Velha foi, sem

dúvida, o que mereceu maior atenção. A importância dos trabalhos que aqui desenvolveu, bem como o longo impasse que se lhe seguiu, conferiram a esta aldeia histórica o estatuto de verdadeiro projecto pioneiro no âmbito da arqueologia medieval portuguesa, e alguns dos que o acompanharam em escavações, naqueles meses de Verão das décadas de 50 a 70, catalogaram esse projecto como "a mais importante escola prática da arqueologia portuguesa" (SANTOS, 1980: 20).

Em Idanha, Fernando de Almeida não executou uma intervenção arqueológica pontual ou circunscrita a um único local. O seu projecto pretendeu abarcar toda a aldeia, intervindo onde existissem dúvidas para a história desta antiga cidade romana e diocese suevo-visigótica. Nos primeiros 8 anos de escavações, a sua acção centrou-se na "Sé-Catedral", mas tinha-se já alargado à Torre templária e templo romano, às muralhas, ao balneário, ao cemitério visigótico e à capela de São Dâmaso (ALMEIDA, 1962: 167). Paralelamente, interessou-se pela vasta região egitanense, não só fazendo trabalho de campo nas imediações, como participando activamente em áreas tão distantes como Penamacor (por ocasião da pretensão camarária em demolir a ponte romana da Bemposta), Aldeia do Bispo, Meimoa e Castelo Branco (BENTO, 1988: 18).

A Sé-Catedral-Basilica-Mesquita de Idanha-a-Velha é o local mais emblemático da sua acção e converteu-se, mesmo, no privilegiado monumento de memória deste arqueólogo. Aqui desenvolveu um trabalho sistemático, em continuidade, que foi muito para além da componente arqueológica. Numa primeira fase, estando o edifício em ruinoso estado de conservação, destelhado e com acentuado desgaste de cunhais e de paredes, o restauro, e sua reconversão em museu, foi o principal objectivo. Depois, trabalhou no exterior, em busca dos compartimentos em falta.

Aqui confluem as suas principais linhas de interpretação sobre a arte visigótica. Inevitavelmente, aqui se revela, também, a definitividade do modelo conceptual com que caracterizou a arte peninsular dos séculos V a VII.

Fernando de Almeida trabalhou neste monumento com a convicção pré-estabelecida de que se tratava,

efectivamente, da Catedral de época visigótica. Dois aspectos desta longa investigação confirmam esta circunstância: a procura de uma suposta capela-mor, que manifestamente não existia, e o programa de restauro por si conduzido.

A sugestão basilical do espaço interior, organizado em três naves (a central mais ampla e de maior elevação), conduziu à linear suposição de que a primitiva cabeceira tivesse ruído, em qualquer momento da conturbada história da aldeia. As pesquisas que efectuou, primeiro a Sul e, depois, a Norte, revelaram-se infrutíferas e nenhuma estrutura monumental, compatível com a excelência arquitectónica e artística de uma cabeceira catedralícia, foi encontrada (FERNANDES, 2001: 23-25).

Suspeitamos que o avanço dos trabalhos neste edifício determinou um relativo esmorecimento do projecto. Não temos provas concretas deste facto, mas existem alguns indícios que apontam para essa possibilidade. Se, em 1961, se pensava que a cabeceira da Catedral estava a Sul, a identificação do baptistério nesta zona, no Verão de 1962 (ALMEIDA, 1965), conduziu a problemas difíceis de resolver. Do lado Norte, apesar da possível continuidade de estruturas, o terreno estava a uma cota muito mais elevada, e a proximidade do muro delimitador da propriedade da família Marrocos comprometia a continuação dos trabalhos. Em 1977, num dos seus últimos trabalhos, Fernando de Almeida equacionava a existência de uma capela-mor a Norte, mas a verdade é que nunca escavou convenientemente essa zona, a ponto de, na última intervenção arqueológica, aqui ter sido identificado um segundo baptistério, a escassa profundidade da cota de terreno que o primeiro arqueólogo da Idanha nos deixou (CRISTÓVÃO, 2002: 14-15).

Perante a manifesta dificuldade em identificar a cabeceira catedralícia, terá D. Fernando, alguma vez, posto em causa a classificação de Sé visigótica para este edifício? Julgamos que não. Pelo menos, assim aponta o que nos deixou publicado.

A mesma definitividade conceptual está patente no restauro do edifício. O início das escavações foi determinado pela necessidade de se obter um espaço

museológico, em condições mínimas de exposição e de salvaguarda do crescente espólio. Por questões várias (FERNANDES, 2000), as obras apenas foram viabilizadas em 1964. Na perspectiva dos arquitectos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), a quem coube a elaboração do projecto, o alteamento da estrutura e a forma do telhado foram problemas complexos, pela inexistência de paralelos estilísticos específicos. Verificado o impasse (e sendo inconclusivas as aproximações ao projecto de São Pedro de Lourosa, templo que repartia com Ildanha o estatuto de monumento pré-nacional), Fernando de Almeida propôs uma solução com base na igreja de San Juan de Baños, Palência.

Não é difícil perceber a importância que este templo espanhol teve para a corrente historiográfica dominante de carácter visigotista. Sucessivos autores consideraram-na a mais exemplar construção religiosa erguida pela monarquia de Toledo, sendo das poucas datadas epigraficamente (ALMEIDA, 1962: 101; PALOL, 1988: 5). Por outro lado, se em Ildanha as escavações haviam começado em 1955, em Baños elas arracaram um ano depois, facto que favoreceu a proximidade científica entre os dois monumentos (FERNANDES, 2000: 45). A solução que Fernando de Almeida preconizou em relação às janelas e ao grande janelão do topo Sul (que pretendia dotar de um rendilhado pétreo, à maneira de glosia), resultou dessa proximidade e, sendo Baños o mais visigótico dos monumentos visigóticos, então também as janelas seriam completamente visigóticas.

"Embora a sua perspicácia tenha notado algumas incongruências, D. Fernando de Almeida não resistiu a fazer coincidir pressupostos ideológicos com os resultados obtidos no terreno" (TORRES, 1992: 173).

Conclusão

À distância de três décadas, o trabalho de D. Fernando de Almeida, em *História da Arte* e em *Arqueologia*, pode parecer redutor, face às actuais exigências destes dois métodos de abordagem histórica e tendo em conta os múltiplos desenvolvimentos que marcaram os últimos anos. No entanto, como pensamos ter realçado, o seu

contributo está longe de se poder considerar circunstancial. Com os dados de que dispunha (e num momento em que (quase) não existiam variantes interpretativas para uma mesma realidade histórica), Fernando de Almeida inaugurou uma linha de investigação praticamente virgem no nosso país.

Durante um quarto de século, dedicou-se a um complexo civilizacional apenas superficialmente conhecido (pela inexistência de qualquer inventário preliminar), onde escasseavam os contributos monográficos e, sobre o qual, há largas décadas não eram actualizadas as perspectivas de conjunto. Após a sua morte, o panorama havia-se invertido completamente. A sistemática publicação de materiais, as abordagens monográficas aos principais edifícios e, especialmente, a *Arte Visigótica em Portugal*, são uma parte incontornável da herança historiográfica para todos quantos se dedicam à Alta Idade Média peninsular. Para além disso, a ele devemos os primeiros projectos de intervenção arqueológica, a médio-longo prazo, em sítios altimedievais, como o exemplo de Ildanha-a-Velha tão claramente demonstra.

Será estafado usar um qualificativo tão banalizado como "o pai de..." qualquer coisa nova. Mas, para o estudo da Alta Idade Média em Portugal, Fernando de Almeida é, com absoluta certeza, o mais próximo que a ciência histórica reconhecera. Quanto ao resto – à definitividade do seu modelo interpretativo; à discutível hierarquia qualitativa dos fenómenos artísticos entre o romano e o românico; à integração numa corrente historiográfica dominante, sem vislumbre de dúvida, ou de crítica... –, são características próprias do tempo historiográfico. Algumas (quase todas) tão flagrantemente actuais...

Notas

¹ Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Na realização deste estudo, manifesto o meu agradecimento à Dra. Conceição Machado e ao Dr. José Cristóvão.

Bibliografia (obras citadas no texto)

- ALMEIDA, Fernando de, *Pedras Visigodas de Vera Cruz de Marmelar*, Lisboa, 1954
- IDEM, *Egitânia. História e Arqueologia*, Lisboa, 1955
- IDEM, "Pedras visigodas de Lisboa", *Revista de Guimarães*, vol. LXVIII, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1958, separata pp.3-25
- IDEM, *Arte visigótica em Portugal*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962
- IDEM, "O baptistério paleocristão de Idanha-a-Velha (Portugal)", *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, tXXXI, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1965, pp.134-136
- IDEM, "Problemas da capela de S. Frutuoso de Montélios", *Bracara Augusta*, vol.21, fasc. 47-48, Braga, 1967, pp.33-37 (separata, 1968)
- IDEM, "Vergílio Correia", *II Congresso de Arqueologia*, 1971
- IDEM, *Ruínas de Idanha-a-Velha. Civitas igaeditanorum. Egitânia*, Lisboa, 1977
- BENTO, Mário Pires, "À memória do mestre e amigo Prof. Doutor D. Fernando de Almeida", *Arqueologia e História*, sér. X, vol. I/II (1), Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1984-1988, pp.17-18
- BRITO, Maria Mónica, "As fases do restauro da capela de S. Frutuoso de Montélios. A fragilidade da reintegração nacionalista face à evolução historiográfica", *Museu*, IV Série, nº10, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2001, pp.223-277
- CABALLERO ZOREDA, Luís, "Un canal de transmisión de lo clásico a la Alta Edad Media española. Arquitectura y escultura de influjo omeya en la Península Ibérica entre el siglo VII y inicios del siglo X", *Al-Qantara*, nº15, 1994, pp.321-348 e nº16, 1996, pp.107-124
- IDEM, "Observations on historiography and change from the sixth to tenth centuries in the North and West of the Iberian Peninsula", M. DÍAZ-ANDREU, S. KEAY, ed., *The archaeology of Iberia. The dynamics of change*, Londres / Nova Iorque, Routledge, 1997, pp.235-264
- CAMÓN AZNAR, José, "Arquitectura prerrománica española", *XVI Congrès International d'Histoire de l'art*, vol. I, Lisboa, Minerva, 1949, pp.105-123
- CAMPS CAZORLA, Emilio, "El arte hispanovisigodo", *Historia de España*, dir. Ramón Mendéndez Pidal, t. III, Madrid, 1940, pp.435-608
- CORREIA, Vergílio, "Arte visigótica", *História de Portugal*, dir. Damião Peres, vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, pp.363-388
- COUTINHO, João de Moura, "S. Frutuoso de Montélios", *XVI Congrès International d'Histoire de l'Art*, vol. II, Lisboa / Porto, Minerva, 1949, pp.149-161
- CRISTÓVÃO, José, *A aldeia histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma visita*, Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2002
- FEIO, Alberto, "A Arte da Alta Idade Média no Distrito de Braga", *Bracara Augusta*, vol. V, nº26-28, Braga, Câmara Municipal de Braga, 1953-54
- FERNANDES, Paulo Almeida, "O primeiro restauro da Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha, a propósito de uma nota inédita de Fernando de Almeida", *Revista Raia*, nº20, Castelo Branco, Ediraia, Mar. 2000, pp.42-47
- IDEM, *A Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha*, Lisboa, Centro de Estudos de Teologia / Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2001
- IDEM, "Visigótico ou moçárabe? O núcleo de Alta Idade Média da cidade de Lisboa", *Construindo a Memória. Exposição Permanente do Museu Arqueológico do Carmo*, coord. José Morais Arnaud e Carla Varela Fernandes, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005 (no prelo)
- GÓMEZ-MORENO, D. Manoel, *Iglesias Mozárabes. Arte Español de los siglos IX-XI*, 2 vols., Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1919, ed. facsim. Granada, Universidad de Granada, 1998
- HAUSCHILD, Theodor, "Prólogo II", MACIEL, Manuel Justino, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, ed. autor, 1996, pp.11-12
- LACERDA, Aarão de, "Para a história das artes plásticas em Portugal durante os séculos XII, XIII e XIV", *Congresso do Mundo Português*, vol. II, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp.549-583
- IDEM, *História da Arte em Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1942
- LAMPÉREZ Y ROMEA, Vicente, *Historia de la arquitectura cristiana española*, t.1, 1908
- MACIEL, Manuel Justino, *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, ed. autor, 1996
- MONTEIRO, Manuel, "L'Art pré-roman au Portugal", *XVI Congrès International d'Histoire de l'art*, vol. I, Lisboa, 1949, pp.125-140, republ. *Dispersos*, Braga, ASPA, 1980, pp.400-417
- PALOL, Pere de, *Arte hispánico de la época visigoda*, Barcelona, Polígrafa, 1968
- IDEM, *La Basílica de San Juan de Baños*, Palencia, Diputación Provincial de Palencia, 1988
- PESSANHA, José, *Arquitectura pré-românica em Portugal. S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourasa*, Coimbra, 1927
- REAL, Manuel Luis, "Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular", *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, (Lisboa, 1992), Barcelona, Institut d'estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp.17-68
- IDEM, "Os Moçárabes do Gharb portugueses", *Portugal Islâmico*, Catálogo de Exposição, Lisboa, Museu nacional de Arqueologia, 1998, pp.35-56

- IDEM, "Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe", *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la alta Edad Media* (Mèrida, Abril de 1999), *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, vol. XXIII, Madrid, CSIC, 2000, pp.21-75
- SANTOS, Manuel Farinha dos, "Elogio do Prof. Doutor D. Fernando de Almeida", *Elogio do Prof. Doutor D. Fernando de Almeida*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1985, pp.17-27
- SCHLUNK, Helmut, "Relaciones entre la Peninsula Ibérica y Bizancio durante la época visigoda", *Archivo español de arqueología*, vol. XVIII, nº60, Madrid, CSIC, 1945, pp.177-204
- IDEM, "Arte visigodo. Arte asturiano", *Ars Hispaniae*, vol. II, 3ª parte, Madrid, 1947
- TORRES, Cláudio, "A Sé-Catedral da Idanha", *Arqueologia Medieval*, nº1, Porto, Afrontamento / Campo Arqueológico de Mértola, 1992, pp.169-178
- VIANA, Abel, "Arte visigótica de Beja e seu termo", *XVI Congrès International d'Histoire de l'Art*, vol. II, Lisboa / Porto, Minerva, 1949, pp.139-147

Leituras

Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval

Ed. Pedro Mateos Cruz e Luís Caballero Zoreda,
Consejo Superior de Investigaciones Científicas
e Instituto de Arqueología de Mérida, 2003,
344 pp. (vol. XXIX dos *Anejos de Archivo
Español de Arqueología*)

Paulo Almeida Fernandes

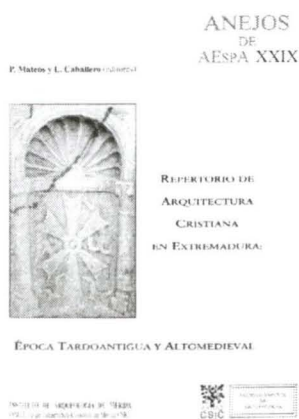
Não cessa de surpreender o trabalho continuado que o Departamento de Historia Antigua y Arqueologia do *Consejo Superior de Investigación Científica* (Madrid) vem desenvolvendo na Extremadura espanhola e, muito particularmente, no campo da Alta Idade Média.

Depois do marco historiográfico que foi o Congresso Internacional *Visigodos y Omeyas, un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media* (realizado em 1999 e publicado em 2000 nesta mesma colecção), o que agora se dá a conhecer ao público é o resultado de décadas de trabalho nesta província, num projecto a longo prazo que tem congregado investigadores de distintas formações mas cientificamente tão revelantes como Enrique Cerrillo Martín de Cáceres, Maria Cruz Villalón, Thilo Ulbert, Miguel Alba Calzado, Achim Arbeiter, Fernando Arce Sainz, Javier Arce Martínez, Santiago Feijoo Martínez, para além dos editores desta obra e de muitos outros colaboradores.

Graças ao labor destes e de outros investigadores, a Extremadura espanhola adquiriu um estatuto ímpar nos estudos peninsulares dedicados às transições, rupturas e continuidades que caracterizam a Alta Idade Média. O presente volume ilustra, de forma exemplar, essa relativamente recente realidade: para quem já a conhecia, o *Repertorio* constitui um incontornável e consciente ponto de chegada e de partida para novas abordagens; para quem não tinha ainda tido oportunidade de avaliar a sua importância, passa a estar na posse de um notável repositório de linhas de intervenção e de conclusões, absolutamente imprescindíveis a qualquer abordagem à tão complexa Alta Idade Média peninsular.

O volume encontra-se dividido em duas partes fundamentais.

A primeira é dedicada ao "Catálogo de arquitectura cristiana en Extremadura" e constitui o mais completo inventário de sítios religiosos cristãos da província, cronologicamente situados entre os séculos IV e XI. Recorrendo a uma ficha-tipo de caracterização e a um discurso sintético e objectivo, elencam-se 25 monumentos, entre os quais construções tão complexas e discutidas como Santa Lucía del Trampal, el Gatillo de Arriba, Alconétar, a basílica de Casa Herrera, Santa Eulália de Mérida, etc. Uma visão de conjunto proporcionada por



um mapa (que aqui infelizmente falta) dar-nos-ia uma alargada perspectiva da investigação arqueológica e, simultaneamente, da implantação cristã altimedieval na província.

A segunda parte é ligeiramente mais extensa e integra abundantes elementos de problematização cronológico-funcional dos edifícios, que obviamente não poderiam ser convenientemente abordados nas fichas de inventário. Compõe-se de 9 estudos específicos que, por vias distintas de abordagem (arquitectura; escultura; epigrafia; cerâmica; liturgia; dados do urbanismo e das áreas rurais e fontes escritas relativas a Mérida e à formação da igreja lusitana) pretendem caracterizar o espaço extremeño do tempo altimedieval. Pela importância de alguns contributos, vale a pena determo-nos sobre parte deles.

Como não poderia deixar de ser, Mérida ocupa um lugar central neste volume. Capital lusitana e cidade de referência regional até à fundação de Badajoz nos finais do século IX, as investigações aqui realizadas são um importantíssimo indicador cronológico e qualitativo de uma significativa parte do registo material de toda a província. Nesta obra, a cidade é abordada por vários autores, cujas conclusões nem sempre são coincidentes; existe, no entanto, uma linha de investigação que merece ser realçada: a que atribui ao século VII uma evidente decadência da cidade.

A questão não é nova nem pacífica. Ela implica directamente com o quadro evolutivo tradicionalmente traçado para a "arte de época visigótica" e abre (ainda mais) perspectivas sobre a real importância da "arte moçárabe", com o que estas distinções implicam ao nível da catalogação e datação de materiais e de edifícios. É uma discussão que está longe de se circunscrever à Extremadura, mas que tem nesta província um capítulo essencial.

As conclusões de Miguel Alba (1997; 1999 e 2001) no Bairro de Moreria (que apontam para uma progressiva ruralização desta zona originalmente localizada dentro das muralhas) revelaram-se fundamentais para a questão. Com base nelas, Caballero Zoreda admite uma escassez de encomendas privadas ao longo do século VII, que certamente teria contribuído para o progres-

sivo desaparecimento de oficinas, de mestres, pedreiros e escultores (p.159). Por seu turno, Maria Cruz Villalón relaciona essa decadência com a passagem definitiva da capital visigótica para Toledo (p.258). Ambos concordam que a qualidade artística emeritense do século VII não se pode comparar à do período imediatamente anterior. E ambos concordam que uma parte significativa das peças escultóricas longamente consideradas como produtos locais do século VII não o poderão ser, propondo, em alternativa, cronologias mais tardias e em ligação com o foco mediterrânico omíada.

No campo da arquitectura religiosa, o contributo de Luis Caballero Zoreda é decisivo. Para além de nos dar uma panorâmica evolutiva da província desde a primitiva cristianização até à (re)conquista definitiva do território, o autor aborda temas até agora pouco afluídos, como a constituição dos aparelhos construtivos, e respectiva possibilidade de constituírem indicadores cronológicos.

Verdadeiramente importante para a parcela "portuguesa" desta realidade altimedieval é a hipótese de alguns edifícios religiosos pertencerem a uma etapa civilizacional relacionada com o Repovoamento de Afonso III e não com a vitalidade própria das comunidades moçárabes. Esta questão foi por nós tratada ao abordar a igreja de São Pedro de Lourosa (2002). Nessa altura, evidenciámos que a conquista asturiano-leonesa da primeira metade e meados do século X poderia ter atingido linhas muito mais a Sul do que tradicionalmente (documentalmente) se admitia, chegando praticamente ao curso do Tejo. Por via de alguns templos rurais localizados a Sul deste rio (no aro de Cáceres), Caballero amplia extraordinariamente esta perspectiva e motiva novos debates acerca do alcance da arte asturiano-leonesa.

Finalmente, desejamos realçar o artigo de Achim Arbeiter, dedicado aos cenários de liturgia – ou melhor, de liturgias – que os templos altimedievais representam. Não restam, hoje, dúvidas sobre as múltiplas relações entre a liturgia e a hierarquização espacial da esmagadora maioria das igrejas peninsulares dos séculos IV a XI. Neste sentido, falamos de arquitecturas para liturgias – e também de liturgias para diferentes públicos –, resul-

tando grande parte das diferenciações arquitectónicas de uma consciente função litúrgica, elemento que, em muitos casos, determinou o próprio projecto construtivo.

Aliando um completo conhecimento dos mais recentes trabalhos nesta área (em particular os contributos de Bango, 1997; Godoy, 1995 e Quevedo-Chigas, 1996), ao sólido eruditismo que o tema não dispensa, Arbeiter reforçou a noção tripartida dos espaços litúrgicos (de acordo com a divisão de públicos pela nave, coro e ábside) e a importância das comunicações (restrições) ópticas e acústicas, mas foi mais longe que qualquer outro autor no que se refere às liturgias baptismais e correspondentes circulações processionais interiores e exteriores.

Parcelas de monumentos tão complexas e discutidas como a "nave" Sul de El Gatillo de Arriba, ou o baptistério de Casa Herrera e sua ligação à igreja, são interpretadas à luz de funcionalidades baptismais e adquirem renovada importância no contexto das leituras globais dos edifícios. Também no que se refere às problemáticas igrejas de contra-ábsides (que não se restringem ao Sul peninsular) a posição de Arbeiter é de extrema cautela quanto a uma possível ligação ao Norte de África (como tradicionalmente se apontou), optando por minimizar os pontos de contacto e reconhecendo a prece-

dência cronológica de algumas obras peninsulares, o que faz com que tenha sido uma "invenção genuinamente hispânica" (pp.193-195).

Por esta breve amostra, o *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura* é uma obra de referência que conjuga duas vertentes essenciais: de um lado, o inventário sistemático e objectivo de uma realidade que ultrapassa já as mais optimistas expectativas; de outro, a indispensável contextualização e problematização dos dados, tarefa entregue a vários especialistas com longo e sólido trabalho nas respectivas áreas de abordagem. Como o definiu os seus editores, é um volume onde se reúne toda a informação sobre os edifícios, "para que pudiera ser consultada por los especialistas" (p. 7).

Mas o *Repertorio* é mais que uma obra de síntese. Ao contrário dos *Visigodos e Omeyas*, que se instituiu como um grande congresso internacional centrado na Península Ibérica dos séculos V a X, o presente volume inova a uma escala geograficamente mais restrita mas cientificamente mais profunda. Com ele, passa a existir um modelo de abordagem regional, uma linha de orientação e uma estratégia de publicação que, cada vez mais, se aplica às realidades histórico-artísticas da complexa *Hispania* altimedieval.

El tímpano románico. Imágenes, estructuras y audiencias

Coord. Rocío Sanchez Ameijeiras
e José Luís Senra Gabriel y Galán,
Santiago de Compostela, Xunta de Galicia,
2003, 321 pp.

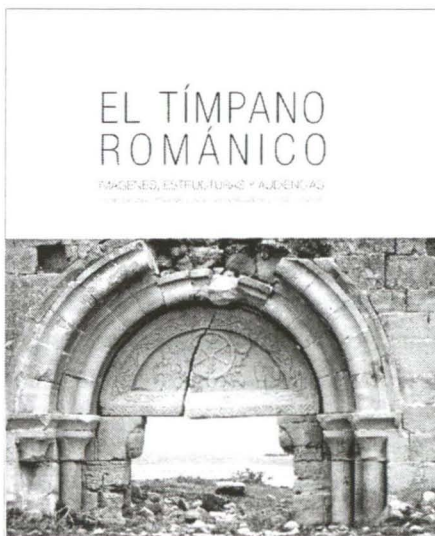
Paulo Almeida Fernandes

El tímpano románico é o resultado de duas sessões apresentadas na Universidade de Leeds, entre 10 e 13 de Julho de 2000, por ocasião do International Medieval Congress, subordinadas ao tema: "The tympanum in Medieval Iberia: structure, images and audience". Paralelamente, integra-se num ambicioso programa de investigação, desenvolvido em parceria pela Xunta da Galiza e pela Universidade de Santiago de Compostela, que tem por objectivo identificar, estudar e divulgar o *corpus de iconografía medieval gallega*. A obra que aqui nos ocupa não é, pois, um esforço isolado de um ou outro investigador, mas o produto de vários estudiosos que, dedicando-se, há anos, ao estudo da iconografia românica, conceberam um coerente projecto de investigação a médio prazo, cujos resultados pretenderam divulgar, de forma metódica, a partir de uma base de caracterização iconográfica e não formal ou cronológica.

A Galiza ocupa um capítulo importante, cabendo-lhe, mesmo, a primeira parte da obra. Nela se incluem dois contributos de vital importância para o conhecimento da arte românica na região, diferenciando claramente entre o centro (não só galego, mas acima de tudo cristão) – Compostela – e as zonas rurais, onde o Românico se expandiu com notável implantação.

José Luís Senra Gabriel y Galán, ao debruçar-se sobre a Catedral de Santiago, prova como o tímpano românico não chegou à Galiza através de pesquisas exploratórias e resultantes do eco deste tipo de solução em outras partes do continente europeu. Pelo contrário, na cidade do Apóstolo Santiago, o tímpano românico fez a sua entrada triunfante, logo nos primeiros anos do século XII, "con soluciones ya evolucionadas con ejemplos de extraordinaria calidad narrativa" (p.18).

Os quatro tímpanos laterais da catedral compostelana correspondem ao eixo principal do templo nos meados do século XII: o transepto. As suas entradas serviam melhor as artérias da cidade, ao contrário da porta ocidental (só construída muito tardiamente), e foi aqui que se concentraram os principais elementos do programa então realizado. Neles coexistem duas propriedades fundamentais que marcam o sucesso do tímpano românico: por um lado, são o topo da hierarquia simbólica dos programas, neles convergindo as mensagens e



os olhares; por outro, são muitas vezes concebidos para ser lidos em associação com outras representações, o que os dota de um carácter narrativo, tanto mais complexo quanto maior for o programa simbólico.

Os tímpanos compostelanos não são propriamente o ponto fundamental da mensagem iconográfica, apesar de não possuímos ainda conclusões definitivas sobre ela. A verdade, todavia, é que valem por si próprios, num nível de entendimento fechado, que os relaciona unicamente e prescinde das restantes composições. A Porta francígena exhibe o "anuncio y prelude de la regeneración" (p. 35), através de representações que vão do Pecado Original à Anunciação. Por seu turno, a Porta das Praterias contém uma mensagem de esperança, simbolizada em esculturas alusivas à vida e à morte, as etapas da redenção (Bango Torviso), ou as Tentações de Cristo (Castiñeiras), unidas pelo *alfa* e o *ómega* no pilar entre ambos. Esta leitura mais imediata, que lhes atribui o papel de princípio e fim do programa, é aprofundada por uma série de outras relações, muitas delas escapando ao nosso entendimento pelas profundas alterações que a composição dos alçados sofreu. Ela poderia alargar-se à porta ocidental (onde, presumivelmente, se representava Santiago entre ciprestes), e a outras portas de menor importância (uma delas com uma *Maestas Domini*).

Ora, se nos tímpanos de Santiago são as propriedades narrativas e relacionais que triunfam, numa mensagem de múltiplos níveis de leitura, própria dos heterogéneos públicos a que se dirigia, o estudo dos tímpanos galegos rurais, que Rocío Sánchez Ameijeiras nos apresenta, revela o triunfo de um outro valor, igualmente determinante para o sucesso do tímpano românico: o carácter icónico das representações, maioritariamente relacionadas com a consolidação da liturgia romana.

Se, em algumas igrejas, em particular as catedrais galegas dos finais do século XII, o modelo narrativo teve eco (daí resultando um conjunto de visões da Glória de Deus), a preferência dos meios periféricos foi para imagens únicas e tremendamente efectivas – a cruz; o cordeiro ou o *crismón* (p. 50). Entre os grandes programas teofânicos e estes sinais mínimos de sacralidade, desenvolveu-se um variado leque de soluções que, com maior

ou menor sofisticação, produziram obras únicas, a que não faltam referências figurativas aos oragos dos templos e a que é possível tecer um panorama cronológico de progressiva narratividade e naturalismo.

A segunda parte da obra é dedicada geograficamente à restante Península Ibérica (exceptuando Portugal e Catalunha, regiões contempladas à partida, mas que os coordenadores não conseguiram cobrir em tempo útil) e organiza-se em quatro grandes problematizantes temas iconográficos: "*acentos fronterizos: las múltiples caras de la Trinidad*"; "*Tipología y Historia: textos y contextos*"; "*Teofanía: visiones espirituales y visiones carnales*" e "*Sagrado y Profano: una oposición funcional?*"

Geograficamente na Galiza, mas subordinado ao tema das Teofanias, o artigo de Manuel Castiñeiras González aborda duas formas de retratar imagens de persuasão dos crentes, espiritualmente distintas mas cronologicamente contemporâneas. A "boca infernal" (Leviatan) do tímpano do portal principal da igreja de Barbadelo tem antecedentes normandos – em cujo marco a figura demoníaca tinha por objectivo inspirar medo e fomentar, dessa forma, o agradecimento pela graça divina (p.239). Por contraste, o tímpano do Portal da Glória da catedral compostelana revela uma imagem muito mais avançada – artística e espiritualmente –, cuja realização deve ser mesmo anterior à de Barbadelo. Repete-se a persuasão, desta vez pela imensa estátua de Cristo mostrando as chagas, ladeado por um cortejo de anjos que transportam os instrumentos da Paixão, no caminho espiritual que levará à substituição do *Pantocrator*, juiz e solene, por uma visão mais humanizada de Cristo.

Em muitos casos, o tímpano converteu-se num elemento "falante", sempre que se lhe associou uma legenda epigráfica, a maioria das vezes imbuída de conteúdo litúrgico. É o que nos dá a conhecer Dulce Ocón Alonso, no estudo que efectuou sobre o homogéneo grupo aragonês de tímpanos decorados com o *crismón*. O mais conhecido é o do portal principal da Catedral de Jaca, cujo *crismón* apresenta inscrições dirigidas aos espectadores que visavam reforçar o carácter unitário da Trindade. Neste sentido, representa uma das mais didácticas e efectivas formas de triunfo da reforma gregoriana em terras hispânicas, numa altura (viragem para

o século XII) ainda precoce de substituição dos anteriores paradigmas pré-românicos.

Semelhantes preocupações trinitárias estão na origem de outros programas escultóricos bem distintos: o do claustro do Mosteiro de Alquézar, de Harriet Sonnet de Torrens – o único estudo que não versa directamente sobre tímpanos, mas que se coaduna geograficamente com a situação aragonesa abordada por Ocón Alonso –, e o do tímpano de Nossa Senhora de la Peña de Sepúlveda (Segóvia), da autoria de Marta Poza Yagüe. Em ambos, recorrendo a representações díspares, representou-se a nova Era da Igreja, inaugurada pela reforma gregoriana e pela unificação (melhor, pela indivisibilidade) da Trindade como valor comum de toda a Cristandade.

O segundo grande tema desta parte compõe-se de dois estudos sobre a porta do cordeiro (*Agnus Dei*) da igreja de San Isidoro de León, devidos a John Williams (trabalho publicado originalmente em 1977) e Therese Martin. De acordo com esta autora, e graças ao carácter único do tímpano leonês, nele se revela uma outra característica, não exclusiva do mundo românico, mas extensível a uma vasta gama de realizações: a de que as obras de arte geram os seus próprios significados, consoante o momento histórico em que o espectador se encontra e independentemente de terem sido concebidas segundo critérios estritos de intencionalidade (p. 183).

Esta é uma propriedade fundamental para os dias de hoje, que bem legitima o trabalho do historiador da arte, enquanto sujeito criador de modelos conceptuais de interpretação e leitura do passado. Algo definível por um lugar comum tão estafado como o de que se toda a obra de arte tivesse apenas um significado, bastaria a um único historiador apropriar-se dele para que nada mais fosse necessário dizer ou estudar. Mas as realizações artísticas transformam-se diante dos nossos olhos, à medida que a História muda (ou na exacta medida da nossa mudança), impondo-nos novas abordagens e dando pleno sentido ao nosso trabalho.

O terceiro capítulo, dedicado às visões espirituais e carnavais, para além do artigo de Manuel Castiñeiras González, contém um trabalho de José Luis Senra Gabriel y Galán, dedicado ao tema mais difundido pelo tímpano

românico e, em sentido lato, pelas portas monumentais da arte religiosa ocidental do século XII: a *maiestas domini*. Representar Cristo em Majestade, juiz e soberano, reinando nos céus sendo acompanhado por Evangelistas, Profetas e demais santos, e anunciando a sua segunda vinda no final dos tempos, foi a mais poderosa imagem de exemplaridade a uma Europa medieval muito mais desperta para a imagem do que para a palavra. A *maiestas domini* estudada por José Luis Senra possui ainda maior simbolismo, na medida em que estava originalmente aplicada à porta principal do Mosteiro de Sahagún, um local emblemático da implantação dos beneditinos em solo hispânico.

Finalmente, o último capítulo é dedicado ao choque visual de conceitos contraditórios entre o sagrado e o profano. Não se trata de retomar a velha disputa sobre o maniqueísmo dos programas românicos, destinados, em primeira análise, a evidenciar a luta entre o Bem e o Mal e a dotar os crentes de exemplos de moralidade e de conduta. Através dos três artigos que compõem este capítulo, José Luis Hernando Garrido, Ruth Bartal e Rocío Sánchez Ameijeiras dão-nos diferentes exemplos da integração de programas profanos em tímpanos e portais românicos, simbolizando-se, nestes contributos, a maior complexidade de que a Arte românica se reveste.

Os três exemplos que acabamos de referir caracterizam bem o espírito deste volume temático. Ao contrário do que o título poderia supor, não há aqui qualquer intenção definitiva de catalogar as imagens, as estruturas e as audiências que estão subjacentes ao tímpano românico, tarefa que, a fazer-se um dia, nunca poderá ser conseguida em apenas 321 páginas; talvez em 321 volumes... El tímpano románico é uma obra multifacetada, pontuada de novidades e de leituras sugestivas, propositadamente (inevitavelmente) restrita nos temas abordados. É um "tubo de ensaio" que recorre a alguns denominadores comuns (o âmbito histórico-geográfico; as dominantes iconográficas) para afirmar a consolidação e validade do método iconológico aplicado a um tempo em que a arte foi, efectivamente, iconológica.

Neste sentido, não deve ser criticável a ausência de programas-chave do século XII, seja da Catalunha, de

França, Itália, Alemanha, Inglaterra ou, mais modestamente, de Portugal (onde o *corpus* está, há muito, identificado). Mesmo para a Galiza, onde estão recenseados cerca de cem tímpanos, a análise aqui efectuada restringe-se a uma pequena minoria. O mérito de Sánchez Ameijeiras e de José Luís Senra está na ferramenta de trabalho que este volume representa, nos caminhos que abre (ou que aprofunda) a um heterogéneo conjunto de historiadores da arte (de diferentes países, de distintas formações...) que trabalham sobre a ambígua e desconhecida Idade Média.

O tímpano românico foi uma das mais efectivas formas de propaganda do mundo saído de Cluny e da reforma gregoriana, responsável pela unificação de toda a Europa ocidental sob uma mesma ideia de Cristandade, com o que esse renovado conceito implicou ao nível da liturgia, da arte, do espaço e da arquitectura. Como salientou Manuel Castiñei-

ras, a sua posição, à entrada do templo, "marca la entrada en el recinto sacro y ofrece al espectador un programa decorativo que proclama los valores de la Iglesia" (p. 233).

Elemento unificador e de maior simbolismo de uma ordem civilizacional, mesmo assim não foi entendido como veículo de uma mensagem unitária. Para o mundo românico, os caminhos que conduzem a Deus são muito mais diversificados e os tímpanos das igrejas então construídas são o mais eloquente testemunho dessa realidade: a sua posição tutelar é constante; mas não o é o meio para atingir os crentes e as diversas categorias de entendimento em que eles se inserem. Diferentes imagens para diferentes públicos foi a solução encontrada pelos patrocinadores medievais para difundir a sua mensagem: uma ideia de Humanidade que principia e finda em Cristo, mas cujos meios são tão diversos.

Boletim 2002

Relatório de actividades da Direcção referente ao ano de 2002

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

Em 2002, a Direcção da Associação concentrou a maior parte dos seus esforços e recursos humanos e financeiros no projecto de remodelação do Museu, no âmbito do Plano Operacional da Cultura (POC), considerado do maior interesse estratégico, não só em termos económicos, a médio prazo, mas também em termos de imagem exterior, com os resultados que julgamos serem evidentes para todos.

Com efeito, conseguiu-se completar o programa de conservação e restauro das peças mais significativas do acervo, para o que se contou com a excelente colaboração de várias equipas especializadas nos diversos tipos de materiais. Entre estas intervenções, destaca-se a limpeza laser dos túmulos de D. Fernando I, e de sua mãe, D. Constança Manuel, pela empresa *Statua*, que se prolongou por quase um ano, e cujos resultados ultrapassaram largamente as expectativas, pois conseguiu-se remover não só a sujidade acumulada ao longo dos séculos, mas também reverter em grande parte os resultados de intervenções desastrosas realizadas ainda no século XIX e nos anos 40 do século XX. No que respeita aos azulejos, a *Cerâmica de Carcavelos* procedeu à limpeza e consolidação *in situ* dos painéis de azulejos da capela-mor, e ainda à desmontagem, restauro e remontagem, em suporte adequado (*aerolam*) de um painel setecentista existente numa das capelas laterais. Por outro lado, Conceição Ribeiro procedeu com êxito ao restauro das estátuas de Santo Elias e de Santo António. Estas obras, que também faziam parte da imaginária pertencente à antiga igreja do Carmo, sobreviveram ao terramoto e ao incêndio de 1755, e estavam cobertas de cera, fuligem, excrementos de pombo, e outros tipos de sujidade. Após o restauro, revelaram-se obras escultóricas de grande qualidade plástica, conservando ainda parte da rica pintura policrómica original. Sónia Pires procedeu ainda à limpeza, conservação e restauro de 14 telas oitocentistas, com pinturas a óleo dos sócios fundadores e de outros membros destacados da nossa Associação, e respectivas molduras, douradas a ouro, a maior parte das quais se encontravam em muito mau estado de conservação e que foram já colocados nas paredes da biblioteca histórica e da antiga sacristia.

Além das acções de limpeza, conservação e restauro acima referidas, encarregou-se o escultor Carlos Soares de proceder à reconstituição de uma réplica em madeira e aço da arca tumular da Rainha D. Maria Ana de Áustria, destruída no século XIX, com base no projecto original do escultor Machado de Castro, e à remontagem dos elementos escultóricos originais, que constituíram a base e o coroamento deste túmulo, da autoria deste famoso escultor setecentista, tarefa que foi realizada com o maior sucesso, enriquecendo assim ainda mais o já rico acervo do nosso Museu.

Procedeu-se também à adjudicação à empresa MFS do projecto de iluminação do Museu, da autoria do Eng.º Vitor Vajão, o qual foi recentemente concluído, muito contribuindo para a valorização do seu acervo e do próprio edifício, que agora poderá ser visitado à noite, e utilizado para a realização de eventos e espectáculos de carácter cultural.

O ano de 2002 foi também marcado pela publicação do *Roteiro do Museu*, em português e inglês, obra com cerca de 150 páginas, profusamente ilustrada, com excelentes fotografias de José Pessoa e sua equipa, na qual colaboraram cerca de duas dezenas de autores, e que vem substituir o modesto *Guia*, publicado em 1949, e sucessivamente reimpresso até 1994.

Este Roteiro beneficiou já da excelente colaboração da Divisão de Documentação Fotográfica do Instituto Português de Museus, que, ao longo de 40 sessões de fotografia nocturna, tem vindo a elaborar, desde Outubro de 2001, o registo fotográfico sistemático do acervo do Museu, será também largamente utilizado no volume de *Estudos e Catálogo Geral das Coleções do MAC*, cuja publicação se prevê para breve.

Entre outras acções importantes realizadas ainda em 2002, conta-se a colocação da legendagem definitiva, em português e inglês, concebida de 2003, a criação de uma primeira linha de produtos de *merchandising*, da autoria de Luís Chimeno e Henrique Semedo, e a instalação de uma loja, cujo projecto foi gentilmente oferecido pelo Arq.º Alberto Oliveira, e que foi instalada em Dezembro.

Praticamente concluído o projecto de remodelação do Museu, e perante a necessidade absoluta de assegu-

rar as funções de conservação do acervo, após os avultados investimentos que foram feitos na sua limpeza, consolidação e restauro, e de se proceder à dinamização interna e ao seu relançamento junto do público nacional e estrangeiro, e ainda à criação de novos públicos, após um encerramento forçado de cerca de seis anos, a Direcção decidiu proceder no passado mês de Maio à contratação, a tempo inteiro, de um técnico polivalente, com formação superior, que assegurasse simultaneamente as funções de investigador, conservador, dinamizador e promotor do espaço, e relações públicas. As múltiplas qualidades requeridas para esse efeito foram reconhecidas na Dr.ª Carla Varela Fernandes, Mestre em História da Arte, Conservação e Património, que já vinha dando uma excelente colaboração ao projecto de remodelação do Museu desde 1999, como co-coordenadora do *Roteiro da Colecção Permanente* e do volume de *Estudos e Catálogo Geral das Coleções*, e que tem vindo a revelar grande competência, zelo e empenhamento pessoal no desempenho das funções que lhe foram confiadas.

Entre os trabalhos desenvolvidos pela Conservadora do Museu, de Junho a Dezembro de 2002, os quais foram objecto de um circunstanciado relatório apresentado à Direcção, destacam-se os seguintes: acompanhamento do levantamento fotográfico sistemático do acervo do Museu por uma equipa da Divisão de Documentação Fotográfica do IPM; coordenação da preparação dos textos destinados ao volume de *Estudos e Catálogo Geral do Museu*; coordenação da concepção e execução de produtos destinados à loja do Museu; promoção do espaço das Ruínas junto das empresas organizadoras de eventos; organização do serviço educativo; realização de numerosas visitas de estudo destinadas a grupos de crianças, jovens e adultos; acções de formação junto dos guias turísticos, em colaboração com o respectivo sindicato; organização das reservas, provisoriamente instaladas numa pequena sala anexa à antiga sacristia e em parte desta.

Com a constituição da reserva e a contratação, pela primeira vez na história do Museu, de uma conservadora a tempo inteiro, reuniram-se finalmente as condições requeridas para a adesão à Rede Portuguesa de

Museus (RPM), "estrutura de projecto" que funciona junto do Instituto Português de Museus, e que se destina a apoiar os museus portugueses, através de projectos pontuais, no âmbito da programação museológica, da investigação e estudo de colecções, da conservação preventiva, da acção educativa e da formação técnica. A candidatura à RPM foi, assim, formalizada logo no mês de Julho. Com efeito, apesar dos montantes reduzidos dos projectos apoiados pela RPM, em comparação com os apoios obtidos através do POC (que foram superiores a 500.000 euros), a integração na RPM será o culminar do processo de remodelação e de abertura do MAC ao exterior, que tem vindo a ser realizado nos últimos três anos, com o apoio do IPM e de outros organismos do Ministério da Cultura.

Apesar de termos plena consciência de que da profunda remodelação do Museu, realizada nos últimos anos, resultou uma melhoria qualitativa substancial deste magnífico espaço, transformando o que era até há pouco tempo um dos mais decadentes museus, no que é hoje justamente considerado um dos mais belos do país, temos também consciência de que há ainda muitos aspectos que podem ser melhorados, desde que nos seja concedido mais algum espaço, quer para exposição em melhores condições de algumas peças que ainda se encontram no exterior, quer para reservas do Museu e da Biblioteca, e ainda para exposições temporárias, para a instalação de uma cafetaria, e para a instalação em melhores condições da actual loja. Prosseguiram, assim, em 2002 os contactos com a Direcção Geral do Património, do Ministério das Finanças, organismo a quem compete a afectação de património do Estado a outras entidades, no sentido de, logo que possível, nos serem concedidos alguns espaços actualmente afectos à GNR. Assim, no decurso de uma visita às instalações do Museu, efectuada pela Directora Geral daquele organismo, foi apresentado um plano de expansão do actual espaço museológico, amavelmente elaborado pelo Arq.^o Alberto Souza Oliveira, o qual mereceu o melhor acolhimento. Foi também solicitado ao referido arquitecto o estudo de um sistema de cobertura amovível da nave

da antiga igreja, o qual permitirá uma melhor protecção das peças que ainda aí se encontram, e uma utilização daquele magnífico espaço para actividades de carácter cultural ou promocional, fora do período estival.

No que respeita à Biblioteca, prosseguiu em bom ritmo a sua reorganização e recatologação, tendo-se, para o efeito, contado com a excelente colaboração da Dr.^a Conceição Machado. Entre as acções realizadas em 2002, documentadas em relatório circunstanciado apresentado à Direcção, conta-se a substituição por vidro das redes das portas dos armários da parte mais recente da biblioteca, que se encontra na antiga sacristia, e a higienização e rearrumação das obras que se encontravam nos referidos armários, cheias de poeira, a recuperação dos dois armários que se encontravam, antes das obras, na parede oeste da antiga biblioteca, a colocação nos janelões da sacristia de filtros de protecção contra a acção dos raios ultra-violeta, e a catalogação automática, por CDU, para posterior integração no OPAC (Catálogo Colectivo em Linha), o qual permitirá uma maior divulgação da nossa biblioteca. Para a indexação, fundamental numa biblioteca especializada, utilizou-se o manual SIPObase, da Biblioteca Nacional, que segue as normas internacionais adoptadas pela Biblioteca do Congresso dos EUA. Em 2002 deram, assim, entrada na base de dados bibliográficos 1241 registos, 73 dos quais correspondem a ofertas e 35 a aquisições feitas em 2002.

A revitalização da vida associativa continua a ser uma grande preocupação da Direcção, pelo que foi dado conhecimento às Secções e Comissões, que reuniram com alguma regularidade, embora de um modo geral com pouca assistência (se exceptuarmos o caso da Secção de Pré-História), apesar dos esforços das respectivas direcções, e do interesse das comunicações apresentadas.

Importa destacar a actividade da Comissão de Heráldica, que continua a prestigiar a nossa Associação: em 2002, realizaram-se 12 reuniões e foram emitidos 509 pareceres, cuja receita contribuiu de um modo muito significativo para o equilíbrio financeiro da Associação.

Parecer do Conselho Fiscal

Francisco de Simas Alves de Azevedo
Maria Filomena Santos Barata

Aos dezassete dias do mês de Fevereiro de 2003, reuniu-se o Conselho Fiscal da Associação dos Arqueólogos Portugueses, para apreciação de documentação enviada pela Direcção – Balanço e Demonstração de Resultados; Balancete em 31.12.02; Anexo às Contas do Exercício de 2002 e Relatório de Actividades da Direcção referente ao mesmo ano.

O Conselho Fiscal congratula-se pelo facto de a referida documentação ser precedida de um anexo explicativo, assinado pelo senhor Tesoureiro da Associação.

Igualmente se congratula com a conclusão do Projecto DINACARMO dentro do prazo previsto. Resultados dessa conclusão estão bem patentes no aumento muito significativo de visitantes do Museu, reaberto em Maio de 2001, expressos nos gráficos, também incluídos na documentação entregue, relativos a 2001 e 2002. Esta circunstância, que contribui para o aumento de receitas da Associação, não pode dissociar-se da abertura de uma loja do Museu, em Dezembro de 2002.

De assinalar o acréscimo de receitas daí decorrente, num período de notória baixa de visitantes nos Museus Nacionais.

O Conselho Fiscal deliberou propor à Assembleia Geral a Aprovação dos documentos remetidos e analisados.

O Conselho Fiscal aproveita a oportunidade para lembrar o facto, recente, da condecoração, do seu ponto de vista merecido, do Presidente da Associação e seus directos colaboradores, por motivo de refundação do Museu.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2003

Relatório da Secção de Pré-História referente ao ano de 2001-2002

Teresa Júdice Gamito
Presidente da Secção de Pré-História

A Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses decidiu que a temática do ano estaria subordinada ao tema: *Sociedades Complexas*.

No dia 1 de Março de 2002, pelas 17.30h, realizou-se uma reunião da Secção de Pré-História, na qual participou a Dra. Helena Trindade Lopes, da Universidade Nova de Lisboa, que apresentou uma comunicação sobre as suas escavações realizadas no "Palácio de Apries, Memphis". Convidamos a Embaixada do Egipto para este evento, uma vez que se tratava de escavações realizadas naquele país, que se fez representar pelo Adido Cultural, Dr. Youssef Shawki. A comunicação foi muito interessante por focar aspectos normalmente não mencionados, como, por exemplo, onde viviam as pessoas, dado o carácter espectacular das ruínas arqueológicas do Egipto.

No dia 21 de Junho de 2002, pelas 17.30h, realizou-se uma Mesa Redonda sobre as "Descobertas recentes do Calcolítico no Sul de Portugal", na qual apresentaram comunicações os Drs. João Muralha Cardoso, sobre as escavações que realizou no Martim Moniz (Lisboa) e as Dras. Filipa Rodrigues e Andreia Martins, sobre as escavações que efectuaram em Casa Branca (Serpa). As escavações do Martim Moniz revelaram a existência de um estrato arqueológico ainda não detectado em Lisboa; as da Casa Branca aspectos do Calcolítico numa zona não muito estudada. Ambas patentearam o excelente trabalho realizado por estes arqueólogos.

Os arqueólogos Maria e Manuel Maia estavam apontados para apresentarem uma comunicação sobre as suas recentes descobertas em Tavira, da época fenícia, mas, por motivo de doença, não puderam deslocar-se a Lisboa.

Relatório da Secção de História 2001-2002

António Vermelho do Corral
Secretário da Secção de História

Durante o ano académico foram apresentadas à Secção as seguintes comunicações:

· Em 26 de Outubro de 2001, foram apresentadas duas comunicações: 1) "Saberes tradicionais portugueses. A arte de curar no século XVI", pela Exma. Prof^a. Doutora Maria Benedita Araújo; 2) "Armas de Campos e Sousa, heráldica decorativa e identificativa na escadaria da actual sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses", pelo Exmo. Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo;

· Em 16 de Novembro de 2001, pelo Exmo. Dr. Francisco Santana, foi apresentada comunicação subordinada ao tema "O rei enfeitado";

· Em 8 de Março de 2002, o Exmo. Dr. Guilherme de Oliveira Santos subordinou a sua comunicação ao título "Temas Camilianos";

· Em 22 de Março do mesmo ano, a Exma. Prof^a. Doutora Maria Benedita Araújo continuou a desenvolver o tema sobre "Saberes tradicionais portugueses – drogas vegetais e sua aplicação nos séculos XVI e XVII. Conclusão";

· Em 21 de Junho do ano em curso, pelo Dr. António Vermelho do Corral, foi apresentada comunicação subordinada à temática relacionada com "Espiga da Quinta-Feira de Ascensão. Do Paganismo à Actualidade. O Sagrado e o Profano";

Pretende também a Secção registar um voto de louvor a todo o pessoal administrativo pela sua disponibilidade, diligência e prestabilidade dispensadas à Secção.

Igualmente se pretende registar um gesto de apreciação pela gentileza, disponibilidade e compreensão que à Secção foram dispensadas por parte da Exma. Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Lisboa, 21 de Junho de 2002

Relatório da Comissão de Estudos Olissiponenses 2001-2002

Maria Cristina Neto

Vice-Presidente da Comissão de Estudos Olissiponenses

Entre 19 de Março e 2 de Julho de 2002, a Comissão de Estudos Olissiponenses reuniu três vezes, com a apresentação das seguintes comunicações:

- 19 de Março: Observações a propósito das ânforas romanas da intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau – Laura Trindade e A. M. Dias Diogo;
- 2 de Abril: D. Maria Ana de Áustria, a Rainha desaparecida – Eduardo Martins Sucena;
- 2 de Julho: Estudos sobre notícias de antigos achados arqueológicos de Lisboa – Laura Trindade e A. M. Dias Diogo.

Lisboa, 2 de Julho de 2002

Relatório da Comissão de Heráldica 2001-2002

Francisco Simas Alves de Azevedo

A Comissão de Heráldica reuniu com regularidade no ano académico de 2001-2002, com periodicidade mensal para se dar vazão ao grande afluxo de pedidos de análise de processos.

Foram recebidos trezentos processos, sendo de assinalar uma quebra nos primeiros meses do corrente ano, devido às eleições autárquicas de Dezembro de 2001. Os trabalhos, contudo, proseguiram a ritmo intenso, em resultado do grande número de processos recebidos nos anos civis de 2000 e 2001.

Mantiveram-se contactos com entidades nacionais e estrangeiras, foram prestados esclarecimentos e dada colaboração, com vista à publicação de obras sobre Heráldica, com a contrapartida de menção da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em diversas publicações.

Durante o ano académico, foi terminado o levantamento de todas as pedras de armas e outros brasões existentes no acervo do Museu da Associação, com vista à edição de livro sobre o assunto.

Além dos assuntos já mencionados, também a Comissão de Heráldica dedicou tempo à discussão de assuntos relacionados com Heráldica da família, Heráldica religiosa, Heráldica estatal e de domínio e ainda versilologia.

Em termos do próximo ano académico, prevê-se que o fluxo de pedidos de análise de provesso das autárquias se mantenha em bom ritmo.

Lisboa, 4 de Julho de 2002

Boletim 2003

Relatório de actividades da Direcção referente ao ano de 2003

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

Em Assembleia Geral Extraordinária de 6 de Fevereiro teve lugar uma homenagem aos membros da Direcção cessante, bem como aos sócios que mais se distinguiram no processo de remodelação do Museu Arqueológico do Carmo. Embora tenhamos consciência de que mais não fizemos do que a nossa obrigação, queremos manifestar o nosso reconhecimento aos promotores dessa iniciativa e a todos os consócios que nela participaram.

Em 2003 foram admitidos 14 sócios, tendo-se inscrito 8 na Secção de Pré-História, 8 na Secção de História e 2 na Comissão de Estudos Olisiponenses. Estes novos sócios irão decerto dar uma importante contribuição para a desejável dinamização da vida associativa.

A revitalização da vida associativa continua, com efeito, a ser uma grande preocupação da Direcção, pelo que foi dado todo o apoio às Secções e Comissões, que reuniram com alguma regularidade, embora com escassa assistência, apesar dos esforços das respectivas direcções, e do interesse das comunicações apresentadas.

A Comissão de Heráldica prosseguiu a sua actividade no domínio da emissão de pareceres sobre heráldica autárquica, continuando a contribuir para o financiamento da Associação, embora com menor expressão, devido à diminuição da solicitação de pareceres por parte das autarquias.

As *VII Jornadas Arqueológicas* constituíram um ponto alto do calendário associativo. Organizadas em torno de duas mesas redondas sobre temas de grande actualidade e interesse para a comunidade arqueológica – “O Público e o Privado na Arqueologia Portuguesa” e “A Salvaguarda e Valorização do Património Arqueológico” – para as quais foram convidadas diversas personalidades representativas das principais instituições e entidades públicas e privadas do país com intervenção no domínio do património arqueológico, culminaram num debate final, sobre a situação actual da Arqueologia em Portugal, que foi amplamente participado, reflectindo a situação de crise que se vive, há já mais de um ano, em grande parte devida à continuada indefinição do Ministério da Cultura em relação ao futuro enquadramento institucional da actividade arqueológica.

Em 2003 a Direcção da Associação, dado que o projecto de remodelação do Museu, no âmbito do POC, se

encontrava praticamente concluído, só faltando a publicação do catálogo geral das colecções, procurou rentabilizar ao máximo os avultados investimentos feitos nos anos anteriores, através de uma série de acções de divulgação, entre as quais se destaca a divulgação do Museu junto dos visitantes estrangeiros, através da empresa *Sítios*, que distribuiu 40.000 mini-desdobráveis nos principais hotéis de Lisboa e da região de Cascais-Sintra, e o envio às escolas e colégios da região de Lisboa de um folheto com os diversos programas do serviço educativo disponíveis, destinados a várias classes etárias, o qual teve grande receptividade, tendo já sido realizadas e programadas numerosas visitas guiadas.

A Associação aderiu também ao programa do "Autocarro Cultural", promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, que proporciona quatro visitas semanais gratuitas por grupos de crianças em idade escolar, as quais dão uma pequena contribuição para a criação nas futuras gerações de hábitos de visita a museu, bem como à "Festa no Chiado", iniciativa do Centro Nacional de Cultura que teve lugar em Maio e em Novembro, proporcionando visitas guiadas e concertos corais, e às "Noites do Chiado", iniciativa da Associação de Valorização do Chiado, abrindo as suas portas até à Meia Noite, durante 3 noites, acções de divulgação que tiveram bastante sucesso.

Durante os meses de Julho e Agosto, graças à boa vontade do pessoal, o Museu esteve aberto durante a semana até às 20 horas, sem encargos adicionais, permitindo, assim, aumentar o número de visitantes nesses meses, e contrariar os efeitos da conjuntura negativa que o turismo atravessa, a nível mundial.

Em 2003, conforme constava do programa eleitoral, a Associação apresentou com sucesso a candidatura do MAC à Rede Portuguesa de Museus, a qual se concretizou a 18 de Maio, e ao apoio financeiro para a publicação do catálogo geral das colecções, a colocação de sinalética e a aquisição de equipamento para conservação preventiva.

Em Agosto foi reeditado em Português, e traduzido para Francês, Espanhol e Italiano, um pequeno livro de divulgação das Ruínas e do Museu do Carmo, correspondendo assim às solicitações de grande número de visitantes.

A fim de procurar fazer face à considerável sazonalidade dos visitantes estrangeiros, foram desenvolvidas uma série de iniciativas no sentido de aumentar o número de eventos de carácter comercial e, apesar da considerável redução de actividades promocionais por parte das empresas, que caracteriza o actual ciclo de recessão económica, foi possível quase triplicar as receitas resultantes deste tipo de actividades em relação ao ano anterior.

A concluir este intenso programa de actividades do Museu, só possível graças à elevada competência e profissionalismo da Conservadora, Dr.^a Carla Varela Fernandes, e à excelente colaboração da pequena equipa que dirige, foram ainda lançadas no princípio de Dezembro três novas linhas de produtos destinados à loja do Museu.

No que respeita à Biblioteca, prosseguiu em bom ritmo a sua catalogação, tendo-se, para o efeito, contado com a excelente colaboração da Dr.^a Conceição Machado que, após um período de dois anos de colaboração remunerada, no âmbito do POC, para reinstalação da Biblioteca, numa louvável atitude, decidiu continuar a dar a sua melhor colaboração à Associação, a título voluntário e gratuito, pelo que é credora do nosso sincero reconhecimento. Devido à sua acção, durante o ano de 2003 foram efectuados 1224 registos na base de dados da Biblioteca, que conta já com um total de 2639 registos.

Em 2003 deram entrada na Biblioteca da AAP, e foram devidamente catalogados 193 livros e publicações periódicas, a maior parte das quais provenientes de ofertas ou de permutas. Continuaram, no entanto, apesar das actuais restrições orçamentais, a adquirir-se algumas obras, directamente relacionadas com a história do edifício e da própria associação, que surgiram no mercado alfarrabista a preços acessíveis.

Na sequência da excelente colaboração estabelecida desde 2001 entre a AAP e a Divisão de Documentação Fotográfica do Instituto Português de Museus (IPM), que assegurou a execução da documentação fotográfica da maior parte do acervo do MAC, com vista à elaboração do inventário e do catálogo geral das colecções, foi assinado em Setembro de 2003 um protocolo com o

IPM, através do qual será realizada, nos próximos cinco anos, a limpeza, conservação, restauro, digitalização e reprodução de cerca de 600 fotografias, que integram o Arquivo Fotográfico da AAP, a maior parte das quais remonta ao último quartel do século XIX. Fica, assim, assegurada a recuperação e valorização de uma colecção que, apesar da sua importância histórica e documental, esteve completamente ao abandono durante décadas, até que, em 1994, foi generosamente inventariada e arrumada pelo nosso consócio J.J. Fernandes Gomes.

Em 2003 prosseguiram também os trabalhos conducentes à publicação do volume de estudos e catálogo geral das colecções, encontrando-se praticamente concluídos os textos, a documentação fotográfica e a paginação de um volume que já excede largamente a dimensão prevista inicialmente, atingindo já mais de 600 páginas, e o respectivo orçamento. A fim de assegurar uma publicação com a melhor qualidade possível, a Direcção estabeleceu contactos com vários potenciais mecenas, os quais se revelaram infrutíferos. Com efeito, a actual conjuntura económica, afastou a maior parte das empresas tradicionalmente vocacionadas para apoios mecenáticos. Estabeleceram-se também contactos com uma editora de grande prestígio, no sentido de viabilizar financeiramente a impressão do referido volume, prevendo-se para breve o início dos trabalhos de pré-impressão, tendo como objectivo a sua publicação em Maio de 2004, por ocasião do Dia Internacional dos Museus.

Apesar das já referidas dificuldades conjunturais, tem-se conseguido manter a publicação regular da revista *Arqueologia e História*, cujo último número, referente a 2002, com um aspecto gráfico mais atraente, e dedicado ao tema *Arqueologia 2000: Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*, que decerto constituirá uma obra de referência para futuras investigações, nos mais diversos períodos e perspectivas de abordagem, foi apresentado no passado mês de Fevereiro, por ocasião das *VII Jornadas Arqueológicas*.

Foi também possível publicar, por ocasião das comemorações dos 140 anos de existência da Associação, graças ao generoso apoio financeiro do IPPAR, o primeiro volume de uma *Série Monográfica* da revista *Arqueo-*

logia e História, a qual foi condignamente inaugurada com a publicação da obra da autoria da nossa estimada consócia Mestre Ana Cristina Martins sobre a vida e a obra de Possidónio da Silva, ilustre fundador e Presidente da nossa Associação durante as primeiras três décadas da sua existência.

Em Assembleia Geral Extraordinária, convocada a pedido da Direcção, para o dia 28 de Novembro, foi ainda comemorado o Centenário do Nascimento do ilustre médico e arqueólogo Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, que também presidiu à nossa Associação entre 1963 e 1979 e a quem se deve, no final dos anos 60, a sua abertura a uma nova geração de arqueólogos. A sua enorme contribuição para os estudos de Arqueologia e História de Arte foi analisada pelos nossos consócios Prof.^a Doutora Teresa Júdice Gamito, que presidiu à Assembleia, Dr. José Luís de Matos e Dr. Paulo Almeida Fernandes. Nessa ocasião foi também descerrado um retrato do homenageado, retomando, assim, uma antiga tradição.

Uma das principais preocupações actuais da Direcção, além do equilíbrio financeiro da Associação, continua a ser a obtenção de mais espaço para o museu e para as actividades associativas. Com efeito, se o museu carece de espaço para instalar condignamente as suas reservas e melhor acolher os visitantes, a actual situação de arrendamento de um espaço próprio para desenvolver as suas actividades, está a revelar-se dificilmente sustentável, do ponto de vista financeiro.

Para procurar resolver o problema do espaço, estabeleceram-se intensos contactos quer com a Direcção Geral do Património, do Ministério das Finanças, quer com o Comando Geral da GNR, tendo-nos sido prometido pelos actuais responsáveis dessas duas entidades oficiais que, logo que possível, esta antiga e legítima aspiração da actual Direcção seja finalmente concretizada, através da cedência de espaços que sejam libertados por alguns dos muitos serviços da GNR actualmente instalados junto ao Comando Geral, mas cuja deslocação para outros locais está prevista para o ano de 2004.

A eventual instalação de alguns serviços do Museu e da Associação na zona envolvente das actuais instalações, foi escolhida como tema a desenvolver pelos

alunos da cadeira de Projecto da Universidade Lusíada, por iniciativa do Arq.º Alberto Souza Oliveira, Professor Coordenador da Cadeira, que tem vindo a dar a sua generosa colaboração a esta Associação em vários domínios. Os doze melhores trabalhos foram, assim, objecto de uma exposição de maquetas que teve lugar no Museu no mês de Julho. Embora se tratasse de um mero exercício académico, pois infelizmente a Associação não dispõe nem da posse dos terrenos envolventes, nem das avultadas verbas que a execução de qualquer destes projectos implicaria, esta exposição, de que resultaram alguns projectos muito arrojados e de notável qualidade estética, teve o mérito de chamar a atenção dos finalistas desta prestigiada Faculdade de Arquitectura, bem como das entidades oficiais e do público em geral, para a complexa problemática da intervenção em edifícios classificados em geral e deste em particular.

Outro problema que a Direcção procurou desbloquear resulta do facto de continuar interrompida a ligação entre o Elevador de Santa Justa e o Largo do Carmo, o que tem causado graves prejuízos ao Museu e à própria Associação. Nesse sentido, foram estabelecidos contactos com a Unidade de Projecto Baixa-Chiado, da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de o projecto de reconstrução do edifício em que assentavam os acessos do elevador, da autoria do Arq.º Siza Vieira, fosse ajustado no sentido de permitir a integração, e eventual reutilização futura, da antiga escadaria ao portal Sul, posta a descoberto em 2001 pelo nosso consócio Fernando Rodrigues Ferreira. Assim, em reu-

nião que teve lugar em Dezembro, foi-nos mostrado pelo próprio autor o referido ajustamento, e garantido que as obras, previstas para durar 18 meses, iriam começar dentro em breve. Abrem-se, assim, após dois anos de contactos infrutíferos, perspectivas para a solução deste grave problema.

Ainda no que respeita ao Museu, foram também estabelecidos contactos com as entidades responsáveis no sentido de serem colmatadas as fendas que continuam a permitir a entrada de águas pluviais em duas das antigas capelas. Após uma visita de vários técnicos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e de outras entidades, foi-nos prometido que as obras se realizariam no passado verão, mas tal não chegou, mais uma vez, a acontecer.

Outra situação menos favorável resulta das enormes demoras verificadas, nos últimos dois anos, nos reembolsos da contrapartida comunitária dos investimentos feitos no âmbito do POC através do Ministério da Cultura. Com efeito, apesar de todas as diligências feitas no sentido de dar resposta às sucessivas exigências resultantes de alterações dos regulamentos ou da sua interpretação, não foi ainda possível obter em 2003 o reembolso dos 20% finais, o que continua a causar grandes dificuldades de tesouraria, que se espera possam ser ultrapassadas em 2004.

A terminar, a Direcção da Associação agradece a todos os funcionários, associados e colaboradores o excelente apoio prestado, sem o qual não teria sido possível executar todos os trabalhos referidos neste relatório.

Relatório da Secção de Pré-História 2002-2003

Teresa Júdice Gamito
Presidente da Secção de Pré-História

As actividades da Secção começaram um pouco tarde, mas realizamos ainda as seguintes reuniões:

· No dia 5 de Dezembro de 2002, pelas 17.30h, o Prof. Doutor João Pedro Bernardes, da Universidade do Algarve, apresentou uma comunicação sobre "A Idade do Bronze no Distrito de Leiria", zona também relativamente pouco estudada neste período e naquela região e que fazia parte do «case-study» da sua tese de doutoramento.

· No dia 19 de Dezembro de 2002, pelas 17.30h, realizamos uma sessão especial de homenagem ao Dr. Eduardo da Cunha Serrão, nosso antigo Presidente, que muito contribuiu para o desenvolvimento moderno da Arqueologia Nacional e que contou com a presença da família e a participação de alguns dos seus colaboradores mais próximos. Interessante referir os testemunhos que muitos dos presentes e antigos colaboradores apresentaram no final.

· No dia 10 de Janeiro de 2003 (das 10h às 12.30h e das 15h às 19h), realizou-se uma Mesa Redonda sobre "O Neolítico em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas", na qual foi moderadora a Professora Doutora Teresa Júdice Gamito e activos participantes os Drs. Sérgio Monteiro Rodrigues, António Valera, Mariana Diniz e António Faustino de Carvalho, que se revestiu de grande interesse.

Finalmente, no dia 21 de Março, pelas 17.30h, realizaram-se as eleições para a Mesa da Secção, que tomou nova configuração.

Lisboa, 26 de Junho de 2003

Relatório da Secção de História 2002-2003

De 18 de Outubro de 2002 até 30 de Junho de 2003, reuniu a Secção de História sete vezes, tendo sido apresentadas as seguintes comunicações:

- a 18 de Outubro, pela Dra. Carla Varela Fernandes: "O trabalho escultórico em Portugal no século XIV – oficinas itinerantes";
- a 11 de Novembro, pelo Dr. Rui Miguel da Costa Pinto: "Salvador Correia de Sá Benevides à luz de um documento inédito";
- a 14 de Janeiro, pela Dra. Ana Cristina Martins: "O lugar da História na Associação dos Arqueólogos Portugueses – uma das faces de Proteu";
- a 25 de Março, pelo Dr. José Alberto Ribeiro: "Restauro medieval na obra de Manuel Ribeiro. O caso da Sé de Lisboa";
- a 2 de Maio, pelo Dr. José Luís Neto: "Morrer em Vipasca";
- a 23 de Maio, pelo Dr. Guilherme Cardoso: "Aspectos da romanização no *ager olisiponensis*";
- a 30 de Junho, pelo Dr. Francisco Santana: "Pereira Cão na 1ª pessoa".

No dia 25 de Março, deste ano, houve eleições e a mesa passou a ser constituída por: Presidente, Dr. Guilherme Cardoso; Vice-Presidente, Dr. Rui Pinto; Secretário, Dr. Ramos Baptista.

Relatório da Comissão de Estudos Olissiponenses 2002-2003

Nestor Fatia Vital

Vice-Presidente da Comissão de Estudos Olissiponenses

Durante este ano associativo, a Comissão de Estudos Olissiponenses continuou a corresponder ao apelo de revitalização da Associação feita pela Direcção, tendo reunido cinco vezes, em que foram apresentadas as seguintes comunicações:

- 5 de Novembro de 2002: "A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a cidade de Lisboa: uma eterna cumplicidade", pela Dra. Ana Cristina Martins;

- 20 de Janeiro de 2003: "Os conquistadores de Lisboa: Júlio de Castilho e a estação de Metro do Martim Moniz", pelo Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo;

- 4 de Abril de 2003: "Conventos do Livramento em Alcântara. Novos elementos", pelos Drs. Laura Trindade e António Manuel Dias Diogo;

- 27 de Maio de 2003: "Investigação das ossadas atribuídas a Damião de Góes e sua esposa", dos Drs. Fernando Rodrigues Ferreira, Maria da Conceição Machado Neves, Joge Cannas, Carlos Pratas, João Cunha Pires e Profs. Doutores Cecília Casaca e João Aquino Marques;

- 27 de Junho de 2003: "Intervenção arqueológica na Rua Pré-Pombalina da «Praça da Palha» na Baixa de Lisboa", dos Drs. António Manuel Dias Diogo e Laura Trindade.

Na sessão de 4 de Abril de 2003, realizou-se a eleição da Mesa da Comissão de Estudos Olissiponenses, com a participação de 41 votantes, de que resultou terem sido eleitos para o período de 2003-2006 os seguintes associados:

- Presidente: Dr. António Manuel Dias Diogo;
- Vice-Presidente: Dr. Nestor Raimundo Oliveira Fatias Vital;
- Secretário: Dra. Laura Trindade.

Neste ano associativo, verificou-se o progressivo aumento de interesse por parte desta Comissão, não só pela crescente assistência às sessões, mas também pela adesão de novos membros que atingiu, neste período, um total de quarenta e nove associados. Por esse facto, têm sido admitidos, através dela, novos sócios para a Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Por último, cumpre-nos agradecer ao Dr. José Morais Arnaud, Presidente da Direcção, não só a assiduidade às sessões desta Comissão, como seu membro, bem como o apoio que sempre dispensou, também da restante Direcção, às nossas iniciativas.

Este relatório foi aprovado por unanimidade na sessão de 27 de Junho de 2003.

Lisboa, 4 de Julho de 2003



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses